

A Defesa Nacional



EXÉRCITO — MARINHA — AERONÁUTICA

N. 557

BRASIL

DIRETORIA ELEITA PARA O EXERCÍCIO DE 1958/1960

Diretor-Presidente

Gen João Baptista de Mattos

Diretor-Secretário

Cel Ayrton Salgueiro de Freitas

Diretor-Gerente

Ten-Cel João Capistrano Martins Ribeiro

Conselho de Administração

Cel Golbery do Couto e Silva

Maj Amerino Raposo Filho

Conselho Fiscal

Gen Armando Batista Gonçalves

Cel Adailton Sampalo Pirassununga

Ten-Cel Danilo Darcy de Sá da Cunha e Mello

Suplentes

Cel João Batista Peixoto

Ten-Cel Hugo de Andrade Abreu

Maj Nilton Freixinho

Chefias

De expedição — Maj Dario Ribeiro Machado

De publicidade — Ten-Cel J. de Abreu Lins (S. Paulo)

Maj Lauro Lima dos Santos (Rio)

Cap Diógenes Vieira Silva (Paraná)

PEDE-SE PERMUTA

PIDесе CANJE

SI RICHIEDE LO SCAMBIO

WE ASK FOR EXCHANGE

ON DEMANDE L'ÉCHANGE

ONI PETAS INTERSAGON

MAN BITTET UM AUSTAUSCH

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XLVIII	Rio de Janeiro, GB — Dezembro de 1960	Número 557
---------------	---------------------------------------	---------------

SUMÁRIO

	Págs.
Editorial	3

ASSUNTOS MILITARES

Por que a América Latina é Vital para os Estados Unidos — Por Herbert L. Mathews	7
----------------------------------------------------------------------------------------	---

EXÉRCITO

I — Para-quedistas ou Aeroterrestres? — Ten-Cel Octávio A. Velho ...	17
II — O Exército Americano Abre Caminho ao Progresso — Condensado pelo Ten-Cel Allah Barbosa	21

SEÇÃO DO CANDIDATO À ECEME

I — Comentários Sobre a Orientação dos Candidatos à ECEME — Maj Germano Seidl Vidal	24
II — Invasões Francesas e Holandesas no Brasil — Cel Raimundo Teles Pinheiro	26
III — Questões do Concurso de 1960	41

MARINHA

Indústria de Construção Naval	45
-------------------------------------	----

AERONÁUTICA

Indústria Aeronáutica — Cel-Av J. Bastos	51
------------------------------------------------	----

DOCTRINA MILITAR BRASILEIRA

Página.

✓ I — Bases Filosóficas	57
✓ II — Organização — Ministério da Defesa Nacional — Maj Amerino Raposo Filho	86

GEOGRAFIA

✓✓ I — Brasil Industrial	91
✓✓ II — A Terra do Sol — Bill Prochnau	135

HISTÓRIA

✓✓ Estrabão, o Soldado do Chaco — Cel Campos de Aragão	143
--------------------------------------------------------------	-----

CIÊNCIA E TÉCNICA

✓✓ I — Aproveitamento de Energia Nuclear no Brasil — Eng Adyton Brandão F.	153
---------------------------------------------------------------------------------	-----

ASSUNTOS DIVERSOS

✓✓ I — Democracia Versus Comunismo — Cel Ayrton Salgueiro de Freitas	155
✓✓ II — Ideias... — Ten-Cel Alberto de A. Cardoso e Maj M. Félix da Silva	167



Du
 a ideolo
 seus da
 a luta,
 petir, e
 tigos es
 a quem
 efusivos
 Em
 É A GA
 a nós, m
 A L
 da nos
 d nossa
 Ser
 nossas o
 tria e a
 mações q
 dido per
 esses dire
 anos par
 PREÇO L
 O ho
 amigos p
 trato qu
 Armadas



EDITORIAL

TERMINAMOS nossos trabalhos em 1960! "A Defesa Nacional", conforme compromisso assumido, foi editada e remetida mensalmente, a seus assinantes destacados em todas as guarnições militares do Brasil.

Durante o ano, em diversos artigos, nos batemos contra a ideologia comunista, mostrando todos os males contidos em seus dogmas; não esmoreceremos e em 1961, continuaremos a luta. Desejamos, no entanto, assinalar certos pontos e repetir, com outras palavras, algumas idéias contidas nos artigos escritos pela equipe de oficiais encarregada do assunto, a quem, aproveitamos o ensejo para apresentar nossos mais efusivos agradecimentos.

Em alguns daqueles artigos foi dito que A VIGILANCIA É A GARANTIA DA LIBERDADE e a ninguém, mais do que a nós, militares, cabe esta vigilância.

A LIBERDADE é como o ar que respiramos e só quando ela nos falta é que compreendemos então quanto é essencial à nossa vida.

Ser livre é ter o direito de exprimir, sem temores, as nossas opiniões; orar conforme a nossa fé; sair de nossa Pátria e a ela regressar quando nos aprouver; colher as informações que desejarmos; escolher o nosso trabalho; ser defendido perante a justiça e ser julgado imparcialmente. Todos esses direitos poderemos perder um dia e lutarmos durante anos para recuperá-los, se não nos lembrarmos que — O PREÇO DA LIBERDADE É A ETERNA VIGILANCIA.

O homem sozinho quase não tem defesa, necessita de amigos para enfrentar o ataque ou a opressão. O que é exato quanto aos indivíduos também o é quanto às Forças Armadas e o é quanto às Nações.

Busquemos na história alguns exemplos para mostrar o preço que pagamos por nossa falta de unidade. Não precisamos ir muito longe. Em 1939, os aliados pagaram com centenas de cidades destruídas, economia arruinada e milhões de mortos, o preço de sua liberdade.

Entre as duas guerras mundiais, as democracias haviam-se desarmado. Acreditaram que, desembaraçando-se de suas armas, ficariam, também, livres da guerra, mas durante esse período, no centro da Europa, preparava-se uma gigantesca máquina de guerra que não visava senão a destruí-las. Hitler e Mussolini não tentaram estabelecer, em um dia, o vasto império que, em seus sonhos, deveria durar mil anos. Inicialmente, procederam a sondagens, para testar a resistência de seus futuros adversários. Rápidamente aperceberam-se de que as democracias, se desejavam a paz, tinham-se esquecido de que a paz não é possível senão na medida em que se está disposto a defendê-la. Isto foi um incentivo para eles.

Entre a agressão fascista à Abissínia, em 1936 e a invasão da Rússia pelos nazistas, em 1941, os dois ditadores cometeram quinze agressões abertas e em seis anos inundaram com suas tropas quase todo o continente europeu.

A princípio, as democracias tentaram deter o desenrolar dos acontecimentos por meio de negociações. Mas os acordos concluídos não têm valor nenhum aos olhos dos ditadores, que só se deixam impressionar pela força e pela unidade de ação. Nós compreendemos isso demasiado tarde.

* * *

Desde a capitulação nazista, os Aliados Ocidentais retiraram suas tropas do Continente, mas apesar disso a Rússia denunciou as "veleidades agressivas" do Ocidente e lançou-se à tarefa abjeta de submeter à sua lei todos os seus vizinhos.

No Ocidente, todos os homens — operários, agricultores, artistas, intelectuais ou negociantes — não tinham senão um ideal: despir o uniforme o mais cedo possível e reconstruir o que havia sido destruído.

Em 1947, as forças armadas soviéticas estacionavam a uns setecentos quilômetros de Paris. No continente europeu força alguma era capaz de se medir com elas. Segura de sua superioridade, a União Soviética podia lançar-se à intimidação do resto do mundo.

Segundo o "Larousse", imperialismo é uma "doutrina tendente à extensão territorial de um Estado ou à sua supremacia sobre os outros" e as estatísticas mostram, claramente que, em oito anos, a URSS dominou milhares de quilômetros quadrados onde habitavam mais de cem milhões de

indivíduos e se constituiu na única potência que saiu da Segunda Guerra Mundial, aumentada territorialmente.

* * *

Muitas pessoas teimam em não ver no comunismo senão um sistema político caracterizado pela audácia econômica e social. Ninguém procura negar que os soviéticos têm feito progressos notáveis nos planos econômico e científico. Por que, pois, viveram assustados?

O que coloca em campos opostos a Democracia e o Comunismo não é uma doutrina econômica ou uma evolução cultural. É uma concepção radicalmente divergente dos direitos e dos deveres do homem. O comunismo, como todo sistema ditatorial, não pode tolerar a liberdade, o respeito ao indivíduo e a independência do poder judiciário, alicerces da civilização Ocidental.

Desde o princípio, os chefes comunistas têm acreditado na propagação universal de sua doutrina. Lenine considerava "inconcebível" a coexistência, por muito tempo, da República Soviética e das Democracias. Desde 1919 ele declarava:

"Uma ou os outros devem triunfar, no fim de contas. Antes da fase final, serão inevitáveis choques violentos, entre a República Soviética e os Estados Burgueses".

O atual ditador, Kruchov, compraz-se em exaltar a coexistência pacífica, mas apesar disso nos recordou que:

"Quem quer que imagine que nossos sorrisos anulam os ensinamentos de Marx, Engels e Lenine, engana-se redondamente. Os que contam com isso terão que esperar que os camarões aprendam a assobiar".

Isto quer dizer que, quaisquer que sejam os meios empregados, — militares, políticos, econômicos — o objetivo da política soviética permanece imutável — o triunfo mundial do comunismo.

Ante a dupla ameaça de dominação comunista e de "choques violentos", previstos por Lenine, as Democracias devem permanecer vigilantes.

* * *

Esperando atingir seus fins sem o desencadeamento de uma guerra, os soviéticos lançaram-se a todas as manobras possíveis e imagináveis ao longo de suas fronteiras.

Todos os meios foram, por eles, considerados bons: subversão, ameaças, conspirações.

Eis alguns exemplos típicos que se situam entre 1945 e 1948:

- no Irã, proclamação de uma república autônoma no Azerbaijão, após um golpe de estado comunista, contra o qual as forças soviéticas impediram a atuação da política iraniana;
- na Grécia, seus vizinhos comunistas prolongaram e fomentaram a guerra civil;
- na Turquia, a URSS reclamou direito de controle sobre os Dardanelos e a cessão de Kars e Ardahan;
- Hungria, Bulgária, Romênia, Tcheco-Eslováquia e Polónia, compreendidos os territórios alemães sob administração polonesa, são sucessivamente jugulados em menos de um ano;
- em Berlim, depois de terem sido suprimidas brutalmente todas as liberdades democráticas na sua zona de ocupação, a URSS tentou, ao decretar o bloqueio da cidade, estender suas influências sobre 2.500.000 habitantes, provocar a partida dos aliados ocidentais e, finalmente, garantir para si o controle de toda a Alemanha.

Para defender sua liberdade e sua concepção de vida contra o imperialismo vermelho, as democracias ocidentais uniram-se. Uma semana após o golpe de estado tcheco-eslovaco, o Reino Unido, a França, a Holanda a Bélgica e o Luxemburgo, assinaram o Tratado de Bruxelas. Mas estes países, mesmo unidos, não estavam em condições de se oporem a um ataque maciço dos soviéticos. Um ano mais tarde, sete países juntaram-se a eles para defender a democracia e assinaram o Tratado do Atlântico Norte. Três anos mais tarde a Grécia e a Turquia aderem à Aliança e depois, em 1955 a entrada da Alemanha Ocidental elevava a quinze o número de membros da Aliança. A Organização dos Tratados do Atlântico Norte visa a preservar a paz, desencorajando os que estiverem propensos a cometer uma agressão. É mais do que uma aliança militar, pois visa a criar uma comunidade de países animados dos mesmos ideais. Procura o desarmamento geral e controlado. Nós, brasileiros, aparentemente, não temos problemas no Atlântico Norte, mas, no mínimo, devemos dar à OTAN todo o apoio que possamos, pois os que a apoiam protegem o mundo contra a subversão e a guerra e sabemos, muito bem que:

O PREÇO DA LIBERDADE É UMA VIGILÂNCIA PERMANENTE

AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS
Coronel Diretor-Secretário

Q
instru
Estado
com u
"E
que en
de cate
diploma
Sob
Latina
Médio p
contra d
sua defe
as suas
Nos
diferente



ASSUNTOS MILITARES

Coordenador: Cel AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS

POR QUE A AMÉRICA LATINA É VITAL PARA OS ESTADOS UNIDOS

Por HERBERT L. MATTHEWS

A América Latina não só guarda nossas vias militares de acesso, mas também constitui nossa área mais importante para comércio e investimento. Um observador acha, porém, que não devemos tê-la como certa.

Quando o Secretário de Estado Frank B. Kellog formulou suas instruções à delegação americana à VI Conferência Internacional de Estados Americanos em Havana, Cuba, em janeiro de 1923, começou com uma sentença que, então, era verdadeira:

"É um princípio estabelecido de nossa política internacional, o de que entre as relações estrangeiras dos Estados Unidos, quando se trata de categorias, a política pan-americana toma o primeiro lugar em nossa diplomacia."

Sobreveio a II Guerra Mundial e os tempos mudaram. A América Latina passou a ocupar o assento traseiro. A Europa, a Ásia e o Oriente Médio passaram para o dianteiro. A guerra fria foi uma luta do Leste contra o Oeste. Os Estados Unidos passaram o isolacionismo para trás; sua defesa foi global e não hemisférica e o mesmo se verificou quanto às suas responsabilidades.

Nos fins da década de 30 e princípios da de 40, as coisas foram diferentes. Primeiramente, os preparativos para a grande guerra que

todos estavam vendo que vinha e depois a própria guerra — com a compreensão de que a América Latina devia representar nela um papel vital, senão passivo em grande parte — que manteve aquela região na vanguarda da política exterior americana.

Quando terminou a guerra e os países latino-americanos se viram empurrados para o último plano — os preços de suas matérias-primas não mais eram apoiados, as coisas que compraram de nós subiram brutalmente de preço, o Plano Marshall dedicado exclusivamente à Europa, a atenção americana concentrada na arremetida do comunismo da Rússia para a Europa, China e Ásia — sentiram-se ofendidos.

A queixa de que estavam sendo negligenciados fêz-se ouvir amarga e persistentemente através de toda a região, durante o regime democrático do Presidente Truman e — a despeito das promessas feitas durante a campanha, de que seria pôsto um termo à negligência — mais ruidosamente ainda na Administração Republicana do Presidente Eisenhower.

Os sentimentos até então abafados explodiram com tremendo fragor quando o Vice-Presidente Nixon fêz a sua já famosa viagem à América do Sul, em abril e maio de 1958. Virtualmente, todos os que estudam os assuntos latino-americanos foram acordes, então, em que Mister Nixon tirou de sua experiência a conclusão acertada: que a hostilidade não era dirigida a ele, pessoalmente, mas às diretrizes dos Estados Unidos com relação à região, especialmente as diretrizes econômicas e o favoritismo em benefício dos ditadores latino-americanos.

Em Washington começou imediatamente uma "reavaliação desesperada" daquelas diretrizes, porque compreendeu-se que, quer a América Latina assuma ou não o primeiro lugar, ela ainda é de importância suprema para nós. A guerra fria não pode ser ganha na América Latina, mas pode ser perdida ali. Se se admitir que esta luta é uma defesa dos países livres e não empenhados na mesma, bem como das instituições que tornam a vida merecedora de ser vivida, então esses princípios devem ser defendidos à entrada de nossa porta e no nosso hemisfério.

É isso que Mister Nixon deve ter tido em mente numa recomendação que tem sido repetida tantas vezes, que certamente se classificará como pronunciamento histórico. Os Estados Unidos, disse ele, não devem ter senão um apêto de mão fria, embora correto, para os ditadores, e um abraço afetuoso para os líderes democráticos.

O conceito de Nixon é baseado no reconhecimento do fato de que, sem um espírito de cooperação, respeito mútuo e amizade, a América Latina — ou alguns países nessa região — poderia retirar-se no sentido de neutralismo ou de uma ianquifobia mais grave. Uma atitude negativa desse tipo é tanto de recear, quanto de desejar uma atitude positiva e favorável. Em um ou outro caso, deve-se começar pela premissa de que a América Latina é de enorme — e talvez vital, mesmo — importância para a nossa existência como nação livre e próspera.

A América Latina, por sua vez, é uma área em processo de crescimento fenomenal. Ela possui o mais elevado coeficiente de aumento de população em todo o mundo, que medeia entre 2.25 e 2.5, anualmente. No momento, os Estados Unidos possuem uma população de aproximadamente 175.000.000. Os vinte países latino-americanos somam cerca de 185.000.000. Calcula-se que, por volta do ano de 2.000, a América Latina tenha uma população de 593.000.000 e os Estados Unidos apenas a metade desse total.

A área latina está evoluindo rapidamente de uma economia agrária e mineira subdesenvolvida, para uma revolução industrial. A mais forte característica dos negócios latino-americanos é hoje a sua revolução social, à qual, nos últimos anos, está ligada a onda da maré da democracia que tem varrido a maioria dos ditadores da região. É evidente que essa área politicamente instável, vive num fermento social e é emocionalmente sensível. Ou por outras palavras, é potencialmente um campo fértil para o comunismo.

Muito embora não exista em qualquer país latino-americano qualquer ameaça de tomada do poder pelos comunistas e a União Soviética somente agora esteja começando a mostrar interesse nos setores do comércio e da política de força, a ameaça a longo prazo é formidável e inevitável. Em vários países (a Bolívia, onde uma revolta da ala direita foi esmagada, constitui um exemplo claro) uma queda até o caos econômico e político poderia ser rápida. Uma reação militar-oligárquica da direita não seria mais sustentável nas nações que têm apeado seus ditadores. Uma reação da extrema esquerda — o que em nossos dias significa comunismo — ou de uma combinação de elementos militares com comunistas é mais provável. Ao considerar esta possibilidade, o governo de Washington, tal como qualquer governo, deve dar a maior prioridade à legítima defesa. A política dos Estados Unidos, no tocante ao Hemisfério, desde a era da Guerra da Independência e da Doutrina de Monroe, tem sido baseada na segurança continental.

Sem bases nas ilhas das Caraíbas e sem o Canal de Panamá, os Estados Unidos estariam abertos à invasão. Se se pudesse conceber bases de mísseis inimigos no México ou América Central, o perigo seria óbvio. Se subtraíssemos os votos das vinte nações latino-americanas ao nosso lado, na Assembléia Geral das Nações Unidas, onde estaríamos nós? O bloco afro-árabe-asiático ostenta de trinta a quarenta votos, em alguns casos. Adicionemos o bloco soviético, de dez votos, e verificaríamos uma maioria de oitenta e dois membros.

Em tudo e por tudo, cumpre dizer: "Se não tivéssemos a América Latina de nosso lado, nossa situação seria desesperada".

Negar aos Estados Unidos os produtos e os mercados da América Latina, equivaleria a reduzi-los à potência de segunda categoria, causando uma redução devastadora em nosso padrão de vida. Alguns dos

fatos econômicos básicos da nossa vida nacional bastam para provar isso.

Dos setenta e sete artigos relacionados como materiais estratégicos para estocagem durante a II Guerra Mundial, trinta são produzidos na América Latina, em grande quantidade. Recebemos daquela área mais de 90% dos cristais de quartzo, dois terços do antimônio e mais de metade da bauxita, metade do berilo, um terço do chumbo e um quarto do cobre que importamos.

O zinco, o estanho, o tungstênio, o manganês, o petróleo e o minério de ferro são algumas outras matérias-primas que obtemos da América Latina. Algumas, como a bauxita, o minério de ferro, o petróleo e o manganês estão se tornando cada vez mais importantes, de ano para ano.

Cerca de um quarto de nossas exportações vão para a América Latina e um terço das importações provém da mesma. Os investimentos particulares dos Estados Unidos na América Latina atingem, atualmente, o assombroso total de 9.500.000.000 de dólares. O Export-Import Bank, instituição americana autorizou empréstimos à América Latina no total de 3.500.000.000 dólares desde o término da guerra, sendo que somente em 1958 esses empréstimos ascenderam a dólares 447.000.000. Isto é um pouquinho menos de metade do total dos seus empréstimos mundiais.

O intercâmbio comercial entre os Estados Unidos e a América Latina, nos dois sentidos, é superior a 8.000.000.000 de dólares anuais. As importâncias recebidas pelos Estados Unidos, em 1958, pelas exportações de mercadorias e serviços e pelos investimentos a longo prazo excederam a soma de 6.800.000.000 de dólares. As cifras referentes aos pagamentos efetuados pelos Estados Unidos referentes às importações de mercadorias e serviços, bem como doações e investimentos além das liquidações ou reembolsos, ascenderam a mais ou menos a mesma importância.

De passagem, cumpre recordar que obtemos da América Latina quase todo o café e a maior parte do açúcar que consumimos. Não se trata, naturalmente, de materiais rigorosamente "estratégicos", mas ninguém gostaria de passar sem eles.

O que tudo isto significa pode ser exposto simplesmente. A América Latina é a nossa mais importante área de investimento e comércio. As matérias-primas latino-americanas são essenciais à nossa existência como potência mundial. Uma América Latina amistosa é necessária à nossa segurança militar.

Estes são os fatos reais e não obstante vemos o paradoxo de a América Latina ser tida como certa, negligenciada e rebaixada para o que o Secretário Kellog classificou de "categorias da nossa diplomacia". Poderíamos dizer que o eixo de nossa política externa é dirigido mais vigorosamente para leste e oeste. Entretanto, o eixo de

ossos interesses econômicos e financeiros é orientado na direção norte para o Canadá e na direção sul para a América Latina, regiões que, tantas, pesam mais que o resto do mundo.

Se fôsse fácil formular uma política com relação à América Latina que corrigisse esta anomalia e eliminasse as causas do antiianuismo, isso já teria sido feito. Os funcionários de carreira do Serviço Exterior que trabalham no Departamento de Estado e nas Embaixadas existentes na área da América Latina, são, em sua maior parte, de uma qualidade excepcionalmente elevada. O que dificulta é o fato de que a sua faculdade de fazer política é limitada e também há sérias limitações quanto ao que os Estados Unidos podem fazer.

É bem conhecido até que ponto o Sr. Foster Dulles, quando Secretário de Estado, manteve a formulação da política sob seu controle pessoal e além do mais, a sua atenção estava voltada para outro lado. Desde Cordell Hull, não houve outro Secretário de Estado que fizesse um estudo minucioso dos negócios da América Latina. Além do mais, a escolha dos embaixadores cabe em grande parte à Casa Branca e não ao Departamento de Estado.

O Departamento sabia muito bem, no verão de 1957, que a situação cubana necessitava de um diplomata de carreira experimentado, e a primeira escolha recaiu num desses diplomatas — H. Freeman Matthews. Infelizmente para os Estados Unidos e para Cuba, ele sentiu-se obrigado a rejeitar a transferência e, também infelizmente, o Comitê Nacional Republicano desejava recompensar um "bom republicano" com um posto de embaixador.

Dessa forma, o posto coube a um homem que não possuía qualquer experiência diplomática ou conhecimento de Cuba — Earl E. Tamm. Não há dúvida de que o grau contristador de ressentimento existente hoje contra os Estados Unidos, de parte do Primeiro Ministro Fidel Castro e do povo cubano, podia ter sido evitado ou grandemente minorado por uma diplomacia hábil em Havana.

Isto evidencia uma das coisas óbvias dentre as que podem ser feitas para melhorar as relações dos Estados Unidos com a América Latina. Trata-se de escolher os embaixadores com mais cuidado e maior senso de responsabilidade.

Outra limitação óbvia, limitação do Departamento de Estado e, conseqüentemente, de política, é a divisão de poderes em nosso sistema de governo. O Departamento de Estado sabia que a imposição de quotas de importação ao chumbo e zinco provocaria dificuldades e um sentimento geral de amargor e ressentimento no México e Peru, bem como críticas em todos os cantos da América Latina. Não obstante, ele viu-se impotente para vencer o trabalho dos poderosos interessados em mineração nos corredores das duas casas do Congresso em Washington, interessados esses que foram apoiados por senadores representantes dos Estados mineiros.

Voltando ao caso de Cuba (muito embora a característica em questão se aplique a outros países), vemos que o Departamento de Estado não evitou que o Pentágono cometesse erros crassos na América Latina. É verdade que a decisão, aliás retardada, de opor um embargo à remessa de armas para o Presidente Fulgêncio Batista em março de 1958, constituiu um triunfo completo para o Departamento. Todavia, o mesmo Departamento não conseguiu induzir o Pentágono a retirar três missões militares de Cuba, do que resultou que as mesmas se encontravam em Havana quando os rebeldes de Fidel Castro a conquistaram.

Além do mais, o Departamento de Estado não pôde evitar que altas patentes americanas condecorassem e obsequiassem como anfitriões generais cubanos odiados por seu povo, devido à crueldade e corrupção de que haviam dado provas.

Uma ligação mais perfeita entre o Pentágono e o Departamento de Estado e um controle melhor da Casa Branca evitaria ou reduziria tais erros crassos.

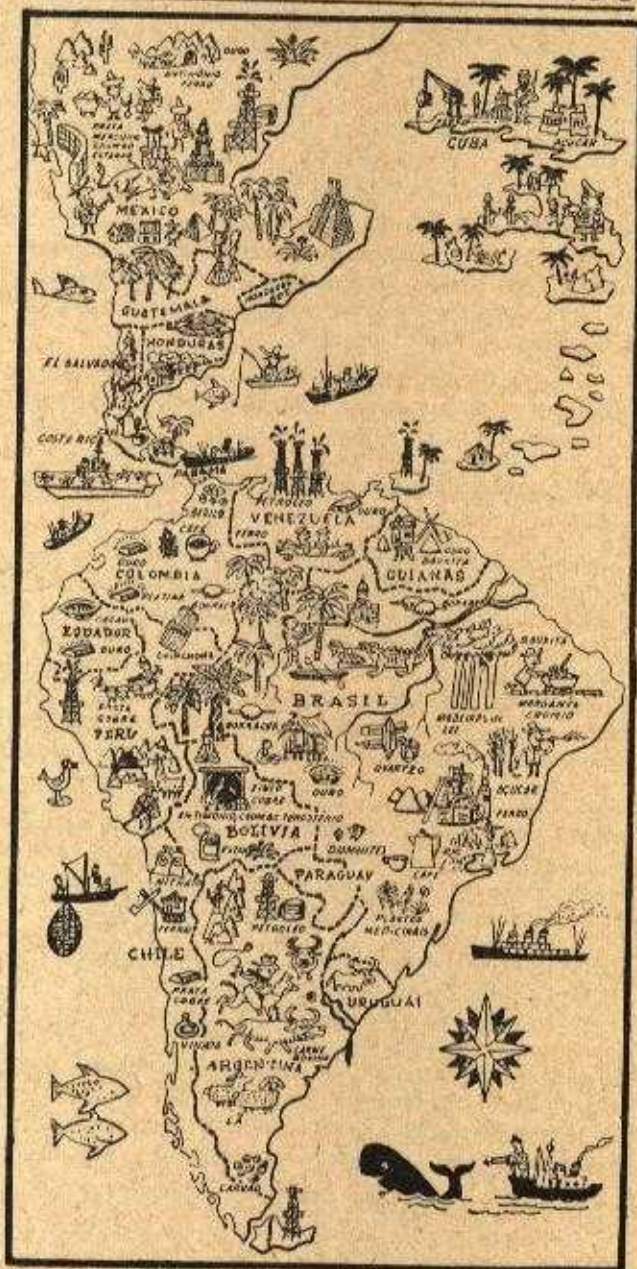
O caso especial de Cuba foi muito observado por nós — e por todo o Hemisfério — graças à visita do Primeiro Ministro cubano aos Estados Unidos. Cuba não só fornece 40% do açúcar que consumimos, mas também é o repositório de uns 800.000.000 de dólares em investimento americano. Um rápido olhar ao mapa é suficiente para mostrar a importância estratégica da Ilha, que se acha situada sobre todas as vias de acesso marítimas e aéreas dos Estados Unidos, do sul para o norte. Nossa base naval na Baía de Guantánamo é a base chave da área dos Caraíbas.

O próprio Fidel Castro é de grande importância para nós. As massas da América Latina olham-no como o campeão notável da justiça social que elas estão buscando com empenho. Como amigo dos Estados Unidos, ele poderia ser muito útil; como inimigo, muito prejudicial. Tomando Cuba como um todo, o mesmo é verdade em uma forma ampliada. Tomando a América Latina como um todo, penetramos num campo em que devemos decidir quanto à nossa existência nacional como potência maior do que a União Soviética ou mesmo comparável a ela.

As maiores queixas dos latino-americanos encontram-se no campo da economia e finanças. Existem algumas diferenças básicas de conceito além de algumas idéias exageradas, de parte dos latino-americanos, acerca do que os Estados Unidos podem fazer.

Muito embora se esteja verificando a industrialização, a região latina tem uma economia essencialmente agrária e mineira. Um número exagerado de países ainda depende irresistivelmente de um só produto, como o café, o açúcar, o cobre ou o estanho. As flutuações nos preços mundiais dos produtos podem trazer uma prosperidade temporária, como ocorreu durante a guerra da Coreia. Desde então, porém, os preços têm sido fracos, especialmente nos últimos anos, e a

POR QUE A AMÉRICA LATINA É VITAL PARA NÓS



América Latina, considerada como um todo, acha-se em crise econômica.

Por isso, os nossos vizinhos no sul vêm-nos pedindo que os auxiliemos a estabilizar os preços das mercadorias. Eles também têm solicitado do governo dos Estados Unidos a concessão de empréstimos para fins de desenvolvimento, a fim de auxiliá-los a financiar a produção de seus recursos naturais e fomentar as utilidades públicas. Eles desejaram ainda a organização de uma instituição bancária que lhes concedesse esses empréstimos.

O Tesouro dos Estados Unidos, induzido pela ortodoxia rígida do Secretário George M. Humphrey e mais tarde — até o choque causado pela experiência de Nixon — do Secretário Robert B. Anderson, nada queria saber acerca dessas medidas. Aliás, elas foram postas de lado com pouca paciência e algum desprezo.

Desde a viagem de Nixon, descobrimos que podemos tentar auxiliar a estabilizar os preços das mercadorias, como o estamos fazendo com o café, chumbo e zinco, e que um banco de desenvolvimento é, afinal de contas, coisa viável. Já se concordou em que os Estados Unidos podem fornecer 950.000.000 de dólares, ou sejam 40% do capital desse banco.

Vem aumentando em Washington a compreensão de que a ortodoxia financeira inflexível exige demasiado de um país latino-americano subdesenvolvido que não dispõe de funcionários governamentais suficientemente experimentados, gerentes e técnicos em sua estrutura industrial, ou trabalhadores com um movimento sindical bem desenvolvido e uma filosofia de alta produtividade. Além do mais, a organização política é, usualmente, de tal forma, que exigir medidas de austeridade fortes poria em perigo ou destruiria mesmo um governo.

O que isto significa é que as diretrizes econômicas americanas devem ser melhor adaptadas às realidades da vida e da política latino-americanas, às suas fraquezas e possibilidades. Tem havido uma falta de compreensão que se encontra na raiz de uma coisa que está errada no tocante às relações Estados Unidos-América Latina.

Muito pouco dos nossos senadores e menos deputados ainda, têm qualquer interesse nos assuntos latino-americanos ou os conhecem. O Presidente Eisenhower não tem na Casa Branca, entre seus auxiliares, um só que seja especialista em assuntos da América Latina. Se tivesse, poderia ter evitado erros como o de condecorar o ditador venezuelano, General Marcos Perez Jiménez, com a Ordem do Mérito, e enviar fuzileiros americanos para postos nas Caraíbas quando pensou que a vida do Vice-Presidente Nixon se achava em perigo.

Perez Jiménez, um dos mais brutais e vorazes ditadores em toda a história latino-americana, constitui uma reminiscência de outra grande e amarga queixa latino-americana — o favoritismo dos Estados Unidos para com os ditadores.

Os dois últimos embaixadores americanos em Caracas, Fletcher Warren e Dempster McIntosh, foram amigos entusiásticos — conforme o demonstraram publicamente — de Perez Jiménez e do Chefe de Polícia, Pedro Estrada, um homem do tipo Himmler. É fora de dúvida que este fato contribuiu para a recepção hostil que Mister Nixon teve, e ele claramente indicou isso. Quando a amizade americana para com os ditadores conduz a queixas latino-americanas (e norte-americanas), os porta-vozes do Departamento de Estado, como o Secretário de Estado, como o Secretário de Estado Roy R. Rubottom Jr., contestam invariavelmente, dizendo: "Estamos presos pela política de não intervenção". A alegação é fora de propósito, porque nenhum latino-americano deseja que os Estados Unidos intervenham para depor um ditador ou mesmo lançar mão de sanções econômicas contra ele. Os latino-americanos seriam os primeiros a queixar-se.

O erro em política é a afabilidade para com os ditadores. Essa a razão pela qual Mister Nixon fez sua famosa recomendação no sentido de ser dado aos ditadores um apêto de mão e aos democratas um abraço.

Ademais, mostrar favoritismo aos ditadores é uma forma de intervenção em seu favor. O poder dos Estados Unidos no Hemisfério é tal, que o que quer que façamos ou deixemos de fazer exerce influência sobre os assuntos internos de cada país latino-americano. Por isso, a escolha não é entre intervenção e não intervenção, mas entre espécies de intervenção censuráveis ou aceitáveis.

Este é um problema nas relações diplomáticas dos Estados Unidos que evidentemente ainda não foi solucionado. Se o tivesse sido, não teríamos cometido os erros elementares de favorecer os ditadores precisamente na época em que uma onda irresistível de democracia se espalhava sobre o Hemisfério.

Os problemas são formidáveis e complexos. A diplomacia, tal como a política, é uma arte e não uma ciência. Cada latino-americano, por exemplo, frisa o fato de que, de parte dos Estados Unidos, é necessário que haja mais compreensão, simpatia e paciência. Essas qualidades estão na esfera do espírito e não dos dólares, mercadorias ou armas. A psicologia, o caráter e temperamento, as tradições e costumes, a religião, na maioria dos casos, a atitude geral para com a vida e o governo são diferentes dos nossos equivalentes.

Os esforços em todos os sentidos para melhorar as relações entre os Estados Unidos e a América Latina devem ser mútuos. Sendo nós, porém, mais fortes, mais ricos e constituindo um só país, e ela fraca, pobre e dividida em vinte partes, temos as maiores oportunidades e responsabilidades. Também temos de adaptar nossas diretrizes mais realisticamente ao fato básico de que a América Latina é de importância imensa para nós.

(Condensado do "New York Times Magazine")



Coordenador: Ten-Cel HUGO DE ANDRADE ABREU

I — PARA-QUEDISTAS OU AEROTERRESTRES ?

Tenente-Coronel OCTAVIO A. VELHO

Parece problema de pequena monta o da denominação a dar à nossa tropa aeroterrestre. Inicialmente conhecida no mundo como "tropa pára-quedista", a força precipuamente organizada, instruída e equipada para o "envolvimento vertical", mudou de nome no decurso da Segunda Guerra Mundial, devido à influência norte-americana.

Realmente, as operações aeroterrestres daquela guerra passaram a ser realizadas por um escalão de assalto, constituído sobretudo por um elemento pára-quedista, e um escalão de acompanhamento, que se compunha de elementos terrestres, aquáticos ou aerotransportados. Na fase do assalto, todavia, podia ser ainda engajado um elemento planadorista, isto é, transportado em planadores rebocados pelos aviões de transporte. Modernamente, os planadores foram substituídos pelos aviões de transporte de assalto (tipos C-122 e 123), aeronaves com potência própria e grande facilidade de decolagem e pouso em pistas reduzidas e mesmo não preparadas.

Não há a menor dúvida de que qualquer tropa pode ser rapidamente adaptada ao transporte aéreo — seja em planadores, em aviões de transporte, em aviões de transporte de assalto, em helicópteros, e, futuramente, quicá em discos-voadores... Não cremos haver necessidade alguma de denominação especial para essa tropa: ela será aerotransportada em determinada operação, e nada mais.

Outro é o caso, entretanto, da tropa destinada a ser empregada normalmente, lançando-se de uma aeronave em voo — qualquer que seja esta — em segurança e apta a cumprir missão de combate ao aterrar.

A esses homens, oficiais e praças de tôdas as Armas e Serviços do Exército (e de que hoje já dispõe a nossa Marinha igualmente em sua Companhia de Reconhecimento do Corpo de Fuzileiros Navais, assim como a Força Aérea em seu Serviço de Busca e Salvamento) cabe o nome — que é a um só tempo, definição e título de glória — de Pára-quedistas.

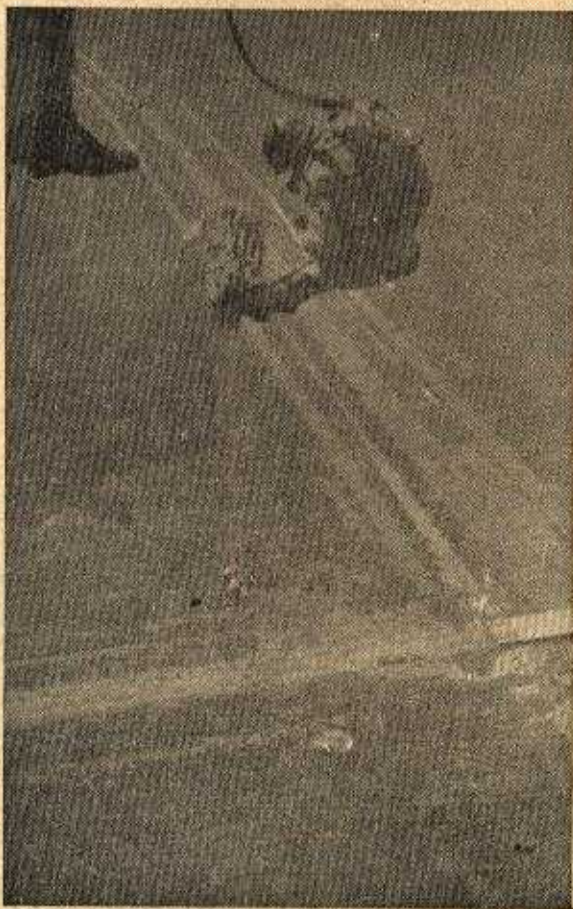
Não é preciso muita imaginação nem dose extraordinária de empatia, para avaliar-se da energia moral e física, do autocontrole e do sangue frio indispensáveis a quem faz do pára-quedismo a sua especialização militar. Que é muito mais do que especialização, pois não exclui outras (motomecanização, material bélico, educação física, comunicações, guerra química, etc.), e menos do que Arma ou Serviço, já que a Divisão atualmente denominada Aeroterrestre a tôdas abrange.

Há momento, porém, seja em paz seja com mais forte razão em combate, em que o valor individual só por si não basta para fazer o homem comum — e é esse o que nos deve preocupar em questões de organização — sobrepujar o instinto de conservação, os impulsos básicos de sobrevivência. Mister se faz dispor de algo superior ao indivíduo, que o ultrapasse e englobe, e que são aqueles imponderáveis decisivos representados pelo acervo do moral coletivo. O espírito de corpo, o orgulho de seu uniforme especial, as insígnias e distintivos, os estandartes, as canções — e máxime a certeza de pertencer de fato a uma tropa que tem o privilégio de usar um nome respeitado e reconhecido por todos como caracterizando elementos de escol — são alguns desses fatores.

Nosso Exército já tem realizado algo nesse sentido. Acontece, porém, que aos poucos estão sendo incorporados a outras unidades certos costumes, praxes, e peças de fardamento, até então distintivos dos pára-quedistas. E a nomenclatura oficial insiste em que estes e suas unidades, bem como a própria Grande Unidade, sejam designados pelo nome inexpressivo, artificial e desconcertante de Aeroterrestres.

É inegável que essa foi a tradução mais fiel que se pôde obter para o termo inglês *Airborne*. Ocorre, entretanto, que na língua inglesa estes tem significado próprio: "vindo do ar", "oriundo do ar", "trazido pelo ar". Nada disso está implícito na tradução adotada em português. Dai uma série enorme de confusões, mesmo dentro das relações com outras organizações do Exército. A todo instante recebe-se, nas unidades aeroterrestres, documentação dirigida a unidades antiaéreas ou da Força Aérea, há quem pense, com certa razão, tratar-se de elementos destinados à ligação terra-avião, e assim por diante. Já houve caso de se ver documentos oficiais referindo-se a unidades "antiaéreas terrestres"...

Parece-nos, pois, de interesse para a melhor identificação da tropa que tem maior probabilidade de emprêgo por muitos anos, dadas às condições geográficas e de transportes do Brasil, que se lhe dê o nome a que faz jus por todos os títulos: Pára-quedista. Ela, como outra tropa qualquer, desde que dotada de transporte aéreo, participará das Operações Aeroterrestres — estas sim, com o nome certo.



Quem faz a linguagem é o povo, todos sabemos disso. E não se vê nenhum noticiário de imprensa, escrita ou falada, de cinema ou televisão, nem mesmo conversa de rua, em que sejam feitas referências aos "Aeroterrestres do Exército". Pelo contrário, já faz parte até do jargão popular o nome "para-quedista" para indicar indivíduos arrojados, audaciosos, inimigos de longas esperas, cheios de recursos e expedientes, "vivos" enfim...

Longe de nós a idéia de desencadear uma campanha "saneadora" da linguagem, com o fito de proibir o emprego pejorativo desse honroso

nome, como houve recentemente com relação a outras palavras de nosso idioma. cremos que, além de inócuo, isso tem o seu quanto de ridículo.

O que alvitramos, isso sim, é que o Exército nos dê oficialmente o título a que fazemos jus sob todos os aspectos. Pois, ser Pára-quedista é, para nós, o maior dos galardões, a recompensa máxima dos tremendos esforços físicos e emocionais a que somos submetidos. É um simples nome, mas como diversos outros nomes tem um conteúdo simbólico de tremendo impacto psíquico. É energia física e moral, é bravura construtiva e serena, é lealdade no mais alto grau, é confiança e fé, é auto-domínio e senso de responsabilidade, é cumprimento do dever e consciência de força, é noção de honra e pundonor, é ideal de aperfeiçoamento e realização, é mística. E é, principalmente, capacidade de não esperar por um dia longínquo (que pode nunca se concretizar) para morrer pela Pátria, arriscando todos os dias, com desassombro mas sem imprudência, nossa vida e as de nossos comandados, por amor ao Brasil.



PEÇAS LEGÍTIMAS

Cia.



Comércio e Indústria

Av. Oswaldo Cruz, 73 e 95

Telefone: 45-8185

Rua Camerino, 79/81

Telefone: 43-4990

Rua Bambina, 36

Telefone: 95-5763 - Rio

II — O EXÉRCITO AMERICANO ABRE CAMINHO AO PROGRESSO

Condensado pelo Ten-Cel ALLAN BARBOSA

Onde, outrora, madeireiros nômades impeliavam rústicas embarcações, através das corredeiras espumejantes, breve os grandes navios de alto mar trarão as volumosas correntes de tráfego do mundo às cidades dos Grandes Lagos.

Assim, o sonho da utilização dos Grandes Lagos — o maior sistema de vias aquáticas interiores do mundo — tornar-se-á realidade, pois a Arma de Engenharia do Exército dos Estados Unidos empenha-se na terminação do monumental projeto do aprofundamento e melhoramento dos canais de ligação entre os Grandes Lagos. Essas estreitas e rasas vias de ligação entre os lagos estão sendo aprofundadas para 27 pés (8,18 m), principalmente para permitirem a circulação local. Entretanto, o melhoramento permitirá, também, que os benefícios do tráfego de alto mar se espalhem através do sistema dos Grandes Lagos; ele permitirá que navios oceânicos vençam uma subida de 602 pés (182,4 m), do Oceano Atlântico até à cidade de Duluth, no Estado de Minnesota.

Começado em maio de 1957, o projeto consiste, principalmente, na remoção de cerca de 65 milhões de jardas cúbicas (48.750.000 m³) de terra e rocha. Também exigirá a construção de novas comportas no famoso canal de "Sault Ste Marie". Em tudo e por tudo, essa obra excede, de longe, qualquer empreendimento anterior dos 133 anos de experiência da Arma de Engenharia nos Grandes Lagos.

Além disso, atualmente, a Arma de Engenharia está melhorando o Canal de "Calumet-Sag", em Chicago, a fim de proporcionar melhor ligação entre o Rio Mississippi e o Lago Michigan, através das 327 milhas (526,243 km) navegáveis do Rio Illinois. O canal, em Chicago, será alargado dos seus atuais 60 pés (18,18 m) para 225 pés (68,175 m) e terá 9 pés (2,727 m) de profundidade.

O próprio canal marítimo de São Lourenço foi um empreendimento conjunto dos Estados Unidos e do Canadá. A parte dos Estados Unidos foi realizada pela "Corporação de Desenvolvimento do Canal Marítimo do São Lourenço" ("St Lawrence Seaway Development Corporation"), que teve na Arma de Engenharia o elemento organizador do projeto e construtor.

Quando essas duas obras estiverem terminadas, o sistema navegável dos Grandes Lagos e suas ligações com o Oceano Atlântico e o Rio Mississippi fornecerão uma via navegável continua, que irá de Montreal ao México, através dos rios principais da Bacia do Mississippi, desde Pittsburgh (Estado de Pensilvânia) até Sioux City (Estado de Iowa) e de Duluth (às margens do Lago Superior) no Estado de Minnesota para os portos de todo o mundo.

Embora em termos de movimento de terra, o projeto de melhoramento dos canais só atinja a 1/4 do volume escavado no Canal do Panamá — inaugurado há 45 anos passados, após ser construído pela Arma de Engenharia — os resultados, em termos de tonelagem de tráfego e importância econômica para o país, ser-lhe-á comparável.

Assim, no espaço de meio século, o Exército terá concretizado três ligações estratégicas da maior importância para o comércio, a indústria e a defesa da Nação — o Canal do Panamá, a Rodovia Alcan e o Sistema Navegável Interior dos Grandes Lagos.



SENHORES REPRESENTANTES

"A DEFESA NACIONAL" agradece o trabalho anônimo e desinteressado, despendido pelos amigos em 1960.

Continuamos aguardando os pedidos de assinaturas para 1961, os quais poderão ser feitos mediante desconto mensal em fôlha da importância de Cr\$ 20,00 ou remessa, de uma só vez, da quantia de Cr\$ 240,00.

Necessitamos de sua comunicação para poder regular a expedição referente a janeiro de 1961.



Seção

do **CANDIDATO** à



Coordenador

Major GERMANO SEIDL VIDAL

SUMÁRIO

I — COMENTÁRIOS SOBRE A ORIENTAÇÃO DOS CANDIDATOS A ECEME

Maj GERMANO SEIDL VIDAL.

II — INVASÕES FRANCESAS E HOLANDESA NO BRASIL

Luta contra esses invasores e a sua influência na formação do espírito nacionalista brasileiro (2ª Parte) — Cel RAIMUNDO TELES PINHEIRO.

III — QUESTÕES DO CONCURSO DE 1960

Cultura Geral (para oficiais das Armas) e Línguas Estrangeiras (para todos os candidatos).



I — COMENTÁRIOS SOBRE A ORIENTAÇÃO DOS CANDIDATOS À ECME

MAJ GERMANO SKIDL VIDAL

Realiza-se no dia em que escrevemos esta nota uma das provas do Concurso de 1960. Conversamos, há algum tempo atrás, com muitos companheiros que, agora, se candidatam ao galardão da matrícula no mais alto Instituto de Aperfeiçoamento profissional-militar do Exército. Buscávamos verificar as necessidades que pudessem ser atendidas pela modesta contribuição das páginas de A DEFESA NACIONAL. Com surpresa constatamos a existência de uma nova mentalidade dos referidos candidatos, exigida pela recrudescida concorrência àquela matrícula.

Ultimamente, algumas questões de Cultura Geral, assunto que mais de perto interessa neste comentário, têm sido calcadas na idéia central de testar a *reflexão* e o *raciocínio* do *aluno*, para julgá-lo em face de uma *reflexão* e de um *raciocínio* *oficial*, constituído em gabarito de correção e criado pela Comissão Examinadora.

Dessa forma, não se pretendendo premiar a *memorização*, aboliu-se a formulação de questões que se escudassem na soma de conhecimentos, meramente descritivos, sem interveniência de uma *ação interpretativa*.

Essa mudança, marcadamente evolutiva, provocou uma acomodação dos que a devem atender, ou seja, dos candidatos, a um sistema novo de preparação para o exame. Talvez outros fatores tenham correlação com o que depreendemos, como as próprias restrições impostas pela vida hodierna, no seu pragmatismo russeliano (1); porém, o que é fato positivo, provado e sabido, é que os candidatos, de um modo geral, ligaram-se aos Cursos de Preparação, existentes em Associações de Classe, nas Escolas de Formação ou Especializadas, por correspondência (como as Campanhas do "Ajuda teu irmão" (2) ou dirigidos por experientes e cultos companheiros d'Armas.

Esses Cursos, sem dúvida, propiciam a maneira mais direta e eficiente do aspirante ao Concurso aprender a *refletir* e a *raciocinar*, em termos de Cultura Geral, com vistas aos aspectos peculiaríssimos de específico interesse militar ou da política governamental.

Os livros clássicos, amarelecidos ao tempo, estão, pouco a pouco, caindo em desuso. Há uma efetiva propensão de substituição daquelas obras por substanciosos polígrafos, condensados ou minudentes, conforme a importância do problema em face das questões de *raciocínio*.

A *parte interpretativa* é tratada com inusitada atenção nesses Cursos Preparatórios, podendo destarte os candidatos melhor assimilá-la.

Esse modo de preparação é de tal modo convincente que a maioria dos candidatos aptos, nos últimos anos, esteve frequentando algum

(1) Referimo-nos ao ceticismo de Bertrand Russell, que criou uma filosofia na conduta do homem moderno.

(2) Ver "Campanha de incentivo ao Candidato" — Defesa Nacional n. 554, de Nov 60.

Curso. Experimentados oficiais, na participação dos árduos trabalhos de correção das provas do Concurso em tela, confessaram-nos perceber os que, como franco-atiradores, se aventuram a deduções e interpretações pessoais, frutos da *reflexão e raciocínio* a sós, sem mestres a lhes indicarem o caminho a seguir na fase preparatória.

Tudo isto vem aqui com o propósito de mostrar uma realidade, quando se estuda nos órgãos competentes, as novas *Instruções para o Concurso* e o novo *Regulamento da ECEME*.

Atualmente, estão incluídos, no Programa, assuntos do teor seguinte:

- “*Estudos geográfico-militares de áreas*”, sem definir claramente o escalão, a missão, a finalidade, etc., dos mesmos, levando candidatos menos avisados, durante seus estudos, a divagações de verdadeira avaliação estratégica dos fatores geográficos;
- Estudos de “*Campanhas militares sul-americanas*”, com restrita orientação de seus objetivos, o que, via de regra, conduz o neófito, durante a preparação, à análise da Manobra e da Política de Guerra dos beligerantes, em níveis realmente mais condizentes com os dos oficiais já cursados.

Esses comentários, feitos francamente, não são uma verdade?

Não se pode pensar, desde já, numa melhor orientação do candidato à ECEME?

Não é preferível que a orientação dos candidatos tenha caráter oficial, ao invés de ficar a cargo, exclusivamente, de *Cursos de Preparação*, particulares?

Os candidatos e, especialmente, o Exército, não lucrariam com essa medida?

Houve já uma experiência de *Curso de Preparação*, por correspondência, para a antiga Escola de Estado-Maior, se não nos enganamos entre 1934 e 1939. Naquela época, o candidato recebia todo o material didático, necessário ao estudo de todas as matérias, compendiado no conhecido GUIA DO CANDIDATO.

Hoje, parece-nos, não será necessário se chegar a tal esforço. O estudo de línguas estrangeiras pode ficar, sem prejuízo, a cargo do interessado e a EsAO dá o subsídio oficial indispensável à atualização dos Conhecimentos Militares. Resta a parte de Cultura Geral. Que fazer?

Pensamos que o importante para o candidato é, no caso, a orientação, por intermédio de: Indicação de fontes de consulta, fornecimento de esquemas dos assuntos do Programa, notas interpretativas de aspectos de interesse militar, respostas a consultas formuladas pelos candidatos, etc.

E mais que tudo e acima de tudo a orientação oficial daria ao candidato uma doutrina de como ver os aspectos históricos, geográficos e geopolíticos no “status” da vida nacional, sob o permanente prisma do que convém ao Exército, às FFAA, à Segurança Nacional e ao País, enfim!

Não será isso o que mais interessa de um futuro oficial-aluno da ECEME?

II — INVASÕES FRANCESAS E HOLANDESA NO BRASIL

LUTAS CONTRA ESSES INVASORES E A SUA INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO DO ESPÍRITO NACIONALISTA BRASILEIRO

Coronel RAIMUNDO TELES PINHEIRO.

(Palestra pronunciada no 23º EC, em Fortaleza, para os candidatos ao Concurso à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, em 17 de setembro de 1955, e, posteriormente, nos: Grupamento-Escola da Polícia Militar do Ceará, CPOR de Fortaleza, Escola Preparatória de Fortaleza e Quartel-General da 10ª RM. Serviu de base à compilação deste trabalho, particularmente, a documentação citada na Bibliografia).

2ª PARTE

Decorridos 7 anos de reação permanente e lutas constantes, os filhos da terra não estavam submetidos ao jugo do invasor, e este não tinha liberdade de locomoção nas terras conquistadas, porque, nas vilas e engenhos destruídos e nos caminhos, deparava-se com a morte a cada instante, "na ponta de uma flecha ou de uma bala partida de um arco ou mosquete embosecado".

"Se tantos anos de luta praticamente ininterrupta, de destruição, intranquilidade e terror haviam criado uma barreira de incompatibilidades e intolerância entre os da terra e os alienígenas conquistadores, era verdade, por outro lado, que, por toda parte, se manifestava um desejo velado de paz e harmonia, que permitissem o retorno ao trabalho e à prosperidade antiga."

E isso ocorreu, aparentemente, com o desembarque do Príncipe Maurício de Nassau no ano de 1637, em PERNAMBUCO, onde foi recebido por todos como pacificador. Governando com justiça e moderação e auxiliando o restabelecimento das atividades agrícolas, Nassau conseguiu pacificar o território até o RIO SÃO FRANCISCO, onde fundou, em PENEDO, o Forte Maurício. Bagnuolo retira-se para a BAHIA.

Pelo mar, houve represálias e ataques dos holandeses a SALVADOR e ao recôncavo, que foram repelidos. Em 26 de outubro de 1637, o Major George Gartsman ocupou o CEARÁ, com 126 soldados, e mais 25 índios



5 — Filipe Camarão

cearenses que tinham ido ao RECIFE solicitar essa ocupação, após tenaz resistência da brava guarnição portuguesa, composta de 33 praças comandadas por BARTOLOMEU DE BRITO.

Em 1639, chegou à BAHIA o Conde da Tõrre, novo Governador Geral, que passou o ano em preparativos para atacar o grosso das forças flamengas em PERNAMBUCO. Fazendo seguir para lá, por terra e sucessivamente, os contingentes de D. Filipe de Moura, de Filipe Camarão e de Bagnuolo, partiu com a esquadra luso-espanhola em 17 de novembro: desembarcou um contingente em ALAGOAS e prosseguiu para o Norte a 14 de dezembro, batendo-se com a esquadra holandesa, que partira do RECIFE, sucessivamente em ITAMARACA, a 10 de janeiro de 1640, na altura do CABO BRANCO, a 13, defronte de CABEDELO, a 14, e, finalmente, na foz do POTENGI, a 17, onde saíram derrotados os luso-espanhóis.

Um contingente de 1.300 homens desembarcados daquela esquadra na baía dos TOUROS, sob o comando de Luís Barbalho, marchou pelo sertão invio, lutando contra índios, batavos e contra tudo por 2.400 quilômetros até à BAHIA, ombreando-se com os bravos das TERMÓPILAS, e dos dez mil de Xenofonte, e escreveu na história outra página épica (a).

A êsse contingente de bravos, de passagem pela PARAÍBA e PERNAMBUCO, juntaram-se os de Vidal de Negreiros, Camarão e Henrique Dias.

Em abril desse mesmo ano, Nassau tentou novas investidas contra SALVADOR e o Coronel Koin contra a região do Rio REAL, fracassando tôdas.

Com a noticia da restauração portuguesa, foi, no BRASIL, reconhecido Rei de PORTUGAL D. João IV, em fevereiro de 1641, e como a HOLANDA fazia guerra à ESPANHA, parecia terminada a luta. E foi celebrado um ajuste entre PORTUGAL e a HOLANDA, em 12 de junho, pelo qual seriam suspensas as hostilidades por dez anos, o qual estipulava no seu art. 8º, que "nas terras e mares pertencentes ao distrito da jurisdição concedida pelos Senhores das Ordens Gerais à Companhia da Índia Ocidental (no Brasil e na África) só deveriam começar a contar em cada lugar desde que aí fôsse apresentada a ratificação do tratado", e, no 21º, que "ficava reconhecido, ao Governo Holandês, o domínio adquirido pela conquista". (D. João IV procurou a amizade e o auxilio da Holanda, contra o inimigo comum que era a Espanha, e foi assinado um tratado de aliança entre os dois países).

Procedeu-se, então, ao desarmamento e embarque para a EUROPA de contingentes napolitanos e espanhóis e aguardou-se o embarque dos holandeses.

Nassau, porém, quebrando o ajustado, prosseguiu nas operações e ocupou SERGIPE em setembro e o MARANHÃO em novembro, sob protestos do Governador Geral Marquês de Montalvão. (Constatadas, na Holanda, as noticias da ocupação do Maranhão, os Estados Gerais enviaram ordens às suas autoridades no Brasil, em 22 de fevereiro e 15 de março de 1642, para cumprirem e fazerem cumprir à risca o tratado de tréguas).

A deslealdade de Nassau calou fundo no ânimo dos luso-brasileiros, fazendo ruir o prestigio e simpatia que granjeara dos nordestinos, que, já também explorados pela ganância dos argentários judeus e cristãos novos do RECIFE, só pensavam na reação e expulsão dos flamengos. (Um tal Jorge Pinto devia, em 1642, a importância de 937.997 florins, e J.F. Vieira 541.610 florins, e eram os maiores devedores).

E surgiu providencialmente Vidal de Negreiros, arauto da idéia de redenção da Pátria brasileira e autêntico "governador da liberdade".

Em setembro de 1642, os maranhenses, reunidos em torno de Muniz Barreiros e inflamados por Vidal de Negreiros, rebelaram-se contra os dominadores holandeses e, auxiliados pelo PARA, bateram as forças do Coronel Henderson e de Jacob Evers em fevereiro de 1644, forçando-os à retirada para o CEARA e, a seguir, para o RIO GRANDE DO NORTE. Neste mesmo fevereiro ou principios de março de 1644 os índios cearenses, revoltados, trucidaram toda a guarnição holandesa do CEARA, inclusive o Comandante Morris.

Quando essas noticias chegaram ao RECIFE, Nassau estava de regresso à HOLANDA, o que fez embarcando na PARAIBA a 22 de maio de 1644.

Encorajados pela vitória do MARANHÃO e animados por Vidal de Negreiros, a alma do movimento restaurador, formaram os luso-brasilei-



Cópia de Carta 2ª Sgt. Dias - Sa. Sec. CME/27-9-60.

6 — Henrique Dias

ros o "Grupo dos Independentes", com o compromisso formal de expulsar os holandeses do BRASIL, apesar dos entendimentos, marchas e contramarchas do governo português, que pretendeu atender à pretensão da HOLANDA, deixando-a com a preciosa posse da terra.

Entre outros, participavam do "Grupo dos Independentes": João Fernandes Vieira em PERNAMBUCO, Vidal de Negreiros na PARAIBA, o Governador Geral Teles da Silva na BAHIA... E as conspirações e preparativos se sucederam ativamente...

Enviando os holandeses ao interior um destacamento com o objetivo de bater o que eles chamavam insurretos, decidiu o Sargento-Mor Antônio Dias Cardoso, enfrentá-los, e bateu-os, com a valiosa cooperação de João Fernandes Vieira, no Monte das TABOCAS, próximo da atual VITÓRIA DE SANTO ANTÃO, aos 3 de agosto de 1645. (900 Luso-brasileiros, dos quais apenas 230 armados de mosquetes e os demais de espadas, facões, dardos e cacetes, tinham conseguido levar a melhor sobre 1.100 flamengos jactanciosos, bem equipados e melhor armados). Era o começo do fim...

Para investir contra OLINDA e RECIFE, os contingentes vitoriosos reuniram-se aos índios de Camarão e Rodela e do preto Henrique Dias, enquanto na BAHIA, Vidal de Negreiros e Soares Moreno organizaram

2 Terços, transportaram-nos por mar, desembarcaram em TAMANDARÉ, ocuparam SERINHAEM, a 4 de agosto de 1645 e bateram os defensores da região.

Do Monte das TABOCAS, os contingentes reunidos seguiram para incorporarem-se aos de Vidal de Negreiros no CABO, para captura do qual foi destacado Martim Soares Moreno. Ao mesmo tempo o grosso perseguiu os holandeses na direção do RECIFE, alcançando-os no Engenho CASA FORTE, da heróica Ana Pais, onde Vidal e Fernandes Vieira os bateram a 17 de agosto. A 3 de setembro, exatamente um mês após a retumbante vitória do Monte das TABOCAS, capitulava a Guarnição do CABO ante as forças de Soares Moreno, reforçadas pelas de André Vidal de Negreiros. (Observe-se a ação de Soares Moreno na luta, desde os primeiros reconhecimentos no Maranhão, em 1613, contra os franceses, até 1646, quando se retirou da campanha, em consequência da avançada idade e de achesques próprios da vetustez).

E a tempestade se desencadeou por toda a parte e o flamengo foi batido: na PARAIBA, a 11 de setembro, em ALAGOAS a 17 e 19 de setembro, em OLINDA a 20 de setembro, e no RIO GRANDE DO NORTE em outubro.

Os nossos estabeleceram, um pouco ao Sul do primeiro, em 1646, novo ARRAIAL DE BOM JESUS, donde continuaram a hostilizar os holandeses, novamente circunscritos à área fortificada do RECIFE.

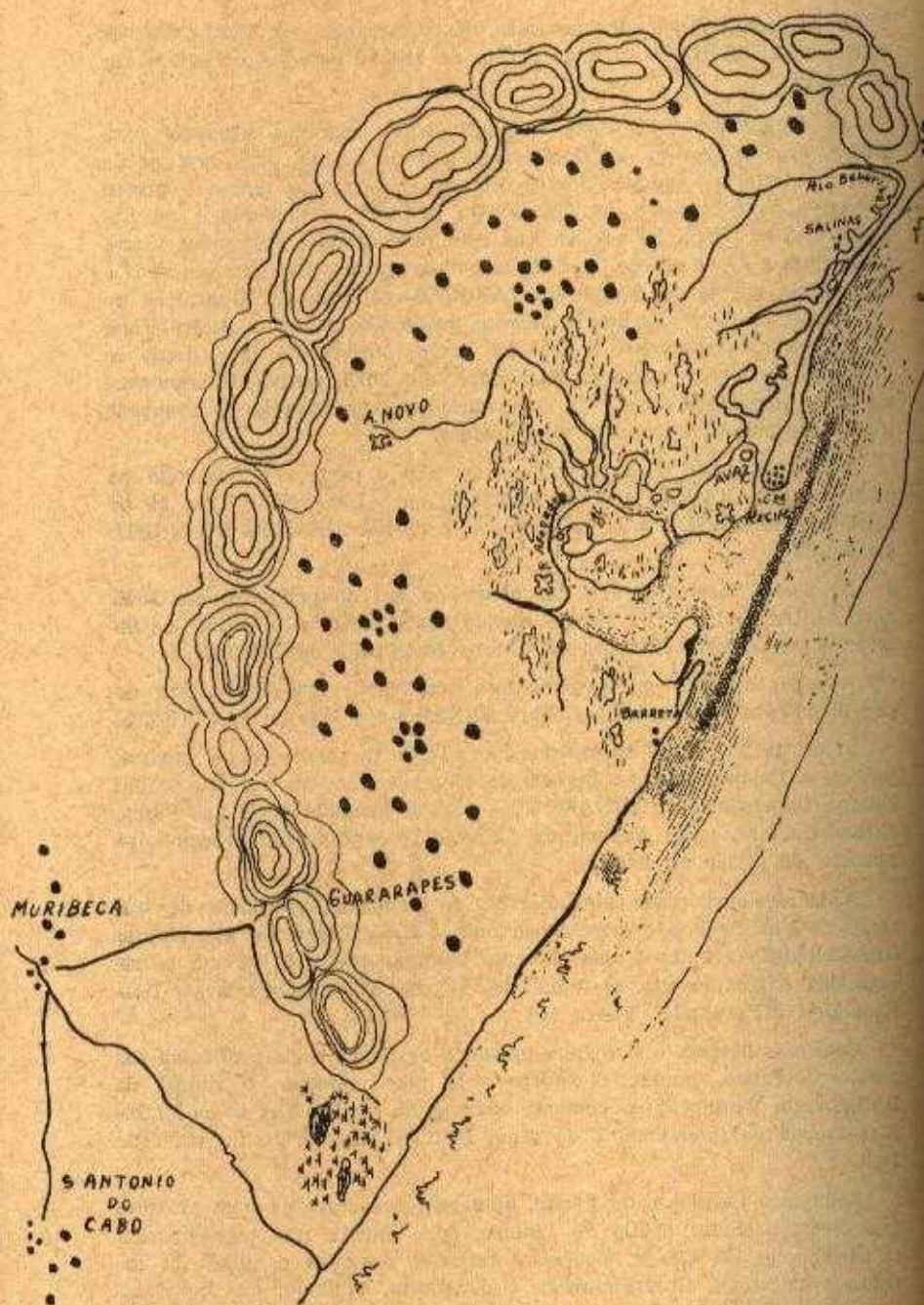
A partir de 1648 entrou-se na fase decisiva da luta libertadora, depois do fracasso dos flamengos sobre PENEDO e a Ilha de ITAPARICA.

Teles da Silva foi substituído por Teles de Meneses no governo geral, e o Mestre-de-Campo Barreto de Meneses, com um reforço de 300 homens, foi enviado a PERNAMBUCO, para o comando geral das Forças (Prêso, no mar, pelos holandeses, Barreto conseguiu fugir rocambolescamente, da prisão no Recife).

A 19 de abril desse ano, Barreto de Meneses, informado de que forças de Van Schkoppe marchavam para o Sul, precedeu-o nos Montes GUARARAPES e bateu-o após violenta batalha, graças à bravura já reconhecida e comprovada de Vidal de Negreiros, Filipe Camarão, Henrique Dias e Fernandes Vieira (b).

Com essa derrota o flamengo passou a agir com mais prudência em terra, redobrando, porém, o esforço pelo mar: assolou o litoral da BAHIA, sem vantagens, e ocupou, novamente, o CEARÁ, onde Matias Beck lançou os fundamentos da atual FORTALEZA, a 10 de abril de 1649.

Reunido o Conselho, no Recife, opinaram que seria de bom proveito uma diversão contra o Rio de Janeiro, pois embora não conseguissem se assenhorear da cidade, poderiam recolher despojos e pilhar as fazendas e engenhos circunvizinhos; e decidiram, também, que convinha fazer um esforço para levantar o sítio do Recife, e seguir para o Sul (Offício de Schkoppe, de 10 Mar 649). E, com esse desideratum, pro-



8. — Cópia de antigo esboço da Região onde se travaram as Batalhas de Guararapes

curando aliviar o cada vez mais apertado cêrco da cidade MAURÍCIA, deixaram-na em 18 de fevereiro de 1649, repeliram pequeno pôsto da BARRETA e seguiram para o Sul, pela estrada que conduz aos Montes GUARARAPES.

Barreto de Meneses, informado do fato, seguiu-os e, no fim da jornada, tomou contato com os holandeses nos citados Montes GUARARAPES, na mesma posição em que se encontravam as nossas fôrças em 19 de abril do anterior ano de 1648.

Os flamengos, supondo que os luso-brasileiros os atacariam, na manhã seguinte, naquela direção, cavaram trincheiras face a Nordeste, durante tôda a noite.

Barreto de Meneses, porém, contornando os montes, protegido pela escuridão, apresentou-se ao amanhecer pelo Sul, e o inimigo cuidou da nova frente. Não sendo atacado até a tarde, no entanto, decidiu regressar ao RECIFE e, quando abandonava as posições nos montes, foi atacado e decisivamente vencido pelos patriotas, que alcançaram brilhante vitória. (Seria a data de 19 aziaga para os ocupantes flamengos?...)



9 — Fernandes Vieira

Primaram, ainda, pela bravura, e ação decisiva os heróis Vidal de Negreiros, Henrique Dias, Fernandes Vieira e Dias Cardoso! O grande chefe indígena Filipe Camarão estava ausente; vencido por velhos achaques agravados pelas vicissitudes da guerra, o glorioso patriota entregara serenamente a alma a Deus, em maio de 1648 (Varnhagen consigna agôsto), constituindo o pedestal de sua imorredoura glória... Substituíra-o seu sobrinho e não menos bravo Diogo Camarão (c).

A partir daí, a situação se tornou, dia a dia, mais premente para o invasor, que, com a presença da esquadra portuguesa do Almirante Pedro Jacques de Magalhães, perdeu, também, o domínio do mar, e foi levado à capitulação, assinada a 26 de janeiro de 1654, na Campina do TABORDA.

A 28 entravam nossas fôrças vitoriosas no RECIFE. Estavam restaurados PERNAMBUCO e o BRASIL!... E Matias Beck, com todos os seus, deixou apressado as plagas cearenses, das quais tomou posse, em 20 de maio, o Capitão Álvaro de Azevedo Barreto.



10 — Mestre-de-Campo Francisco Barreto de Menezes.

Cabe aqui divulgar incisivo e justo conceito do atual General Antônio de Sousa Júnior :

"A primeira batalha dos Guararapes, estudada no quadro de sua época e guardadas as proporções, é um grande acontecimento militar, digno de figurar com realce entre os que deram renome de grandes Capitães a Gustavo Adolfo, Turenne e outros chefes militares do século XVII.

Os brasileiros, pela sua admirável intuição da guerra, mostraram-se avançados de mais de um século, em relação aos chefes e às idéias militares contemporâneas. Não parece absurdo concluir que, respeitadas as proporções, é óbvio, nas pugnas do RECÔNCAVO aos GUARARAPES encontramos bem nítido um esboço do quadro da guerra moderna"...

"Como ocorreu na última guerra, não foi empregada a política da terra devastada, a ação dos guerrilheiros e o princípio da concentração de esforços? A procura de uma batalha decisiva e a idéia de aniquilamento do inimigo, características fundamentais da guerra moderna, não se encontram materializadas nas duas batalhas dos GUARARAPES?"

4 — Consequências :

A vitória final contra os invasores, particularmente contra os holandeses, pelas armas dos filhos da terra quase sôzinhos, "deu-lhes a consciência do seu próprio valor, a razão primordial de seu apêgo, de seu amor à terra, ao mesmo tempo que garantiu a unidade política do

pais", a manutenção da civilização latina íntegra, a unidade da língua e da religião em toda a sua plenitude.

"Reinóis como Barreto de Meneses, ilhéus como Fernandes Vieira, mazombos como André Vidal de Negreiros, índios como Filipe Camarão, negros como Henrique Dias, mamelucos, mulatos, curibocas, mestiços de todos os matizes e de todas as regiões combateram unânimes pela liberdade divina."

"Operara-se uma solda entre todos os elementos étnicos; e estava plasmado o espírito nacionalista brasileiro..."

"As lutas com os holandeses revelaram o BRASIL a si mesmo; expulsos esses, os brasileiros deram corpo e alma ao BRASIL". Confirma-o este pequeno e significativo trecho do compromisso de 23 de maio de 1645: "Nós, abaixo assinados, nos conjuramos e prometemos, em serviço de liberdade, não faltar a todo tempo que fôr necessário, com toda a ajuda de fazendas e pessoas, contra qualquer inimigo, em restauração da nossa pátria..." Brotara e se consolidara, de fato, a nacionalidade e a generosa, forte e brava alma da gente brasileira!

N O T A S

(a) LUÍS BARBALHO BEZERRA, nascido em 1601 numa propriedade nas proximidades do Recife, ingressou na vida militar em 1614. Quando da invasão flamenga em 1630, incorporou-se com os filhos, criados e escravos, às forças de resistência de Matias de Albuquerque. Assumindo o comando de uma das célebres Companhias de Emboscadas, atuou em situações das mais difíceis, arriscadas e perigosas, participando, até 1632, na Várzea, de quase todos os encontros com os flamengos, aos quais provocava terror e medo. Nos anos de 1633-34, comandou várias expedições ao interior, enfrentando vantajosamente os mais destacados chefes adversários; em março de 1635, defendeu heróicamente o reduto do Cabo que, por fim, se rendeu com honra. Prêso, foi conduzido à Holanda e, depois, a Lisboa, onde foi distinguido, em 1637, com a patente de Mestre-de-Campo e agraciado com o título de fidalgo da Casa Real.

Em maio de 1638, em Salvador, onde desembarcara com um reforço de 300 homens, foi um dos maiores fatores da derrota das forças comandadas por Maurício de Nassau. Em 15 de fevereiro de 1640, iniciou essa fabulosa e epopéica MARCHA que o imortalizou e, ainda hoje, é um dos mais empolgantes e insuperados feitos da nossa História Militar. No jornadear dessas 400 léguas, derrotou Garstman nas margens do Potengi, surpreendeu e pôs fora de combate, no Engenho Goiana, 500 de 1200 holandeses e índios, prosseguiu resoluto, ora batendo, ora evitando o inimigo, vadeou os Rios Ipojuca, Serinhaem e Una, derrotou 1.800 flamengos nos campos de Unhaú, transpôs o São Francisco a 9 de maio, pervagou, de Norte a Sul, o território de Sergipe, penetrou no território baiano e, em junho, atingiu Salvador, onde foi recebido como herói. Pudera não! E, ainda, providencialmente, chegou a tempo de concorrer para o fracasso da expedição do Almirante Lichtardt.

Em 1642, foi um dos membros do triunvirato que sucedeu ao Marquês de Montalvão no Governo Geral e, por motivos ligados à deposição desse Governador, foi preso em Lisboa. Em 1643, como reparação, foi nomeado Governador da Capitania do Rio de Janeiro, em cujo posto o colheu a morte, aos 15 de abril de 1644, sendo seus despojos inumados na Igreja do Colégio dos Jesuítas. Podia morrer, se é que morrem os heróis dessa têmpera, alcandorados na imortalidade.

A imponente e vetusta fortaleza que, na quadrissecular Salvador, lhe ostenta o venerável nome, simboliza sua valorosa vida, inteiramente consagrada à defesa da terra natal, e perpetua a austeridade, a grandeza, a fibra exemplar desse intrépido e celebrado guerreiro brasileiro. Glória a ti, bravo, dentre os mais bravos!

— RAPOSO TAVARES, o mais notável bandeirante de todos os tempos, o maior dilatador do meridiano de Tordesilhas e, conseqüentemente, das nossas fronteiras, participou dessa célebre expedição, à qual o Conde da TORRE dera a missão de atingir ALAGOAS, e, no percurso, ir "queimando e talando a campanha, tirando o proveito ao inimigo, com queimar-lhes as canas e todos os seus engenhos" (Código de documentos do Conde da Torre).

(b) ANDRÉ VIDAL DE NEGREIROS — "do Conselho de Sua Alteza, Fidalgo de Sua Casa, Comendador das Comendas de São Pedro do Sul e da Ordem de Cristo. Alcaide-mór das Vilas de Marialva e Oeiras, Governador e Capitão-General dos Reinos de Angola e do Estado do Maranhão, Governador duas vezes da Capitania de Pernambuco", filho legítimo do Capitão Francisco Vidal e de sua mulher D. Catarina Ferreira, nasceu na capital da Província da Paraíba, no ano de 1606. Aos 18 anos de idade, à sua custa, alistou-se voluntariamente no Corpo Expedicionário organizado pelo Capitão-Mor Francisco Nunes Marinho para "correr em socorro da Bahia", por determinação de Matias de Albuquerque, no ano de 1624; combateu valorosamente, nos pontos mais ariscados, "envolvido num turbilhão de ferro e fogo, levando sua dedicação à Pátria e seu amor sincero à crença religiosa aos altanados pincares do heroísmo"; no ano de 1634, em reconhecimento dos seus desambiciosos, relevantes e destacados feitos, foi premiado pelo Rei com a promoção ao posto de Alferes.

Dai por diante, embriagado pela mística da libertação de sua PÁTRIA, embrenhou-se nos perigos e incertezas da guerra, atingiu sem favor o posto de Mestre-de-Campo, e, após 30 anos de lutas cruentas, animado de incomparável fogo sagrado, elevando o moral de todos, vencendo insuperáveis obstáculos, marcado por vários e gloriosos ferimentos, após expulsar o belicoso e arrogante holandês, retirou-se à vida privada aos 60 anos, vindo a falecer, solteiro, a 13 de fevereiro de 1680, no seu Engenho Novo de São Antônio de Goiana, em cuja capela foi sepultado. Do seu testamento, peça notável do seu próprio punho, redigido no Recife e datado de 14 de maio de 1678, verifica-se que era possuidor de grande fortuna (5 engenhos de fabricar açúcar, com escravos, cobres, bois, etc., dos quais 2 na Paraíba e 3 em Pernambuco; 21 currais

de gado vacuum, com os escravos necessários; terras de Caricé, ilha de Teriri e Ribeira de Maranguape, com escravos e bois; chãos no Recife, sortes de terra na Barreta, data de terras de 10 léguas em quadro na Paraíba, sorte de terras em Jurupiranga, Paraíba, casas de sobrado e chãos na cidade da Paraíba, e uma pedreira com um forno de cal com tôda a terra "que vai correndo até o Rio Paraíba"), a qual legou quase tôda à Capela de Nossa Senhora do Destêrro, por êle construída em Itambé, reservando para sua alma 2.400 missas e a criação de inúmeras obras de beneficência e amparo a várias pessoas, entre as quais, nobilitante e pioneiramente, uma destinada ao recolhimento de padres inválidos.

Foi o herói máximo, o caráter puro, a alma, o cérebro, o coração, o pulso vigoroso da "guerra divina" pela altamente ambicionada libertação nacional, para a qual contou com o indispensável apoio do Governador Geral Antônio Teles da Silva. "Era homem tão superior que necessitava de um Plutarco para julgá-lo".

Como lembrança, transcrevemos pequeno trecho de sua altiva resposta ao apêlo de paz dos "puro-sangue flamengos", de 2 de abril de 1648: "Nenhuma inferioridade conhecemos em nós que hajamos de sujeitar a quem esperamos brevemente vencer. Tratem de sair à campanha, onde há tanto que esperamos, estando certos que a nossa máxima é vencê-los ou morrer".

— ANTÔNIO FILIPE CAMARÃO — Governador e Capitão-Mor dos índios brasileiros, agraciado com o título de Dom e o hábito de Cristo, nascido por volta de 1600 em Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba ou Ceará — não importa o detalhe indevassável — foi "um dos mais legítimos heróis brasileiros, exemplo de bravura e símbolo de lealdade".

Apresentou-se a Matias de Albuquerque em 1630, cumpriu inúmeras missões arriscadas, lutou heróica e bravamente em incontáveis combates, até à morte, um mês após esta memorável batalha, na sua Estância de Afogados, sem jamais trair os seus princípios, recusando com altivez vantagens que lhe ofereciam os flamengos, que o tinham em muito bom conceito, a ponto de o Coronel Artichofsky declarar referindo-se a êle: "aqui um só índio tem poder para nos fazer retirar muitas vezes!" Esse o inolvidável e nobre índio, padrão de heroísmo da guerra da restauração, casado com a também indômita D. Ana Clara, de quem deixou um filho, e cuja altivez está patente na resposta dada ao apêlo de paz do flamengo arrogante: "Não temos para que haver mister papéis, salvo para cartuchos de nossas armas, que os meus soldados tratam mais delas que de escrituras... Saiam já a esta campanha, que a descoberto os esperamos nela".

— HENRIQUE DIAS — Governador e Comandante do Têrço dos homens pretos, Fidalgo da Casa Real, Mestre-de-Campo honorário, com "tôdas as honras, privilégios, isenções, franquezas e liberdades que lhe tocassem". Nascido em Pernambuco, provavelmente em 1575, foi dos primeiros a atender ao apêlo de Matias de Albuquerque, quando em 1630 o holandês conspirou, com sua bota invasora, o solo pátrio.

Distinguiu-se em todos os recontros da guerra, quer como notável campanhista, quer na memorável marcha de 2.400 km com Luís Barbalho, quer nas demais pugnas cruentas, em que recebeu 8 gloriosos ferimentos, um dos quais extirpou-lhe a mão esquerda, tendo êle dado graças a Deus por deixar-lhe a direita para vingar-se, destacando-se, ainda, pela predileção em atacar com arma branca, o que aterrorizava o invasor.

Depois de ir a Portugal, após a restauração, deixando a descendência de 4 filhas, que se casaram, faleceu tranqüilamente a 7 de julho de 1662, legando um magnífico exemplo de bravura, lealdade e amor à terra natal, retratados nos luzidos estandartes dos Regimentos de Pretos — as unidades Henriques — mantidas na organização militar brasileira por dois séculos, perpetuando a memória de um dos mais destacados heróis da restauração pernambucana. Aí está a sua resposta ao apêlo de paz flamenga de 2 de abril de 1648, como ligeira amostra do seu caráter: "Onde estão as armas, escusados são os papéis que VV. SS. mandam lançar; os meus soldados não entendem tanto dêles, como dos muitos e grandes mosquetes que trazem na mão, manejados com tanta presteza e valor, como os Srs. flamengos cada hora sentem; com estas armas ou outras quaisquer, podem VV. SS. sair à campanha, onde eu não somente os espero, mas os convido".

— JOÃO FERNANDES VIEIRA — Mestre-de-Campo, Governador da Paraíba e do Reino de Angola, grande proprietário e grande negociante, nascido na Ilha da Madeira, de pais desconhecidos, chegou ao Brasil com 11 anos e, aos 17, participou da heroica resistência do Forte de São Jorge, quando da invasão holandesa de 1630, sob o comando do bravo Capitão Antônio de Lima.

Depois disto — inteligente, hábil, arrojado e muito ambicioso — passou a morar entre os conquistadores, adquiriu apreciável pecúlio em curto prazo, e se tornou destacadamente influente na capitania. "Escabino de Maurícia, pessoa de confiança do governo holandês do Recife, seu antigo agente de compras de açúcar e empregado da captura de negros fugidos... compareceu, em junho de 1642, perante o Alto Conselho e declarou que é devedor de na importância de 541.610 florins e alega seus notórios serviços a êste Estado"... Após a saída de Maurício de Nassau, conveniente e insistentemente trabalhado pelo insigne patriota André Vidal de Negreiros, "com uma calma, coragem, inteligência e senso de oportunidade notável, concertou o movimento restaurador com outros influentes pernambucanos e, aclamado governador da guerra da liberdade, contaram-se seus triunfos sobre os flamengos pelas vezes que os enfrentou"... Apesar disso, "soube se servir da revolta para o seu próprio interesse, passou éditos em que fazia quites aos que servissem na dita guerra do que deviam aos holandeses". Contudo, em 1647, informa a Jacob Stachouwer, em carta do Arraial de Bom Jesus, datada de 14 de fevereiro, que... "pagarei o que devo e peço que V. Senhoria me considere seu bom amigo". Mas, de fato, nada pagou, considerando-se quite pelas despesas feitas com presentes e jantares aos holandeses de Mauristadt. Era um grande artista, mas inegá-

velmente, "concorreu com a sua experiência e conhecimento do terreno, além das suas valorosas ações no campo da luta, para as sábias e oportunas decisões tomadas por Barreto de Meneses nas duas marchas para os Guararapes e nas duas batalhas que ali se travaram, nas quais ele confirmou as suas apuradas qualidades de chefe calmo e bravo". Restaurado Pernambuco, requereu Vieira, ao Rei, *tudo isto e o céu também*.

— Destacaram-se, ainda, pelo heroísmo e bravura desmedidos, e encheram de glórias, também, a concha do patriotismo nesta memorável batalha: Capitães João Rodrigues, Domingos da Costa e Alferes Manuel Ferreira de Lemos, que perderam denodadamente a vida, inextinguíveis no cumprimento do dever, e os sobreviventes General Francisco Barreto de Meneses, Sargento-Mor Dias Cardoso, Capitães Antônio de Castro, Amaro Cordeiro, Antônio da Rocha Damas, Antônio Borges Uchôa, Afonso de Albuquerque, Antônio Rodrigues Vidal, Bartholomeu Soares Cunha, Braz da Rocha, Braz de Barros Teixeira, Cosme do Rêgo, Domingos Ferreira, Francisco Berenguer, Francisco de Lisboa, Francisco Barreiros, Gregório Fragoso, João Soares de Albuquerque, João de Pontes, Manuel Muniz, Manuel de Abreu, Manuel Lopes, Paulo Teixeira, Filipe Ferreira, Sebastião Ferreira, Vicente Curado, Domingos da Costa, João Rodrigues, Antônio Curado Vidal, Antônio Rodrigues França, Antônio da Silva, Amador Rodrigues, Antônio Dias Santiago, Francisco da Rocha, João Barbosa Pinto, João Lopes, Lourenço Carneiro, Manuel de Aguiar, Pedro Cavalcante de Albuquerque, Antônio da Silva, Tenente-Ajudante Domingos Gomes Brito, e muitos, muitos outros que a história, infelizmente, não conseguiu registrar.

Qual o tributo de tão glorioso feito de armas dos magníficos e impávidos luso-brasileiros? 84 mortos e 400 feridos, de 2.500 valorosos combatentes.

E o preço da audácia dos 7.400 flamengos (incluindo negros e índios)? Além da incontestável derrota, 1.200 mortos, 523 feridos, 180 oficiais mortos (entre eles o famoso Coronel Haus), feridos ou aprisionados, dentre os feridos o Comandante-em-Chefe General Schkoppe e o Coronel Hautyn e dentre os prisioneiros o Coronel Keeweer, e como despojos, duas ricas peças de artilharia de bronze, abundante material de guerra, o riquíssimo Estandarte-General Batavo, 30 bandeiras, grande quantidade de ouro, prata e moedas, cavalos ricamente ajacizados, fardas de gala, ricos chapéus de pluma, sêdas e rendas, capacetes de raro valor, mantimentos e medicamentos em abundância, etc., etc., e grilhões, cadeias e argolas de ferro "para manietar os prisioneiros".

(c) Agigantaram-se, também, nesta segunda e idênticamente memorável batalha dos GUARARAPES, e tiveram os seus nomes gloriosos esculpidos no bronze indestrutível da história, além dos citados e do General Francisco Barreto de Meneses, o Mestre-de-Campo Francisco Figueroa, os Sargentos-Mores Paulo da Cunha e Gerônimo de Inojosa, Tenente Filipe Bandeira de Mello e inúmeros outros.

Pelo decisivo e brilhante feito, os nossos 2.600 combatentes, contando apenas com a desmedida bravura e a divindade da causa patriótica, pagaram o preço de 45 mortos e 200 feridos que, com turbilhonante e

precioso sangue, fizeram transbordar, cascadeante, a taça da vitória brasileira.

E o tributo dos 4.300 dólico-louros flamengos e seus 400 índios e negros aliados, servidos por 6 peças de artilharia, copioso e eficiente material bélico? A derrota completa, 955 mortos, entre estes o seu Comandante Coronel Brincke, o Vice-Almirante Gillissein, 4 tenentes-coronéis, 4 majores, 35 capitães, 32 tenentes, 26 alferes e 49 sargentos, além de 90 prisioneiros e os despojos de 5 estandartes, sua muda artilharia e outros materiais.

BIBLIOGRAFIA

- "Capítulos de História Colonial" — C. de Abreu.
 "História do Brasil", curso superior — João Ribeiro.
 "História do Brasil", Ed. do Centenário — Rocha Pombo.
 "Form. da Nacionalidade Brasileira" — Brig. Lísias Rodrigues.
 "Os Franceses no Rio de Janeiro" — Gen. Tasso Fragoso.
 "Do Recôncavo aos Guararapes" — Maj. A. de Sousa Júnior.
 "Holandeses no Brasil" — F. Varnhagen.
 "Vidal de Negreiros" — Luis Pinto.
 "Tempo dos Flamengos" — J. A. Gonçalves de Mello Neto.
 "Batalha de Guararapes" — J. da Costa Palmeira.
 "Os Holandeses no Brasil antes de 1621" — artigo — Engel Sluiter.
 "O Domínio Holandês e a Economia Açucareira" — artigo — Manuel Diegues Júnior.
 "Pequena História do Ceará" — Raimundo Girão.
 "História Militar do Ceará" — Eusébio de Sousa.
 "A Defesa Nacional" — Revista de assuntos militares e estudos brasileiros.

Ao terminar a apresentação do trabalho de autoria do Coronel Raimundo Teles Pinheiro cumpre à "A DEFESA NACIONAL" agradecer a este brilhante oficial de Estado-Maior a colaboração que deu à nossa revista, compondo páginas de grande interesse particularmente para os oficiais que se destinam à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

O Coronel Raimundo dirige atualmente a Seção de História de nosso Estado-Maior onde, somos testemunhas, emprega seus maiores esforços em prol do desenvolvimento cultural dos oficiais de nosso Exército.

A DIREÇÃO

III — QUESTÕES DO CONCURSO DE 1960

A — CULTURA GERAL (PARA OFICIAIS DAS ARMAS)

- a. Geografia
- b. História

B — LÍNGUAS ESTRANGEIRAS (PARA TODOS OS CANDIDATOS)

- a. Espanhol
- b. Inglês

A — CULTURA GERAL

(Para os oficiais das Armas)

a. Geografia

1ª QUESTÃO

Considerando a importância de BELEM DO PARA, por sua articulação com as rotas marítimas do ATLÂNTICO NORTE e com a AMAZÔNIA, através da grande artéria fluvial:

- a — analisar, do ponto de vista brasileiro, as possíveis conseqüências de ordem política, econômica e militar, de uma ligação RIO NEGRO — CASSIQUEARE — ORENOCO, por um canal que assegure permanente navegação de grande calado;
- b — apreciar o valor de uma ligação de BELEM com o centro e o sul do País, através de um tronco longitudinal de grande rendimento ferroviário, rodoviário ou ferro-fluvial.

2ª QUESTÃO

- a — expor, de modo sucinto, a situação dos países sul-americanos, quanto à existência e exploração de minério de ferro, ressaltando a posição do BRASIL no panorama continental;
- b — Fazendo uma apreciação das atuais condições de exportação do nosso minério de ferro, sugerir a política a ser obedecida nesse setor, bem como as medidas gerais decorrentes dessa mesma política.

3ª QUESTÃO

Através do estudo da influência dos fatores fisiográficos, dos recursos e atividades econômicas, e das maiores ou menores facilidades de circulação, na ocupação de cada Região Natural do País, interpretar o quadro atual da distribuição demográfica do BRASIL.

b. História**1ª QUESTÃO**

Do século XVIII ao término do seu domínio no BRASIL, PORTUGAL assinou, além de outros, os seguintes ajustes diplomáticos:

- 1º Tratado de Utrecht (11 Abr 1713);
- Tratado de Madrid (13 Jan 1750);
- Tratado de El Pardo (12 Fev 1761);
- Tratado de S. Ildefonso (1 Out 1777);
- Tratado de Badajoz (6 Jun 1801).

Enumerar, sucintamente e para cada um deles:

- causas ou circunstâncias determinantes da assinatura;
- principais estipulações contidas e conseqüências mais importantes para o BRASIL.

2ª QUESTÃO

Assinalar as diferenças básicas — na realização e nas conseqüências — apresentadas entre a independência do BRASIL e a das NAÇÕES HISPANO — SUL-AMERICANAS, apreciando os fatores responsáveis por essa diferenciação.

3ª QUESTÃO

Do período compreendido entre os primórdios do século XVI e o final do século XIX, apreciar os principais fatos históricos suscetíveis de influenciar — favorável ou desfavoravelmente — as relações políticas entre o BRASIL e o PARAGUAI.

B — LÍNGUAS ESTRANGEIRAS**α. Espanhol****1ª QUESTÃO**

Traduzir:

El 14 de abril el Quinto Ejército empezó el ataque del centro al oeste del camino Pistoia — Bolonia. Después de una semana de dura lucha, apoyada por todo el peso de la aviación aliada, irrumpió desde los montes, cruzó el camino principal al oeste de BOLONIA y golpeó hacia el norte. El 20 VIETINGHOFF, a pesar de las órdenes de HITLER, ordenó una retirada. Informó con tacto que "había decidido abandonar la política de defensa extática y adoptar una estrategia móvil". Era tarde, ARGENTA ya había caído y la 6ª División blindada británica lo arrollaba todo hacia FERRADA. BOLONIA estaba estrechamente ame-

nazada desde el este por los polacos y desde el sur por la 34ª División norteamericana. Se la tomó el 21 de abril, y allí los polacos destruyeron a la renombrada división paracaidista alemana. El Quinto Ejército presionó hacia el PO, mientras la aviación táctica hacía estragos por los caminos, delante de él. Su 10ª División norteamericana de montaña cruzó el río el 23, y el flanco derecho del ejército, la 6ª División sudafricana, se unió al izquierdo del Octavo. Atrapados entre ellas quedaron muchos miles de alemanes, con la retirada cortada, que eran llevados, marchando, a la retaguardia. La ofensiva fué un hermoso ejemplo de esfuerzo terrestre y aéreo concertado, en que desempeñó su parte el poderío completo de la aviación estratégica y la táctica. Cazabombarderos destruyeron cañones, tanques y tropas enemigos; bombarderos livianos y medianos atacaron las líneas de abastecimiento y nuestros bombarderos pesados martillaron día y noche las instalaciones de retaguardia.

Cruzamos el PO en ancho frente pisándole los talones al enemigo. Todos los puentes permanentes habían sido destruidos por nuestra aviación, as como los transportes para cruzar el río; al mismo tiempo, los vados temporales sufrieron ataques tan efectivos que se puso en confusión al enemigo. Los restos que se esforzaban por cruzar, dejando todo equipo pesado detrás, no podían reorganizar-se en la otra orilla. Los ejércitos aliados los persiguieron hasta el ADIGIO. Partidas de italianos habían hostigado largamente al enemigo en las montañas y en sus zonas de retaguardia. El 25 de abril se dió la seña de un alzamiento general, efectuándose vastos ataques. En muchas cidades y pueblos, sobre todo en MILÁN y VENECIA, se apoderraron del control. Las rendiciones en el noroeste de ITALIA se producían en masa.

2ª QUESTÃO

Verter:

O ataque através de curso de água inclui o estabelecimento de uma cabeça-de-ponte que proteja a transposição do resto da força. Usam-se os morteiros pesados para apoiar os elementos de assalto durante a transposição inicial e durante a conquista dos objetivos que assegurem a cabeça-de-ponte.

A companhia de morteiros pesados executa os tiros ordenados pelo comandante do regimento. Faz fogo contra as posições defensivas do inimigo ao longo do curso de água. Pode manter cortinas de fumaça para ocultar a transposição. Faz fogo para apoiar fintas ou demonstrações.

Antes da travessia, escolhem-se as posições de morteiros e os objetivos por meio de um reconhecimento cuidadoso. A formulação de planos detalhados e a preparação para a travessia completam-se na zona de reunião. O comandante do regimento prescreve a hora e o processo de deslocamento para as posições de tiro. Tomam-se precauções para guardar o sigilo durante o movimento e a organização das posições. Quando o inimigo tem uma defesa bem organizada ao longo do curso de água, poderão ser realizados tiros de preparação várias horas antes do início da transposição, ou se pode reter o fogo até que ele a descubra.

b. Inglês**1ª QUESTÃO**

Traduzir:

1. Use of a valley approach affords the advancing force some cover from enemy direct fire and some concealment from enemy observation. However, to maintain this protection, control of the military crests on each side of the valley is essential. Hence, the term "valley approach" connotes not only the floor of the valley but also the slopes of the ridges, and control of at least military crests of each ridge. If a valley approach is used, the best axis of advance is that which offers the best observation, cross-country trafficability, road net, fields of fire, and concealment and cover. Therefore, the best axis may be along the slopes of a ridge below the military, rather than along the valley floor.

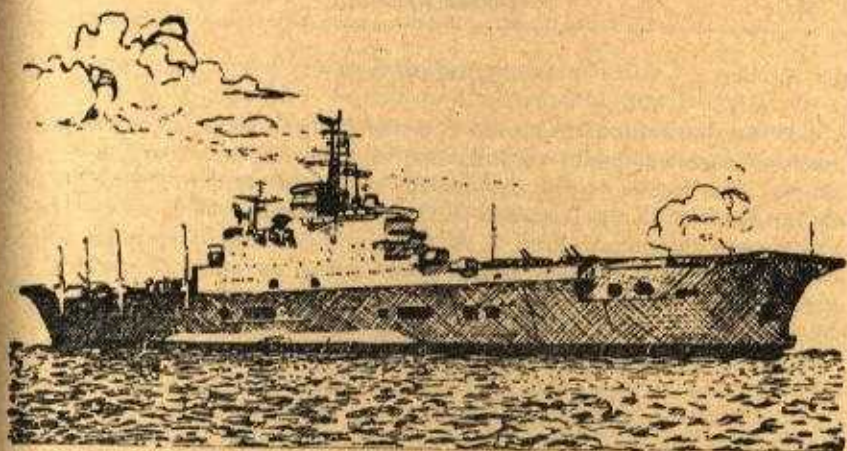
2. Intelligence can be neither better nor more complete than the information from which it is derived; however, the collection of information is the most difficult step in the intelligence cycle. The enemy's interests demand that he make every practicable effort to foil our attempts to gain information. Accordingly, he attempts to conceal his strength, dispositions, and movements; he enforces censorship and communications security measures; he often disseminates false information and adopts tactical measures designed to deceive us.

3. Combat teams are organized and held in readiness to pursue guerrillas who succeed in withdrawing or who are dispersed during the course of the main operation. To match the mobility of small guerrilla groups, the pursuit combat teams should be specially equipped and supplied. Artillery, airborne troops, and air support are provided when the situation permits. During these relatively small-scale operations the situation may change rapidly. Adequate forces are held in reserve to assist units threatened by superior guerrilla forces. Their effectiveness depends on mobility and adequate communications.

2ª QUESTÃO

Verter:

Os contra-ataques são feitos ou para restaurar a posição original ou para destruir uma penetração hostil num ponto particularmente favorável ao contra-ataque. Podem ser lançados pelas reservas locais ou pela reserva dos escalões mais elevados. As reservas são empenhadas somente quando seu emprego resulte numa ação decisiva, exceto nas emergências. Em lugar de empenhar a reserva numa ação não decisiva, é preferível, frequentemente, permitir as penetrações inimigas e guardá-la para um contra-ataque decisivo depois que o inimigo tenha perdido o ímpeto do seu ataque. O contra-ataque não deve normalmente ser lançado até que se tenha concluído que a força principal do inimigo foi empenhada. Os contra-ataques locais são organizados de modo que todos os seus elementos fiquem sob um comando único. São lançados geralmente para reconquistar terreno-chave e, portanto, podem ser planejados e ensaiados.



MARINHA

Coordenador: Ten da Armada A. BRANDÃO DE FREITAS

INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO NAVAL

1. ESTALEIROS

Com a aprovação de vários projetos de instalação e ampliação de estaleiros no país, o GEICON encerrou a primeira fase de seus trabalhos. Executados os projetos, terá o país em 1963, uma capacidade anual de produção de 160 mil toneladas. Essa tonelagem, embora apreciável, corresponde apenas às necessidades anuais de reposição que a nossa frota comercial já vinha exigindo há muitos anos. Possibilitará um programa de recuperação mais que urgente, mas será insuficiente para um plano de expansão. É possível, entretanto, que novos projetos venham a ser aprovados e que, por outro lado, os estaleiros uma vez instalados aumentem gradativamente sua capacidade de produção.

O programa representa investimentos no valor de 4 bilhões de cruzeiros e 18,3 milhões de dólares, que permitirão colocar à disposição do país, no prazo de três anos, com a mais moderna técnica de construção naval, estaleiros para a construção de navios de até 15 mil toneladas. Essas empresas ocuparão 12.000 pessoas quando estiverem em funcionamento. O valor das construções, até fins de 1963, representará 160 milhões de dólares e uma economia cambial de 120 milhões de dólares para o país.

O representante do Ministério da Viação no GEICON, declarou à imprensa que, com relação ao trabalho preliminar, resta apenas equacionar o problema do estabelecimento de normas para a fabricação de motores marítimos. Quanto às chapas de aço, a partir de 1961, serão fabricadas pela COSIPA.

2. ISHIKAWAJIMA

O Estaleiro Inhaúma, como é conhecido por localizar-se em terrenos e atêrro da ponta de Inhaúma, na baía de Guanabara, teve os seus planos desenvolvidos, as tomadas de preço efetuadas e as obras de instalação iniciadas, segundo os cronogramas aprovados para o funcionamento da Ishikawajima, S. A. Até o mês de março a empresa aplicara mais de 300 milhões nessas obras, entre as quais se destaca o gigantesco conjunto das oficinas de casco, que ocupará uma área de 25.400 m². As obras do primeiro dique de construção naval também estão progredindo com rapidez, graças a uma boa concentração de material pesado.

Simultaneamente com a instalação do estaleiro, os técnicos da Ishikawajima do Brasil estudaram com representantes da Comissão de Marinha Mercante e com armadores nacionais o tipo de navio considerado ideal para a cabotagem brasileira. Pela primeira vez as características essenciais e especificações detalhadas de um navio mercante, destinado a operar em nosso litoral, foram elaboradas em nosso país, tendo em vista as peculiaridades do comércio e dos portos nacionais. Chegou-se, assim, após estudos e debates, ao navio padrão de 5.600 t, calado de 6,3 m, capaz de transportar com economia e segurança 5.000 toneladas métricas de carga e com velocidade garantida de 12 nós. Tal navio, com 115,3 m de comprimento e 16,8 m de boca, dispõe de três porões para carga seca e um convés intermediário, com capacidade de 8.900 m³ de carga refrigerada. Seu aparelhamento de manobra de carga é constituído de 14 lanças de carga de 5 h, uma lança de carga de 30 t, 12 guinchos elétricos e 4 escotilhas, 3 das quais equipadas com tampas metálicas mecanizadas, do tipo Mac-Gregor. Esses navios dispõem de amplos recursos para navegação, comunicações externas e internas, detecção e combate ao incêndio. A maior parte de seu aparelhamento funciona sob sistema eletrônico e automático. A tripulação prevista é de 33 homens; seu raio de ação é de 6.000 milhas marítimas, e a autonomia, de 21 dias. Nas três primeiras unidades, os índices de nacionalização serão de 50% em peso e 80% em valor, e ao fim de três anos esses índices deverão alcançar 95%. Os prazos de entrega destes três navios já contratados são, respectivamente, de 19, 24 e 27 meses, prazos esses que poderão ser abreviados pelo estaleiro.

Com esse protótipo, a Ishikawajima objetivou criar um "burro de carga" do mar, para a grande cabotagem do litoral brasileiro. Em futuro próximo, o estaleiro espera estar em condições de satisfazer a demanda acumulada através de anos de inatividade e de permitir a expansão e renovação da frota mercante nacional.

A Ishikawajima do Brasil Estaleiros S. A. tem um capital já realizado de 650 milhões de cruzeiros, ora em elevação para 950 milhões, devendo no futuro atingir 2 bilhões, com a participação do BNDE e da Administração do Porto do Rio de Janeiro. Foi negociado um financiamento na base de 500 milhões com o BNDE, formalizado em fevereiro último. O investimento da "Ishikawajima Heavy Industries

Company Limited", do Japão, é representado por 8,6 milhões de dólares em equipamentos e em moeda, sem cobertura cambial. Os equipamentos, representando o que existe de mais moderno e eficiente em construção naval, são todos novos, encomendados especialmente para o estaleiro brasileiro. Da encomenda total, já se encontra no Rio de Janeiro 41%, que representa um investimento de 2,8 milhões de dólares.

3. VEROLME

Entre a serra de Angra dos Reis e a enseada de Jacuacanga, três centenas de operários estão atualmente empenhados nas obras de construção da Verolme Estaleiros Reunidos do Brasil S. A.

Numa área de 530 mil metros quadrados, na enseada de Jacuacanga, cedida pela Marinha por um prazo de 99 anos, a Verolme construirá inicialmente duas carreiras para barcos de 13 mil toneladas, devendo na segunda fase de instalação do estaleiro construir mais duas carreiras para navios de 35 e 50.000 toneladas, assim como um dique seco e dois diques flutuantes para reparos.

O presidente da empresa que recentemente visitou o Brasil para inspecionar as obras, declarou que até o fim do corrente ano o estaleiro estará apto a atender as primeiras encomendas de navios de 10.500 toneladas. Acrescentou que, embora os planos fixem um teto de 40.000 toneladas anuais, Jacuacanga poderá alcançar 200.000 toneladas anuais, o que permitirá em tempo relativamente curto, após suprir a demanda nacional, competir no mercado continental e carrear divisas para o nosso país.

"As obras de fundação e concreto já estão em marcha em Jacuacanga diz o referido presidente." "Temos plena confiança em nosso empreendimento. Tanto que assinamos um contrato de 10 milhões de florins (500 milhões de cruzeiros), sem exigir qualquer garantia às autoridades brasileiras. A natureza menos resistente do solo no local escolhido é responsável por certo atraso na marcha dos trabalhos. Isso nos obrigou a adquirir de particulares a ilha do Moreno, fronteira à praia de Jacuacanga, e nela proceder a grandes obras de terraplenagem. Cerca de 3,7 milhões de metros cúbicos de terra estão sendo removidos. Os meios de transporte e os geradores foram providos por nossa conta — dois possantes geradores Diesel e material flutuante para transporte marítimo — uma vez que a estrada projetada entre Angra dos Reis e Mangaratiba talvez demore a ser construída. Também já iniciamos as obras da Vila Operária, onde mil trabalhadores deverão viver. Aproximadamente 400 hectares foram reservados para atividades agrícolas e de pecuária, em bases cooperativistas. Pretendemos trazer colonos e gado holandês, a fim de melhor suprir o centro industrial que ali vai nascer.

Atualmente, um grupo de jovens engenheiros está sendo treinado em São Paulo e espera-se que em cinco meses esteja capacitado para o trabalho na construção naval. A Verolme pretende, além disso,

lançar um apêlo aos diplomados de engenharia no sentido de que se interessem pelas perspectivas da engenharia naval. A mão-de-obra especializada não preocupa os holandeses, que estão seguros de poder treinar técnicos e operários brasileiros com sucesso.

Antes do fim do ano, em Jacuacanga, serão batidas as quilhas de dois navios de 10.500 toneladas, conforme contrato firmado semanas atrás com a Comissão de Marinha Mercante. O primeiro dos navios deverá ser entregue daqui a 21 meses, e o segundo em 28 meses. De categoria mista e para longo curso, com capacidade para 18.700 metros cúbicos de carga útil e confortáveis acomodações para passageiros, os barcos serão equipados com turbinas a vapor e desenvolverão velocidade de 18,2 nós horários. A Verolme investirá em Jacuacanga 8,5 milhões de dólares.

4. ESTALEIROS AS MARGENS DA GUANABARA

Nas margens da baía de Guanabara e em suas ilhas, concentra-se a maioria das empresas que, sucessivamente, tiveram seus projetos aprovados pelo GEICON, que conforme recente decreto presidencial passou a denominar-se Conselho Coordenador da Indústria de Construção Naval (COCICON).

São esses os passos iniciais para que o Brasil venha a ter uma frota mercante moderna e de alto padrão de rentabilidade econômica, em vez da atual frota cuja manutenção custa ao país mais de um bilhão de cruzeiros.

Além dos dois maiores estaleiros — Ishikawajima do Brasil e Verolme Estaleiros Reunidos do Brasil S. A. (BI-Mai-Jun) — tiveram seus projetos aprovados e já se encontram em plena fase de implantação mais os seguintes:

Estaleiros Lahmeyer, da Companhia Comércio e Navegação e Eletrovapo Serviços Marítimos S. A. O projeto compreende a inversão de 800 milhões de cruzeiros, dos quais a parcela de 2,8 milhões de dólares (cerca de 500 milhões de cruzeiros) é representada pela importação, da Alemanha, de máquinas e equipamentos de produção com financiamento estrangeiro. A capacidade de produção dos estaleiros, localizados na Ponta da Areia, em Niterói, é de 25 mil toneladas anuais, compreendendo navios de 1.500 e 5.600 toneladas. A primeira encomenda da Comissão de Marinha Mercante é de quatro embarcações do primeiro e uma do segundo tipo. Já foram batidas as quilhas de três barcos de 1.500 toneladas cada um.

Estaleiros EMAQ (Engenharia e Máquinas) S. A. Fundada em 1945, a firma montou seus estaleiros, em 1949, na Avenida Brasil, onde construiu e entregou até agora 230 pequenas embarcações, entre as quais o petroleiro "Embaré", de 1.300 toneladas, destinado à Companhia Docas de Santos. O projeto da EMAQ incluiu a construção de um novo estaleiro na Ilha do Governador, ocupando uma área conquistada ao mar de 45 mil metros quadrados. Os investimentos em

maquinaria e construção representam 240 milhões de cruzeiros, dos quais 100 milhões cobertos pelos atuais acionistas. Sua capacidade de produção anual é de 10 mil toneladas, dividida em quatro embarcações de 2 mil toneladas cada uma, e diversas chatas, dragas e rebocadores, num total de mais 2 mil toneladas. Para a construção dos primeiros navios, a EMAQ propôs à Comissão de Marinha Mercante a utilização, sob licença, de projeto de propriedade dos estaleiros Paul Lindenau, de Kiel, Alemanha, cuja assessoria técnica foi contratada pelo estaleiro nacional.

Estaleiro Só S. A. Sediada em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, a firma remonta a mais de um século de existência. Em 1955, transformou-se em sociedade anônima. Dedicar-se tradicionalmente à manutenção e reparos de navios e construções de barcos até 500 tdw. O projeto prevê a inversão de 200 milhões de cruzeiros, dos quais a parcela correspondente ao valor FOB de 548 mil dólares, em moedas inconversíveis ou de convênio, é representada pela importação de máquinas e equipamentos de produção. Depois de instalar duas carreiras para barcos de 2 mil toneladas, sua capacidade será de 8.000 tdw.

Niigatabrás Engenharia Ltda. O projeto compreende a inversão de 120 milhões de cruzeiros e prevê a construção de barcos de pesca até 300 toneladas mortas, num total de 2.400 toneladas anuais. O estaleiro será montado em Cassinu, município fluminense de São Gonçalo. O programa de produção da Niigatabrás pode ser dividido em três setores:

- a) Reparos de navios, motores e caldeiras;
- b) Construção de embarcações até 300 toneladas de registro;
- c) Fabricação de motores Diesel marítimos tipo Niigata, de 300 e 185 H.P.

A empresa "Niigata Engineering" é das mais conceituadas no Japão como fabricante de motores Diesel, navios de pesos e pequenos cargueiros. A atual frota pesqueira japonesa, autorizada a operar nas costas do Brasil, emprega quase exclusivamente motores Niigata. Conforme estudos da F.A.O. o Brasil pode absorver cerca de 400 barcos de pesca. Sendo os barcos Niigata de reconhecida adequação para essa atividade, lamenta-se que o projeto desse estaleiro preveja a construção de apenas oito barcos de até 300 toneladas de registro, nos primeiros cinco anos.

Indústrias Reunidas Caneco S. A. A firma já tem, de longa data, um estaleiro no bairro de Caju Retiro, Estado da Guanabara, que será ampliado para comportar a construção de navios de até 2 mil toneladas. Produzirá embarcações fluviais, barcos de pesca e de pequena cabotagem. A capacidade prevista é de 2 mil toneladas anuais. O projeto compreende a inversão de 98 milhões de cruzeiros. Para a realização

do seu empreendimento, a empresa pleiteia um financiamento, pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, de 58 milhões de cruzeiros.

Dragas Ellicott do Brasil S.A. O projeto compreende a inversão de 230 milhões de cruzeiros, dos quais o equivalente de 540 mil dólares (cerca de 92 milhões de cruzeiros) corresponde à importação, sem cobertura cambial, de máquinas e equipamentos novos, como investimento estrangeiro no país, a ser feito por "Ellicott Machine Corporation". Localizada em Niterói, a empresa terá a capacidade inicial de três dragas de 60 cm de diâmetro e mil metros de tubulação de recalque, assim como lameiros, cábreas e barcos para óleo. Sua produção se destinará quase exclusivamente ao Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) e ao Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais (DNPRC).

Estaleiros Aratu S. A. Sediados na baía de Aratu, nas proximidades da cidade de Salvador. O projeto compreende a inversão de 178 milhões de cruzeiros, dos quais a parcela de 260 mil dólares (47 milhões de cruzeiros) é representada pelo valor FOB das máquinas e equipamentos novos a serem importados sem cobertura cambial, como investimento estrangeiro no país, da "Cantiere Navale Cassaro", Messina, Itália. A produção prevista é de 2 mil toneladas por ano, sob a forma de barcos de 350 toneladas.

ENIC (Estaleiros Navais da Ilha da Conceição), localizada na Ilha da Conceição, baía de Guanabara. Trata-se de uma subsidiária de um dos mais antigos e poderosos estaleiros holandeses. Sua capacidade inicial será de 15 mil toneladas mortas anuais, sob a forma de navios de 5 mil até 10 mil toneladas. Sua inversão será de 634 milhões de cruzeiros, dos quais a parcela de um milhão de dólares (180 milhões de cruzeiros) é representada pelo valor FOB das máquinas e equipamentos novos a serem importados, sem cobertura cambial, da Holanda, como investimento estrangeiro no país.

Foi também aprovado o projeto da Companhia Nacional de Navegação Costeira. Em consequência, serão reaparelhados seu dique seco e seus estaleiros na Ilha do Viana para reparos e manutenção da frota, e construção, em bases industriais, de cerca de 20 mil toneladas por ano.

Além desses projetos de estaleiros, o COCICON aprovou também o da ADICCON (Associação das Indústrias Complementares de Construção Naval), que congrega firmas especializadas interessadas na produção de partes complementares para navios e embarcações.

O Conselho Coordenador da Indústria de Construção Naval estuda agora a padronização dos navios a serem construídos. Essa padronização compreenderá também a fabricação das partes e equipamentos de uso naval.



AERONÁUTICA

INDÚSTRIA AERONÁUTICA

Cel-Av. J. BASTOS

FÁBRICA DO GALEÃO

1 — A Fábrica do Galeão praticamente nasceu quando, encerradas as atividades da Fokker, os servidores pertencentes ao seus quadros foram convidados a retomar as atividades, agora com sangue novo e com ânimo de levarem a termo um programa de desenvolvimento da indústria.

Mas a fábrica foi criada em 1936 e chegou a concluir, em sua primeira fase, a construção de mais de 300 aviões monomotores, dos tipos Focke-Wulf, Fairchild e Niess. Isto até 1953, quando foi firmado o contrato pelo qual a Fokker passou a operar como arrendatária. Até 1958, foram fabricados pelo cartel holandês, e entregues à Escola de Aeronáutica, 100 aviões Fokker S11.4 (T-21), monotor de treinamento. Em seguida, recebeu nova encomenda do Ministério da Aeronáutica, para fabricar 50 unidades do tipo T-22. Cinco delas estavam quase prontas, quando, descobertas irregularidades, o grupo foi forçado a cessar suas atividades.

Em fins de novembro de 1959, iniciou-se o reativamento das oficinas de produção, prosseguindo-se no plano de fabricação de 50 aviões, dos quais vários, conforme noticiamos noutro capítulo, já foram entregues.

2 — A Lei n. 3.483, de 8 de dezembro de 1958, determinou o funcionamento da indústria em caráter eventual. Organizada nos moldes de uma fábrica de aviões, dispondo de órgãos de planejamento, preparação, execução e controle, bem como de estudos e projetos, poderá ter sua es-

trutura em futuro reformada, sem fugir, obviamente, aos objetivos de indústria aeronáutica.

Em enormes galpões, que lembram, para os que não se acham familiarizados com esse tipo de indústria, uma fábrica de automóveis, estão em funcionamento as seguintes oficinas de produção: Corte de material no armazém geral, Preparo para Voo, Ferramentaria, Gabaritos, Fundição e Forja, Oficina Mecânica, Instalação de Instrumentos, Retífica, Tratamento Térmico, Plástico, Carpintaria, Hélices, Corte e Furação de Chapas, Estamparia, Funilaria, Serralheria e Solda, Montagem Subconjuntos não Rebitados, Martelo de Queda, Jato de Areia, Entelagem, Indultagem e Capotaria, Pintura, Eletricidade, Tratamento de Superfície, Ajustagem ligas leves, Montagens da Asa, Montagem Subconjuntos Rebitados, Montagem Final, Reparo de Aviões e Trem de Pouso.

Uma área de quase 3 mil metros quadrados é ocupada por uma Fábrica de Contraplacados. Existe ainda, em fase de organização e montagem, uma oficina de revisão de motores e acessórios. E mais: Laboratório químico, Laboratório Mecânico, Raios-X, Magna-flux, Nevoeiro Salino, Sala de Instrumentos de Medida e Sala de Instrumentos de Bordo.

Com essas instalações de uma verdadeira indústria aeronáutica, a Fábrica do Galeão, além da fabricação dos 50 aviões T-22, desenvolve atualmente o seguinte programa: a) — fabricação de uma série de 10 aviões Fokker S-11 (T-21) para reposição das unidades descarregadas, da série original produzida pela Fokker; b) — fabricação de sobressalentes e equipamento de terra para os aviões Fokker S-11 (T-21) e Fokker S-12 (T-22); c) — reparo e revisão dos aviões Fokker S-11 (T-21), já tendo sido reparados ou revisados, desde novembro de 1959, 43 unidades e estando previsto mais 21 unidades; d) — revisão dos aviões Morane Saulnier, havendo no momento dois em reparos; e) — estudos e fabricação ou reparação de diversos itens de material aeronáutico; f) — reparo de peças sobressalentes dos aviões Fokker; e g) — montagem do avião Morane, já tendo sido entregues 15 unidades.

Ocupando uma área de 84 mil metros quadrados, a cavaleiro do aeroporto internacional, a Fábrica do Galeão dá, mesmo ao leigo, a idéia de uma indústria autêntica. E o é realmente, em que pese a sua vida acidentada, na qual entrou uma firma holandesa sem dinheiro, pouco interesse de produzir e muita ambição do lucro fácil, e quase provocou um colapso em suas atividades.

Dispõe a fábrica de um conjunto de oficinas especializadas e de laboratórios de análise e controle semelhante ao de qualquer indústria congênere estrangeira. Na montagem do setor de produção, encontramos todos os órgãos de uma indústria de aviões moderna. Um total de 644 pessoas integram o quadro técnico, administrativo e de operários, dos quais 14 engenheiros de Aeronáutica, formados pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), de São José dos Campos, além de 4 en-

engenheiros mecânicos e 1 engenheiro químico. São, pela idade, pioneiros de uma geração nova, que têm na Fábrica do Galeão um ideal a alcançar.

Atualmente, entre outras tarefas, com o encargo de fabricar uma série de 50 aviões Fokker S-12 (T-22), a Fábrica do Galeão, imprimindo às suas operações o ritmo que os recursos materiais e financeiros lhe permitem, está aprontando em média cinco aviões por mês. As primeiras dez unidades foram entregues à Escola de Aeronáuticas em julho e mais dez recebeu a Escola em 23 de outubro último.

O T-22, que se destina à instrução de cadetes, é um monomotor, cujas características originais foram modificadas pelos técnicos da fábrica, máxime no que toca ao sistema de ventilação, adaptado ao clima brasileiro. Ao primitivo modelo foi adicionada também uma cortina plástica amarela, através da qual, usando óculos polaróides azuis, o cadete nada vê, aproveitando-se assim, o aparelho, para o voo cego.

3 — Considerada como fábrica de aviões, a indústria do Galeão tem tudo. Compra apenas o que as suas similares nos outros países também adquirem fora: trem de pouso, motor, instrumentos de voo e matéria-prima em geral. O trem de pouso, que atualmente vem da Inglaterra, dentro de algum tempo vai ser fabricado aqui.

Há um programa de nacionalização progressiva e, para executá-lo, um engenheiro investiga junto às firmas brasileiras quais os materiais de que pode dispor. Chapas de aço, borracha, pneus e câmaras, tubos e mangueiras, tintas, fios elétricos, etc., são adquiridos no Brasil. Os instrumentos de voo não são feitos em nosso país, porque, sendo por ora pequena procura, não há compensação para sua fabricação, dificuldade que será de certo superada com o progresso da indústria aeronáutica entre nós, progresso esse de que a Fábrica do Galeão é um penhor seguro.

Um T-22 custa Cr\$ 4 milhões. Sua cotação no mercado interno é, no entanto, de US\$ 32.500, que correspondem, ao câmbio de 200 cruzeiros o dólar, a mais de Cr\$ 7 milhões. A florescente indústria aeronáutica do Galeão, a única força de trabalho industrialmente organizada fabricando aviões, dentro do Governo, vem propiciando, portanto, considerável economia de divisas para o país.

Com o desenvolvimento, que o grupo de Engenharia, Estudos e Projetos, que ali opera, vem preconizando, e cujos objetivos principais são a melhora do padrão dos aparelhos e estabelecimento, na Fábrica, do ciclo completo da produção de aeronaves, abrangendo pesquisa, desenvolvimento, projeto e fabricação, esses benefícios à economia brasileira vão se acentuar.

4 — A Fábrica de Aviões do Galeão é um atestado da capacidade do homem brasileiro e o estabelecimento ali, durante seis anos, da Fokker Indústria Aeronáutica S. A., não desmente essa observação. Já

nesse tempo, que corresponde ao período de 1953 a 1959, quem geria a fábrica era a engenharia nacional.

A Fokker é um capítulo da história da Fábrica do Galeão, mas podemos incluí-la nesta parte da reportagem. Por força de um contrato firmado entre o governo brasileiro e a N. V. Kon. Ned. Vliegt. Fabric "Fokker" — Amstardam Holland, foi arrendada a indústria. Era um contrato como os que se fazem entre pai e filho, inconveniente do lado brasileiro. O Ministério da Aeronáutica entrou com o dinheiro, a Fokker entrou com a sabedoria e saiu com o dinheiro e a sabedoria.

Havia um aluguel (simbólico) de Cr\$ 1 mil por mês, com direito a arrendatária a um lucro de 15% sobre as despesas. A fabricação quanto pior e mais dispendiosa melhor para o holandês. O resultado é que as operações sofreram solução de continuidade e, ao retirar-se o grupo estrangeiro, em setembro de 1959, voltando a indústria à administração do Ministério da Aeronáutica, havia uma herança de irregularidades, fraudes, sonegação de contribuição da Previdência Social, etc. Mas os que realmente fazem aviões no Galeão se animaram a reiniciar o programa interrompido, levando avante a indústria, que, a esta altura, se houver compreensão por parte dos governos, tende a agigantar-se para orgulho dos brasileiros.



Caixa de 100 Comprimidos

DOR - GRIPE - RESFRIADOS

RODINE

A boa enfermeira



A marca de confiança



Ano II — N. 10
(Dez 60)

Coordenador — Major AMERINO RAPOSO FILHO,
Instrutor da ECEME

SUMÁRIO

I — BASES FILOSÓFICAS

1. LEIS DA EVOLUÇÃO DA GUERRA

Almirante Castex, da França

Tradução do Major J. R. de Miranda Carvalho.

2. BASES DA EVOLUÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS DOCTRINA E DOCUMENTAÇÃO

Ten-Cel Ferdinando de Carvalho.

II — ORGANIZAÇÃO

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Major Amerino Raposo Filho.



TEORIA DE GUERRA

Teoria de Guerra é o trabalho científico que se destina a determinar os princípios intrínsecos, extrínsecos e de ação do fenómeno por excelência social, que é a Guerra.

A teoria da guerra representa a parte superior, subjetiva da guerra.

DOCTRINA DE GUERRA

Doutrina de Guerra representa um primeiro estágio na Teoria de Guerra, para determinado país e numa determinada situação. A dependência da doutrina a elementos concretos, mostra-nos desde logo, que ela não pode ser nem imutável, nem geral, sendo então, somente aplicável àquele país e numa determinada época.

Sendo a Guerra um fenómeno social, cada agrupamento humano imprimirá suas características próprias e peculiares à aplicação das Leis e dos Princípios de Guerra, surgindo assim, não uma nova Teoria, mas algo dela derivado, que se convencionou denominar Doutrina de Guerra.

REGULAMENTO

Ao executante não interessa o domínio das concepções subjetivas, como acontece em alto grau na Teoria de Guerra e, em menor escala, na Doutrina de Guerra, porém, algo concreto, que lhe sirva de guia na realidade do campo de batalha, isto é, o Regulamento.

Então, é o Regulamento o repositório de normas e procedimentos para os executantes. Traduz o pensamento doutrinar, o modo operativo em situações diversas. Constitui um todo harmónico e homogêneo.

I — BASES FILOSÓFICAS

1 — LEIS DA EVOLUÇÃO DA GUERRA

1. INTRODUÇÃO

Estudamos, no artigo anterior, as Leis Fundamentais da Guerra, isto é, as leis que derivam da própria natureza da guerra e determinam, fundamentalmente, a estratégia, a tática e, corolariamente, a organização dos exércitos.

Havendo assim observado a guerra, para conjecturar sobre o que poderá ser o conflito de amanhã, vamos considerá-la, a seguir, em sua evolução. É fato consagrado, que a evolução da guerra não se processa ao acaso; ela sempre teve um sentido. Sem pretender traçar exatamente sua curva futura, nem, por mais fortes razões, determinar acuradamente as próximas etapas, podemos, nos parece, determinar as tendências gerais, concluir sobre a inclinação provável da curva e, também, enunciar leis suscetíveis de servirem, ultimamente, como guias.

2. LEIS DA EVOLUÇÃO DA GUERRA

a. *Lei da Similitude*

A guerra evolui no quadro das leis de sua natureza, uma vez que, como é óbvio, ela tem de permanecer fiel a si mesma.

b. *Lei da Acentuação*

A violência da guerra, a proeminência que nela desempenha a força bruta, a aliança que esta força realiza com a técnica, situam desde logo, a guerra na curva da evolução material do nosso tempo. Assim, a guerra, na sua evolução, recebe o caráter de acentuação e de amplificação contínuas concorrendo assim para o aumento incrível de potência que constatamos na indústria moderna e nos trabalhos ciclópicos que estão transformando regiões inteiras da Terra. Mas, por outro lado, também daí recebe essa diversificação de funções, essa complexidade e esse peso crescente que observamos no aparelho administrativo dos Estados se no mínimo de sua economia.

A evolução da guerra tende a aumentar, desmesuradamente, as possibilidades de movimento dos exércitos, a eficácia de sua força, de seus meios de proteção, de sua capacidade ofensiva e de sua capacidade de

obtenção da surpresa. Infelizmente, também se verifica a tendência do aumento acentuado do número e da intensidade dos atritos a que os exércitos estão sujeitos.

c. Lei da Aceleração

Cada nação, cuidando de pôr-se em condições de sobrepujar seu adversário eventual, esforça-se, naturalmente, por intensificar esta acentuação, quando dela pode tirar benefícios, a ponto de determinar, mesmo, o progresso científico e o avanço sobre sua época. Pelo contrário, quando essa acentuação tende a entrar a ação de uma nação, ela se esforça por contê-la ou compensá-la de uma maneira ou de outra. Assim, vemos, não somente o desenvolvimento das possibilidades do movimento e da surpresa, da eficácia da força e dos meios de proteção e da capacidade ofensiva, mas ainda este desenvolvimento processar-se em um ritmo que vai se acelerando. Enquanto isso, constatamos crescerem, também, acentuada e aceleradamente, os efeitos dos atritos inerentes às forças armadas.

Temas para meditação :

— O extraordinário progresso da potência de fogo entre 1940 e Hiroshima.

— A diferença da mobilidade logística da campanha da Rússia em 1941 e da "ponte aérea" de Berlim, em 1948.

d. Lei da Descontinuidade

A evolução da guerra está, no entanto, longe de se processar de um modo contínuo e regular. A acentuação e a aceleração dos efeitos da lei do movimento, da lei da força, da lei da segurança, da lei do imprevisto, da lei da ofensiva, nunca são paralelas: há uma descontinuidade entre elas. A evolução da guerra afeta, ora uma ora outra das leis fundamentais. Assim se explica, em determinado momento, o interesse suscitado, ou a preferência, por uma das leis ou por determinadas vias que o progresso científico abre à arte militar. Essa descontinuidade se explica, também, pelas contradições que opõem na prática, as exigências da mobilidade, à da potência, à de segurança, para falar apenas destas; e pela liberdade de escolha existente para a satisfação dessas diversas exigências.

Certas épocas, por isso, conheceram um acréscimo da mobilidade dos exércitos maior que o acréscimo da potência; tal foi o caso do período da Revolução Francesa e dos primeiros anos do Império Francês. Outros, em oposição, com o fim do século XIX e o início do século XX, viram a acentuação da eficiência do fogo e da proteção, com o aparecimento da metralhadora, do canhão de tiro rápido e das fortificações de concreto.

Temas para meditação :

- A luta do canhão contra a couraça através a história.
- A sucessão contraditória das guerras de movimento e das guerras de posição.
- A predominância alternada da ofensiva e da defensiva.
- Não se explicarão, essencialmente, por essa descontinuidade a origem de certas derrotas, quando ela é mais acentuada em um exército que no outro?

e. Lei da Vantagem Inicial do Agressor

A descontinuidade que acabamos de examinar, devemos acentuar, atua freqüentemente a favor do agressor, e isso merece reflexão. O agressor havendo preparado, longa e minuciosamente, o seu ataque, para obter uma decisão rápida, se esforça, normalmente, mais que o seu adversário, por levar em conta, desde antes das hostilidades, o caráter imperioso das leis da guerra. Ele se dedica, mais que seu oponente, a desenvolver a mobilidade dos seus exércitos, seus processos de surpresa, sua força, sua capacidade ofensiva, ao mesmo tempo que procura eliminar os atritos capazes de entravar suas operações e pôr-se em condições de sobrepujar os obstáculos e os imprevistos que pode encontrar no seu caminho.

Temas para meditação :

- A preparação pelos alemães da ofensiva de maio de 1940, particularmente para vencer fortificações modernas, tais como os fortes de Eben Emael.

A preparação da operação "Overlord."

O agressor se põe, assim "avançado sobre seu tempo"; suas possibilidades de vitória inicial são aumentadas e é ele quem determina, mais freqüentemente, a forma inicial das operações.

Mas, pode acontecer, como em 1914, que o avanço do agressor não seja de molde a obter a vitória de um só golpe; pode acontecer, também, que, apesar de ter tudo previsto, seu avanço seja somente parcial e que, como a Wehrmacht face à Inglaterra, em 1940, e aos russos, em 1941, seus meios não se adaptem às novas tarefas surgidas ou que essas tarefas se apresentem por demais pesadas para a capacidade desses meios.

f. Lei da Remanescência

O avanço do agressor pode ser considerável, as inovações que apresenta muito objetivas e beneficiadas pelas informações que pode colher sobre a força e as fraquezas do agredido. No entanto, essas inovações, normalmente, se inspiram nas mais recentes referências concretas disponíveis, do conflito ou conflitos precedentes. Assim, por *remanescên-*

cia, os primeiros encontros se dão com características que os denunciam como cópias corrigidas dos encontros do conflito precedente. E, pelo menos, o ensinamento que podemos tirar das guerras franco-alemães, de Rosbach a 1940.

O agressor é, naturalmente, influenciado pelos meios e processos que anteriormente lhe valeram vitórias ou derrotas; e, com o auxílio dos progressos da ciência e da indústria, ele os reedita de bom grado, esforçando-se por acrescentar-lhes o máximo de eficiência.

A fase inicial de cada campanha se apresenta, assim, não somente como inspirada pelo conflito precedente, mas, também e até de certo modo, como uma reação contra esse último conflito; eis porque vemos, freqüentemente, cada um dos antigo adversários "mudar de campo", isto é, o vencido apropriando-se dos processos por meios dos quais o vencedor lhe impôs a derrota e o vencedor utilizando-se de métodos segundo os quais o vencido lhe retardou o triunfo.

Temas para meditação :

— Em 1870, os franceses adotaram a tática da ocupação de posições que favoreciam, particularmente, o fogo — ao qual atribuíam, então, a preponderância no campo de batalha — como as de Waterloo, contra as quais haviam se esvaído suas cargas.

— A 1ª Guerra Mundial procede, inicialmente, da guerra de 1870, onde a batalha tática de Saint Privat, prenuncia o envolvimento estratégico do Plano Schlieffen, assim como das campanhas russo-japonesa e balcânica, onde os adversários haviam já conhecido a estagnação das trincheiras. Os alemães contornaram as fortificações franceses e negligenciaram a conquista de Paris, para evitar os longos assédios da guerra passada. Assim, não se apossaram nem da capital francesa nem de Verdun. Por seu turno, os franceses esqueceram a cruel lição que seus fogos impuseram à guarda prussiana diante de St Maire Aux Chenes (1870) e, por isso, sofreram pesadas baixas: abandonaram as boas posições defensivas por não crerem, então, senão na virtude do choque. No entanto, quando a estabilização se processou, os franceses participaram, encarniçadamente, da "luta pelos observatórios", combatendo ferozmente pela posse de certas alturas.

— A fase inicial da 2ª Guerra Mundial lembra a ofensiva final de 1918 e os conflitos da Espanha e da Abissínia, onde se viu a luta dos blindados e dos guerrilheiros. Os alemães adotaram antigos processos franco-britânicos para modernizar as concepções de Von Hutier e de Ludendorff, enquanto os aliados se apegaram às linhas fortificadas, que tanto haviam se esforçado para romper, às linhas d'água, que retardaram sua progressão, e, à idéia de evitar, a todo custo, as batalhas de encontro de 1914. No entanto, as fortificações francesas foram desbordadas; o canal Alberto transposto em poucas horas e, a primeira prova de força de 1940 foi uma batalha de encontro.

g. Lei de reequilíbrio

No entanto — a experiência mostra — essa remanescência se extingue pouco a pouco, à medida que a realidade vai aparecendo e quando, sob o império da necessidade, os erros vão sendo corrigidos, se descobrem os antidotos e a mobilização industrial permite a fabricação de novos materiais. Em uma segunda fase, se harmonizam, progressivamente, os efeitos das leis fundamentais da guerra para restabelecer um equilíbrio entre elas. Então o conflito adquire sua forma característica. Esta ordenação, mais ou menos longa, mais ou menos difícil, não é jamais perfeita. Por isso, logo são provocados, por esse próprio processo de ordenação, novos desequilíbrios, novas descontinuidades que, em uma última fase, vão determinar a decisão e anunciar a forma do conflito seguinte.

3. CONCLUSÕES

Ensaçando, assim, estabelecer as leis que parecem presidir a evolução da guerra, acabamos de traçar um esquema, sem dúvida imperfeito. Este esquema tem o defeito de basear-se particularmente nas guerras franco-alemãs. Assim, é prudente que não sigamos cegamente suas conclusões para qualquer caso, particularmente para um conflito original como pode ser a guerra entre o Ocidente e a aliança da União Soviética com os seus satélites. "No entanto, examinando a doutrina militar soviética atual, não parece que essas conclusões sejam destituídas de valor".

Deste modo, o esquema examinado poderá nos fornecer alguns ensinamentos úteis:

— a maior parte das leis da evolução da guerra está longe de possuir o rigor das leis que regem a própria guerra; muitas delas são baseadas em fraquezas da natureza humana, e, portanto, de duvidosa exatidão.

— as leis fundamentais da guerra devem constituir a trilha do estudo de um programa nacional para a preparação de uma guerra futura.

— o esforço de preparação para a guerra, deve comportar uma acentuação tão marcante e tão rápida quanto possível dos efeitos dessas leis, isto é: uma busca incansável do aperfeiçoamento das possibilidades de movimento, da obtenção da surpresa, do desenvolvimento da força e do seu melhor emprego, de uma melhor segurança e de um aumento da capacidade ofensiva. Igualmente, o esforço de preparação para a guerra deve dedicar-se à constante atenuação dos efeitos do atrito e do imprevisto.

— por difícil que seja a conciliação de tais exigências, é necessário satisfazer tanto a umas quanto às outras, sem sacrificar nenhuma delas, porque, na realidade, essas exigências são complementares: a velocidade e a surpresa, por exemplo, são fatores de potência e segurança.

— as hipóteses que pudermos formular sobre a ação eventual do inimigo, devem basear-se sobre um razoável coeficiente atribuído ao desconhecido; *elas não devem, em caso algum, ser construídas sobre premissas impossibilidades que o inimigo, cedo ou tarde, poderá superar.*

— a fase inicial de conflitos futuros se inspirará, sem dúvida, de um lado na fase decisiva dos conflitos ultimamente vividos, de onde, certamente, nenhuma lição será desprezada. É necessário considerar essas lições sem limitá-las e tirando mais ensinamentos da razão do que do sentimento; reportar-se às técnicas que, de um lado e de outro, se mostraram mais eficazes e, cada dia, enriquecê-las com técnicas novas. É preciso enxergar-se o mais longe possível, munir-se de meios para enfrentar em boas condições a fase inicial do conflito e determinar, rapidamente, por sua vez, a forma de guerra na segunda fase da luta, para poder caminhar para a vitória com passos firmes.

A PREPARAÇÃO PARA A GUERRA

1. INTRODUÇÃO

É com o espírito voltado para as conclusões e ensinamentos ensaiados ao finalizar o rápido estudo que fizemos sobre as Leis de Evolução da Guerra, que examinaremos a seguir a *Preparação para a Guerra*. Assim, as diferentes Leis da Guerra servirão aqui para designar cada um dos aspectos em que vamos examinar sucintamente a *Preparação para a Guerra*.

2. MOBILIDADE

Guerra é movimento. Dizia o General alemão Groener: "A vitória está no movimento".

Um exército está previamente impossibilitado para a guerra se não é capaz de mover-se nas condições correspondentes aos meios de sua época, às possibilidades do seu adversário e às peculiaridades do território onde se deve bater. Igualmente é inapto para a guerra se não sabe tirar partido de sua mobilidade. Dizia o Gen Dufour ainda no século passado: "São as tropas mais rápidas as que executam as maiores coisas". E, dez anos antes do início do nosso século, o Cel Maillart acentuava: "Todo exército lento e pesado será vítima da impotência: cedo ou tarde, ver-se-á à mercê do adversário, mais móvel e mais ativo". Assim está pôsto o duplo problema da capacidade de movimento das forças armadas e do seu treinamento para a manobra.

A preocupação com a mobilidade dos exército, foi permanente, podemos dizer, no espírito dos grandes capitães da história, em virtude do rendimento que ela faculta nas duas dimensões primordiais da guerra: o tempo e o espaço. A mobilidade permite entre outros aspectos:

- maior economia e, portanto melhor rendimento das forças;
- jogo mais rápido, mais flexível, mais eficiente das reservas e dos suprimentos;

- reação mais oportuna do Comando;
- maior liberdade de ação.

Enquanto duraram os pequenos exércitos deslocando-se tão-somente a pé ou a cavalo, a mobilidade foi considerada um fator simples, pois não havia senão estreita margem de intervenção, para melhorá-la.

Hoje, a mobilidade é um favor complexo, dadas as massas enormes empregadas na guerra, o advento das ferrovias, dos meios motorizados, aéreos e navais. A combinação das necessidades e das possibilidades dos meios de transporte é um problema que exige a máxima atenção.

É necessário, portanto, andar rápido, no ritmo de nossa época: mais do que nunca, o compasso acelerado da manobra condena à morte os exércitos lentos. É mister, a todo custo, andar rápido, a uma velocidade que ultrapasse ou pelo menos iguale a do inimigo e que, para maior segurança ainda, se aproxime o possível dos limites facultados pelo progresso científico e industrial: a velocidade de hoje será lentidão amanhã e a lentidão nunca é perdoada.

Mas, é necessário andar rápido com muita gente e muito material, durante muito tempo, sobre qualquer terreno ou através o espaço marítimo ou aéreo, sob quaisquer condições atmosféricas e em quaisquer circunstâncias. Ora, a mobilidade se choca com as dificuldades do terreno, com as limitações, a situação e a vulnerabilidade das vias de transporte e das bases, com a sensibilidade do material, com as exigências de carburantes e com o raio de ação dos meios. Mas, ela se impõe com tanto vigor que nenhum retôrno pode ser concebido neste particular, nada pode fazer calar suas exigências; devemos multiplicar as soluções para restar sempre uma eficaz.

A guerra da Coréia já deixa pressagiar a extensão que assumirão os transportes por avião e por helicópteros; parece aconselhar, também, a generalização do veículo qualquer terreno e da artilharia autopropulsada. Enquanto isso, prosseguem febrilmente, as pesquisas para a realização de meios que permitam a visibilidade noturna e a propulsão atômica que, esperamos, crescerão muito ainda a mobilidade das unidades motorizadas.

Ao mesmo tempo, os russos demonstram pensar que um exército, por moderno que seja, deverá cuidar de salvar, ao máximo, a sua mobilidade, pela maior redução do volume das GU elementares e pelo uso, ao extremo, da mão-de-obra e recursos locais. Os soviéticos estimam, igualmente, que os exércitos devem se munir de meios para uma eventual mobilidade, graças à fluidez e à capacidade de infiltração rápida de formações ligeiras a cavalo, de motocicletas, de esquiadores e aerotransportados, que poderão inundar os intervalos de manobra e as retaguardas, ou poderão ser empregados como pontas de lança pelas estradas secundárias e caminhos, ao encontro da poderosa "quinta-coluna" que deverá operar na retaguarda do inimigo.

A capacidade de infiltração e de emprego de pontas de lança profundas, não deve ficar apenas no domínio da manobra, propriamente

ditada. Ela deve ser permanente preocupação no treinamento dos Comandos e EM e na instrução da tropa. Porque, não basta um exército estar em condições de se mover, é necessário que saiba mover-se inteligentemente, em um ritmo que atinja os limites das possibilidades humanas.

A multiplicidade e a diversidade dos meios de combate e a própria mobilidade das unidades modernas enriquecem extraordinariamente as possibilidades dos exércitos, que se prestam hoje a combinações infinitamente mais variadas que em 1940 e mesmo em 1945. Mas, para que essas possibilidades dos exércitos sejam adequadamente exploradas por chefes e subordinados é preciso que se dê razão ao Gen Robinett do exército americano quando diz: "não há mais lugares para espíritos lentos nos exércitos modernos". Isto porque dada as fracas condições de segurança hoje proporcionadas pelas frentes contínuas, o sucesso do conjunto será assegurado pela ação dos indivíduos ou de equipes que terão de conduzir e vencer seu próprio combate e, *decidir e comandar dentro da velocidade do conjunto*.

Essas capacidades necessárias, não se podem improvisar mais. A instrução passou a ser uma obra que ultrapassa completamente os rígidos esquemas e processos do passado; é agora obra de formação técnica, tática e estratégica, mas sobretudo uma obra de educação profunda, visando a desenvolver a imaginação, a iniciativa, a coragem, a audácia, a autoconfiança e a instantaneidade dos reflexos.

3. POTÊNCIA

A guerra é fundamentalmente uma prova de força. Esta, inegavelmente, tem ênfase ainda superior à do movimento. A força é básica porque, na sua essência a guerra não é senão o recurso à violência; guerra quer dizer batalha, antes mesmo de significar manobra. Assim, a Potência dos exércitos desempenha um papel, no mínimo, igual ao da sua mobilidade que, de certo modo, também é uma forma de potência. Observamos, freqüentemente, é verdade, que a mobilidade e a manobra têm facultado aos exércitos compensar certa inferioridade da potência. As campanhas de Frederico e Napoleão estão cheias de exemplos neste particular. Mais recentemente, as ações de guerrilhas ameaçaram seriamente a Wehrmacht, vitoriosa em quase toda a Europa; as infiltrações sino-coreanas puseram em perigo as modernas forças norte-americanas, as infiltrações dos Vietmihn acabaram por vencer as forças francesas na Indochina.

Mas, é mister precaver-se contra as conclusões apressadas. A margem de superioridade que um beligerante podia adquirir somente pelo efeito isolado da potência do armamento era fraca outrora: houve uma evolução. A organização, o adestramento e a disciplina do exército de Frederico e a Artilharia e a Cavalaria de Napoleão foram fatores de potência que muito contribuíram para a vitória desses grandes capitães. A superioridade numérica nunca foi a razão de ser dos feitos

do Imperador. Por outro lado, a guerrilha só ameaçou seriamente a Wehrmacht por que esta se achava engajada contra a esmagadora superioridade soviética e anglo-saxônia. A guerrilha venceu, ultimamente, as forças francesas na Indochina porque à retaguarda sua estavam as massas sino-soviéticas e a França tinha outros fardos pesados também, para carregar. Lembremos, finalmente, que as massas sino-coreanas não conseguiram expulsar os americanos da Coreia.

Sem pretender diminuir o valor essencial da manobra na guerra, é preciso fixar que ela não encerra valor de superioridade própria senão em estreitos limites, além dos quais deve ser apenas a exploração necessária da potência. Clausewitz dizia há mais de cem anos: "é difícil hoje a um general, mesmo de grande talento, conseguir a vitória contra um adversário cuja força numérica seja o dobro da sua". Estas palavras merecem ser meditadas, porque os dois últimos conflitos demonstraram que na guerra atual a potência tem sempre a última palavra e, na verdade, o mais forte é quem sai vitorioso: La Fontaine permanece um mestre de estratégia.

A potência de um exército, constituída outrora quase unicamente pelo número de seus combatentes, é um fator hoje não menos complexo que a mobilidade, quando consideramos seus efeitos ou a infinita variedade de seus elementos: potência de choque ou de ruptura, potência de deter e de destruição, potência para durar, potência para suportar a submersão e, particularmente, potência de fogo. Sob outro aspecto, potência material, donde, potência numérica, potência de armamento, eficácia e flexibilidade da organização e do emprêgo da potência material, inclusive dos suprimentos e, finalmente, com seu acentuado valor, a potência do moral.

O que se deve fixar sobre as idéias que acabamos de considerar é o seguinte:

— a potência de um exército é uma resultante; nenhum aspecto dessa potência pode ser encarado isoladamente, os carros sem aviação, aviação sem marinha, efetivos sem armamento e sem instrução. A potência deve ser um bloco sem fissura, no qual todas as células estão equilibradas em função do seu papel recíproco e se ligam umas às outras; de outra forma ela deixa de ser potência. Isto porque o inimigo emprega sempre a sua superioridade geral ou local, contra o ponto fraco que se lhe oferece: a lenda do calcanhar de Aquiles expressa bem essa idéia.

— potência desejável deve ter, então, respostas para todos os elementos da potência adversa, real ou eventualmente possível, a fim de proteger-se e, mais ainda, de superá-los; ela jamais deve facultar ao inimigo, sem adotar contramedida seguramente eficaz, a vantagem de uma arma ou a vantagem do número, em qualquer domínio.

— A potência de um exército nunca é suficiente nem definitivamente estabelecida. Ela deve estar sempre em manutenção, renovação e aumento, procurando atender às permanentes insatisfeitas exigências

do presente e as do futuro que ameaçam torná-la obsoleta. Isto é, a potência de um exército, por mais que esteja em dia com o progresso, está sempre ameaçada de ser ultrapassada.

— A potência militar apresenta, pois, exigências exorbitantes. Assim, a criação de um exército potente se choca com obstáculos numerosos; a multiplicidade dos materiais, a rapidez do progresso, o fabuloso custo dos armamentos e equipamentos e esta "barreira do dinheiro", da qual dizem ser muito mais difícil vencer que a "barreira do som".

Só se tem possibilidade de conseguir uma potência aceitável quando a parte real, isto é, já materializada, é suficiente para garantir o tempo necessário à mobilização da potência virtual.

4. SEGURANÇA

A mobilidade e a potência de um exército, não encontram plena garantia do sucesso de seus efeitos — ou mesmo a garantia de obterem efeito — senão valendo-se da Segurança. Podemos afirmar hoje que a segurança condiciona o uso da mobilidade e que a segurança é um instrumento de potência ou ainda, que a segurança equivale a um suplemento de potência, pois obriga ao inimigo majorar seus esforços para adquirir superioridade.

Podemos encarar a segurança sob o ponto de vista de "proteção coletiva" ou então de "proteção individual".

Sob seu aspecto coletivo — isto é, de proteção do conjunto das forças e da manobra — a segurança requer medidas ativas, pelas quais nos esforçamos para diminuir as possibilidades de ação do adversário, e medidas passivas, para diminuir o efeito da ação do inimigo.

As medidas passivas são bem conhecidas: resumem-se na organização do terreno, na dispersão, na camuflagem, na utilização da obscuridade, etc. Aqui, vale a pena frisar a importância revalorizada que a fortificação — após os exemplos da defesa alemã diante de Koenigsberg e da defesa japonesa em Okinawa — parece assumir no futuro, o retorno ao uso de obras permanentes de fortificação construídas desde o tempo de paz, atendendo às necessidades da manobra planejada.

Quanto às medidas ativas, estas comportam a intervenção do fogo e do movimento, a multiplicação de obstáculos — mortíferos ou inertes — no caminho do inimigo e a articulação de forças atendendo à segurança da manobra. Devemos acentuar aqui, que é na exploração a fundo dos recursos que a mobilidade e a potência oferecem, que se obtêm as mais eficazes medidas de segurança, ou melhor, "é pela manobra que se portega primeiramente a manobra".

Necessário é ainda que façamos duas observações a este respeito:

— a articulação das forças e as exigências da própria segurança, na medida em que esta interessa ao dispositivo, tendem, necessariamente, como vimos, a provocar a diluição das unidades quando sabemos que é necessário concentrar para vencer. Preocupa, também, que o pro-

gresso do armamento conduza a antever essa diluição em tal escala que nos obriga a rever as concepções para a montagem do nosso sistema de forças. Por outro lado, as necessidades da guerra podem ter repercussão mais graves ainda de ordem tática, multiplicando as direções perigosas e, de ordem estratégica, constringendo a dividir a força, isto é, o próprio instrumento de potência. A França, por exemplo, teve de dividir suas forças para atender ao problema da Indochina e a necessidade de cobertura na Europa impediu que fôsse suficientemente forte na luta contra o Vietnã.

— no que concerne à ação protetora dos fogos, a utilização dos engenhos modernos de destruição maciça, por sua monstruosa eficácia e pelos seus efeitos persistentes, poderá ser capaz de realizar barragens protetoras e duráveis de uma impermeabilidade até hoje desconhecida. No entanto, é lícito cogitar se esses engenhos não poderão suplantar e tornar ilusórios todos os processos atuais de segurança. Em qualquer dos casos, a forma das operações será transformada de modo imprevisível.

Entretanto, deve-se constatar que, mesmo com os engenhos de destruição atualmente provados no campo de batalha, os processos de proteção coletiva, por eficazes que sejam, parecem insuficientes face ao perigo grave que representam para os exércitos e para as nações, as possíveis perdas em massas em uma guerra futura. Devemos, necessariamente, complementar essa proteção coletiva por medidas de proteção individual. Entre estas podemos citar a interceptação de projéteis e aeronaves e o aperfeiçoamento da técnica sanitária, que na Coreia, por exemplo, já permitiu reduzir a mortalidade dos feridos para 23/1000, que pode ser comparado com a taxa da 2ª Guerra Mundial que foi de 45/1000.

O problema da proteção individual repousa, em grande parte, na couraça, no sentido mais amplo do termo: problema insolúvel por muito tempo, dado ao peso imposto à couraça pela capacidade de perfuração dos projéteis existentes.

A guerra de 1914-18 fez renascer o capacete de aço, munuiu-se cada homem de uma máscara contra gases e, sobretudo, "militarizou" o motor a explosão e a lagarta, permitindo o advento de condições que facultam à couraça se desenvolver sem amarrar sua mobilidade. Desde então, pela primeira vez, a aliança do fogo, da velocidade e da proteção tornou-se possível em um mesmo engenho, e ela fez do carro de combate e do avião os mestres, pelo menos momentâneos, do campo de batalha.

Hoje, os exército se esforçam por aperfeiçoar as blindagens e seu perfil, por pesquisar "escudos" eficazes contra os efeitos da energia termonuclear e da guerra química e bacteriológica.

Assim, no esforço de preparação para a guerra, é preciso ajuntar um novo capítulo — o da fortificação permanente e do material de proteção — ao programa de aumento da potência que esquematizamos a toda hora, como também é necessário, no esforço realizado na instrução, combinar a busca de segurança com a busca da mobilidade e da potência.

5. ATRITO

A segurança contra as investidas adversas não é, no entanto, a garantia única que reclamam para produzirem pleno efeito a mobilidade e a potência. É necessário ainda um esforço para reduzir as causas ou, pelo menos, os efeitos do Atrito, sob pena de vermos, pouco a pouco, paralisados os exércitos e neutralizada a sua força.

Ora, não há dúvida, que as fontes de atrito estejam em processo cada vez mais intenso de crescimento. Na 1ª Guerra Mundial, o transporte marítimo de um soldado e seu equipamento representava cerca de 2,7 t; o suprimento de um homem/dia em combate era de 9 t e o número de objetos diferentes usados pelas forças em operações era da ordem de 300.000. Na 2ª Guerra Mundial, esses números passaram a ser, respectivamente, 5t, 30t e um número bastante superior a um milhão.

Se as fontes de atrito estão sendo consideravelmente aumentadas, os seus efeitos, também não são menores. "Por mais que estude a guerra, dizia o Gen Wavell, mais constato que se trata de matéria de organização".

A guerra, por sua vez, entrou na "era dos organizadores" e, as imensas empresas como a operação "OVERLORD" não são possíveis senão pela aplicação dos métodos modernos de organização adotados pelas grandes indústrias. É, incontestavelmente, o desenvolvimento desses métodos nos exércitos, concomitantemente com a aplicação de alguns meios facultados pelo progresso científico, que lhes permite superar os atritos de sua maquinaria.

Deve-se considerar, que se por um lado aparecem, cada hora, novos atritos no funcionamento da máquina militar, outros no entanto, têm sido neutralizados e outros ainda, que tanto desesperaram nossos antecessores, hoje desapareceram. De qualquer forma, esse é um mal permanente que não permite relaxamento algum nos esforços para atenuá-lo.

O atrito aparece, talvez com sua máxima significação, nos efetivos crescentes dos serviços e dos transportes.

Já em 1915-18, vimos baixar, no Exército francês, a proporção dos combatentes de 86,1% para 74% em benefício dos serviços. Os americanos constataram, em 1945, que somente 1/3 dos homens mobilizados serviram em unidades combatentes e apenas 1/5 nas Divisões. A guerra da Coreia, onde o rendimento dos efetivos no trabalho era essencial, fez as massas sino-coreanas, levou os americanos a pensarem na conveniência de modificar essas proporções ruinosas, pela máxima redução das Fatias Divisionárias.

Quanto ao transporte parecem merecer a mais séria meditação:

- o aumento desmesurado do número de veículos terrestres;
- as enormes exigências da infra-estrutura moderna;

— o divórcio, que está a ponto de se concretizar, entre as necessidades da circulação e as possibilidades de manutenção das vias de transporte;

— a vulnerabilidade, aos engenhos modernos de destruição e à ação dos guerrilheiros, dos portos das pistas de aterragens, das rodovias e das ferrovias.

Diante da diminuição relativa dos espaços, nos quais tôdas essas circunstâncias ameaçam prejudicar o ritmo atual da guerra, somos levados a dar razão ao Gen Von Manteuffel quando diz que "o problema fundamental dos tempos presentes é diminuir o número de veículos em serviço nos exércitos". Parece que o exército moderno, sob pena de severas restrições, se deverá libertar, ao máximo, da rede rodoviária que, a qualquer momento, lhe pode ser interdita.

6. IMPREVISTO

Incontestavelmente, a preocupação com a segurança e a luta contra os atritos, são de natureza a limitar os efeitos do imprevisto sobre a potência e a mobilidade, do mesmo modo que estas devem encontrar na surpresa, sua máxima eficácia, desde que o imprevisto seja considerado na obra de preparação para a guerra.

As nações pacíficas, como a nossa, raramente procuram beneficiar-se da iniciativa, pelo contrário, entre elas é que encontramos mais frequentemente os descasos mais graves. Sabemos que a surpresa é especialmente favorecida pela iniciativa do ataque e, de modo mais geral, pela ofensiva. Mas, é preciso que se acentue, a surpresa deve ser também o recurso natural dos exércitos conduzidos pela política a uma certa inferioridade inicial, que somente assim poderá ser, em parte compensada. É preciso que não se descure de acompanhar os progressos da técnica, a evolução da tática e da estratégia para não ficar inteiramente desarmado face ao adversário que é passível de tomar a iniciativa do ataque.

Seja qual for o tipo de surpresa, é mister que estejamos precavidos contra a eventualidade de sua ameaça, porque, como dizia Frederico II: "é perdoável sermos batidos, mas jamais sermos surpreendidos". É um paradoxo; ou, pelo menos parece, lançarmo-nos à tarefa de prever o que por sua natureza é da ordem do imprevisto.

Deixarmos de lado, naturalmente, o azar, contra o qual não nos podemos precaver senão pela flexibilidade da organização e da manobra e pelo uso das margens de segurança. Outrossim, lembramos que a intervenção do azar não é sempre hostil e sua frequência é limitada, assim como seus efeitos. Diz Edgard Quinet a propósito dos acontecimentos a que se chamou o fim do III Reich: "uma vez que tais calamidades se sucedem seguidamente, é pouco razoável imaginá-las como produto de uma circunstância fortuita — uma ordem esquecida ou negligenciada, uma tempestade, uma chuva obstinada. Não, a fortuna, por caprichosa

que seja, não chega a êsse ponto. Ela é móvel não é insensata. Quando semelhantes desastres se repetem existe um vício profundo, irremediável nas coisas e nos homens. Houve não somente um erro (porque a fortuna é algumas vezes boa para não punir todos os erros), mas um acúmulo de erros que se tornaram irreparáveis por causa do seu próprio número".

Mas, não há somente a sorte ou o azar na intervenção do imprevisto: há, sobretudo, a ação do inimigo.

É Clausewitz quem acentua "tôda a guerra supõe a fraqueza humana e é contra essa fraqueza que ela é dirigida".

Este aforismo não é, em parte alguma, mais verdadeiro que no tocante à surpresa. Isto, precisamente, porque a surpresa não existe senão quando a vítima deixa-se surpreender e, por consequência, a vítima é cúmplice inconsciente.

Temas para meditação :

— Em 1914, a manobra alemã pela Bélgica era considerada improvável.

— Em 1940, as Ardenas foram julgadas intransponíveis pelos franceses.

— Em 1940 a Linha Maginot era julgada, pelos franceses, inexpugnável.

— Em 1940, ainda os franceses julgavam irrealizáveis as penetrações estratégicas profundas realizadas pelos blindados, independentemente dos grossos de infantaria, bem como a generalização do apoio cerrado aerotático por aviões de bombardeio em mergulho.

— Em 1941 e 42, era crença firme de que a Rússia estaria com seu poderio militar aniquilado após o avanço sobre Moscou ou Stalingrado.

— Em 1944, o OKW (Supremo Comando Alemão) recusou-se a crer que o desembarque aliado na Normandia pudesse ser o ataque principal.

— Antes de Maio 1940 e antes de Pearl Harbour, as vítimas tomaram conhecimento prévio do que aproximadamente ia se passar, mas não acreditaram... isso contrariava as opiniões formadas...

A história prova, enfim, que o futuro agressor dirige seu esforço para a solução de problemas considerados como insolúveis, para buscar, justamente, o excedente de velocidade e de potência que imporão à decisão, bem como prova que todo o erro e tôda a negligência se paga e não há milagres, normalmente, no domínio da ordem material.

Parece que podemos tirar alguns ensinamentos desses fatos: a primeira defesa contra a surpresa, reside na ausência de preconceitos e na liberdade de espírito, na certeza arraigada de que não há impossibilidade técnica, tática ou estratégica que não se possa, cedo ou tarde, superar.

Reside na aceitação da informação e dos fatos como são e não como desejamos que sejam. "Não há pior defeito de espírito, dizia Bossuet, do que tomar os desejos por realidade". Reside na redução metódica de toda a margem de fraqueza nas informações sobre o inimigo. Reside, também, quando chega a oportunidade, na flexibilidade do dispositivo e na rapidez da reação de uma comando enérgico, resoluto e senhor de sua arte.

7. OFENSIVA

"Fazer a guerra, dizia o Gen Mangin, é atacar", mas atacar com probabilidade de sucesso.

Este é um ponto fraco das nações pacíficas. Difícil será que se beneficiem da iniciativa do ataque, pois essa iniciativa, certamente, caberá ao agressor.

Mas isso não impede que a nação pacífica organize seus instrumentos de força com as melhores características ofensivas e o cubra por meio de medidas de segurança capazes de proporcionar o tempo e as condições indispensáveis a passagem à contra ofensiva, após amortecer o choque do ataque inicial do agressor.

E de acentuar ainda que a instrução dos comandos e da tropa deve ser cuidadosamente orientada para que todos os componentes das forças armadas estejam absolutamente entrosados dentro dessa idéia de pronto revide, da absoluta necessidade de se passar, logo que possível, à contra ofensiva para destruir as forças do agressor.

IV

PROEMINÊNCIA DAS FORÇAS MORAIS

"A guerra é dominada pelo sentimento" e, em particular pelo sentimento de medo, que tratamos de provocar ou acentuar no inimigo e contra o qual procuramos resguardar as nossas forças.

Esta observação se reveste presentemente de um novo sentido, talvez desconhecido até hoje. A tensão imposta ao ser humano pelo ritmo acelerado das operações modernas, o conceito da guerra total, o poder crescente do potencial de destruição e morte das armas, o qual já atingiu características apocalípticas, tudo isso, concorre poderosamente para que penetremos, mais e mais, no "mundo do terror".

A utilização e a exploração do medo assumiram, desde o tempo de paz e na preparação para a guerra, um caráter sistemático. Estamos todos vivendo essa interminável "guerra fria" que nada mais é que a exploração do medo...

Em nosso estudo até aqui, deixamos de lado, propositadamente, talvez a mais importante das Leis da Guerra, a lei que supera a todas, a lei primeira, a lei essencial da guerra.

Essa lei que agora evocamos, há mais de cinquenta anos recebeu de Foch este enunciado: "Guerra, Departamento da Fôrça Moral".

Agora, em que estamos concluindo este rápido esboço das Leis Fundamentais da Guerra, chamamos a atenção que, inegavelmente, a PRO-EMINÊNCIA DAS FÔRÇAS MORAIS transcende os limites estabelecidos para o que entendemos por Princípios de Guerra.

É a fôrça moral que vivifica as fôrças materiais, que torna possível o seu emprêgo e que cada dia amplia sua importância face às novas características da guerra. A fôrça moral é um potencial inerente ao homem e são, afinal de contas, os homens que travam as guerras. Sem um Moral adequado, há sempre o perigo grave da fôrça material ver-se completamente impotente ou sobrepujada mesmo por um inimigo inferior.

A Fôrça Moral não substitui a Fôrça Material, mas, inegavelmente, dá-lhe grande acréscimo de Potência ou mesmo, podemos dizer, possibilita o seu rendimento.

Temas para meditação :

— Em 1940, vimos Divisões francesas, perfeitamente equipadas e adestradas, que defendiam frentes até menores que as normais, se "volatilizarem" ao primeiro ataque das fôrças alemães. Em 10 dias os germânicos, praticamente, conseguiram vencer o Exército Francês que lhe era pelo menos igual, senão superior em vários aspectos.

— Na campanha da África, inúmeras vezes, Rommel impôs-se aos ingleses com fôrças consideravelmente inferiores às deles.

— Em toda a sua atuação na 2ª Guerra Mundial, nunca as fôrças italianas proporcionaram o rendimento que delas era licito esperar.

— Que problema para as fôrças americanas constituíam uns poucos japoneses metidos em seus abrigos a barrar uma via de acesso?

— "Considerando as operações de 1944 na Normandia e as fôrças em presença, constatamos que raramente os ataques aliados tiveram sucesso quando lançados, com meios que lhes davam uma superioridade de 5 contra 1, e isto, contando com a supremacia aérea absoluta, que pelo menos dobrava o poder das fôrças terrestres, ou mesmo o triplicava, segundo algumas opiniões.

Na frente dos ingleses, vemos um caso que merece ser aqui apontado: a operação "Bluecoat", tentativa de ruptura ao sul de Caumont em 30 Jul 44. A operação foi tão cuidadosamente planejada e a manobra tão bem montada que se conseguiu concentrar e lançar dois CEX, especialmente fortes, em uma frente de 16 km mantida por dois fracos RI alemães. O balanço das fôrças acusou 10 a 1 a favor dos aliados. Esta proporção, levando em conta a supremacia aérea pode ser considerada de 20 a 1 ou mesmo 30 a 1 a favor dos aliados. Além disso, estes haviam reunido mais de 1000 CC nesse setor onde os alemães, no

início da batalha, não contavam com blindados. No entanto, os alemães detiveram os ingleses, salvo em pequena parte da frente, onde a chegada de alguns magros reforços blindados cedo obrigou os atacantes a renunciar às suas tentativas de progressão. E isso se repetiu durante vários dias... (Liddel Hart)".

Esses poucos fatos citados e os inúmeros outros que podemos encontrar no decorrer de toda as campanhas, não deixam dúvida de espécie alguma, que o MORAL de uma força é algo que merece a atenção permanente — desde o tempo de paz e em todos os instantes da guerra, sob pena das mais severas derrotas.

CONCLUSÃO FINAL

Atualmente, mais do que nunca, precisamos equacionar a solução dos nossos problemas de preparação militar para a guerra seguindo as trilhas definidas pelas LEIS FUNDAMENTAIS DA GUERRA. Essas leis, fruto do estudo da essência da guerra e largamente comprovadas pela inestimável experiência do passado, podem nos ajudar a evitar o erro.

O advento dos fabulosos meios que a técnica moderna proporciona às Forças Armadas não empalideceu o caráter imperioso dessas leis. Pelo contrário, sua importância cresceu ainda mais.

O presente trabalho é apenas um modesto esboço dessas idéias que são vitais. Aqui pretendemos apenas ter levantado idéias que merecem, dos responsáveis pela preparação de nossas Forças Armadas o mais devido e acurado estudo.

Os conceitos emitidos nos artigos assinados em a SEÇÃO DE DOCTRINA MILITAR, são da exclusiva responsabilidade dos autores, não traduzindo, portanto, orientação da Diretoria da Revista.

Os originais publicados poderão ser transcritos, salvo quando sejam expressamente reservados os respectivos direitos. As transcrições deverão consignar a fonte e o autor.

A correspondência para SEÇÃO DE DOCTRINA MILITAR deverá ser endereçada a:

Maj Amerino Raposo Filho

"A Defesa Nacional"

Ministério da Guerra — Rio de Janeiro — Brasil.

2 — BASES DA EVOLUÇÃO DAS FORÇAS ARMADAS

DOUTRINA E DOCUMENTAÇÃO

Ter-Cel FERDINANDO DE CARVALHO

NOTA DO REDATOR

Passados, praticamente, dois anos de estudos, de palestras, de artigos de fundo eminentemente filosóficos, de esclarecimento de nossas elites culturais, no sentido de uma tomada de posição em face do problema ligado à configuração da Doutrina Militar Brasileira, eis que já podemos apresentar um saldo realmente favorável.

Vencida está a primeira fase desse planejamento em profundidade visando fundamentalmente a:

- ressaltar a necessidade de possuímos uma Doutrina Militar moderna, flexível, em conformidade sobretudo com a Realidade Conjuntural Brasileira e Regional Sul-americana. Mas, Doutrina que seja, por definição, das Forças Armadas e enquadrada na Doutrina de Guerra do nosso País;
- destacar a imprescindibilidade de estruturação duma Doutrina de Emprêgo das Forças Terrestres, consoante o quadro de nossas reais necessidades operacionais e adaptada às diferentes Áreas Geo-Estratégicas de atuação provável;
- mostrar a urgência de reestruturação das Forças Armadas, com base na reformulação do Problema Militar Brasileiro e envolvendo, entre outros, os aspectos organizacionais, de recrutamento, de mobilização, de equipamento do território e de adestramento dos grupamentos de forças.

Enfim, planejamento que promova completa e radical transformação na Estrutura Militar do País, de tal modo que atenda, simultaneamente, às duas formas da Guerra Moderna:

- Regular;
- Revolucionária.

Perém, para que tal Reforma possa processar-se, impunha-se a posse dum primeiro objetivo, de natureza psi-

cológica, e traduzido pela compreensão de todos os quadros das Forças Armadas da imperiosa necessidade de possuírmos uma autêntica Doutrina Militar Brasileira. Felizmente, a fase foi ultrapassada em curto prazo e todos hoje se empolgam pela Nova Fase.

E a demonstração do que afirmamos, está na série de estudos altamente interessantes à Reforma de nossa Doutrina Militar, em bases flexíveis e modernas, de que o artigo que adiante apresentamos é demonstração inequívoca.

O Tenente-Coronel FERDINANDO DE CARVALHO, destacado oficial de EM e realmente empolgado pela Guerra Moderna, conosco cerra fileira nessa Cruzada de Renovação Institucional, com um excelente artigo, onde o problema doutrinário é apresentado em suas bases gerais, contendo conceitos de muita atualidade. E é o próprio articulista quem assinala, quando ressalta a necessidade de uma Doutrina Militar Brasileira Moderna, e flexível, mas decisivamente consoante o "caso brasileiro":

"A Doutrina Militar não pode ser formulada sob a inspiração de preferências singulares, não obedece a uma lógica unilateral. Seus conceitos não se podem divorciar dos fatores integrantes da própria nacionalidade." Basta dizer que, "no plano nacional, a Doutrina Militar sofre a influência da natureza física e social do meio, reflete a história, as tradições, a realidade econômica, a formação cultural do povo e vincula-se estreitamente aos fatores dominantes da política nacional".

A propósito, convém lembrar aos leitores, uma vez mais, que Doutrina Militar é, por definição, ou deve ser, Doutrina de integração das Forças Armadas, isto é, Aplicação do Poder Nacional no Campo Militar, consoante a Doutrina de Guerra que envolve os demais Fatores da Estratégia de Segurança Nacional.

Maj A. RAPOSO FILHO

No foi somente a superveniência dos engenhos bélicos modernos que acarretou profunda evolução nas idéias e organizações militares. Novas concepções resultantes dos entrecosques ideológicos determinaram também novas formas de luta, como a guerra insurrecional e as situações de iminência de guerra, para as quais não se achavam preparados os exércitos clássicos. Impôs-se, desta sorte, um reestudo do problema militar. Numerosas nações, pequenas ou poderosas, passaram a preocupar-se com a questão, buscando soluções adaptadas à sua doutrina, a seus recursos e às possibilidades de sua participação em um conflito armado.

Em nosso Exército manifesta-se, em variados setores, o interesse de estabelecer normas e medidas para torná-lo um organismo eficientemente adaptado aos reflexos da conjuntura atual em nosso país, renovando e aperfeiçoando métodos e processos, dentro de nossa reais possibilidades.

Não deixarão, por certo, de ser bem recebidas, pelos órgãos de estudo e planejamento, aos quais estão oficialmente afetas essas responsabilidades, tôdas as sugestões eivadas do sincero intuito de assegurar ao Exército as condições convenientes à indiscutível necessidade de evolução.

Desejamos, no presente artigo, focalizar alguns aspectos do problema e lançar idéias à meditação esclarecida dos que com êle se preocupam.

É evidente que, precedendo ao aperfeiçoamento de qualquer organização, não se pode prescindir de uma fase doutrinária de preparação mental para compreensão e aceitação das novas idéias. Não é possível, sem graves prejuízos, determinar modificações radicais, como as que a guerra moderna vem impondo, sem a construção de bases intelectuais que possam apoiá-las.

Se buscarmos os fundamentos iniciais para consecução desse objetivo, verificaremos que tudo repousa sobre uma necessidade primordial: **Formação de uma mentalidade evolutiva generalizada.** Antes de evoluir é preciso estar-se apto para suportar o impacto da evolução.

LIDERANÇA, COMO FATOR VITAL

É um postulado universalmente aceito que as qualidades de liderança sofrem a influência do meio ambiente.

É possível que renomados Chefes das campanhas napoleônicas ficassem reduzidos à obscuridade ou mesmo fadados ao insucesso, se tivessem de atuar nas condições da Primeira ou da Segunda Guerra Mundial. Análogamente, os tipos de líderes da última guerra já não podem servir como padrões indiscutíveis para uma guerra moderna. Há condições que se mantêm inalteradas. Outras porém evoluíram e conduziram a novos requisitos. O apêlo à iniciativa, por exemplo, se afigura muito mais intenso e freqüente nas situações de elevada descentralização que se prevê nos futuros conflitos. Essa exigência requer uma formação moral peculiar.

Nos exercícios clássicos da instrução militar, raramente o homem é colocado em situação isolada, alheado aos recursos que o apoio superior ou lateral lhe proporciona, sem meios de ligação e sem comunicações.

O que se pré-anuncia, entretanto, sobre as modernas formas de combate? Elementos reduzidos atuando quase independentes. Há, dessa maneira, que rever os objetivos de instrução dentro de novos padrões. É necessário determinar os requisitos essenciais dos modernos combatentes e, principalmente, de seus líderes, para assegurar uma formação moral

apta às contingências futuras. Essa necessidade é mais premente no que respeita aos quadros. É preciso discernimento e orientação para que cada instrutor, responsável por qualquer parcela daquela formação, tenha consciência de que as novas gerações devem ser submetidas a condições novas. A técnica do condicionamento de reflexos, tão aplicada em nossa instrução militar, procurando proporcionar ao homem elementos de reação subconsciente, já não se coaduna integralmente com o atributo de executante consciente que se exige do combatente moderno. A guerra se vai transformando cada vez mais em jogo de inteligência e vontades.

A vitória cada vez mais se exprime como a realização da inteligência mais viva a serviço da vontade mais forte.

A seleção qualitativa adquire maior importância. Vêem-se pequenas forças bem adestradas e psicologicamente orientadas derrotarem fortes e numerosos exércitos.

É preciso induzir em todo o processo de recrutamento, formação e aperfeiçoamento dos quadros um sentido de seleção levado ao mais alto grau.

Aos melhores devem ser oferecidas as melhores oportunidades. Simultaneamente, deve ser estabelecida uma política de aproveitamento eficiente das qualidades pessoais como uma necessidade fundamental de preservação dos valores.

Onde buscar os princípios para alcançar tal objetivo?

Onde procurar uma base segura para essa política? É na aplicação da **liderança militar**, traduzida em termos de educação, organização, legislação e técnica de execução que se pode assentar o eixo dessa inspiração renovadora.

O nivelamento é a cômoda tendência da mediocridade e da inércia que só pode conduzir à desagregação e à derrota.

Um exército é mais do que uma simples organização. Sua existência como força só se preserva através de uma vitalidade permanente que lhe emprestam a disciplina, o moral, o espírito militar e o espírito de corpo.

Sem esses atributos é como um organismo sem vida que se deteriora e se desfaz.

Mais do que em qualquer outro grupo social, uma força armada depende de uma doutrina criteriosa de seleção e aperfeiçoamento de líderes. É uma questão de conservação da energia potencial que, no âmbito de uma nação, as forças militares são obrigadas a conservar como fator de segurança, mesmo na tranquilidade dos períodos de relativa paz.

FATORES DE INFLUÊNCIA NA DOCTRINA MILITAR

A guerra é a continuação da política por outros meios. Assim a definiu Clausewitz. Assim a compreendem as grandes potências, definin-

do-a sob variados ângulos mas concebendo-a sempre associada a objetivos políticos.

Essa concepção justifica os compromissos de aliança e explica as limitações de emprego da força militar. A natureza dos conflitos e o potencial empregado dependerão fundamentalmente das imposições políticas que influenciarão e mesmo poderão determinar o curso das operações militares.

Guerra e política são conceitos inseparáveis. Entrelaçam-se tão intimamente que deixar de compreendê-los dêsse modo, tentar isolá-los ou desprezar sua simbiose representa uma inconsciente e perigosa falha de percepção.

Tôdas as nações procuram preservar e desenvolver, através dos objetivos políticos, seus elementos básicos de existência: segurança, padrões sociais e instituições.

A estratégia militar integrada nesses objetivos profundos, visa à aplicação do potencial militar em situação de paz ou de guerra.

A doutrina militar é, em consequência, uma filosofia de guerra, segundo a qual uma nação orienta a aplicação de suas forças armadas dentro da missão que lhes é atribuída para a consecução dos objetivos nacionais. Ele rege a atuação dessas forças na multiplicidade de situações com que se podem defrontar, dá os fundamentos para as organizações militares, orienta as normas táticas e estratégicas, dirige o esforço técnico-militar, impulsiona e canaliza a preparação profissional e moral que constituem elemento ponderável do potencial bélico. Assenta-se, para isto, nos princípios de guerra, cuja solidez vem desafiando, através dos tempos, a extraordinária evolução dos meios e as repercussões do progresso científico e industrial.

Doutrina é, entretanto, codificação de preceitos. Não tem, por sua natureza, energia de aplicação. É preciso traduzi-la em termos de execução, dar-lhe realidade, em suma.

Essa concretização é que constitui o Programa. Fundamentado na Estratégia Nacional e obedecendo à Doutrina Militar, o Programa Militar estabelece os objetivos parciais e sucessivos a alcançar, selecionando o esforço a ser desenvolvido para conquistá-los.

A doutrina militar não pode ser formulada sob a inspiração de preferências singulares, não obedece a uma lógica unilateral. Seus conceitos não se podem divorciar dos fatores integrantes da própria nacionalidade, embora a sua aplicação se deva orientar, sob certos aspectos, em um plano de cooperação de amplitude internacional. Isto porque as alianças entre nações resultam de imposições políticas, que são correlacionadas a compromissos ditados por interesses de mútua segurança.

O esforço de coalizão é de vital importância na guerra moderna. Difícilmente uma nação poderá enfrentar isolada os esforços exigidos por sua própria segurança. A doutrina militar repercutirá as pressões resultantes de objetivos puramente nacionais e esse esforço de coalizão, impôsto pela realidade mundial.

No plano nacional a doutrina militar sofre a influência da natureza física e social do meio, reflete a história, as tradições, a realidade econômica, a formação cultural do povo e vincula-se estreitamente aos fatores dominantes da política nacional.

Encaremos, de relance, o caso brasileiro.

Nossa posição estratégica nos coloca em destacada situação no sistema defensivo americano. Somos, hoje em dia, o mais extenso e populoso país latino do globo. Nossas riquezas potenciais nos auguram extraordinário futuro. Podemos considerar-nos, sem vaidoso ufanismo, como país em ascensão para uma posição de liderança internacional.

A capacidade defensiva de nossos recursos militares próprios é ainda bastante limitada, incapaz de suportar os elevados esforços de uma guerra moderna.

Todos esses fatos vão repercutir em nossa política internacional, mormente no ângulo relativo à segurança nacional, refletindo-se inapelavelmente na doutrina militar. Formulá-la não é problema simples, embora premente e inadiável como base para uma sólida estrutura de nossas Forças Armadas e o desenvolvimento de um Programa Militar Nacional.

A doutrina militar não é uma filosofia estática. É, ao invés, altamente dinâmica. Apesar da solidez de seus princípios, evolui para se adaptar às mutações da política internacional, ao aperfeiçoamento dos engenhos bélicos e às transformações do ambiente nacional.

Encaremos alguns aspectos da poderosa influência das armas atômicas. Enquanto o mundo ocidental detinha o monopólio dos explosivos nucleares, estabeleceu-se uma tendência para a formulação de uma doutrina que se fundamentava na esperança de alcançar a vitória através de arrasadores ataques aéreos estratégicos, com um emprêgo mínimo de tropas terrestres. Estas desempenhariam praticamente o papel de elementos de ocupação em áreas devastadas, onde lhes caberia a administração de populações desmoralizadas e submissas. Desenvolveu-se o mito fantástico de uma guerra de apertar botões. Escreveu-se que a época dos exércitos estava extinta. Chegou-se a extremos como o de se dizer que talvez a próxima guerra pudesse ser ganha por uma equipe de meia dúzia de sabotadores, transportando em valises algumas armas nucleares, ultrapassando, com certa habilidade, uma linha de barreira alfandegária.

Com a terrível paridade atômica, quando ocidentais e orientais se igualaram na posse dos segredos da fissão e da fusão atômicas, caíram por terra tôdas essas idéias precipitadamente expressas. Os conceitos tiveram de ser revistos. As forças terrestres recuperaram seu antigo prestígio.

Ampliaram-se efetivos que haviam sido drasticamente reduzidos. Restaurou-se a concessão de verbas que haviam sido canceladas.

E a doutrina militar começou a incorporar uma série de idéias novas. Surgiu o conceito de guerra limitada definida como "um conflito

armado entre forças de duas ou mais nações, no qual os objetivos de ambos os contendores não constituem uma ameaça direta à sobrevivência dos mesmo".

Admite-se que, nesse tipo de guerra podem ser empregadas armas nucleares ou não, e que esse emprego constitui em qualquer caso, ameaça permanente.

Concluiu-se, como um corolário dessa concepção, que as forças armadas devem estar organizadas e treinadas para qualquer tipo de guerra e que a doutrina militar deveria admitir um requisito de extrema flexibilidade no campo tático ou estratégico.

A guerra geral e irrestrita entre as grandes potências ou os grandes blocos nacionais torna-se cada vez mais problemática. Suas consequências se afiguram tão pavorosas que nenhum dos adversários se mostra disposto a enfrentá-las. A ameaça de mútua destruição tende a impedir o desencadeamento dessa terrível luta. Nesse ambiente de mútuos receios, desenvolve-se uma tremenda emulação em busca da superioridade de potencial militar, na qual não são medidos gastos nem esforços. A intimidação passou a constituir um fator de segurança e de paz, uma garantia de sobrevivência.

As nações menos poderosas, entretanto, incapacitadas de concorrer nessa disputa, inclinam-se seja à participação de blocos liderados pelas principais potências, seja, mediante uma política flexível, mas nem sempre bem sucedida, a tirar o maior partido possível das situações oriundas daquela rivalidade. De uma forma ou de outra, essas nações são obrigadas, em tal ambiente, a definir-se por uma política, seja de coalizão, seja de neutralismo ou de isolamento. Ambas apresentam faces favoráveis ou desfavoráveis e vão influir, de modo decisivo, na doutrina militar.

As manifestações constantes de rivalidade entre os dois grandes mundos que se defrontam concretizam-se em conflitos locais sob aspectos variados.

É possível que muitos desconheçam ou mesmo, em ilusório otimismo, procurem desconhecer essas irrupções danosas e ameaçadoras para as nações que, se encontrando fora da disputa nuclear nunca estão livres de se constituírem em teatro da disputa ideológica, talvez mais acirrada e ativa do que a primeira.

No que se refere às idéias militares essas nações foram colocadas em difícil dilema: evoluir ou estagnar. Essa crucial perspectiva se agrava a todos os momentos. Não se pode ignorá-la como não se apaga o sombrio panorama de um difícil caminho que deve ser percorrido, cobrindo-se o resto com as mãos para não vê-lo.

Sabemos, pela experiência histórica, que a fraqueza nunca foi argumento defensivo convincente, mas, pelo contrário, sempre se revelou um convite para o ataque.

Esse aspecto é mais importante ainda para as nações que se comecem a projetar no concerto mundial. Sentimos que se torna premente

evoluir, reorganizar e reaparelhar. E isto deve ser feito em bases realísticas e seguras.

A doutrina militar deve orientar essa evolução, refletindo coerentemente essa perspectiva. Um Programa Militar ordenado e equilibrado deve prever as etapas sucessivas de uma evolução coordenada.

Nas modernas Forças Armadas, as imposições de íntima cooperação já vão tornando difícil o estabelecimento de uma classificação convencional dessas forças. "A guerra no ar, no mar e em terra não são formas distintas e independentes de combate".

Os limites de ação das forças tradicionais se tornam cada vez mais indistintos e imprecisos, diante da realidade das operações militares. As forças-tarefa englobam elementos de uma ou várias forças tradicionais, em conjuntos flexíveis, capazes de cumprir a missão prescrita.

Estamos marchando em um sentido de integral fusão das forças armadas. Todas as divergências de atribuições, todos os conflitos doutrinários são no fundo motivados pela dificuldade de delimitar esferas de ação, face a problemas operacionais inadiáveis cuja solução exige naturalmente que esses limites não sejam definidos.

EVOLUÇÃO ESTRUTURAL DAS FORÇAS ARMADAS

Em estreita correlação com a doutrina militar situam-se dois importantes problemas: a evolução estrutural das Forças Armadas e a elaboração de uma documentação doutrinária completa.

Na organização militar repercutem concretamente as injunções das possibilidades nacionais. As adaptações terão de ser progressivas, de acordo com as necessidades impostas pelas missões prováveis e pelas tendências evolutivas.

Tal organização deverá assegurar as condições de flexibilidade, mobilidade, potência de combate e, sobretudo, rapidez de atuação compatíveis com as características previsíveis dos futuros conflitos.

O emprego da arma nuclear é ainda uma indagação. Mas a permanente possibilidade de sua aplicação trará novos aspectos ao campo de batalha. As operações se caracterizarão pela mobilidade e dispersão das tropas, pela necessidade de rápidas concentrações e descentralizações, pela constante preocupação de evitar que se constituam alvos compensadores e que as forças combatentes se canalizem em zonas de morte escolhidas pelo adversário.

É preciso considerar, entretanto, que a amplitude do campo de batalha atômico será um tanto ilusória. A radiação nuclear, particularmente a precipitada, poderá interditar largas áreas e restringir sensivelmente os espaços de manobra.

A ação de comando será dificultada pela fluidez das operações e pelos imensos intervalos entre os elementos operacionais.

Tais características, próprias da guerra nuclear efetiva ou potencial surgem coincidentemente no panorama dos conflitos limitados.

A fluidez e a amplitude das operações, os requisitos de mobilidade e auto-suficiência, e as imposições de uma superior liderança formam entre os numerosos aspectos que determinarão a reforma estrutural militar, seja qual for a natureza dos conflitos preditos.

Há porém um fator que assume particular relevância no quadro da chamada guerra insurrecional. É a base psicológica do conflito para o qual tem decisivo papel o apoio das populações locais, onde se disfarça e se assenta a infra-estrutura das organizações revolucionárias. A doutrina e a organização das Forças Armadas não poderão deixar de refletir esse aspecto, de fundo estritamente humano e social, através de uma orientação que propicie o exercício da liderança efetiva e mantenha a confiança do povo que nelas deve pressentir a organizada eficiência, o expressivo potencial a lhes justificar a existência, como um tributo valioso e imprescindível da segurança nacional.

A DOCUMENTAÇÃO MILITAR

A literatura militar oficial compreende todos os manuais e regulamentos que expressam a aplicação da doutrina em todos os setores de atividades militares. É obviamente inócua a adoção de uma doutrina que se não reflita em um conjunto de publicações, que se não exprima em documentação atualizada e coerente. Dêsse princípio repisemos as duas características: atualização e coerência.

A atualização responde às exigências da situação, do momento internacional, dos recursos nacionais, da mentalidade da época, do sentido psicológico dominante.

A coerência dá a todas as peças da documentação militar a unidade e a harmonia de conjunto.

A consecução integral de um plano para um sistema documentário militar completo é obra de extraordinário vulto, a que se contrapõem não só o volume do trabalho, como o caráter de grande mutabilidade das idéias militares.

Há manuais cuja validade não chega o resistir, muitas vezes, ao tempo despendido em sua redação e impressão. Já estão obsoletos, antes mesmo de terem sido editados.

Dois fatores se chocam na elaboração de um sistema de literatura profissional militar. De um lado se encontra a necessidade de considerar os imperativos da situação internacional que a orientam em um sentido de padronização, de aproveitamento da experiência de outras nações. De outro lado, se colocam a natureza e o valor dos recursos disponíveis, em geral limitados.

A possibilidade de uma realização satisfatória nesse campo baseia-se normalmente em dois elementos:

- um sistema de ensino militar bem aparelhado;
- uma organização capaz de assegurar a experimentação adequada de novos materiais e concepções.

Um organismo, simplesmente apto a traduções ou adaptações parciais dos resultados da experiência alheia, dificilmente poderá incorporar e desenvolver as idéias militares inspiradas em uma doutrina dinamizada por um espírito evolutivo. É indispensável o trabalho experimental que se realiza nas escolas e nos campos de prova.

No terreno experimental cumpre evidenciar a importância do método estatístico na coleta e interpretação de resultados. Provas isoladas ou efetuadas sob condições particulares podem, muitas vezes, deformar as conclusões em um sentido errôneo.

Devem ser levados em conta todos os fatores humanos e materiais. É preciso pesquisar cuidadosamente as questões com a preocupação de que o sentimento de conjunto não se obscureça por uma exagerada e inútil meticulosidade.

Os órgãos de estudos e pesquisas, em tôdas as organizações militares de direção, de ensino e instrução, e de execução devem funcionar orientados e conjugadamente em benefício da unidade de ação e do real aproveitamento das possibilidades.

No se compreende hoje uma organização que não disponha, em sua estrutura, de um setor destinado ao esforço de pesquisas em benefício da evolução.

Não se pode desprezar neste sentido nenhum esforço, seja ele individual ou coletivo, particular ou oficial. É surpreendente o que se pode obter do eficiente aproveitamento da energia pesquisadora, quando se dispõe de uma organização capaz de recebê-la, orientá-la e incentivá-la. Devemos compreender as Forças Armadas como um organismo por cuja evolução somos todos responsáveis. Os inquéritos, as sondagens de opinião, coleta de sugestões e os seminários são recursos extremamente úteis, não como elementos para a extração de soluções médias, mas para a avaliação de reações e consequências de determinada orientação. As soluções médias são geralmente medíocres. Todavia, as decisões assentadas em um terreno onde impera um espírito de compreensiva adesão são geralmente fadadas ao sucesso integral.

Pascal disse: Quando um homem fortemente armado velar pelos seus bens, estes ficarão em paz. Essa verdade se estende ao âmbito das nações. A evolução das Forças Armadas é um imperativo do clima de segurança imprescindível ao progresso nacional, nesse mundo conturbado pelas disputas apaixonadas.

Livros publicados pela BIBLIOTECA MILITAR e que se relacionam com DOCTRINA MILITAR BRASILEIRA :

- 1 — HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL (2 Volumes) — Cel Genserico de Vasconcellos.
- 2 — A BATALHA DO PASSO DO ROSÁRIO — Gal Tasso Fragoso.
- 3 — CAMINHOS HISTÓRICOS DE INVASÃO — Ten-Cel Antonio de Souza Júnior.
- 4 — A REVOLUÇÃO FARROUPILHA — Gen Tasso Fragoso.
- 5 — LUTAS AO SUL DO BRASIL — Gen F. de Paula Cidade.
- 6 — NOÇÕES MILITARES FUNDAMENTAIS — Cel J. B. Magalhães.
- 7 — DO RECONCAVO AOS GUARARAPES — Maj Antonio de Souza Júnior.
- 8 — HISTÓRIA DA GUERRA ENTRE A T. ALIANÇA E O PARAGUAI — Gen Tasso Fragoso.
- 9 — COMPREENSÃO DA UNIDADE DO BRASIL — Cel J. B. Magalhães.
- 10 — EVOLUÇÃO MILITAR DO BRASIL — Cel J. B. Magalhães.
- 11 — OS FRANCESES NO RIO DE JANEIRO — Gen Tasso Fragoso.
- 12 — REMINISCÊNCIAS DA CAMPANHA DO PARAGUAI — Dionísio Cerqueira.
- 13 — OS SERTÕES COMO HISTÓRIA MILITAR — Ten-Cel Umberto Peregrino.
- 14 — RICARDO FRANCO — Gen Silveira de Melo.
- 15 — ANTONIO JOÃO — Gen V. Benício da Silva.
- 16 — NOTAS DE GEOGRAFIA MILITAR SUL-AMERICANA — Cel F. Paula Cidade.
- 17 — CAXIAS E NOSSA DOCTRINA MILITAR — Maj Amerino Raposo Filho.

II — ORGANIZAÇÃO

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Major AMERINO RAPOSO FILHO

Precisamente porque nossas atividades durante, praticamente, dois anos, nesta Seção de "A Defesa Nacional", vêm se constituindo em preocupação decisiva no sentido de que nossas Forças Armadas sejam dotadas duma autêntica Doutrina Militar, verdadeiramente condizente com as necessidades da Segurança Nacional, Interna e Externa, é que sentimos ser oportuno tratar do Problema da criação do Ministério da Defesa, Secretaria de Estado coordenadora por excelência das atividades das três Forças Armadas. Pois, se Doutrina Militar é, por definição, de integração das Forças Armadas, a nenhuma delas se confinando isolada, que na verdade representa instrumento de aplicação do Poder Nacional pelas Forças Terrestres, Aéreas e Navais em conjunto, não seria possível prosseguirmos nos estudos, sem a consideração de uma questão da maior importância aos destinos de cada uma das Instituições Militares. Vale dizer, para que frutifiquem, na plenitude, os ideais que norteiam todos aqueles que aspiram à solução do Problema Militar Brasileiro em bases modernas, flexíveis e realmente condizentes com as necessidades e as reais possibilidades da Conjuntura Nacional o que importa na consideração duma Doutrina, de Guerra e Militar, sem dúvida que se impõe, urge mesmo, a criação dum órgão de nível ministerial, diretamente ligado ao Comandante Supremo das Forças Armadas, com a finalidade de centralizar "os aspectos gerais e doutrinários da administração militar", em todos os seus campos e conseqüências operativas.

* * *

Portanto, vencida a primeira etapa de nossa pregação no domínio das idéias e das sugestões aos órgãos responsáveis pela reformulação do Problema Militar Brasileiro, há que promover nova impulsão aos trabalhos de natureza filosófica, consoante aqueles conceitos de Comte segundo os quais, devemos partir das generalidades decrescentes às com-

plexidades crescentes, isto é, do fácil para o difícil e do simples para o complexo. Eis porque, propositadamente reservamos para o ano de 1961, o desenvolvimento desse tema de máxima relevância a quantos se empenham na modernização de nossa Doutrina Militar, em termos atuais e verdadeiramente consoante à Realidade Conjuntural Brasileira.

Assim, focalizaremos diversos aspectos ligados ao futuro Ministério da Defesa, organismo, que se vem impondo nas principais nações do Mundo, após o Conflito de 39/45 e incumbido de coordenar a ação das três Forças Armadas e, no caso especial da URSS, também da Força de Engenheiros Dirigidos. Secretaria, pois, de cúpula das Forças Armadas e o elemento mais expressivo ao atendimento do triplice aspecto da Segurança Nacional, naquilo que interfere com a aplicação do Poder Nacional ao Campo da Estratégia Militar Geral e Operacional.

* * *

Entre outras, poderá o Ministério da Defesa atender às seguintes finalidades gerais:

1. Coordenar os esforços dos três campos de atuação do Poder Militar, combinando as Forças Armadas para pleno cumprimento de suas respectivas missões no domínio da Estratégia e da Tática Operacionais;
2. Solicitar crédito aos Órgãos do Governo, repartindo o orçamento pelas Forças Armadas, "supervisionando e coordenando seu emprego";
3. Somar os esforços das Forças Terrestres, Navais e Aéreas, aumentando e aprofundando suas possibilidades operacionais — pela integração dos meios e concentração dos esforços — ao mesmo tempo que obviando as limitações orgânicas e as vulnerabilidades de cada Instituição em meio às combinações operacionais;
4. Integrar as Forças Armadas tendo em vista, não apenas o exemplo que se vem observando na maioria das Nações, mas sobretudo considerando-se a Realidade Brasileira, isto é, grande extensão territorial, imensas fronteiras, marítimas e continental, e isolamento entre as várias áreas geo-estratégicas, tudo aliado a uma Conjuntura, Regional e Nacional, precária e em crise de desenvolvimento;
5. Proporcionar um esforço conjunto, coordenado e verdadeiramente estável dentro da Conjuntura Militar do País, sem paixões preferenciais, sem espírito competitivo, principalmente sem ressen-

timentos, que os alevantados interesses da Segurança Nacional a isso impõem;

6. Coordenar, não apenas o Planejamento Operacional nas diversas Zonas de Defesa, mas atuar objetivamente para que a Programação decorrente se faça para pleno cumprimento dos Planos previstos.

Em conformidade, pois, com tais objetivos, poderíamos vislumbrar num primeiro exame do problema, as seguintes tarefas gerais para o Ministério da Defesa:

1. Análise Profunda e de Alto Nível do Problema Militar Brasileiro, do ponto de vista da Filosofia da Guerra, culminando os estudos preliminares no estabelecimento das nossas Leis de Guerra (ou os Fatores Decisivos como entendem os soviéticos) e os Princípios da Guerra, para as três Forças Armadas, e não apenas para uma delas. E, mais que isso, a importância relativa de cada uma dessas Leis e Princípios, conforme se encaixe a Estratégia Operacional e Militar do ponto de vista das Forças Terrestres, Navais ou Aéreas;
2. Assessoria do Poder Político, relativamente ao estabelecimento da Doutrina de Guerra e, decorrentemente, Doutrina Militar Brasileira, tendo em vista o Problema Militar; de tal forma que se conclua, em qualquer das Hipóteses de Guerra formuladas pelos Órgãos do Governo, culmine-se no indeclinável dualismo de Formas da Guerra, tendo em vista a Estratégia de Segurança Nacional:
 - Guerra Regular (Geral ou Limitada, e, quaisquer delas, Convencional ou Atômica);
 - Guerra Revolucionária.
3. Coordenação com os demais Órgãos incumbidos do estudo, da análise e do estabelecimento das Doutrinas referentes aos demais Campos do Levantamento Estratégico (Econômico, Político e Psico-Social), de tal maneira que a Doutrina Militar bem se ajuste à Realidade Brasileira. O Conselho de Segurança Nacional terá nessas ligações, decisivo relêvo;
4. Formulação da Doutrina Militar Brasileira, estruturada fundamentalmente para atender às necessidades da Estratégia Militar Geral e Operacional e atribuindo ênfase às Leis do Movimento da Ofensiva, da Segurança e do Imprevisto; e, por outro lado, destacando os Princípios do Objetivo, da Iniciativa da Manobra e da Surpresa;
5. Organização geral das Forças Armadas em conformidade com as Bases Doutrinárias estabelecidas quando da análise do

Problema Militar Brasileiro e codificadas na Doutrina Militar, isto é, estruturação que atenda à Guerra Regular e à Guerra Revolucionária;

6. Estabelecimento dos Princípios Reguladores da Repartição dos Recursos e Efetivos de cada uma das Forças Armadas, considerando-se as Hipóteses da Guerra e as peculiaridades das Áreas Geo-Estratégicas e o conjunto do Espaço Brasileiro, continental e marítimo.
7. Organização dos Planos Conjuntos de Defesa para os diferentes Teatros de Operações, daí decorrendo os variados Programas Militares, para cada uma das Forças Armadas e à base de fases quinquenais.
8. Reestruturação da Ordem de Batalha das Forças Armadas no Território Nacional consoante as necessidades da Segurança Nacional e as características das Áreas Geo-Estratégicas, dispensando em todos os estudos especial e cada vez maior relevo à Guerra Revolucionária;
9. Promoção do estímulo ao Estudo e à Pesquisa Técnico-Operacional, visando às novas Armas e Engenhos, estabelecendo a competência de cada uma das Forças nesse campo de máxima importância, fazendo as ligações necessárias à cooperação das Organizações Cíveis. Fazer que, efetivamente, seja centralizado num só organismo, tudo dentro da compreensão de conciliar as necessidades da Guerra Moderna e as possibilidades da Ciência, da Técnica e da Indústria Nacionais, cada vez mais expressivas, mas ainda apresentando uma Conjuntura precária;
10. Coordenação dos trabalhos referentes ao Recrutamento, à Mobilização do Pessoal, da Técnica e da Indústria, consoante as necessidades de cada uma das Forças.

Eis alguns pontos, dentre muitos, que pretendemos submeter à meditação dos leitores de "Doutrina Militar Brasileira", no momento em que iniciamos nova fase em nossos estudos e debates. Nosso propósito será, uma vez mais, fornecer subsídios à definitiva compreensão do que se deva entender por Ministério da Defesa e sobre a conveniência ou não de sua imediata criação no Brasil. Será nossa intenção, portanto, cooperar com os Chefes Militares das Três Forças Armadas e, pois, com A Alta Administração do País, tendo em vista a solução do Problema Militar Brasileiro, do ponto de vista da Doutrina de Guerra e, necessariamente, da Doutrina Militar.

Aguardamos, ansiosos, artigos, comentários, debates, enfim, qualquer colaboração dos camaradas do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, contra ou a favor da criação do Ministério da Defesa. As colunas de "Doutrina Militar Brasileira" estão inteiramente ao dispor de quantos pretendam cooperar.

FITAS
MARCA
Scotch

MAQUINAS COPIADORAS
MARCA
Thermo-Fax



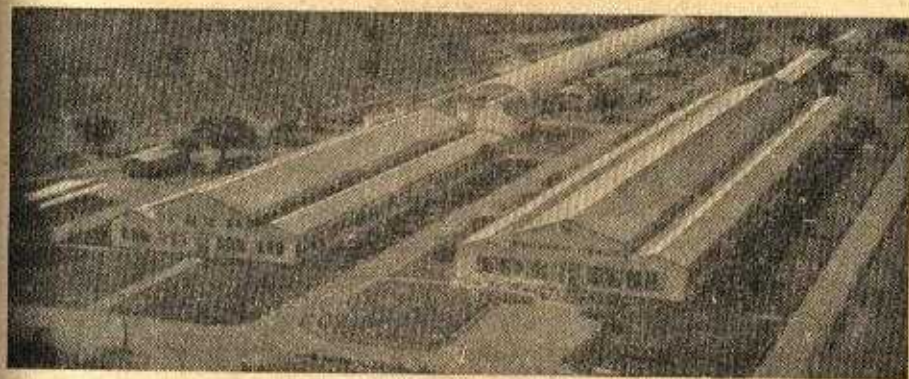
PELÍCULA REFLETORA
MARCA
"SCOTCHLITE"

MARCA
LIXAS 3M

MARCA
ADESIVOS 3M

REVESTIMENTO
MARCA
UNDERSEAL

MARCAS QUE GARANTEM QUALIDADE!



MINNESOTA MANUFACTUREIRA E MERCANTIL LTDA.

FÁBRICA E MATRIZ: Parada 3M - Via Anhanguera - km 110 - Tel. 3-670 - Cx. Postal 523 - CAMPINAS - Est. de S. Paulo

FILIAIS:

SÃO PAULO: Av. Paulista, 2.073 - Conjunto 29 (Edifício-Complexo Nacional) - Caixa Postal 22-060 - Tel. 80-2137

RIO DE JANEIRO: Av. Gomes Freixo, 539 - Sobradinho - Caixa Postal 4.903 - Telefone 32-0874

PORÃO ALEGRE: Rua Pinto Bandeira, 357 - 5.º andar - Caixa Postal 727 - Telefone 5-414

UM APELO

PREZADO COMPANHEIRO,

apelamos para **você**, que pode ajudar à Seção do Candidato à ECEME de "A DEFESA NACIONAL".

Buscamos orientação para o próximo ano, que atenda aos anseios dos candidatos e esteja apoiada na valiosa e indispensável contribuição dos oficiais de EM, dos alunos da ECEME e dos próprios candidatos.

Encarecemos o valor de sua ajuda, através da remessa de ensaios, resumos ou questões resolvidas.

Precisamos de suas críticas e de suas sugestões.

Folgaremos em divulgar os trabalhos remetidos e em vitalizar o intercâmbio de idéias que concorram para o fim precípua destas colunas: Servir ao Candidato!

Dirija-se ao Major G. Vidal — 5ª Seção — EME — Palácio da Guerra — GB.

O Redator



I — BRASIL INDUSTRIAL

(NOTICIÁRIO)

Condensado pelo Maj AMADEU DE PAULA
CASTRO FILHO

1 — INDÚSTRIA METALÚRGICA

- a. Cosipa
 - (1) Lingotes
 - (2) Equipamento nacional
- b. Volta Redonda
 - (1) Produção de aço
 - (2) O novo plano de expansão
- c. Produção de ferro gusa em Minas Gerais
 - (1) A "corrida"
 - (2) Integração das usinas
- d. Itabira
- e. Siderurgia gaúcha

2 — INDÚSTRIA DE BASE

- a. Produção de metais não-ferrosos

3 — INDÚSTRIA PETROLÍFERA

- a. Petrobrás
- b. Nova descoberta de petróleo na Bahia
- c. Mais de um milhão de poços no Brasil

4 — INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA

- a. Automóveis
- b. Tratores
- c. Fábrica de microtratores
- d. Tratores agrícolas
- e. Problemas dos preços
 - (1) A concorrência
 - (2) Como financiar
 - (3) Indústria lucrativa
 - (4) Formando pessoal
 - (5) Expansão e exportação

5 — INDÚSTRIA EXTRATIVA VEGETAL

- a. Fomento de borracha na Amazônia
- b. Cêras vegetais
- c. Industrialização do café
- d. Industrialização do milho

6 — INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL

- a. Hematita
- b. Mármore
- c. Cimento
- d. Fertilizantes
- e. O carvão nacional e as usinas siderúrgicas.

1 — INDÚSTRIA METALÚRGICA

A — COSIPA

(1) LINGOTES

Com a concessão do aval de 104 milhões de dólares (cêrca de 19 bilhões de cruzeiros) pelo BNDE a Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa) tem garantido o empréstimo para aquisição no exterior do equipamento necessário à instalação da usina de Piaçaguera, SP, nas proximidades de Santos.

Com um investimento total estimado em cêrca de 25 bilhões de cruzeiros, a emprêsa, que já tem pronto o projeto da usina (as obras civis se acham em construção), poderá iniciar a produção de laminados em princípios de 1962.

Tôdas as máquinas de laminação já foram adquiridas, e os primeiros carregamentos deverão chegar até junho próximo. O valor total das despesas já feitas para aquisição de equipamentos é da ordem de 55 milhões de dólares (10 bilhões de cruzeiros).

Segundo o cronograma estabelecido, a laminação começará a funcionar usando lingotes a serem fornecidos pela Companhia Siderúrgica Nacional. A usina tôda estará completamente pronta em fins de 1962 ou, o mais tardar, em princípios de 1963, quando terá uma capacidade de produção de 500 mil toneladas de lingotes.

O diretor-superintendente da Cosipa em entrevista à imprensa declarou o seguinte:

"A idéia de uma usina siderúrgica paulista foi lançada há dez anos.

O projeto foi concebido e está sendo executado levando em conta todos os ensinamentos adquiridos pelos técnicos do País, com a assistência de técnica estrangeira. E com êsse mesmo cuidado é que se prevê a expansão da usina para 2,5 ou 3 milhões de toneladas de capacidade, dependendo da solicitação do mercado nacional.

Adiantou que até atingir essa etapa poderão passar 10 anos ou mais. Desde já estamos estudando também as possibilidades de exportação para mercados latino-americanos, especialmente para os países da recém-formada Zona de Livre Comércio da América do Sul, onde nenhum país, a não ser o Brasil, está em condições de produzir chapas de aço com certas características de dimensão e qualidade".

Confirmou êle que o objetivo precípuo e imediato da emprêsa é a fabricação de chapas largas para a indústria de construção naval, ora em fase de instalação no País, e para a indústria automobilística. Isso não exclui naturalmente o fornecimento de aço para outros ramos industriais.

(2) EQUIPAMENTO NACIONAL

Não tendo obtido financiamento do "Eximbank", ficamos com a liberdade de escolher nosso equipamento em vários países. Estamos recebendo créditos de diferentes países (Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Itália e provavelmente Bélgica) em condições que as autoridades monetárias brasileiras julgam satisfatórias. Destarte, embora o desenho e as especificações do equipamento sejam da melhor procedência americana ("Kaiser Engineering", de Oakland, Califórnia), a sua fabricação se está processando em diversos países, além dos Estados Unidos.

Quanto a participação de equipamento de fabricação nacional, é difícil precisar sua exata percentagem. A situação atual é completamente diferente da época em que se construiu a usina de Volta Redonda (1941-46), quando praticamente nada havia para ser adquirido no país, no tocante a equipamento. Agora já podemos, por exemplo, adquirir pontes rolantes e outros equipamentos pesados no nosso parque fabril.

Estamos empenhados em adquirir o máximo possível, dentro das especificações estabelecidas, no mercado interno. De outro lado, porém, não adquirimos mais porque a indústria nacional está sobrecarregada em virtude do ritmo acelerado da industrialização do País e também porque não dispõe de meios de financiamento como as empresas estrangeiras fornecedoras.

Técnicos nossos estagiam no exterior e contamos com a assistência técnica da engenharia consultiva da "Kaiser Engineering". E provavelmente recorreremos ao mercado internacional de trabalho para obtenção de técnica e operários especializados porventura necessários e não existentes no mercado interno.

Como a indústria nacional se ressentia da falta de produtos planos, a usina de Piaçaguera está dando ênfase à montagem da sua laminação que começará laminando chapas largas e, logo depois, tiras a quente e a frio. Isso não significa porém que não se comece imediatamente a construção da coqueria, dos altos fornos, da aciaria e das unidades auxiliares, cuja construção deverá ser terminada entre fins de 1962 e meados de 1963.

Suas instalações compreenderão uma bateria de 53 fornos destinados à produção de coque, com capacidade anual de 332 mil toneladas; usina de sinterização de minério de ferro, com capacidade de 60 mil toneladas anuais; um alto forno para 350 mil toneladas; uma aciaria de conversão a oxigênio e uma laminação a quente e a frio, com capacidade de produção de 50 mil toneladas de chapas grossas, 117 mil toneladas de bobinas a quente e 117 mil toneladas de bobinas a frio por ano.

B — VOLTA REDONDA

(1) PRODUÇÃO DE AÇO

Durante 1959, conforme relatório da Companhia Siderúrgica Nacional, o consumo de matérias-primas para a obtenção da produção apre-

sentada foi de 2.556.266 toneladas. Por tonelada de aço laminado produzida, portanto, foram necessárias 3,8 toneladas de matérias-primas.

Em 1959 o consumo de matérias-primas em Volta Redonda foi o seguinte:

Minérios	1.063.823 t
Carvão nacional (metalúrgico)	291.443 t
Carvão importado	425.030 t
Fundentes	326.044 t
Ácido sulfúrico	10.835 t
Alumínio	475 t
Coque importado	28.795 t
Cobre eletrolítico	156 t
Dolomita calcinada	18.772 t
Estanho	649 t
Ferro-ligas	8.404 t
Óleo combustível	96.178 t
Sucata de aço	251.169 t
Zinco	2.096 t
Outras matérias-primas	32.397 t

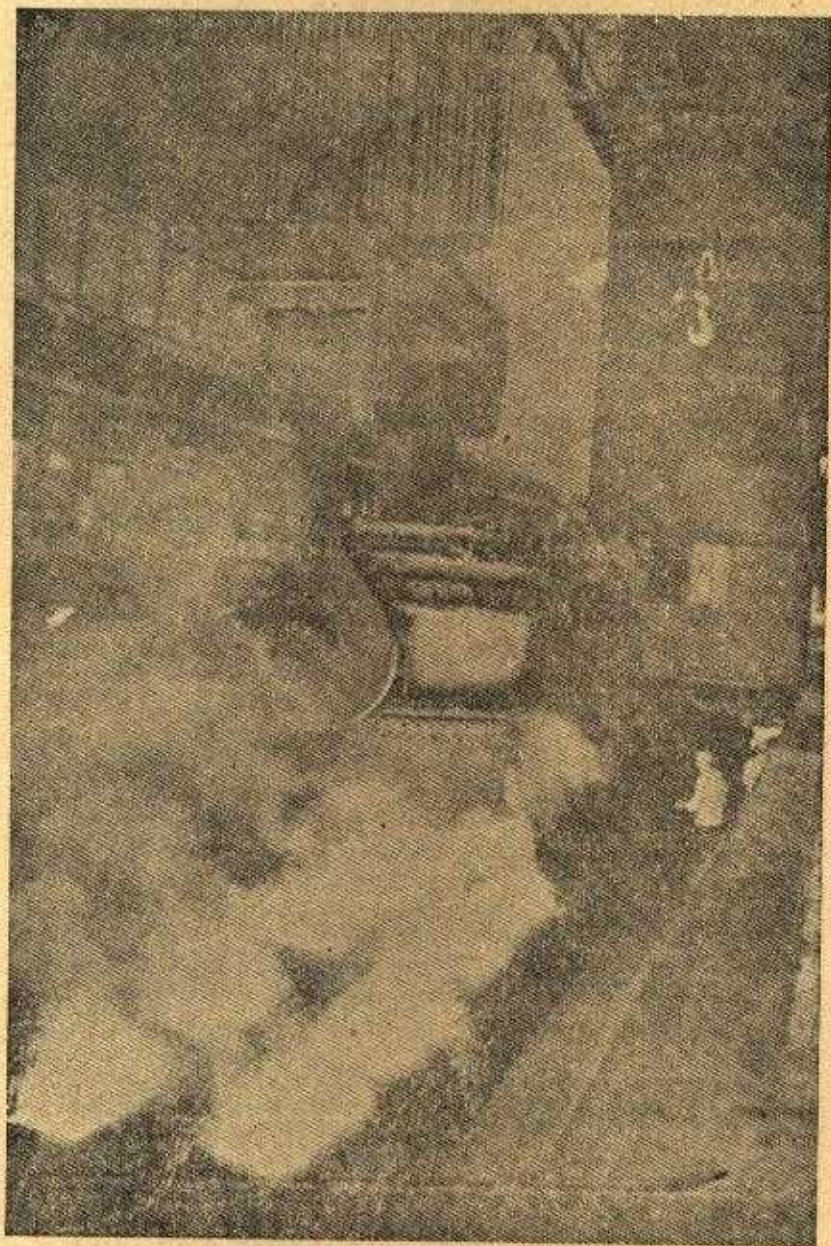
As vendas da CSN em 1959 ascenderam a Cr\$ 18.203.936.254,70, e compreenderam fornecimentos de laminados de aço, estruturas metálicas, intermediários, subprodutos de carvão, resíduos, excedentes e inservíveis, carvão, energia elétrica, etc. A semelhança do que ocorrera em 1958, toda a produção de Volta Redonda se destinou ao mercado interno. São Paulo adquiriu 48,3% dos laminados de todos os tipos fabricados em Volta Redonda; Distrito Federal e Rio de Janeiro, 38%; os Estados sulinos, 6,38%; os centristas, 5% e os do norte 2,4%.

Segundo se crê, a produção em 1960 atingiu a 762 mil toneladas de coque, 784 mil de aço laminado, 887 mil de ferro gusa e 1.059 mil de aço em lingotes.

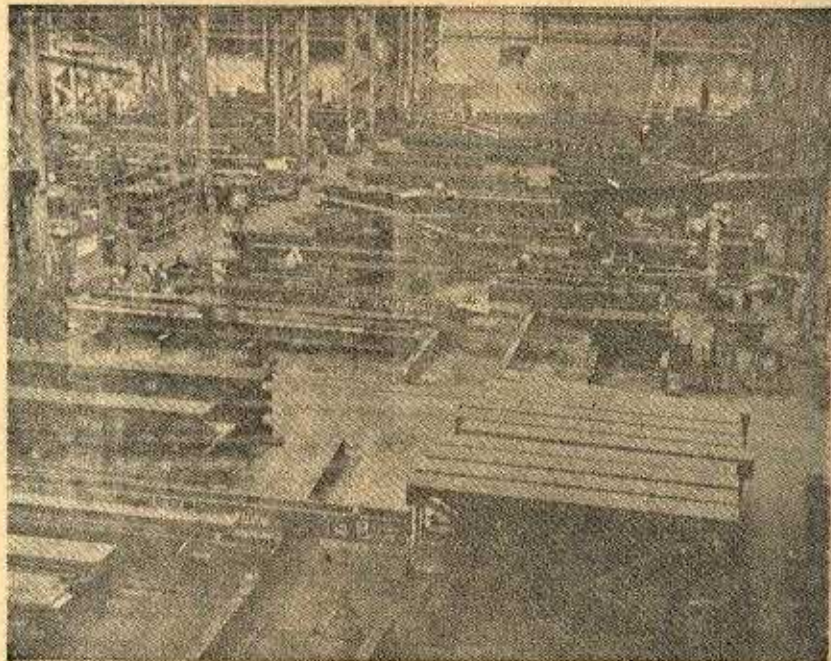
(2) O NOVO PLANO DE EXPANSÃO.

A usina de Volta Redonda está concluindo um novo plano de expansão. O segundo aliás, desde que começou a operar. A partir dos meados do corrente ano, a usina passará a produzir no ritmo de 1.300.000 toneladas de lingotes de aço, por ano, atingindo e ultrapassando a meta originalmente prevista, de um milhão de toneladas.

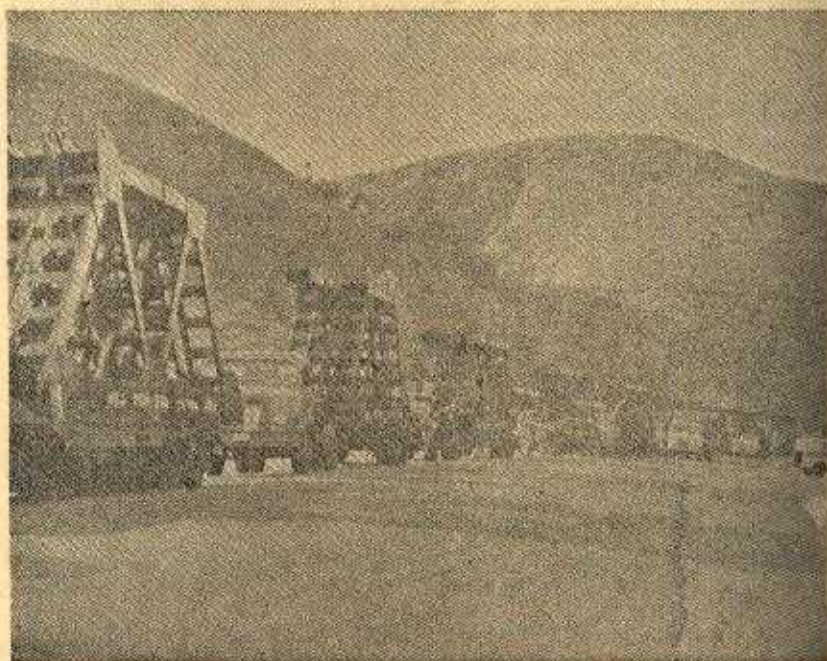
O aumento da produção de Volta Redonda, decorrente desta nova expansão, será da ordem de 500 mil toneladas anuais, o que equivale à produção inicial de qualquer das duas novas usinas siderúrgicas que se constróem no Brasil, no momento.



ASPECTO DA OPERAÇÃO DE LINGOTAMENTO, NA ACIARIA, NOTANDO-SE O AÇO LÍQUIDO A FAISCAR EM LINGOTEIRAS JÁ PREENCHIDAS SOBRE AS QUAIS A GRANDE PANELA DE 200 T FOI MOVIMENTADA



VISTA INTERNA DA FEM. PREPARANDO OS CIMBRES DA PONTE -
BRASIL — PARAGUAI



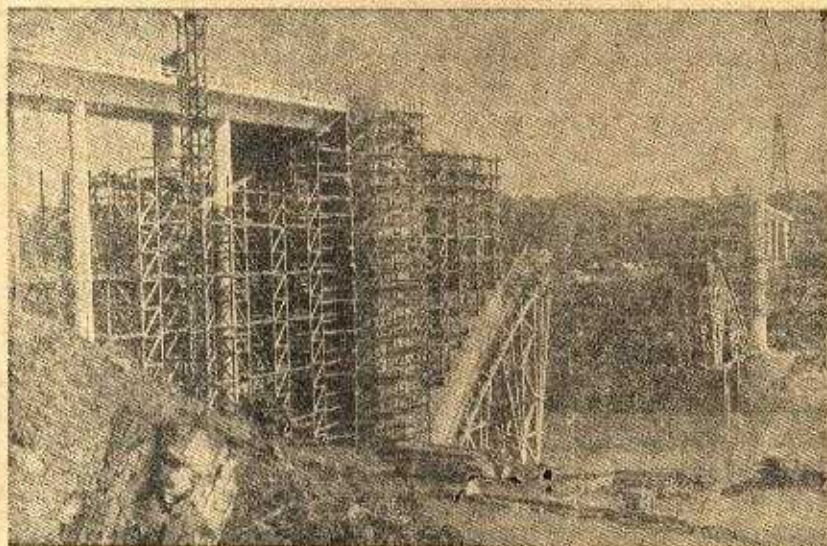
O TRABALHOSO TRANSPORTE DE ESTRUTURAS PARA O CIMBRAMENTO
DA PONTE

Entre os novos processos tecnológicos figura, na Aciaria, a fábrica de oxigênio para emprêgo nos fornos Siemens-Martin, o que permitirá maior produção horária nos fornos de aço. Nos Altos-fornos, teremos o início da operação de sinterização, que possibilitará o emprêgo, nesta unidade, dos finos de minério, os quais, embora de excelente constituição química, não podiam ser utilizados em razão de sua fina granulometria.

Com a sinterização, todo o material minerado nas jazidas da CSN poderá, doravante, ser utilizado, o que, além das vantagens econômicas óbvias, possibilitará substancial diminuição no consumo de coque por tonelada de ferro gusa, e aumento na produção dos Altos-fornos.

Também merece registro especial, na nova bateria de fornos de coque, a fabricação de coque de pixe para elétrodos, para emprêgo em fornos elétricos, o que constitui outra contribuição de Volta Redonda para a libertação do nosso mercado consumidor da dependência estrangeira neste particular.

O aumento da tonelage de aço, decorrente da expansão, beneficiará tôdas as linhas de produtos de Volta Redonda, porém, com as tendências do mercado de produtos planos, haverá maior concentração nos setores de chapas finas a frio e fôlhas de flandres, para atendimento da demanda das indústrias que consomem êstes tipos de chapas, como a de automóveis, mecânica, elétrica, de lataria, etc.



A ponte em início de construção

C — PRODUÇÃO DE FERRO GUSA EM MINAS GERAIS

(1) A "CORRIDA"

Como resultado da extraordinária "corrida" para a produção de gusa em Minas Gerais, verificada entre setembro de 1958 e maio de 1959, 23 altos-fornos deverão entrar em funcionamento até fins deste ano. Nessa época, Minas terá 80 dessas unidades com capacidade total mensal de 61.800 toneladas, correspondendo a um aumento de 341,8% sobre 1957.

O marco para análise desta expansão, segundo levantamento feito pelo secretário-executivo da Associação dos Produtores de Gusa de Minas Gerais (GUSAMIG) e diretor-gerente da Companhia Siderúrgica Pitauguí (SIDERPITA), deve ser dezembro de 1957. Nesta data, existiam em Minas 18 altos-fornos, produzindo cerca de 13.850 toneladas mensais de gusa, destinadas exclusivamente ao mercado nacional. Em dezembro de 1958, o total passou para 27 fornos, com capacidade de produção mensal de 22.950 toneladas. Um ano depois, atingia 49 altos-fornos, somando a capacidade de 36.900 toneladas mensais. Em março último, 57 fornos estavam em funcionamento, podendo produzir 41.400 toneladas por mês. Os 23 presentemente em construção e montagem, pelas próprias fundições do Oeste mineiro, acrescerão a produção atual 20.400 toneladas mensais. O valor da produção foi de 1,2 bilhão em 1958 e 2,5 bilhões em 1959. Nos primeiros três meses de 1960 já havia alcançado a cifra de 750 milhões de cruzeiros.

Dos 80 altos-fornos acima indicados, 7 se localizam na zona metalúrgica de Minas, 7 na região central, 4 no Nordeste e 62 na Oeste, onde se destacam Divinópolis (17 usinas) e Itaúna (9), com produção respectivamente de 13.500 e 8.850 toneladas mensais.

Essa "corrida" desenfreada para a produção de gusa, foi impulsionada, principalmente, pelo desenvolvimento vigoroso das indústrias automobilística e de autopeças de São Paulo (as quais consomem 85% da produção do Estado de Minas) e pelo crescimento dos negócios da construção civil (com conseqüente aumento da procura de ferro laminado). Desta "corrida" participam homens de diferentes atividades, inclusive agrícolas, todos animados pelos altos lucros de negócio. Hoje, a indústria mineira de gusa está apta a atender à crescente demanda do mercado interno e inclusive já iniciou entendimentos, através da GUSAMIG, com importadores da Argentina, Espanha, Inglaterra, Japão, visando colocar nos mercados externos o excedente de sua produção.

Por outro lado, uma indústria de fundição bastante diversificada, resultante da própria expansão de gusa, parece com destaque. Já a indústria de aço, embora representada por apenas dois empreendimentos, parece coroar o esforço da atividade primária (a produção de gusa). Referimo-nos às duas grandes e modernas empresas Aços Laminados Itaúna S. A., de Itaúna, e "Companhia Laminação e Cimento Portland

Pains", de Divinópolis, que lançaram no mercado, no ano findo, 47 mil toneladas de aço e laminados, no valor de 644 milhões de cruzeiros.

Hoje, a indústria de gusa em Minas emprega 6 mil operários dentro das usinas e dá trabalho a cerca de 14 mil pessoas nos setores de extração de minérios, de lenha, fabricação de carvão vegetal, extração de calcário, reflorestamento, transporte, etc.

O maior problema do pequeno siderurgista mineiro, disse o secretário da GUSAMIG, reside nas dificuldades de obtenção e o alto preço do carvão vegetal. "Isto fez com que uma boa parte das usinas se preocupasse com o reflorestamento, a fim de se garantir, em futuro próximo, contra as oscilações que ocorrem no abastecimento de carvão e contra os seus constantes aumentos de preços".

"Podemos calcular que, atualmente, cerca de 36% das usinas estão adquirindo terras e plantando eucaliptais".

(2) INTEGRAÇÃO DAS USINAS

Quanto ao investimento necessário para se produzir uma tonelada de gusa no Oeste mineiro, é ele bastante variável, tendo em vista a capacidade diversificada dos altos-fornos (capacidade mensal mínima de 600 toneladas e máxima de 1.500), sua localização, valor dos terrenos adquiridos, maiores programas de reflorestamento, jazidas próprias ou não de minérios, e inúmeros outros fatores. Calcula-se, mesmo diante desses obstáculos, que o investimento global aplicado nas usinas do Oeste de Minas está próximo da casa dos dois bilhões de cruzeiros.

"Não há capitais importados, nem do exterior nem de outros Estados. Todas as usinas siderúrgicas instaladas na região Centro-Oeste de Minas contaram exclusivamente com capitais da região".

A maioria das usinas siderúrgicas da região (75%), principalmente as recém-instaladas, não dispõe de jazidas próprias de minério de ferro e de calcário. Entretanto, existem firmas organizadas no setor de exploração dessas matérias, que abastecem convenientemente as indústrias.

Observa-se também entre os produtores de gusa tendência à expansão e integração de suas usinas. Umas estão instalando fornos elétricos para fabricação de aços especiais, outras estão adquirindo fornos Siemens-Martin, também para fabricação de aço, e há as que estão programando a produção de ferro-liga.

D — ITABIRA

No mês de abril foi constituída, oficialmente, a Companhia Siderúrgica Vatu S. A. (Vatu é o nome indígena do rio Doce) que terá como objetivo a fabricação de ferro-esponja, carbureto de silício e aços especiais. A Vatu, que será instalada em Itabira, MG, conta com um capital inicial de 600 milhões de cruzeiros.

A moderna usina utilizará os finos de hematita de Itabira, cujo estoque aumenta continuamente e para os quais ainda não havia utilização industrial no país. O estoque disponível sobe a um total de aproximadamente 8 milhões de toneladas e tende a crescer com a expansão de atividades da Vale do Rio Doce. O ferro-esponja, que é o minério de ferro reduzido, isto é, livre de oxigênio, sem ter passado pelo estado de fusão, prescinde das operações convencionais de transformação do gusa em aço, pois, uma vez fabricado, é transformado diretamente em aço nos fornos elétricos. O elevado grau de pureza do ferro-esponja é responsável pelo abreviamento no processo.

Além de ter largo emprêgo na fabricação de aços de qualidade, o ferro-esponja é elemento indispensável na moderna metalurgia do pó de ferro. Pelo processo Hoganás, de origem sueca, a Vatu aproveitará a matéria-prima "in natura" — os finos de hematita que se erguem em inensas pilhas abandonadas, em Itabira — e venderá o ferro-esponja, como autêntica sucata sintética, à siderurgia nacional.

O problema da sucata no Brasil, onde ela, além de não raro escassear, apresenta oscilações de custo e deficiência de qualidade, e é muitas vezes "contaminada" pelo chumbo, cobre, estanho e outros elementos estranhos. Essas circunstâncias, além de perturbarem a precisão de programações quanto à disponibilidade, custos e qualidade, acarretam dificuldades de classificação, transporte e acondicionamento. Assim, a redução direta do minério de ferro é de grande vantagem para a nossa indústria.

No princípio do século, em Hoganás, na Suécia, foi criado, um processo economicamente exequível para reduzir diretamente os minérios de ferro. O aperfeiçoamento do processo permite hoje em dia a dispensa de aglomeração ou pelletização para utilizar os finos e independe de carvões metalúrgicos de alto custo, coques, hidrogênio, gás natural, etc.

O diretor-técnico da Vatu aponta os principais motivos que tornam o processo Hoganás ideal para o nosso país:

- a) Carência de carvões apropriados para a produção de um bom coque metalúrgico;
- b) Ausência de combustíveis de qualidade;
- c) Parque siderúrgico em expansão, necessitando ferro-esponja como matéria-prima, o qual também é elemento indispensável às indústrias de rolamentos, indústrias metalúrgicas do pó de ferro, etc;
- d) Carência de sucata.
- e) E, em futuro próximo, melhor suprimento de energia elétrica.

Embora o ferro-esponja não possa ter a pretensão de substituir a sucata, está provado que graças a ele se produzem melhores aços, em condições econômicas mais favoráveis, sendo o produto Hoganás altamente comerciável. Com o peso específico de 2,4, facilmente britável e passível de ser concentrado por eletromagnetismo em altos teores de

ferro metálico, êle pode ser briquetado em cilindros de 7 x 10 centímetros, de peso específico de 4,8, de modo a facilitar a carga e transporte para os fornos Siemens-Martin. 75% do mercado mundial do pó de ferro é abastecido pelo processo Hoganás, de utilização internacional e que foi durante dois anos objeto de minuciosos estudos, por parte dos organizadores da Vatu, antes de ser adotado na usina de Itabira.

A localização da Vatu em Itabira atende a velha reivindicação daquela região e compensa a contribuição para a exportação maciça de minério com a presença de uma indústria local de transformação, além de oferecer outras vantagens importantes:

- a) As pilhas de finos ficarão a uma centena de metros da usina.
- b) Localização no centro siderúrgico, por excelência, nas vizinhanças da Usiminas, Acesita, Belgo-Mineira, Manesmann e outras empresas siderúrgicas.
- c) Facilidade de transporte para os combustíveis pela ferrovia Vitória-Minas, cuja capacidade de carga no retorno é enorme.
- d) Emprêgo como combustível do carvão mineral nacional, o que será de grande relevância, abrindo mais um mercado para aliviar a crise enfrentada pelo carvão de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. A usina de Vatu poderá ainda utilizar como combustível o coque "breeze", a moinha de coque ou o carvão vegetal.

Em 1962 a Vatu deverá estar em funcionamento, com uma capacidade de produção inicial de 50 mil toneladas anuais de ferro-esponja e com possibilidade de aumentar esta produção até um total de 150 mil toneladas. Em futuro próximo serão instalados fornos elétricos para a produção de aços de qualidade.

E — SIDERURGIA GAÚCHA

O Presidente da República instituiu um grupo de trabalho para estudar as providências relacionadas com a instalação de uma usina siderúrgica no Rio Grande do Sul, cuja criação foi decidida em atendimento à reivindicação do Estado do Rio Grande do Sul.

Com base nos estudos preliminares, divulga-se que a nova empresa — Aços Finos do Brasil S. A. — teria suas instalações no distrito de Charqueadas, município de São Jerônimo, próximo à usina termelétrica e às minas de carvão. Os investimentos necessários atingiriam 3,5 a 4 bilhões de cruzeiros, contando com o financiamento do BNDE para 60% (tal como ocorreu com a Cosipa e Usiminas). O capital social da empresa seria subscrito pela Companhia Siderúrgica Nacional (30%), Companhia Vale do Rio Doce (30%), Plano Executivo do Carvão Nacional (20%), Governo e investidores gaúchos (15%) e um grupo industrial sueco (5%).

O projeto da Aço Finos do Brasil S. A. articula-se com a siderúrgica projetada para aproveitar os finos de hematita em Itabira, MG.

Assim, as instalações para trabalhar o minério bruto em Itabira serão projetadas com a folga necessária para abastecer também a empresa gaúcha. Da mesma forma, as instalações para beneficiamento de carvão em São Jerônimo propiciarão sobras necessárias para abastecimento da empresa do vale do Rio Doce. Isso permitirá que os navios que levarem minério da primeira à segunda façam a viagem de retorno trazendo carvão para Itabira, o que tornará mais econômicos os dois empreendimentos em virtude de melhor aproveitamento do transporte.

Numa primeira etapa, a siderúrgica rio-grandense se limitaria à produção de ferro-esponja. Posteriormente, dedicar-se-ia à obtenção de aços finos.

Tão logo estejam completados os estudos sobre a matéria, o Executivo federal deve enviar ao Congresso o projeto de lei de criação da Aços Finos do Brasil S. A.

2 — INDÚSTRIA DE BASE

A — A PRODUÇÃO DE METAIS NÃO-FERROSOS

Seria óbvio repetir que os metais não-ferrosos são de importância para o nosso desenvolvimento manufatureiro. Utilizados como matéria-prima em numerosos produtos industriais e, em geral, colocados no item produtos estratégicos, os não-ferrosos vêm preocupando seriamente os homens da indústria brasileira. Isso porque, em que pese as últimas medidas governamentais de estímulo à industrialização e mesmo à mineração, ainda são poucas, esporádicas as pesquisas no sentido de localizar no país jazidas desses elementos tão necessários à vida econômica. Ainda mais se se convir em que os preços, com que estão cotados nos mercados internacionais, não são de molde a estimular a sua importação.

É a seguinte a situação de alguns não-ferrosos no país:

(1) ALUMÍNIO

A produção nacional de alumínio alcança presentemente a casa das 10.000 toneladas anuais, tendo a metalurgia desse não-ferroso se iniciado entre nós em 1951, quando então fabricávamos 403 toneladas do metal. Os setores de nosso parque industrial que têm no alumínio sua principal matéria-prima evoluem rapidamente, pressionando a produção do metal. Assim, em apenas oito anos passamos a produzir 25 vezes mais alumínio.

Informa a ABM (Associação Brasileira de Metais) que, segundo estatísticas do Serviço de Economia e Finanças do Ministério da Fazenda, importamos, no exercício de 1957, em maior parte do Canadá e Estados Unidos e em menor escala de países europeus, o total de 12.692 toneladas de alumínio, correspondente ao valor de 603 milhões de cruzeiros.

Essa cifra tende a aumentar continuamente, uma vez que a produção nacional, embora apresente progressos, não acompanha o crescimento vertiginoso das necessidades internas.

Revela, em seqüência, que a Eletro-Química Brasileira, de Ouro Preto, em Minas Gerais, produziu 2.095 toneladas de alumínio em 1957. No ano passado, sua capacidade subiu para 8.800 toneladas de alumínio, o que denota um esforço de melhoria da produção dos mais significativos. Essa mesma empresa, de acordo com possibilidades que poderá dispor, pretende aumentar sua produção para 10.000 toneladas no corrente ano e para 17.500 toneladas no ano de 1965. Por sua vez, a Companhia Brasileira de Alumínio, em São Paulo, produziu 6.790 toneladas em 1957, devendo produzir 20 mil toneladas em 1962 e 50.000 toneladas em 1965. Espera-se, por outro lado, que as duas empresas juntas produzam 25.000 toneladas de alumínio no ano em curso.

A Alumínio do Brasil programou produzir em 1965, no município baiano de Salvador, 20.000 toneladas de alumínio primário, pelo que se pode esperar que, naquele ano, as três empresas citadas estarão capacitadas a 87.500 toneladas de alumínio.

Com outras iniciativas que deverão ser colocadas em prática, em 1965, o Brasil deverá estar produzindo, caso tudo corra normalmente, nada menos de 100.000 toneladas anuais de alumínio, acontecimento que será um grande passo para o fortalecimento de sua economia e industrialização.

(2) CHUMBO

No que diz respeito ao chumbo, adianta que em 1955 produzíamos 5.931 toneladas, das quais 5.500 estavam a cargo da Plumbum e da Cia. de Acumuladores "Prest-O-Lite" e o restante produzidas pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo.

Apresenta o seguinte quadro sobre a produção de chumbo, sendo que os dados de 1958 são estimativos:

Anos	Toneladas
1955	5.931
1956	6.104
1957	6.718
1958	7.000

Está sendo prevista para o corrente ano uma produção total da ordem de 15.000 toneladas. Para tanto conta-se com os empreendimentos da "Prest-O-Lite" (Bahia e Estado de São Paulo), consubstanciados na construção de novas usinas produtoras e nas ampliações das instalações atuais. No segundo semestre de 1960 deverá entrar em funcionamento a refinaria da referida empresa em Santo Amaro da Purificação (Bahia), com a capacidade de 14.400 toneladas por ano de chumbo metálico. Por outro lado Plumbum elevará sua capacidade para 6.000 t/ano, a partir de 1960.

(3) ESTANHO

A produção brasileira de estanho alcançou, em 1959, segundo estimativas, a considerável cifra de 2.000 toneladas.

No ano anterior ao mencionado, a produção foi de 1.500 toneladas, mantendo-se em torno deste número desde 1954, com pequenas variações. O aumento, no ano passado, foi, portanto de 33%.

O maior empreendimento na produção de estanho está a cargo da Companhia Estanífera do Brasil, que detém cerca de 98% da produção nacional, decorrente quase exclusivamente de minérios importados. Existem ainda numerosos outros produtores espalhados pelos país, particularmente no sul. Ao que se anuncia, a Companhia Estanífera do Brasil espera alcançar, no corrente ano, o nível de 7.000 toneladas anuais de estanho. Com esse nível ficará atendida a demanda desse não-ferroso no mercado nacional.

(4) COBRE

O Brasil produziu, em 1956, cerca de 730 toneladas de cobre. Todavia, não existem dados que permitam acompanhar a evolução da produção nestes últimos anos. No entanto, segundo informa o Conselho do Desenvolvimento, estão previstas perto de 4 mil toneladas para 1960. Esse nível deverá ser permitido pela ampliação anunciada pela Companhia Brasileira de Cobre, que habilitará sua usina a produzir cerca de 3.000 toneladas anuais.

(5) NIQUEL

Pela única produtora do Brasil foram fabricados, em 1958, 288 toneladas de ferro-níquel, que correspondem a 72 toneladas de níquel puro. A empresa em aprêço está executando um programa de expansão de suas atividades, tendo como objetivo principal elevar a proporção de níquel contida na liga que está fabricando. Essa proporção vem melhorando progressivamente nos últimos anos: de 18%, antes de 1956, passou a 25%, em 1958. Espera, ainda, que no corrente ano entre em funcionamento o equipamento que adquiriu na Alemanha, quando então atingirá o nível de 42% de metal, contido na liga produzida. Dessa maneira, em 1960 deverão ser fabricadas 350 toneladas de ferro-níquel, correspondente, portanto, a 147 toneladas de níquel puro.

É sabido que o único fator limitativo da expansão dessa indústria tem sido a energia elétrica, essencial à sua manipulação. Entretanto, com o término das obras da Hidrelétrica de Furnas e de Itutinga, em Minas Gerais, espera-se que a referida empresa possa elevar sua capacidade para 1.000 toneladas de ferro-níquel por ano, com 420 toneladas de metal puro. Por outro lado, a Cia. Níquel Tocantins detentora das enormes jazidas de Niquelândia — calculadas em mais de 2 milhões de toneladas, com um teor de 4,5 a 16% de níquel — espera entrar em atividade a partir de

1965, quando estarão resolvidos diversos problemas que constituíram até agora fator limitante: energia elétrica, transportes e dimensão do mercado interno brasileiro.

(6) ZINCO

O último não-ferroso estudado pela ABM é o zinco, cuja produção atual, do país, é orçada em 60 toneladas. Essa pequena produção está a cargo de uma única empresa, a Companhia Mercantil Ingá, com usina-piloto em Nova Iguaçu. Entretanto, a mesma empresa está instalando uma refinaria, também nas proximidades daquela cidade, para a metalurgia do zinco em escala mais ampla. Essa nova unidade deverá ter uma capacidade de 7.200 toneladas de zinco metálico, iniciando sua produção, entretanto, no corrente ano, com 5 mil toneladas. Já no próximo ano estará trabalhando a plena capacidade, podendo atingir 17 mil toneladas anuais.

3 — INDÚSTRIA PETROLÍFERA

A — PETROBRÁS

(1) CAPITAL

Inicialmente, o capital da Petrobrás foi de 4 bilhões de cruzeiros, subscrito, todo ele, pelo Governo da União. Hoje, esse capital é de 16 bilhões de cruzeiros. Do capital efetivamente realizado até 31 de dezembro de 1958, cerca de 15 bilhões de cruzeiros — 67,2% — cabiam à União; a quota correspondente aos Estados atingiu 25,9%, enquanto a relativa aos Municípios se situou em 6,5%; a contribuição dos acionistas particulares foi de 0,4%.

(2) INVESTIMENTOS

Várias são as fontes de recursos com que conta a Petrobrás para financiar seus investimentos, mas a principal delas é a que resulta do saldo bruto de suas operações industriais, que em 1958 representou 80% do total investido pela Empresa.

(3) PESQUISAS

Tendo em vista aumentar as reservas petrolíferas do País, os trabalhos exploratórios se orientaram, em 1959, com maior intensidade, para as bacias do Recôncavo e de Sergipe-Alagoas. Considera-se satisfatório, contudo, o nível das atividades em outras regiões — do Espírito Santo, Estado do Rio e Mato Grosso — onde também se iniciaram pesquisas.

Turmas-meses, em número de 142, ocuparam-se na investigação geológica: 179,5 em pesquisas sismográficas, e 129,5 nas gravimétricas. Mé-

todos mais modernos de pesquisas vieram possibilitar maior número de locações. Conseguiu-se, desta forma, manter em atividade contínua todo o parque de sondas da Petrobrás.

(4) PERFURAÇÕES E SONDAS

Foram bem sucedidos, em 1959, os serviços de perfuração de poços. A quantidade de metros perfurados e o número de poços abertos representaram, respectivamente, aumentos de 37,5% e 65%, em relação ao ano anterior.

Realizaram-se 153,1 mil metros de perfurações exploratórias, e 134,5 mil de perfurações de desenvolvimento, num total de 287,6 mil metros. Elevou-se a 619 o número de poços produtores de óleo e de gás já perfurados no País, registrando-se o completamento de 229, em 1959, contra 139, em 1958.

O parque de sondas da Petrobrás é composto de 62 unidades, distribuídas pelas diversas bacias sedimentares do País, em contraste com 53 em 1958, 45 em 1957 e 27 em 1956.

(5) PRODUÇÃO

Em 1955 a produção brasileira de petróleo foi de 2.021.900 barris; em 1958 foi de 18.922.738 barris e no ano de 1959 foi de 23.539.872 barris. A produção de gás natural, que foi de 61.877.632 metros cúbicos em 1955, elevou-se para 300.467.808 metros cúbicos em 1958, e no ano de 1959 para 428.560.612 metros cúbicos.

(6) RESERVAS RECUPERÁVEIS

Continuaram a ampliar-se em 1959 as reservas recuperáveis do Recôncavo Baiano, que, após a incorporação de parte dos novos campos de Taquipe, Buracica e Cassarongongo, ficaram estimadas em 610 milhões de barris. Confirma-se, desse modo, a expectativa em que nos encontrávamos, há um ano, de que dos intensos estudos, então em curso, poderia resultar um incremento substancial dessas reservas. Estamos convictos de que outros êxitos serão alcançados em 1960. As pesquisas programadas, especialmente na promissora bacia Sergipe-Alagoas, bem como a ampliação dos campos descobertos na Bahia, devem possibilitar importantes acréscimos às nossas reservas petrolíferas.

(7) REFINO

Continuou aumentando, no decorrer de 1959, a capacidade de refino, principalmente na Petrobrás, onde o processamento de petróleo, medido em dias calendário, foi de 95,3 mil barris, ou seja, mais 12,4% acima do nível de 1958; cabe assinalar, ademais, que o propano — matéria-prima para a indústria petroquímica — começou a ser produzido.

Estima-se que, no mesmo período, o aumento da produção nas refinarias particulares que tenha sido de 6,5%, atingindo o total de 53,4 mil barris diários.

Desenvolveram-se, de modo satisfatório, os trabalhos para conseguir auto-suficiência no setor do refino. Prevê-se que, ampliada a Refinaria Presidente Bernardes e terminada a segunda fase da expansão da Refinaria Landulpho Alves, se elevará a capacidade de refino de 160,6 mil para 218,9 mil barris por dia de operação.

As obras da Refinaria Presidente Bernardes, para uma capacidade de 110 mil barris por dia de operação, estarão concluídas em meados do corrente ano. É oportuno pôr em destaque o diminuto custo, em moeda estrangeira, desse investimento adicional, pois a maior parte das compras se fará no mercado interno, circunstância importante, pelos reflexos da indústria nacional de petróleo sobre a economia do País.

Quanto à Refinaria Landulpho Alves, foram concluídas, em 1959, as novas unidades de processamento, com capacidade de 22 mil barris por dia de operação, estando em fins de montagem a de óleos lubrificantes, com uma produção prevista de 2.800 barris por dia de operação, para lubrificantes e de 420 barris de parafinas. Com vistas a melhor utilização econômica do óleo nacional, já se iniciaram estudos para duplicar essa unidade de óleos lubrificantes.

Apraz-nos ressaltar, por fim, o ritmo acelerado de instalação da Refinaria Duque de Caxias, no Estado do Rio que processará 90 mil barris diários de petróleo balano, com uma estrutura de rendimento flexível de grande significação na indústria petroquímica, notadamente no que respeita à fábrica de Borracha Sintética projetada.

(8) *Petroquímica*

Iniciou-se, na Refinaria de Cubatão, em junho de 1959, a produção de propeno, que atingiu 1.203 t; a de eteno, que teve começo em 1958, alcançou 4.506 t.

Entretanto, em 1959, os mais altos níveis observaram-se no que respeita a fertilizantes — 47 mil toneladas contra 7,9 mil em 1958 — e resíduos aromáticos, matéria-prima para fabricação de negro de fumo — 406,8 mil barris, contra 208,1 mil, em 1958.

Cumprе mencionar, ainda, as melhorias operacionais no sistema de controle da fábrica de fertilizantes de Cubatão, com particular proveito para a produção de adubos nitrogenados, no montante de 205 t por dia, em dezembro passado, com 20,5% de nitrogênio.

Os esforços da Petrobrás estão se concentrando, atualmente, na utilização de gás natural dos campos do Recôncavo e nos empreendimentos relativos à fábrica de borracha sintética.

A fábrica de borracha será construída ao lado da Refinaria Duque de Caxias, com uma capacidade para 40 mil toneladas anuais do tipo

GRS. Devendo principiar suas operações com matéria-prima, parcialmente importada, já em 1962 estará utilizando matérias-primas básicas de produção nacional.

Efetivadas as obra sem curso, em vários setores, estará consolidada, no Brasil, a implantação da indústria petroquímica.

(9) *Transporte marítimo*

Em 1959, os superpetroleiros Presidente Juscelino, Presidente Getúlio, Presidente Dutra, Presidente Wenceslau, de 33.000 "dwt" cada, e o petroleiro Gabriel da Fonseca, de 8.675 "dwt", foram incorporados à respectiva Frota, elevando-lhe a capacidade total, de 231.000 "dwt" em operação, em 1958, a 370.000 "dwt".

Ainda em 1959, foram lançados ao mar dois outros superpetroleiros — o Presidente Floriano e o Presidente Washington Luís — batida a quilha do Presidente Deodoro, e firmado contrato para a construção de seis novos petroleiros de 10.000 "dwt".

A Frota Nacional de Petroleiros operou intensivamente, no decorrer de 1959. O movimento na cabotagem, constituído pelo transporte de derivados produzidos em refinarias nacionais e pela transferência de petróleo nacional de Madre de Deus para Santos, alcançou 3 milhões de toneladas, superando, em mais de 1.1 de toneladas, o total do ano de 1958. No longo curso (importação e exportação) foram transportadas 3,2 milhões de toneladas de petróleo bruto e derivados, havendo a exportação de petróleo baiano e de óleo combustível de alto ponto de fluidez participado com pouco mais de 1 milhão de toneladas.

B — NOVA DESCOBERTA DE PETRÓLEO NA BAHIA

O poço pioneiro de prefixo Se-1-Ba, localizado em Sauípe, a cerca de 10 quilômetros a nordeste da cidade de Alagoinhas, no Recôncavo Baiano, revelou-se produtor de petróleo, a uma profundidade de 1.914 metros.

Sua produção, durante o teste a que foi submetido, naquela data, atingiu perto de 83 barris em pouco mais de meia hora.

É importante assinalar que o arenito produtor, com cerca de 9 metros de espessura, encontrado no aludido poço, está compreendido numa estrutura individualizada, vale dizer, sem conexão com a zona petrolífera no Recôncavo Baiano até agora provada. Levando-se em conta essa circunstância, assim como a potencialidade revelada pelo poço, poder-se-á afirmar que se trata da descoberta de um novo campo de petróleo, fato de grande significação para o aumento das reservas recuperáveis de óleo bruto da Bahia, atualmente estimadas em 617 milhões de barris.

O Se-1-Ba, está sendo completado para, em seguida, submeter-se aos testes necessários à determinação do seu regime de produção.

Em face dos resultados oferecidos por esse poço pioneiro, outras perfurações serão atacadas em suas imediações, para delimitação e avaliação do novo campo.

C — MAIS DE UM MILHAR DE POÇOS NO BRASIL

Mais de 1 000 poços foram já perfurados no Brasil, incluindo-se nesse total os exploratórios e os de desenvolvimento de campos produtores de petróleo.

A milésima perfuração foi ultrapassada em janeiro do corrente ano. Com efeito, ao findar o aludido mês, os poços perfurados em todo o país somavam 1 007. Dois meses depois, ou seja, em fins de março, esse total havia crescido para 1 043.

É interessante assinalar que a maioria desses 1 043, poços — 638, precisamente — foi perfurada pelas sondas da Petrobrás, que começaram a operar a partir de agosto de 1954, valer dizer, há menos de seis anos. Os 405 poços restantes foram perfurados no período compreendido entre a descoberta de petróleo no país (janeiro de 1939) e o início das atividades exploratórias da Petrobrás (agosto de 1954).

De outra parte, os dados estatísticos da Petrobrás revelam ter sido bastante expressivo, no primeiro trimestre do ano em curso, o rendimento das sondas da empresa, tanto no que diz respeito à metragem perfurada como no que se relaciona com o número de poços terminados. Assim, as perfurações realizadas de janeiro a março de 1960 atingiram 79 965 metros, enquanto as efetuadas em igual período de 1959 se fixaram em 53 439 metros. Quanto ao número de poços perfurados, no mesmo espaço de tempo, foi de 59 neste ano e de 50 no ano passado.

4 — INDÚSTRIA AUTOMOBILÍSTICA

A — AUTOMÓVEIS

Até 1956 o Brasil não fabricava veículos motorizados. Três anos após, o País é o maior parque automobilístico latino-americano, e se coloca entre os dez maiores produtores do mundo.

Desde 1952 cogita o Governo brasileiro dotar o País de uma indústria própria de automotores. Aquela época, tinha o Brasil vasto saldo no exterior, e importava quantidade apreciável de veículos, mormente dos Estados Unidos. Em 1951 foram importados 100 mil, e em 1952 96 mil unidades, o que importava numa despesa de 276,5 milhões e 261,4 milhões de dólares, respectivamente. Desde a guerra, o Brasil vinha fabricando, premido pelas circunstâncias, peças sobressalentes para automóveis e de modo geral, autoveículos. Assim principiou, de modo incipiente, a indústria brasileira no campo automobilístico. Com o término do conflito, e à medida em que se normalizava a situação, tal indústria ficou ameaçada de estrangulamento, pela concorrência cada vez

mais forte dos fornecedores poderosos, do estrangeiro. Para protegê-la, criou-se, na Comissão de Desenvolvimento Industrial, a Subcomissão de Jipes, Tratores, Caminhões e Automóveis, presidida pelo então Comandante Lúcio Meira. Em 1954 foi criado o CEIMA, Comissão Executiva da Indústria Automobilística, sendo o decreto de criação (35.729/54), o primeiro texto legal a dispor, no País, sobre a indústria de carros.

Sempre no campo da indústria de autoveículos, foram promulgados, a partir de 1956, vários decretos: 39.412 (criando o Grupo Executivo da Indústria Automobilística); 39.563 (fabricação de caminhões); 39.569 (jipes); 39.676-A (camionetas, caminhões leves e furgões); 41.018 (carros de passageiros).

Até 30 de junho de 1959 tinham sido produzidos, no Brasil, 81.779 caminhões leves, médios e pesados e ônibus, e 62.189 autoveículos utilitários, jipes e carros de passageiros, num total de 143.968 unidades.

Em 1957 foram fabricadas 37.078 unidades; em 1958, 62.815, e no primeiro semestre do ano 1959, 46.075.

Os graus de nacionalização dos caminhões fabricados no Brasil, tomando-se como base o dia primeiro de julho de 1957 e de 1959, são de 75% e 90%; os jipes, 85% e 95%; os dos veículos utilitários, 75% e 90%; finalmente, os dos automóveis, 85% e 95%.

Existem no Brasil onde fábricas de autoveículos, nas quais está englobado um capital de 24 bilhões e 300 milhões de cruzeiros. Tais fábricas ocupam uma área de cerca de 60 milhões de metros quadrados, com área construída de 793 mil. Nelas trabalham 30 mil pessoas, que em 1958 receberam de salários 2,5 bilhões de cruzeiros. A contribuição fiscal, exclusive ágio e direitos aduaneiros em 1958, para 9 empresas, foi de 3,2 bilhões de cruzeiros.

B — TRATORES

Dez foram os projetos de fabricação de tratores aprovados pelo GEIA, dentro do plano de estímulo e facilidades elaborado pelo Governo. Esses projetos correspondem às seguintes firmas:

- Tratores de rodas leves (de 25 a 35 cv na barra de tração):

Massey Ferguson do Brasil (Massey Ferguson);

Willys-Overland do Brasil (Renault);

e Fendt do Brasil (Fendt).

- Tratores médios (de 36 a 45 cv):

Valmet do Brasil (Valmet);

Ford Motor do Brasil (Ford);

Interamericana Comercial de Máquinas e Tratores (Hanomag);

e Zetor do Brasil, Tratores e Máquinas Agrícolas (Zetor).

- * Tratores pesados (mais de 45 cv):
Otto Deutz Motores e Tratores (Deutz);
e J. I. Case do Brasil (Case).
- * Tratores de esteiras:
Fiat Moto-Agrícola (Fiat).

Entrementes, chegava a Santos o segundo lote, de 125 tratores de uma encomenda total de 640, feita pelo IBC a uma empresa britânica. Essas máquinas serão revendidas aos cafeicultores para pagamento a longo prazo. Trata-se de uma das últimas importações de tratores completos, pois, com a vigência do Plano Nacional de Tratores só será admitida a entrada dessas máquinas desmontadas, para serem complementadas com as partes de produção nacional.

C — FÁBRICA DE MICROTRATORES

No município de Diadema, vizinho à capital paulista, foi inaugurada a primeira etapa da fábrica de microtratores Tobata, que a Marukyu Indústria de Máquinas Ltda., produzirá no país, sob licença da "Kubota Iron & Machinery Works, do Japão". Essas máquinas se destinam a substituir os arados de tração animal em trabalhos nos quais não é possível o emprego de tratores convencionais. Pode operar ainda como carro rebocador, cortador de grama, etc., especialmente em operações nos espaços intercalares dos cafezais, bananais e hortas.

Os Tobata são dotados de um motor diesel de 5 a 6,5 HP, a 1.800 rotações por minuto e com resfriamento a água, podendo arar até uma profundidade de 12 a 20 centímetros com 14 enxadas. Seu peso é de 205 quilos, tem quatro velocidades à frente e uma à ré, e consome em média um litro de óleo por hora.

A primeira etapa de instalação da empresa consistiu na inauguração da linha de montagem de microtratores importados, os quais serão vendidos a 230 mil cruzeiros. Numa segunda fase, prevista para agosto do próximo ano, deverá dispor das instalações necessárias para a produção de todas as partes do Tobata, inclusive o motor. Finalmente, numa terceira etapa, a empresa cuidará da fabricação de pulverizadores, diversos tipos de motor diesel para uso agrícola e outros implementos.

D — TRATORES AGRÍCOLAS

O GEIA aprovou dez projetos de fabricação de tratores agrícolas no país. As dez empresas selecionadas investirão cerca de 23,6 milhões de dólares e — segundo os cálculos do GEIA — deverão produzir nesses próximos dois anos um mínimo de 31 mil unidades.

A rigor, a instituição do Plano Nacional da Indústria de Tratores Agrícolas pelo Decreto 47.473, de 23 de dezembro de 1959, foi possibilitada pela existência de uma indústria automobilística em franca ati-

vidade e dotada de sólidas condições tecnológicas. Destarte, torna-se possível um rápido índice de nacionalização dos tratores.

O secretário-executivo do GEIA declarou à imprensa que a produção nacional de tratores agrícolas deverá iniciar-se no decorrer deste ano. Uma nacionalização mínima de 70% de seu peso total é a exigência imediata do GEIA. Este índice de nacionalização inclui o motor, com pelo menos 60% de seu peso, ou, alternativamente, a caixa de mudança, com 70% do peso.

Quatro são as etapas a serem cumpridas pelas empresas selecionadas. De 1-7-60 a 31-12-60, o índice da nacionalização deverá ser o mínimo estabelecido no Plano Nacional de Indústria de Tratores Agrícolas. De 1-1-61 a 30-1-61, 85%, incluindo obrigatoriamente, 80% do motor e caixa de mudança. Em 90% de seu peso e partes deverá o trator estar nacionalizado entre as datas de 1º de julho ao último dia de dezembro de 1961. A quarta e última etapa, fixada para 1962 em diante, inclui, como mínimo de percentagem ponderal das peças fabricadas no país, 95%.

Nesses cálculos não estão sendo levados em conta os implementos adaptáveis aos tratores. As percentagens referem-se rigorosamente ao peso seco dos mesmos e de suas partes integrantes essenciais, sem o cômputo de ferramentas, contrapesos, sobressalentes, água, combustível e lubrificantes. No cálculo das percentagens serão considerados apenas as peças e componentes de produção própria dos fabricantes e subcontratadores.

O motor do trator, segundo definição do GEIA, compreende o respectivo bloco completo assim como todos os seus órgãos internos, desde o ventilador até o volante, incluídos os suportes e os seguintes acessórios: bomba injetora, injetores, bomba-d'água, órgãos elétricos normais do motor (exceto bateria), purificador de ar, filtros de óleo e tubulação.

Por caixa de mudança, o GEIA entende a carcaça da tampa, todas as engrenagens, eixos, árvores, rolamentos, garfos, hastes, alavancas de mudanças, juntas, vedadores, buchas, retentores, parafusos, arruelas e outras pequenas peças componentes.

Cada empresa cujo projeto foi aprovado pelo GEIA deverá enviar para ensaios na Fazenda Ipanema, do Ministério da Agricultura, um trator de sua fabricação, em cada etapa de nacionalização. Nenhuma modificação no modelo constante no projeto aprovado poderá ser executada sem a submissão a testes completos por parte do Ministério da Agricultura, que dará ou não seu beneplácito à inovação.

Os investimentos destinados à indústria de tratores são considerados essenciais ao processo de desenvolvimento econômico e à segurança nacional, nos termos da Lei 3.244, de 14 de agosto de 1957. Como tal, os fabricantes selecionados poderão gozar das seguintes vantagens ou estímulos:

* Importação sem cobertura cambial de máquinas e equipamentos sem similar no país, quer para sua instalação como ampliação.

* Isenção de tarifa alfandegária incidente sobre essas máquinas e equipamentos importados e destinados à realização do projeto.

* Reserva de cotas em divisas, a partir do segundo semestre deste ano, para importação de peças ou partes complementares da produção nacional.

* Tratamento cambial favorecido para as amortizações e juros de financiamento estrangeiro, destinado à execução das duas primeiras etapas de nacionalização.

* Financiamento em moeda estrangeira pela SUMOC, com benefício cambial, às empresas que trouxerem todo o seu equipamento industrial.

A maioria das fábricas se localizará em São Paulo. Somente a Otto Deutz Motores Ltda. e a Zetor do Brasil Tratores e Máquinas Agrícolas procuraram outros Estados — respectivamente, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Os critérios que o GEIA adotou para seleção dessas empresas foram fundados nestes princípios:

* Prescindir de dispêndios cambiais.

* Dispor de rede preexistente de assistência técnica aos compradores.

* Menor dispêndio cambial para importação de partes complementares.

* Apresentar tratores mais aceitáveis no mercado brasileiro.

* Garantir aos fabricantes de implementos a necessária assistência técnica.

* Possuir condições de oferecer à lavoura em geral financiamento normal para aquisição dos tratores que produzir.

O GEIA não realizou nenhum levantamento prévio da capacidade de consumo de tratores pelo mercado nacional por considerar tal tarefa como impossível. Admitiu, salvaguardando-se de qualquer responsabilidade, que inicialmente se poderá consumir pelo menos 10 mil tratores por ano.

E — O PROBLEMA DOS PREÇOS

(1) A Concorrência

Os industriais julgam ser impossível reduzir os preços nesta fase da industrialização de autoveículos, devido ao custo de instalação das fábricas e à marcha da inflação que onera cada vez mais o custo de produção. O gerente-geral de Vendas da Sonnervig, de São Paulo, uma das mais conhecidas empresas revendedoras de veículos e máquinas agrícolas do País, observou que, apesar de já existir concorrência entre os fabricantes nacionais, esse fator não será, ao menos por ora, suficiente para fazer baixar os preços dos veículos. Em sua opinião, os preços dos veí-

culos baixarão relativamente aos preços em geral, quando houver maior movimentação de riquezas com muito maior número de veículos em funcionamento, além de mais estradas esfaltadas.

Observou, porém, que a produção nacional de veículos tenderá a influir de modo benéfico no mercado de carros usados. Em geral o transportador que não dispõe de muitos recursos financeiros começa por comprar caminhão de segunda mão. E certamente cairão os preços dos veículos de segunda mão com a crescente produção nacional. Aduziu ainda que, no Brasil, o transporte rodoviário é relativamente barato, pois a gasolina não é cara em comparação com os preços vigentes na Europa.

O secretário-geral do GEIA, por sua vez, frisou que, mesmo nos países que produzem autoveículos em massa, a produção do ano não consegue renovar toda a frota. Nos Estados Unidos, por exemplo, com uma população de mais de 170 milhões de habitantes, a produção é de 5 milhões por ano, aproximadamente. Isso quer dizer que dos 60 milhões de americanos que possuem carros somente 5 milhões podem renová-los. Os demais têm carros com mais de um ano de uso. E é exatamente no aumento de compradores de veículos usados que reside a grande possibilidade de ampliação da produção, pois a tendência do comprador é adquirir carros cada vez melhores e mais novos.

E a implantação da indústria automobilística contribui, no dizer de um capitão da indústria, para elevar o padrão de vida dos próprios operários. Aliás, esse ramo industrial está pagando o salário-médio mais elevado no País (cerca de 15 mil cruzeiros mensais). E algumas empresas facilitam a aquisição de carros usados pelos seus empregados, mediante pagamento a longo prazo.

(2) Como financiar

As fontes são unânimes em reconhecer que existe necessidade de financiar não somente a produção como também a venda dos veículos.

No planejamento do GEIA foi estudado o problema do financiamento. Aquêle órgão federal acreditava que o problema fôsse solucionado com o desenvolvimento das sociedades de financiamento, cuja regulamentação é aguardada para breve. Na realidade, porém, elas já se estão organizando em considerável número. Em São Paulo, existe uma que aplica somas consideráveis no financiamento do setor automobilístico. Trata-se da FINASA S. A. (Financiamento, Crédito e Investimento), organizada há um ano com capital de 125 milhões de cruzeiros e que já elevou esse capital para 750 milhões. Essa empresa conta com a participação de bancos tradicionais de São Paulo, como o Banco Mercantil, o Nacional do Comércio de São Paulo, o Banco de São Paulo, Comercial do Paraná, Federal de Crédito, Banco da Bahia, Moreira Salles, Noroeste do Estado de São Paulo, Comércio e Indústria de São Paulo, Financeiro Novo Mundo, Sul-Americano do Brasil, etc.

A firma Crescincio, que opera com fundo de investimentos em regime de condomínio aberto, financiou cerca de 43,5 milhões de cruzeiros no

setor da indústria automobilística e máquinas agrícolas, representando 5,61% do total do seu movimento de investimentos.

Entretanto, a empresa que maior vulto de financiamento realizou no setor automobilístico é a Deltec S. A., que, só para aumento de capital da Willys-Overland do Brasil, colocou ações no valor de quase 2 bilhões. Somando os 750 milhões de aumento de capital realizado para a Vemag e mais alguns investimentos menores no setor, o total alcança quase 3 bilhões.

O exemplo dessas três firmas de estrutura e organização técnica-mente diferentes entre si, mas que operam no setor de financiamentos mostra que existe de fato um campo bastante amplo de aplicação de capitais no setor de autoveículos.

Entretanto, no tocante a vendas, ainda é a própria indústria automobilística que está fazendo o seu financiamento, em sua quase totalidade, com recursos próprios, isto é, com o produto do reinvestimento dos seus lucros, a par de pequena contribuição do sistema bancário comercial, e, de forma ainda muito incipiente, das sociedades de financiamento.

Estima-se que, dentro de 2 anos, serão necessários recursos complementares da ordem de 30 bilhões a 40 bilhões de cruzeiros para financiar vendas a prazo de 18 a 24 prestações mensais iguais, com 30% de entrada. Aliás, muitos compradores esperam que o prazo seja ainda maior — 36 meses ou mais.

Cabrá à iniciativa privada mobilizar o público — que está demonstrando crescente confiança na indústria nacional — e conseguir os recursos adicionais indispensáveis para financiar as vendas. Daí a importância da regulamentação das sociedades de investimento.

(3) Indústria lucrativa

Dados colhidos junto ao Departamento de Estatística do Estado e ao Sindicato da Indústria de Tratores, Caminhões, Automóveis e Veículos Similares no Estado de São Paulo indicam:

- * Número de fábricas de autoveículos: 11
- * Capital englobado das fábricas: 24,4 bilhões de cruzeiros.
- * Área global dos terrenos ocupados: cerca de 60 milhões de metros quadrados.
- * Número de empregados: quase 30 mil pessoas.
- * Contribuição fiscal em 1958 (impostos federal, estadual e municipal): 3,2 bilhões (9 empresas).
- * Valor da produção (1958): quase 22 bilhões de cruzeiros.
- * Valor de vendas (1958): 26,4 bilhões de cruzeiros. Já em 1958 o valor das vendas de autoveículos superava o valor das exportações de café, que foi de 25,34 bilhões de cruzeiros (US\$ 688 milhões).

Sabe-se que a indústria automobilística é bastante lucrativa. Algumas empresas já distribuíram dividendos bons aos seus acionistas. No entanto, na opinião de um economista ligado à indústria, não procede a acusação de que essa indústria auferir lucros excessivos. Segundo estudos feitos por uma empresa financiadora, a margem de lucros por veículos não passa de 6% a 7%. Quer dizer: um carro de 500 mil cruzeiros dá lucro de 30 contos. Na verdade, a produção em massa é que proporciona bons lucros aos fabricantes. De outro lado, a elevação média do preço do veículo nacional no decorrer do corrente ano foi de 7,1% contra a alta geral dos preços, que atingiu 25%.

(4) *Formando pessoal*

Tôdas as indústrias estrangeiras de autoveículos que instalaram fábricas no Brasil trouxeram administradores e técnicos para orientar a fase inicial da produção. No geral, porém, adotam a política da "nacionalização", reduzindo o pessoal técnico estrangeiro à medida que o elemento nacional vai adquirindo os conhecimentos necessários para a realização de trabalhos especializados. Em visitas realizadas a quase tôdas as auto-indústrias, instaladas no País, observa-se o cuidado que elas dispõem à formação do pessoal técnico. Também no tocante à administração, algumas empresas obedeceram, desde o início, a orientação de entregar postos-chave aos brasileiros.

Quanto à qualidade dos produtos aqui fabricados, afirmam tanto industriais como revendedores, que ela iguala e às vêzes supera a dos similares estrangeiros, embora alguns compradores se queixem de defeitos e senões. Ao que tudo indica, no início houve falhas de fabricação. Mas as próprias indústrias exercem rigoroso controle de qualidade. Tanto as empresas de origem estadunidense como as de origem européia aplicam substanciais somas nos laboratórios de controle de qualidade.

Registra-se ainda escassez, em alguns setores, de operários especializados, como no caso dos ferramenteiros. Outros países industrialmente mais avançados, como a Itália e a França apresentam, entretanto, o mesmo problema. É que para formar um ferramenteiro são necessários 3 a 4 anos de estudo e trabalho (a confecção de moldes exige trabalho técnico e até certo ponto artístico, daí a morosidade na formação do profissional).

Existem já cerca de 1.200 fábricas de autopeças no País, das quais cerca de 160 a 170 podem ser consideradas modernas, com alto padrão técnico.

(5) *Expansão e exportação*

Para 1961 a Willys anuncia o lançamento do seu carro de passeio Aero Willys (cujo preço será da ordem de 700 mil cruzeiros). E a Fábrica Nacional de Motores — que por falta de organização de vendas só fatura 250 milhões por mês, embora com capacidade para faturar 400

milhões — deverá lançar o Alfa-Romeo 2.000, carro de passeio que será batizado com o nome de JK e que custará, aproximadamente, 860 mil cruzeiros. Espera a FNM, pioneira (1954) na fabricação de caminhões, produzir 10 JK por dia no início, elevando essa produção depois para 60 unidades diárias.

Embora não tenham anunciado ainda nenhum plano, os círculos industriais não duvidam que a Ford e a GM também entrarão no mercado brasileiro com carros de passeio aqui fabricados, possivelmente com desenhos apropriados para o nosso meio.

Considera o GEIA que o número de empresas que já existem será suficiente (mesmo com uma possível redução, resultante da seleção natural, fusões, etc.) para estabelecer uma sadia competição entre as mesmas.

Mercado brasileiro ainda não está dimensionado. E é difícil prever quanto ele crescerá. Tivemos o exemplo da Willys, que inicialmente pretendia produzir 5 mil veículos por ano. Agora já está produzindo 1.200 por mês e não dá conta dos pedidos.

As exportações de jipe para o Chile foram interrompidas por causa de dificuldades cambiais criadas naquele país. Todavia, existem possibilidades de exportação de veículos brasileiros para diversos países sul-americanos. Entendimentos para exportação se realiza com a Argentina, Venezuela e com o próprio Chile.

Ainda recentemente a Willys exportou 50 motores de 6 cilindros para os Estados Unidos. Essa exportação se destina à reposição nos veículos lá existentes, porque não se fabricam mais naquele país motores do mesmo tipo.

Observados que sejam os padrões de qualidade exigidos pelos fabricantes e pelo público e facilitado o financiamento de vendas, existe para a indústria automobilística brasileira, que deverá produzir 170 mil veículos em 1960, quando o Grupo Executivo da Indústria Automobilística terminará a sua missão, um mercado acima de qualquer estimativa cautelosa. Além do mais, a implantação dessa indústria tornou possível — pela multiplicação dos fabricantes de peças — a criação da indústria de tratores, prevista para o ano vindouro.

5 — INDÚSTRIA EXTRATIVA VEGETAL

(1) *Fomento da Produção da Borracha na Amazônia*

No momento, o projeto ETA-54 está com 46 hectares de viveiros de seringueiras, nos Estados do Pará, Amazonas e Mato Grosso, e Territórios do Acre, Rondônia e Amapá, com o total de cerca de 1.300.000 mudas, das quais 784.731 em condições de receber enxertia. Em hibernação, há 109.760 mudas.

Quanto à produção de borbulhas de clones selecionados, para trabalhos de enxertia, foram instalados nove jardins, no Pará, Amazonas,

Mato Grosso, Acre e Rondônia, com o total de 129.318 plantas. A formação desses jardins requereu, em certos casos, o transporte do material de multiplicação em aviões especiais, esforço que, entretanto, simplificará, a partir do próximo inverno amazônico, a assistência aos plantadores das principais áreas propícias à heveacultura. Trabalham no projeto 5 agrônomos, 4 técnicos em heveacultura, 14 práticos e 93 enxertadores. A distribuição de mudas (tocos enxertados), foi de 79.396 unidades em 1958 e 297.180 na primeira metade do ano corrente.

(1) *Seringal-piloto*

No município de Itacoatiara onde os plantios racionais estão sendo feitos há cerca de um ano, no viveiro do Seringal-Colônia, já se encontram em desenvolvimento 350 mil mudas de seringueiras selecionadas e procedentes do Instituto Agronômico do Norte. 75 mil dessas mudas já foram plantadas em local definitivo e as restantes o serão na próxima estação chuvosa (janeiro e maio de 1961).

O seringal-piloto está localizado na margem do rio Urubu, com a área de mil hectares, nos quais serão plantadas 550 mil mudas, no período de quatro anos, iniciado em agosto do ano passado. Até maio de 1961, deverão estar plantadas 250 mil mudas. Cada lote terá 20 hectares, dos quais cinco com a cultura da hévea.

Em Manaus, foi iniciada a derrubada para a formação do primeiro seringal-escola, que terá 100 hectares plantados nos moldes do plano de Itacoatiara, servindo também para fins educacionais. Manterá grandes viveiros (10 hectares por ano) para distribuição de mudas e também contará com técnicos para a assistência aos plantadores dessas mudas.

Estima-se uma produção de borracha natural, resultante do projeto 54, de 5 mil toneladas no ano de 1966, com um aumento progressivo de 5 mil toneladas por ano, até atingir o máximo, 1970, com 25 mil toneladas.

b) CERAS VEGETAIS

Dentre as muitas riquezas naturais do Brasil, as ceras vegetais merecem especial destaque, não só como fonte produtora de divisas, pois há mais de quatro décadas vêm figurando na pauta de exportação, mas também pelo importante papel que desempenham na economia da semi-árida Região do Nordeste brasileiro — "habitat" natural das palmeiras que as produzem. No conjunto da produção e comercialização das ceras vegetais do país, a de carnaúba detém 95% do total, ficando o restante praticamente com a cera de licuri. Em 1958 a produção de ceras foi de 9 mil toneladas, no valor de 600 milhões de cruzeiros, representando cerca de 2,4% da renda interna líquida do Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte, que são os principais Estados produtores. Nesse mesmo ano mais de 11 mil toneladas, no valor de 18 milhões de dólares, foram vendidas aos mercados estrangeiros.

(1) Aspectos da produção

Como vimos, duas são, portanto, as espécies de cêras vegetais que vêm sendo tradicionalmente produzidas no país: a de carnaúba e a de licuri. Ambas extraídas das folhas de uma variedade de palmeira — a carnaubeira e o licurizeiro.

Cada pé de carnaúba produz, por ano, apenas 200 gramas de cêra e leva 8 a 10 anos para entrar na fase produtiva. A colheita é realizada duas vezes ao ano entre os meses de setembro e dezembro e em média 15 a 20 folhas são cortadas anualmente de cada árvore.

O baixo rendimento por árvore faz com que sejam necessárias cêra de 5 mil carnaubeiras para a produção de 1 tonelada de cêra. Isso desencoraja os investimentos de capital no cultivo sistemático da carnaúba. Mas, mesmo assim, nos Estados do Ceará e Piauí, nos últimos 20 anos se fizeram plantações no sentido da formação de carnaubais cultivados. Enquanto a carnaubeira é encontrada em maior densidade nos vales do rio Jaguaribe. Acaraú, Açu e São Francisco, o licuri ocorre com maior freqüência na zona da caatinga, principalmente no sudoeste da Bahia.

Os três grandes Estados produtores de cêra de carnaúba — Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte — fornecem perto de 90% da produção nacional, seguidos do Maranhão e Bahia, com aproximadamente mil toneladas. A produção da Paraíba e Pernambuco é insignificante, não chegando a 100 toneladas anuais. A Bahia é responsável por toda a produção nacional da cêra de licuri. Esta, que em 1953 chegou a atingir 3,5 mil toneladas, valendo 83 milhões de cruzeiros, entrou em período de recesso, pois nos últimos anos não tem alcançado 500 toneladas, com um valor em torno de 16 milhões de cruzeiros.

Embora o valor médio da produção tenha aumentado mais de 17 vezes em relação a 1935, tal incremento não foi suficiente para estimular os produtores de cêra, de vez que a quantidade produzida se manteve mais ou menos constante em volta de 12 mil toneladas anuais, o que somente se verificou em 1953.

Nos últimos 5 anos acusou sensível declínio, tendo a produção média diminuído de 1/3, passando para 8 mil toneladas. Tal fato explica-se, principalmente, pela ausência de preços reais remunerativos na comercialização das cêras.

Até 1949 o Piauí ocupava a liderança na produção da carnaúba. A partir dessa data perdeu aquela posição para o Ceará e somente em 1958 veio ultrapassar a produção cearense em mais de 300 toneladas.

(2) Mercados consumidores

É de se acreditar que o consumo interno seja bem apreciável, principalmente quando se tem em mente o aumento ocorrido nos últimos anos na produção nacional de discos para vitrolas e cêras para assoalhos, onde essa matéria-prima é usada em maior escala.

Quanto ao comércio exterior, as exportações têm-se mantido mais ou menos estáveis nos últimos 20 anos, girando em torno de 11 mil toneladas anuais. Também o valor total dessas exportações não sofreu grandes alterações: com exceção de 1946 e 1947, quando atingiu 29 e 24 milhões de dólares, respectivamente, em todos os demais anos manteve-se oscilando entre 16 e 20 milhões de dólares.

Os Estados Unidos são os maiores compradores das cêras brasileiras; absorvem mais de 70% das exportações totais, tanto da cêra de carnaúba como da de licuri.

(c) *Industrialização do Café*

O Instituto Brasileiro do Café acaba de baixar normas destinadas a implantar, em larga escala, a indústria de café no Brasil, abrindo novas perspectivas para a absorção dos vultosos excedentes e provavelmente lançando as bases para conquista de maior mercado para esse produto, sob forma de solúvel e de artigos derivados. Essas normas estão consubstanciadas na Resolução 160, que disciplina a industrialização do chamado "expurgo" e na Resolução 161 e respectivo edital, que estabelecem os estímulos oficiais à produção de solúvel no país.

Deve-se observar que o "expurgo" não constitui café utilizável para consumo interno ou para exportação, nos termos da legislação vigente sobre a matéria. Trata-se, mais propriamente, de resíduos de catação, que todo embarcador de café para os portos de exportação está obrigado a entregar ao IBC na proporção de 10% do total do despacho. Com essa medida, visa-se compelir os produtores e comerciantes a limparem melhor o produto exportável (extraíndo aqueles resíduos) e evitar que esses detritos sejam fraudulentamente utilizados pelas torrefações no suprimento do mercado interno (elevando-se assim, também, a qualidade da infusão consumida pelo nosso povo).

De acordo com pesquisas efetuadas, cada saca de 60 quilos de "expurgo" pode fornecer:

- * 450 gramas de cafeína, utilizável na indústria farmacêutica e na de refrigerantes.

- * 5 quilos de óleo, que poderá ser destinado ao consumo humano ou à fabricação de sabões.

- * 50 quilos de torta, que podem servir para "enchimento" de adubos e de rações para animais (havendo também pesquisas que levam a acreditar no seu futuro aproveitamento como alimento protéico para consumo humano).

São, portanto, evidentes as vantagens da industrialização do "expurgo", sobretudo se se considerar que para esse fim pode ser aproveitado o equipamento já instalado no país pelas indústrias de óleos comestíveis, que normalmente permanece ocioso nas entressafras de algodão e amendoim.

Deve-se registrar, aliás, que uma das firmas que vinham industrializando o "expurgo" em caráter experimental já iniciou a exportação de cafeína para a Holanda, ao preço de 2,75 dólares o quilo. Por outro lado, devido ao grande encarecimento do sebo, o óleo de café está sendo procurado com grande interesse pelas fábricas de sabão, o que evidencia que esse subproduto virá não só garantir o abastecimento de matéria-prima à indústria nacional como liberar aquele artigo de origem animal para a exportação, carreando mais divisas para o país. Finalmente, a possibilidade de utilizar a torta de café como mistura para rações e adubos virá, possivelmente, baixar para o consumidor nacional o preço desses produtos, ora sensivelmente onerados pelo alto custo dos farelos de trigo e tortas de algodão, amendoim, etc., liberando também maiores contingentes destas matérias-primas para exportação.

A outra frente da industrialização do café, que o IBC acaba de abrir resolutamente, é a da produção de solúvel.

Já existe produção desse artigo entre nós, pois a Nestlé, com sua fábrica em Araras (SP), tem não só abastecido o mercado interno como exportado regularmente o artigo, notadamente para a Europa. No entanto, trata-se de fábrica de pequenas proporções, que não satisfazem às exigências que, segundo se acredita no IBC, surgirão com a política de conquista de novos mercados, nos quais o solúvel, pela sua facilidade de preparo, comparativamente com o processo tradicional do coador, poderá constituir arma decisiva para a implantação ou difusão do hábito de consumo.

Nessas condições, tendo em vista impulsionar imediatamente essa indústria, o IBC baixou a Resolução 161, pela qual será destinado às fábricas de solúvel instaladas, ou que se instalarem no país até 31 de dezembro de 1961, um total de 1 milhão de sacas de café dos estoques da autarquia, por ano. Esses fornecimentos do grão serão feitos aos preços do mercado, mas às usinas que o adquirirem o IBC oferecerá a seguinte garantia-estímulo, sobre um processamento de 150.000 sacas anuais: compra de sua produção, na proporção de 80% no primeiro ano, 60% no segundo, 40% no terceiro e 20% no quarto, a preços que permitam ao industrial recuperar nesse período a totalidade do investimento feito.

Dada a natureza verdadeiramente ousada dessas garantias, acredita-se que numerosos grupos acorrerão à convocação do IBC, dispondo-se a produzir solúvel no país, já se conhecendo mesmo diversas firmas que se constituem para esse fim. Dentre as organizações que se apresentarem, a autarquia escolherá aquelas que melhor se enquadrarem, entre outros, nos seguintes requisitos: idoneidade financeira e técnica do proponente, localização da usina em referência às zonas produtoras de café, predominância do capital nacional e sua vinculação à cafeicultura brasileira ou cooperativas de cafeicultores.

(d) *Industrialização do Milho*

— "O Brasil vai contar com mais uma importante unidade de industrialização do milho" — segundo anunciou à imprensa o Sr. James

W. McKee Júnior, procurador-geral da Refinações de Milho, Brazil. Essa nova unidade industrial será localizada em Mogi-Guaçu, a 160 km da capital paulista e está orçada em 1,8 bilhões de cruzeiros, aproximadamente. Será o maior conjunto latino-americano para industrialização do cereal.

A notícia coincide com as comemorações do 30º aniversário da Refinações de Milho, Brazil, que opera em São Paulo, desde 1930.

O início da construção da nova fábrica está previsto para princípios de 1961, devendo começar a operar dentro de dois anos, para atender à procura sempre crescente de seus produtos, tanto os de consumo industrial, como os para aplicação industrial, como glucose, amidos industriais, dextrinas, cor de caramelo, glucose sólida e outros.

— “Essa crescente aceitação dos nossos produtos nos envaidece — disse o Sr. J. W. McKee Junior — pois ela é o resultado direto do dinâmico crescimento do Brasil, já tão claramente refletido em seus índices demográficos e no aumento da capacidade aquisitiva de sua população. No último decênio, a população do Brasil aumentou cerca de 30%; nesse mesmo período, o aumento real da capacidade aquisitiva “per capita” foi da ordem de 40%.

O Sr. McKee salientou, ainda, que o empreendimento Mogi-Guaçu reflete a razão de crescimento econômico do Brasil e representa uma parcela de apoio ao Plano de Ação do Governo do Estado de São Paulo. Essa nova fábrica, além de incorporar moderna maquinaria e os mais recentes processos de industrialização do milho, “representará, no gênero, a maior operação técnica e econômica da América do Sul”.

Iniciada a produção, a nova fábrica empregará 500 pessoas aproximadamente, as quais sempre que possível serão recrutadas na região. Os projetos de construção incluem planos que possibilitem a expansão de sua capacidade, permitindo atender a maior demanda de produtos, sendo certo que a nova unidade terá inicialmente a mesma capacidade da fábrica atual. O material de construção e a quase totalidade do equipamento serão fornecidos e instalados por firmas nacionais.

A par das operações efetivas, espera-se que haja substancial aumento de habitações e serviços essenciais ao bem-estar geral, na área que circunda a nova fábrica.

Outra consequência que certamente advirá desse empreendimento, diz respeito aos benefícios previstos à agricultura. Além da maior procura do milho, que ocorrerá como resultado da industrialização de maiores quantidades do cereal, Refinações de Milho, Brazil tem em mira ampliar o seu atual programa de produção de sementes de milho híbrido. Nesse sentido, a companhia tem adotado a política de assistir e estimular os fazendeiros, procurando melhorar os seus métodos de plantação, produção e rendimento, através de orientação de agrônomos especializados na seleção e emprego de sementes híbridas.

— “Convém salientar — continuou o Sr. McKee — que a escolha de Mogi-Guaçu para localização da fábrica está em plena conformidade

com a moderna orientação, objetivando maior desenvolvimento do interior do Brasil. Como já é do conhecimento geral, esse vasto território representa um dos maiores potenciais de riquezas do continente e a nossa satisfação é ainda maior quando sentimos a possibilidade de contribuir para a sua efetivação. A realização deste novo empreendimento da Refinações de Milho, Brasil representará um passo importante naquela direção".

Outro comentário sobre o acontecimento foi feito pelo Sr. William S. Lindsay, vice-presidente da Corn Products Internacional para a América Latina, à qual é filiada a Refinações de Milho, Brasil. O Sr. Lindsay, que foi agraciado com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul no grau de Oficial e é ex-presidente da Câmara Americana de Comércio de São Paulo, disse:

— "Essa significativa adição ao panorama econômico-industrial do Brasil é relevante, não somente como incentivo ao impressionante crescimento do país, mas também por representar a confiança depositada pela indústria norte-americana em geral, e pela Corn Products Company em particular, no futuro do Brasil. O grau de desenvolvimento econômico do país é olhado hoje como um dos mais empolgantes acontecimentos registrados na história industrial no nosso Hemisfério".

O Sr. William Cochran Junior, cônsul-geral dos Estados Unidos em São Paulo, expressou também seu ponto de vista sobre esta ampliação do parque industrial brasileiro:

— "Um novo projeto, como este, servirá para estreitar ainda mais os laços entre os povos de nossos países. É, certamente, uma prova da confiança de cada um no que concerne ao futuro do Brasil".

6 — INDÚSTRIA EXTRATIVA MINERAL

A — HEMATITA

Estado produtor: Minas Gerais.

Países compradores: Estados Unidos, Grã-Bretanha, Tcheco-Eslováquia, Polônia e, em menor escala, Canadá, Holanda, Japão, Itália, Áustria e Países Baixos.

Exportação efetiva: Quantidades (kg).

1953	1.526.943.747
1954	1.678.454.532
1955	2.554.631.771
1956	2.744.862.346
1957	3.536.872.481
1958	2.833.285.863
1959 (x)	3.460.708.794

(x) Janeiro a novembro.

Exportação efetiva: Valores (US\$).

1953	22.528.831,00
1954	21.504.908,00
1955	29.965.783,00
1956	35.142.187,00
1957	47.955.566,00
1958	39.321.808,00
1959 (x)	38.135.551,00

(x) Janeiro a novembro.

Preços de exportação: O mercado, no momento, apresenta-se nas seguintes bases:

US\$ 11,00 por tonelada, FOB — p/minério de 68% (alto teor)

US\$ 10,50 por toneladas, FOB — p/minério de 64%.

A Companhia Vale do Rio Doce espera exportar, no presente ano, 4,5 milhões de toneladas de minério de ferro. Para atender ao transporte desse minério até o Porto de Vitória acaba de assinar contrato com a Companhia Brasileira de Material Ferroviário (COBRASMA) e Companhia Industrial Santa Mathilde para o fornecimento de 160 vagões metálicos, com capacidade de 72 toneladas cada um. Esses vagões são os maiores fabricados, até agora no mundo, para linhas de bitola de 1 metro.

B — MÁRMORE

Desde há pouco mais de um ano, a indústria extrativa de mármore e granito, no Brasil, experimenta um surto remarcável de desenvolvimento. O incremento reflete-se nas empresas de transformação, como marmorarias e serrarias, e manufatureiras propriamente ditas. A indústria manufatureira do País hoje trabalha praticamente só com mármore nacionais. O mármore brasileiro, de resto, melhorou consideravelmente de qualidade, em virtude de novas extrações nos Estados produtores: Bahia, Rio Grande do Norte, Estado do Rio, Espírito Santo e Minas Gerais. Para breve está previsto, no Brasil, o suprimento total das necessidades internas e de crescimento. E quanto à aceitação, tem sido ela geral: o mármore tipo Travertino, da Bahia, é muito semelhante ao de procedência italiana. Só não tem o Brasil o tipo Carrara, que se caracteriza por sua extrema alvura.

De início tinha o Brasil uma só variedade: a verde. Com o tempo outros tipos foram aparecendo, e hoje é possível dispor de mármore

nacionais de grande variedade de cores; claro, rosa, cinza, travertino, etc. As novas extrações, mormente na Bahia, têm aumentado consideravelmente a capacidade de produção das manufatureiras do país. Só em São Paulo funcionam 80 empresas que trabalham apenas com matéria-prima nacional. E o consumo é crescente.

As possibilidades de exportação são grandes: por ora a produção nacional visa atender ao mercado interno, mas com o aumento da mesma, é claro que parte da produção será destinada a mercados externos. As jazidas existentes no Brasil são o penhor de que é possível efetuar, nesse ramo da indústria, alentados progressos. E já no que diz respeito ao granito, de que São Paulo tem imensas reservas, será possível a exportação imediata de grandes quantidades.

Importadores norte-americanos têm demonstrado de tempos para cá grande interesse pelo mármore brasileiro. E também chegam de quando em vez aos produtores, pedidos de informações oriundos da Alemanha, Canadá e outros países — que poderão transformar-se talvez, em futuro próximo, em bons compradores.

A produção no ano de 1958 foi de 65 mil toneladas num valor aproximado de 75 milhões de cruzeiros.

C — CIMENTO

A indústria nacional de cimento em 1958 abrangia investimentos calculados em 9,9 bilhões de cruzeiros, dos quais 8,8 bilhões representados pelo capital próprio das empresas. Essa indústria é uma das que lograram maior desenvolvimento nos últimos anos. O início das atividades deu-se em 1926, mas só a partir de 1933 começou a expansão do parque industrial correspondente. Hoje nada menos de 24 indústrias distribuem-se pelas principais regiões consumidoras, com a produção regular de quatro tipos de cimento: Portland do tipo comum, alta resistência inicial, escória de alto forno e branco.

A produção nacional de cimento evoluiu de 2.040.591 toneladas em 1953 para 3.789.603 toneladas em 1958, avaliadas respectivamente em 1,7 e 9 bilhões de cruzeiros. O consumo médio *per capita* (1953) foi de 54,2 a (1958) 60 quilos.

Em 1964, segundo estimativas oficiais, a indústria brasileira de cimento estará produzindo 5,4 milhões de toneladas. Já em 1960, com a entrada em funcionamento de duas novas fábricas (Cominci e Barbará), a produtividade expandir-se-á até 4.867.500 toneladas — assim ficando quase atingida a meta 22 do atual Governo, que previa uma produção em 1960 de 5 milhões de toneladas.

D — FERTILIZANTES

(1) *Origem e evolução da empresa Fosforita*

Foi sondando um manancial de água mineral radiativa, que se verificou e estudou a ocorrência de fosfato natural do município de Olinda, a seis quilômetros de Recife.

Aliam-se então líderes pernambucanos de agro-indústria do açúcar e, com capitais e mão-de-obra exclusivamente nacionais, lançam-se pioneiramente na exploração das jazidas.

Terminadas as primeiras prospecções, incorporou-se e organizou-se a empresa, em 1953, realizando as encomendas no estrangeiro de maquinaria e equipamento que, após trabalhosa montagem durante os anos de 1955/56, veio permitir o início das operações industriais da Usina de Beneficiamento, em agosto de 1957. Daquela primeira data, portanto, da descoberta das jazidas até o corrente, medearam cerca de nove anos na transformação do que, inicialmente, era um arrojado sonho para a realidade de um empreendimento plenamente vitorioso.

As jazidas já prospectadas permitem avaliar sua possança em cerca de 50 milhões de toneladas, o que, por si só, subministrará minério para beneficiamento num período de mais de cinquenta anos. Entretanto, jazidas outras já foram localizadas nas proximidades de Olinda, cujo teor e possança estão sendo estudados, o que permite indicar a existência de depósitos bem maiores na mesma região.

A Fosforita S. A., hoje, representa um investimento de centenas de milhões de cruzeiros, para um capital integralizado de Cr\$ 500.000.000,00 a ser dentro em breve aumentado para um bilhão de cruzeiros.

Para a atividade de distribuição e promoção de vendas do Fosfato de Olinda, conta a empresa, no Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, com os seus Escritórios Regionais. Nos demais Estados da Federação mantém Agentes. Do Amazonas ao Rio Grande do Sul, vem, assim, desenvolvendo suas atividades no sentido de fomentar a prática de adubação, auxiliando a elevar os índices de produtividade agrícola do país, que se situam — como sabemos — entre os mais baixos do mundo.

Entretanto, o início da exploração das jazidas de fosfato de Olinda e da produção de sua Usina de Beneficiamento provocou, a par de uma queda brusca no volume importado dessa classe de fertilizantes, um aumento significativo no consumo de fosfatos naturais.

A produção de Fosfato de Olinda vem sendo totalmente absorvida pelo mercado nacional, que, tendo agora ao seu alcance um produto garantido e de baixo custo, apresenta-nos um quadro da mais ampla e extensa distribuição regional. De fato, o produto vem sendo consumido do Pará ao Rio Grande do Sul, numa demonstração inequívoca da aceitação que vem alcançando. Do início de suas atividades, em 1957, até dezembro de 1959, a empresa produziu e vendeu mais de 300 milhões

de quilos de fosfato, distribuindo-se entre quase todos os Estados do Brasil, como se verifica a seguir:

ESTADOS	1957 Kg	1958 Kg	1959 Kg	TOTAL Kg
Alagoas	2.175.000	4.650.000	5.572.000	12.397.000
Bahia	159.000	2.727.000	3.156.000	6.044.000
Ceará	100.000	6.000	142.000	248.000
Est. da Guanabara e Est. do Rio	1.377.000	1.617.000	1.940.000	4.934.000
Espírito Santo	—	—	152.000	152.000
Minas Gerais	260.000	456.000	235.000	971.000
Pará	50.000	100.000	250.000	1.000.000
Paraíba	4.000	258.000	90.500	352.500
Pernambuco	25.147.524	33.817.382	27.698.610	86.663.516
Paraná	130.000	1.975.000	4.800.000	6.905.000
R. G. do Norte	—	128.000	300.000	428.000
R. G. do Sul	7.608.000	27.957.150	55.274.500	90.841.650
Santa Catarina	—	500.000	300.000	800.000
São Paulo	11.235.000	34.959.000	56.554.000	102.738.000
Sergipe	55.000	374.000	680.000	1.309.000
Total	48.290.524	109.724.532	157.768.610	315.783.666

Os resultados obtidos na comercialização do Fosfato de Olinda resultam, principalmente, da política adotada, de preços sensivelmente inferiores aos dos similares de importação, visando-se, assim, estimular o aumento dos níveis atuais de adubação e a extensão dessa prática às mais variadas culturas.

Graças a essa política de preços e a outros fatores, como qualidade e disponibilidade da produção, assistência técnico-agronômica e experimentação, o produto vem obtendo, como vimos, a preferência dos agricultores de todo o Brasil.

Um aspecto a considerar quanto à repercussão do Fosfato de Olinda na economia brasileira, e o da sua ascensional contribuição à poupança de divisas que, de agosto de 1957 (início da produção da Usina de Beneficiamento) a dezembro de 1959, se exprime por mais de 8 milhões de dólares.

Ressalte-se, com justo relêvo, que essa economia de divisas proporcionada em dois anos e meio, em fase ainda de adaptação industrial da empresa, representa importância consideravelmente superior ao montante das divisas despendidas na aquisição de máquinas e equipamentos.

Nesse mesmo período o Brasil despendeu com a importação de fertilizantes fosfatados, nitrogenados e potássicos US\$ 56.192.330,00, sendo em 1959, US\$ 19.479.080,00. No mesmo ano, as vendas do Fosfato de Olinda propiciaram uma economia de US\$ 4.366.601,70.

O aumento de consumo de fosfatos naturais, provocado pela presença do fosfato de Olinda no mercado nacional, e sugestivamente representado pelo que se observa no Nordeste, desde o início das atividades da empresa.

Enquanto as culturas localizadas no Nordeste representavam uma área, em 1957, de 18,4% do total nacional, o consumo de fosfatos..... (12.286.000 de P_2O_5), para a mesma região, não representava mais que 9,8% do total do país no mesmo período. Conclui-se, portanto, que se encontravam nesta região as mais precárias condições de adubação fosfatada.

A Fosforita Olinda S. A., ao iniciar as suas atividades em 1954, encontrou aqueles mercados no Nordeste, precariamente assistidos, destacando-se somente Pernambuco e Alagoas, onde uma pequena fábrica de superfosfatos e algumas indústrias misturadoras locais ofereciam à venda adubos químicos.

A partir de 1954, pode-se dizer que devido à presença do fosfato de Olinda teve o mercado do Nordeste aumento excepcional, como se depreende do quadro a seguir:

CONSUMO DE ADUBOS FOSFATADOS NO NORDESTE (P_2O_5)

<i>Biênios</i>	<i>Quantidade</i>
1954/55	13.000 t
1956/57	20.000 t
1958/59	26.000 t

Os índices acima indicam, ainda, que a adubação quase que exclusivamente da cana-planta, predominante no Nordeste, já vem sendo ultrapassada.

Graças à atuação de cunho agrônômico, da Fosforita, é que se começou, praticamente, a fazer adubação da cana-soca com resultados promissores, estendendo-se essa prática a várias outras culturas, como a de abacaxi, arroz, café, côco, fumo e pastagens.

Em 1953, quando não havia produção local de fosfato natural beneficiado, entraram, pelo Pôrto do Recife, 11.228 toneladas desse adubo. Em 1959, as vendas do Fosfato de Olinda na região já ascendiam a... 34.483 t, o que caracteriza bem o considerável incremento, no quinquênio, da adubação fosfatada na região nordestina.

Esse notável impulso no nível de adubação fosfatada, no Nordeste, assume a maior importância quando se sabe que o programa da Sudene, para as faixas úmidas da região, abrange, basicamente, duas metas fundamentais: a industrialização, com a criação de novos núcleos industriais, independentes do açucareiro, e a maior produção de alimento para atender ao aumento da demanda resultante da elevação de poder aquisitivo nas áreas industrializadas.

Por outro lado, à base de dados colhidos junto à Comissão de Marinha Mercante, a exportação de cabotagem pelo porto do Recife, nos anos de 1958 e 1959, apresentou resultados que evidenciam a positiva e significativa participação do Fosfato de Olinda na economia pernambucana.

Em verdade, a participação percentual do Fosfato de Olinda, na tonelagem exportada pelo porto do Recife, se elevou de 17,1% para 26,2%, nos anos de 1958 e 1959, aproximando-se neste último caso da cifra (29,9%) correspondente a todos os demais produtos de exportação somados, com exceção do açúcar.

Com as atuais instalações, a Fosforita Olinda está prestes a atingir a sua capacidade nominal de produção — 250 000 toneladas de fosfato beneficiado. A empresa está consciente de sua finalidade, ditada pelo papel importantíssimo que os adubos fosfatados irão desempenhar na recuperação da agricultura brasileira. Por isso mesmo, traçou um plano de ampliação que acompanha de perto as necessidades do país no setor de fertilizantes.

Dez anos de prospecção e pesquisas; três anos de intenso planejamento técnico; os longos trabalhos de montagem de suas instalações; os dois anos e meio de funcionamento industrial — são esses os complexos elementos que, no campo da produção nacional de fertilizantes, constituem um novo acervo de experiência a ser ainda utilizado em mais amplas realizações, em harmonia com as crescentes necessidades do país.

Hoje, quando tão acertadamente se proclama a valia do "knowhow" e a importância da técnica a serviço da produção, a experiência acumulada pela Fosforita Olinda é, no melhor sentido, capital imediatamente disponível e aplicável em outras e maiores realizações no ramo de fertilizantes.

Se a estes aspectos altamente positivos juntarmos o comportamento de nossos mercados de consumo, do qual ressalta o crescimento dos nossos índices de adubação, seria mesmo difícil, no caso da Fosforita Olinda, justificar a estagnação de suas atividades no nível que tão rapidamente alcançou. O programa de expansão da empresa parte do reconhecimento deste último fato.

A Fosforita Olinda concluiu pesquisas e estudos que levaram, no curso dos últimos 4 meses, à elaboração de um projeto detalhado de ampliação industrial, visando ao aumento da sua produção de 250 mil para 350 mil toneladas de fosfato concentrado.

O plano em vista tem por objetivo permitir, à base de complementação de algumas das instalações em funcionamento, o aumento de 40% na capacidade produtiva, sem que isso exija inversão financeira proporcionalmente idêntica ao vulto das imobilizações atuais.

O programa em vista foi recentemente submetido à consideração da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste — SUDENE e ao Banco do Nordeste do Brasil S. A., órgãos cuja cooperação está sendo

solicitada para assegurar a realização do projeto, através de adequada assistência financeira, em caráter complementar, inclusive no tocante à obtenção de aval a financiamento estrangeiro já obtido e destinado à importação de parte do equipamento necessário.

E — O CARVÃO NACIONAL E AS USINAS SIDERÚRGICAS

A necessidade de um reajustamento na política carvoeira nacional, a fim de adaptá-la a realidade nova que resultará do advento de outras indústrias siderúrgicas a coque metalúrgico, foi ressaltada em recente conferência promovida em São Paulo, pelo Centro Morais Rêgo.

Destinou o Centro o terceiro dia da "Semana de Estudos dos Problemas Minero-Metalúrgicos" ao debate dos problemas do carvão, levando a São Paulo o presidente da Comissão Executiva do Plano do Carvão Nacional (CEPCAN), orientador da política governamental neste setor, engenheiro Anibal Alves Bastos, além de mineradores de carvão e industriais. O referido técnico fez ampla exposição das medidas do Plano para racionalizar a extração do carvão em nosso país, em especial para o atendimento das crescentes necessidades de nossa siderurgia.

Em seguida, o diretor industrial da Companhia Siderúrgica Nacional, fez um pronunciamento sobre o mesmo problema, apresentando-o à luz da experiência de Volta Redonda, que é a única usina siderúrgica de grande porte, no Brasil, que emprega carvão metalúrgico no processo de redução do minério de ferro, em seus Altos-fornos.

O pronunciamento do Diretor de Volta Redonda, que transcrevemos adiante, é otimista, em vários pontos, quanto as possibilidades do nosso carvão, mas não deixa de revelar preocupação por um problema dos mais angustiantes, que aflige não apenas a CSN, como a totalidade dos mineradores de carvão — a inexistência de mercado consumidor para o produto secundário, chamado "carvão de vapor", que resulta do beneficiamento do carvão metalúrgico de Santa Catarina. Este problema tende a agravar-se porque novas siderúrgicas estão a caminho e vão necessitar de maiores quantidades de carvão metalúrgico, o que, por sua vez, gerará maior produção de carvão de vapor, sem mercado à vista.

Foi o seguinte o depoimento do representante da CSN:

Desde o início da operação de sua Usina de Volta Redonda, vem a Companhia Siderúrgica Nacional empregando, na produção de coque metalúrgico, carvão de Santa Catarina, cujo consumo vem crescendo, ano a ano, pelos sucessivos aumentos de produção da Coqueria.

Minerando apreciável proporção do carvão que utiliza, beneficiando sua totalidade e sendo a única usina siderúrgica que, no país, emprega coque mineral, a CSN, nestes quinze anos, teve que enfrentar muitas dificuldades técnicas e, mormente, condições econômicas adversas, conseqüentes, todas elas, direta ou indiretamente, da qualidade, sabida-

mente inferior, da hulha nacional. Ao ver apresentarem-se para iniciar suas atividades industriais novas usinas de aço que, como nós, deverão empregar em parte carvão nacional, é com satisfação que a CSN põe-lhes ao dispor a experiência acumulada nestes árduos anos de luta em prol do carvão nacional, cujo único consumidor firme e crescente até agora tem sido Volta Redonda.

Hoje não pode haver mais ilusões quanto à substituição do carvão pelo óleo nas instalações térmicas móveis: locomotivas e navios. A indústria carbonífera nacional sempre faltou estabilidade, em parte pela ameaça, que se vem concretizando, de desaparecimento do mercado para carvão de vapor. As perspectivas para a indústria do carvão, com o aparecimento de novos grandes consumidores para carvão metalúrgico, são, assim, as mais alentadoras. Ao lado dessa sensação de segurança é preciso, no entanto, que a indústria extrativa não se deixe imbuir pela noção de que a siderúrgica nacional a coque tem por destino e obrigação consumir carvão nacional a qualquer preço.

O Plano do Carvão Nacional estudou a racionalização dos métodos de lavra e implantou mecanização racional em duas minas. Infelizmente não dispôs o Plano do Carvão de meios para terminar a importante missão de racionalizar e mecanizar as lavras, visando ao barateamento da produção. Envolvido pela inflação, o preço do carvão nacional subiu a níveis tão altos que, a continuar nessa marcha, somente a proteção assegurada pela Lei de Tarifas, será capaz de impedir grande aumento na importação de carvão estrangeiro e a conseqüente crise na indústria nacional.

(1) *Carvão e Siderurgia*

É imperativo que, na solução do problema colaborem os interesses em jogo: dos mineiros, dos industriais da mineração, da entidade beneficiadora, das Companhias que cuidam do transporte e dos consumidores. Duas indústrias encontram-se lado a lado e precisam marchar juntas para o progresso econômico do país: a siderúrgica e a carbonífera.

Certos aspectos da política carvoeira nacional bem como alguns dispositivos legais, estão a exigir modificações, visando a adaptar a legislação às novas condições que surgirão com a entrada, no mercado metalúrgico, da Cosipa, Usiminas, Ferro e Aço e outras novas usinas.

O aumento de demanda do carvão metalúrgico provocará, de qualquer forma, um aumento de produção das minas catarinenses; não deve ser olvidado, no entanto, que, sem que tal expansão seja orientada e financiada convenientemente, ela será obtida a alto custo, pela incentivo dos atuais métodos manuais de lavra, com exagerado emprego de mão-de-obra, resultando daí uma produção antieconômica e uma região socialmente intranquilha. Excetuando as lavras a céu aberto da CSN, a Treviso, adequadamente equipadas, as minas mecanizadas da Próspera e mais uma ou outra mina de subsolo de fraco índice de mecanização, re-

presentando um total, pela produção atual, de uns 40% da exportação da bacia, todo o resto da mineração de Santa Catarina necessita sofrer radical modernização. Enquanto esta não se realizar, a indústria nacional de carvão, para fins siderúrgicos ficará assentada em bases precárias, necessitando de permanente proteção econômica do Estado e sem jamais poder firmar-se como atividade remuneradora, de iniciativa privada.

Nossa convicção é de que o problema do carvão catarinense tem agora possibilidade de solução e que nesta deverão colaborar, no seu próprio interesse, as companhias siderúrgicas, que representam o mercado firme e crescente que faltava ao carvão. Equacionado o problema pelos mineradores e pelas usinas de aço, caberá ao governo retomar posição para sua solução à semelhança do que foi feito em 1950, quando estudado o Plano do Carvão Nacional, cuja reformulação deverá ser agora feita em bases atualizadas.

É justo salientar que bastante foi feito pelo Plano do Carvão para a solução do problema: este, agora, apresenta-se bastante mais claro que há dez anos atrás.

Com a colaboração de técnicos estrangeiros, o Plano fez estudar o problema da mecanização em subsolo e uma Companhia subsidiária nossa, a Próspera S. A., chegou pela mecanização de sua lavra a um preço de custo substancialmente reduzido. Técnica semelhante aplicada às outras minas subterrâneas, que dispusessem dos meios financeiros para equipar-se, poderia reduzir da mesma forma seu custo de produção.

A CSN e a Treviso adquiriram, com apoio do Plano (a Treviso mediante atraente financiamento) — equipamento para exploração a céu aberto, possante e moderno, capaz de extrair grandes tonelagens, por preço bastante inferior ao vigente atualmente.

(2) Problema de beneficiamento

O problema do beneficiamento, cuja definição é capital para a economia da indústria, muito progrediu nestes últimos anos. Em Capivari obtemos hoje rendimentos bem mais altos e as novas siderúrgicas irão beneficiar-se desta experiência ao terem que decidir sobre a lavagem do carvão que vierem a adquirir para atender às suas necessidades. A criação, por iniciativa do Plano de Carvão Nacional, da Sociedade Termelétrica do Capivari (Sotelca), para a qual fez a CSN vultosa contribuição financeira, assegurará escoamento para grande parte dos carvões residuais produzidos juntamente com o metalúrgico. O início de operação da SOTELCA está, agora, previsto para princípio de 1952. Sem esta termelétrica o carvão metalúrgico estará — dentro em pouco, gravado quase integralmente com o custo do carvão de vapor residual inaproveitado, de vez que o mercado das Estradas de Ferro desaparece. Deve-se cogitar, desde já, de ampliar a potência da Sotelca além dos 100 000 kW com que se iniciará esta Usina; sem essa ampliação, ver-se-ão, os fu-

turos consumidores de carvão metalúrgico, a braços com o mesmo problema, com que ora se defronta a CSN, da inexistência do mercado para o carvão secundário de vapor.

O problema particular da CSN quanto ao carvão nacional está resolvido: em breve, estaremos preparados para produzir quase todo o carvão bruto de que necessitamos. Em Capivari, dispomos de instalações de beneficiamento que atendem à nossa necessidade em metalúrgico e as Termelétricas locais, incluindo a Sotelca, poderão consumir o carvão de vapor residual correspondente a essa produção.

A CSN não tem excesso em capacidade de extração de carvão com que pudesse atender a qualquer demanda além de suas próprias necessidades; efetivamente, durante algum tempo ainda compraremos carvão.

Para o problema a lavagem acreditamos existir uma solução cuja execução dependerá, em parte, da CSN e em parte dos mineradores, solução que oferecerá aos consumidores o melhor compromisso entre a recuperação do carvão metalúrgico e o real mercado de carvão residual.

No tocante ao transporte, a colaboração da CSN traduz-se pela disponibilidade de nossa frota marítima, com capacidade para mais de um milhão de toneladas anuais de carvão entre Henrique Lage e os portos de Santos, Angra e Vitória, inexistindo, assim, problema de transporte marítimo.

AVISO AOS REPRESENTANTES

O livreto, "Sistema de Prefixos Numéricos em uso no Exército", do Ministério da Guerra, edição de 1957, publica as instruções reguladoras que atribuem à "Defesa Nacional" o prefixo n. 228 como consignatária consoante a legislação em vigor.

O desconto mensal de Cr 20,00 a nossos assinantes, fica assim com seu amparo legal.

BODAS DE PLATINA DA "ESCUELA SUPERIOR DE GUERRA" DA REPÚBLICA ARGENTINA

Ao ensejo do transcurso do cinquentenário da Escola de Comando e Estado-Maior das Forças Terrestres Argentinas, ocorrido no corrente ano, é com a mais grata satisfação que "A DEFESA NACIONAL" se congratula por efeméride tão expressiva para aquela República irmã.

O auspicioso acontecimento transcende o âmbito de interesse nacional para envolver, igualmente, as demais comunidades sul-americanas, que vêem, como o Brasil, a importância fundamental do fortalecimento dos ideais democráticos como o alicerce do Mundo Livre.

A relevância dos serviços prestados pela "ESCUELA SUPERIOR DE GUERRA" argentina é, assim, reconhecida e festejada pelos militares brasileiros que integram a Direção e o Corpo Redatorial desta Revista Militar, os quais, homenageando os irmãos militares argentinos, se rejubilam pela trajetória sempre ascendente daquele alto Instituto de Estudos Militares.

II — A TERRA DO SOL

BILL PROCHNAU (*)

Há apenas meio século, o homem não havia penetrado ainda nos ermos do Alaska que rodeiam o Monte McKinley. Ainda depois de haver o Congresso dos Estados Unidos instituído, em 1917, um parque nacional na região, esta permaneceu desconhecida, em virtude das dificuldades de acesso. Mas, agora, uma estrada de terra serpenteia numa extensão de 270 quilômetros, levando à região e atravessando-a. Essa estrada custou sete anos para ser construída e dela um velho pioneiro do Alaska ainda diz: "Andei com sapatos de neve por ali, antes mesmo de sonhar-se em abrir uma estrada de rodagem por aquelas bandas, e juro que isso é absolutamente impossível".

O esforço empregado na abertura da estrada aumentará um pouco o copioso estoque de histórias que já enriquece a zona do parque. Trata-se, de fato, de um país de lendas. Os índios lhe chamavam a "Terra do Sol", e a sobranceira montanha, a mais alta do continente norte-americano, tinha o nome de **Denali**, que quer dizer "Poderoso". Acreditavam os índios que o sol — o qual, durante o longo verão ártico, nasce e se põe por trás do Monte McKinley — ressuscitava e morria todos os dias na montanha. Não há notícia de que hajam vivido no local onde fica hoje o parque propriamente dito; na maioria, contentavam-se em ver à distância as suas inóspitas encostas. Mas, muitas vezes, em suas caçadas do verão, chegavam bem perto do sopé da montanha, que veneravam. Mitos se geravam no curso dessas expedições. Nas aldeias, as histórias do "Poderoso" eram transmitidas de pai a filho, através das gerações.

Os turistas, que têm ido parar no parque aos solavancos, pela Estrada de Denali, de nome tão justo, desde 1957, e com todo o conforto a partir do ano passado, são de parecer que a tradição dos índios ainda se justifica. O sol parece ressuscitar ali durante o fim do verão, quando a vegetação dos altos platôs cintila com o esplendor do outono. O musgo esponjoso da tundra ondulante é um oceano estriado de vermelho, amarelo, alaranjado e verde. As montanhas mais baixas, meros contrafortes à sombra da Cadeia do Alaska, embora alcancem altitudes de 1.500 metros, despedem reflexos bronzeados, dourados e cinzentos. Logo abaixo da linha de vegetação, que fica a 900 metros

Bill Prochnau fez parte da redação do "News", em Anchorage, Alaska. Atualmente, é colaborador avulso de vários jornais.

naquelas frígidas latitudes, o amarelo vivo dos salgueiros é, de quando em quando, interrompido pelo verde dos abetos anões. Os caribus, seguindo trilhas desconhecidas, que são o desespero das autoridades da caça, fazem paradas na sua migração, para pastar ao lado da estrada do parque; nas alturas remotas, rebanhos da espécie, que chegam aos milhares e até às dezenas de milhares, ainda se expandem. Os alces erguem a cabeça majestosa por entre os salgueiros, enquanto o urso cinzento vasculha a tundra, à procura das últimas bagas do verão. Dominando tudo, do alto dos seus abrigos rochosos, bem acima da sinuosa estrada de terra que atravessa metade do parque, vivem os altaneiros cabritos monteses.

Mas, como faziam os índios, os primeiros brancos, que chegaram em busca do ouro no princípio deste século, conservaram-se à distância da região de Denali. A trilha do ouro, que ia do porto de Valdez para a cidade de barracas, em pleno surto de Fairbanks, contornava McKinley, deixando a montanha e o local onde hoje está situado o parque completamente isolados e quase inexplorados. Como no tempo dos índios, esse isolamento deu origem a lendas. As poucas pessoas que se internaram na região, nos primeiros tempos do Alaska, voltavam de lá contando invariavelmente uma ou duas histórias inesquecíveis. Algumas eram verdadeiras; outras, padeciam do exagero que tornou famosos os pioneiros do Alaska e houve ao menos uma que pode ser considerada a maior mentira já aceita por um povo crédulo. Todas elas mostram que a história do parque rivaliza em colorido com o aspecto da tundra no outono.

Até chegar em cena o bem-falante e simpático Dr. Frederick Cook, apenas raras expedições de caráter científico tinham sido realizadas na região. Antes de acabar o século, o Dr. Cook fizera uma tentativa mal sucedida, mas arrojada, de exploração na Antártica, o que lhe dava alguma proeminência profissional e emprestava um ar de veracidade às suas palavras. O Monte McKinley, que ainda não fôra escalado, imediatamente lhe prendeu a atenção. Partiu em 1903 com um grupo de três pessoas, atravessando a pantanosa tundra, que agora enche de admiração os turistas do parque. Da base da montanha, um platô coberto de musgo a 750 metros de altitude, iniciaram a conquista da branca massa de escarpados paredões de gelo e grandes geleiras, que se elevavam quase a 5.400 metros acima deles. Subindo, sem guias, a montanha que ainda não fôra detalhada nos mapas, fizeram muito em atingir a marca dos 2.400 metros. Nesse ponto, um grande abismo e o inverno que se aproximava interromperam os seus esforços.

Em 1906, o persistente Dr. Cook fez nova tentativa. Dessa vez, alegou haver chegado ao alto da montanha e apresentou fotografias como prova. A sua afirmação mereceu crédito. As sociedades de geografia do mundo inteiro saudaram o fato como a maior façanha do ano. E de fato o seria... se ele a tivesse realizado. Três anos depois, um seu companheiro confessou que tudo não passara de gigantesca impostura. Não haviam feito a ascensão e as fotografias tinham sido tiradas numa serra de 2.400 metros, a 35 quilômetros da montanha.

Muita gente, porém, continuou a ter fé em Cook, que descrevera detalhadamente a sua viagem. Só em 1956 é que Bradford Washburn, um montanhista veterano, provou com fotografias que Cook nunca estivera nem perto do cume do monte. Mas, velhos conhecedores de Denali dizem ainda que nunca poderão ter certeza de que ele tenha ou não estado no cimo do mundo — e olham respeitosamente para centenas de quilômetros de neves perpétuas e de gelo, e para a tundra dourada a ondular em baixo, como um grande campo de feno do Médio Oeste.

Mas a história clássica de ascensão do parque gira em torno de dois ousados pesquisadores de ouro, os quais juraram que o primeiro homem que pusesse o pé no alto do Monte McKinley seria natural do Alaska e, depois, escalaram, mas não escalaram a montanha. Hoje, a sua façanha de pioneiros é chamada simplesmente a "Ascensão dos Mineiros".

Tudo começou, como muitas outras lendas do Alaska, num salão de bebidas. Vários pesquisadores de ouro se divertiam num frio dia de janeiro, no ano de 1910. Como em quase todas as conversas daquela época, acabaram falando na questão da escalada de Cook. Alguns descrentes resolveram provar, sem sombra de dúvida, que Cook não passava de um conversa-fiada. Declararam-se, ainda mais, dispostos a prová-lo da maneira mais positiva possível, isto é, escalando a montanha. Quando o homem do bar propôs uma aposta de 1.500 dólares, eles resolveram pôr-se a caminho, quer tivesse sido essa a sua intenção primitiva, quer não.

Os aventureiros foram de trenó de Fairbanks a Kantishna, aldeia de mineiros que fica onde termina hoje a estrada do parque. Havia procurado ouro durante anos nas colinas em torno de Kantishna, e bem sabiam o que iam encontrar. Ainda era inverno no parque, e aos seus pés o gelado Lago Maravilha se confundia com as pequenas colinas cobertas de neve que se estendiam até Thorofare Bar, vale que abre agora aos motoristas a esplêndida vista da Geleira Muldrow, perpétua e ativa. Do outro lado, elevavam-se os contrafortes da Cadeia do Alaska e o seu monarca, o Monte McKinley.

A improvisada expedição iniciou-se com seis pessoas, mas duas delas se desligaram do grupo depois de uma discussão. Os quatro restantes iniciaram a lenta marcha para o alto, através de geleiras e campos de gelo. Outro desistiu e, mais tarde, a 4.800 metros, mais outro. Só ficaram em campo os obstinados Pete Anderson e Bill Taylor. Anderson e Taylor, que nunca tinham estado sequer na montanha ainda invicta e, ainda menos, tinham pensado em conquistá-la, não quiseram amarrar-se com cordas, e resolveram que cada qual cuidaria de si nos 1.200 metros que faltavam. Não talharam degraus no gelo, mas adaptaram aos sapatos toscos ganchos de ferro para a subida. Logo depois de ficarem sôzinhos, cometeram o erro que frustrou todas as esperanças que porventura tivessem de ganhar fama eterna nos anais do montanhismo.

De onde estavam, não podiam saber qual dos dois picos gêmeos da montanha se elevava de fato aos famosos 6.187 metros do Monte McKinley. Sabiam, porém, que só o que fica ao norte podia ser visto de Fairbanks, onde estavam os seus amigos. Chegaram, em vista disso, a uma decisão rápida, e venceram as últimas dezenas de metros... para o pico errado. Ali plantaram um poste de mais de quatro metros, que haviam apanhado de passagem na linha de vegetação, cerca de 4.800 metros abaixo, coisa que só por si já era uma façanha. Calculavam ingenuamente que o seu poste pudesse ser visto com óculos de alcance de Fairbanks, a 150 quilômetros de distância, para provar o que haviam conseguido. É escusado dizer que o poste não foi visto, e que só os bêbelos inveterados acreditaram nas alegações que os dois faziam pelos bares. Mas, três anos depois, Harry Karstens, conhecido pelos veteranos do Alaska apenas como o "Homem das Setenta Milhas", e um ministro da Igreja Episcopal, Hudson Stuck, conseguiram ser os primeiros a escalar o verdadeiro pico. Um pouco abaixo, no pico norte, viram o danificado poste de abeta ainda de pé, no lugar onde os duros mineiros o haviam plantado. Diga-se de passagem que Stuck ganhou a alcunha de "Aquidiácono do Yukon", e se tornou famoso pelas suas explorações no interior do Alaska.

Karstens, que chegou ao Klondike em 1897, contando apenas dezoito anos de idade, tornou-se no Ártico um tipo de herói de romance. Mais tarde, foi o primeiro diretor do Parque Nacional do Monte McKinley, onde dava guarda àquelas ermas paragens da maneira rude que era necessário a todos adotar no primitivo Alaska. Impunha multas por caça proibida tanto a amigos quanto a inimigos; fazia jovens candidatos ao pôsto de guardas realizarem viagens de patrulha de uma semana, em território ainda não desbravado, a título de "exames"; resolvia as questões, com os subordinados ou com pessoas estranhas, a brago, à moda da fronteira, nos fundos da cabana de troncos que lhe servia de escritório, e explorava o seu domínio de oito mil quilômetros quadrados a pé, a cavalo e em trenó.

Ele, entretanto, para tornar-se uma figura lendária, tomara, muito antes disso, aqueles perigosos caminhos. Em sua mocidade, durante a Corrida do Ouro, ganhara a vida transportando abastecimentos através do Desfiladeiro de Chilkoot, famoso caminho bloqueado pela neve, pelo qual milhares de pesquisadores de ouro se derramaram pelo Klondike. Se muitos anos de peripécias nos campos de mineração, e de desbravamentos com as suas juntas de cães, não fizeram de Karstens um personagem favorito das histórias que se contavam à beira do fogo nos acampamentos, um fato ocorrido na região chamada das Setenta Milhas, que ficava para o interior, provavelmente nas vizinhanças de Fairbanks, bastou sem dúvida para isso. Foi o que deu origem à sua alcunha. Numa noite de inverno, estava ele acampado naquela desolada região, quando acordou de repente, para ver envolta em chamas a barraca em que dormia. A temperatura havia caído a 40 graus abaixo de zero e Karstens ficou apenas com o macacão de lã com que estava dormindo e com o seu trenó e uma junta de cães. Embrulhando-se



O Rio Nenana serpenteia através da floresta virgem engalanada com o colorido do outono.

em alguns pedaços de lona do trenó, viajou quase 50 quilômetros até a cabana mais próxima, correndo ao lado do trenó para livrar-se de ficar congelado.

Em 1923, dois anos depois da nomeação de Karstens para diretor e único empregado do parque, a Estrada de Ferro do Alaska, cuja linha singela vai de Seward, no litoral, a Fairbanks, passando por Anchorage, ligou o parque ao mundo exterior. A princípio, a ligação ferroviária levou poucos turistas a McKinley, mas, ainda assim, se tornou evidente que era preciso abrir uma estrada por dentro do parque. Em 1924, homens, cavalos e um equipamento primitivo começaram a rasgar a estrada de 147 quilômetros, que vai da sede do parque à cidade morta de Kantishna. Essa estrada está hoje ligada à auto-estrada de Denali. Em 1928, depois de terem sido construídos 55 quilômetros da estrada do parque, nos desertos platôs, e de haver Karstens estabelecido as bases do que é hoje a maior atração de parques naturais dos Estados Unidos, o "Homem das Setenta Milhas" se afastou da zona do McKinley para ir dedicar-se aos negócios em Fairbanks.

Mas, muitos anos antes disso, em 1914, um pioneiro de espécie diferente batalhou para tornar o parque conhecido do público. Poucas pessoas, ao verem o quadro que mostra a face sul do Monte McKinley, na "National Gallery", de Washington, sabem que o pintor que o fez, Sidney Laurence, levou um ano executando desenhos do enorme pico, indiferente ao frio do Ártico, que os médicos diziam dar o cabo dele.

Laurence, que já era um artista bem conhecido e com um quadro no museu do Louvre, antes de ir para o Alaska no começo do século,

abandonara a pintura para consagrar-se à mineração do ouro. Mas, não foi dos muitos que se tornaram ricos num golpe de sorte. De volta de uma expedição sem resultado, caiu na água gelada quando tentava chegar à terra com seu pequeno barco, durante uma tempestade de inverno em Cook Inlet. Horas depois, encharcado e enregelado, chegou a uma aldeia indígena a muitos quilômetros de distância. Quando a tempestade amainou, dias depois, os índios o levaram de barco para o hospital em Valdez, onde passou meses de cama, negando-se obstinadamente a consentir que os médicos lhe amputassem os braços e as pernas. Quando finalmente deixou o hospital, disseram-lhe que se ficasse exposto a temperatura abaixo de zero isso lhe seria certamente fatal.

Mais uma vez uma lenda teve origem num salão de bebidas. Parece que Laurence queria mesmo passar a sua convalescença no "Seattle", em Valdez. Uma noite, depois de falar no bar a respeito dos quadros que podia pintar, alguns mineradores seus amigos fizeram-lhe um financiamento de quatrocentos dólares. Receando que eles mudassem de idéia quando estivessem no seu juízo perfeito, Laurence partiu da cidade logo que amanheceu.

De Seward, onde comprou os víveres e o material de que precisava, partiu sozinho, de trenó, para Susitna, numa viagem de 300 quilômetros, no rigor do inverno. Ali fez novas compras e viajou mais 300 quilômetros para a base da montanha. Depois de limpar da neve, que chegava a quase dois metros e meio de altura, um grande espaço para fazer o seu acampamento, repetiu a viagem que durava meses até Seward, ida e volta, para apanhar as tintas que mandara buscar. Em seguida, quando o verão revelou o esplendor dos platôs e o parque renasceu com o seu colorido, Laurence fez quarenta esboços a óleo da montanha.

Teve de esperar a neve para poder voltar. Durante o inverno a viagem de trenó é penosa, mas no verão é quase impossível. O musgo da tundra é espesso e esponjoso, e quem por ele tem viajado diz que equivale a andar por cima de um colchão de penas. De volta a Valdez, Laurence passou o resto do inverno no "atelier", fazendo quadros com base em seus esboços.

A medida que o parque se desenvolveu, apareceu por lá uma espécie de homem diferente — não menos resistente, mas capaz de planejar e realizar, de preferência a fazer obra de simples pioneiro. Um exemplo típico foi Grant Pearson, baixo e musculoso homem de vida ao ar livre e de maneiras delicadas, que deixou o parque como diretor em 1956, depois de ali haver passado trinta anos. Como o "Homem das Setenta Milhas", foi um dos poucos que escalaram a montanha.

Dirigiu também várias expedições de salvamento, inclusive uma em que comandou quarenta e quatro homens, numa tentativa infrutífera de trazer do alto da montanha os corpos de dezenove vítimas de um desastre de aviação. Pearson admirava tanto o parque que há

alguns anos construiu uma pequena cabana de troncos, logo depois dos seus limites, perto do fim da estrada. Os caribus passam a poucos metros da pitoresca cabana, a poucos minutos de distância é possível pescar trutas de 60 centímetros e o seu amado Monte McKinley domina o horizonte. Ali pretende ele passar os verões, escrevendo uma história do parque, para dizer as coisas que só ele conhece. De fato, qualquer pessoa que procure informações sobre o parque é encaminhada diretamente a Pearson. Recordar-se ele de que em 1926, seu primeiro ano ali, houve apenas 56 visitantes. No ano passado, com a estrada aberta, 25.880 pessoas estiveram por lá.

Para os construtores da estrada, o Departamento de Estradas e a firma Smith, Brown & Root, Inc., de Anchorage, o empreendimento que levou sete anos apresentou dificuldades sem precedentes. No sub-ártico Alaska, grande parte do solo nunca se degela, e debaixo da camada de solo superficial, de trinta a sessenta centímetros de espessura, fica uma mistura de terra, pedras e gelo, massa congelada que se assemelha ao mais resistente concreto. Para abrir cortes pelas colinas e nivelar as subidas, o leito da estrada teve de ser desembaraçado do seu solo superficial, a fim de que as camadas profundas fôssem expostas ao sol até se derreter. Peter J. Bagoy, que dirigiu para o governo a construção do trecho de 100 quilômetros dos limites do parque até a ponte do Rio Susitana, referiu-se a uma obstinada colina que resistiu durante três anos, apesar dos contínuos esforços de degelo e raspagem. Em certa ocasião, durante o degelo anual da primavera no Rio Nenana, duas pontes de madeira solidamente construídas foram arrastadas juntamente com o gelo.

— Sumiram por completo, disse Bagoy. — Nunca mais vimos um só pedaço de madeira dessas pontes.

As pontes foram substituídas pelas estruturas de aço ora existentes.

Assim, a civilização está progressivamente chegando ao Parque Nacional do Monte McKinley e o tempo em que homens como Kartens e Pearson patrulhavam em trenó mais de trinta mil quilômetros de terras selvagens pertence ao passado. Numa das extremidades da Estrada de Denali, o Hotel do Monte McKinley, ao lado da estação ferroviária, já proporciona confortáveis acomodações aos turistas. Na outra extremidade, John Windust, antigo minerador que possui a mais velha cabana no caminho da corrida do ouro de Valdez, hoje uma auto-estrada, está quase concluindo o novo Hotel Paxson, que custou 300 mil dólares. Pearson está pensando em abrir em Kantishna um estabelecimento para viajantes, o qual funcionará dia e noite. E, com o tempo, tanto a Estrada de Denali quanto a Estrada do Alaska serão inteiramente pavimentadas, desde Seattle e Great Falls, no Estado de Montana.

Mas, a apenas um metro mais ou menos do leito da estrada, fica intacta a mesma natureza que o "Homem das Setenta Milhas" encontrou há meio século.

"A DEFESA NACIONAL"

CORPO DE REDADORES PARA 1961

REDATOR-CHEFE — Coronel Ayrton Salgueiro de Freitas

COORDENADORES :

Cel Golbery do Couto e Silva	Assuntos Militares
Cel-Av Délio Jardim de Matos	Aeronáutica
Ten-Cel Hugo de Andrade Abreu ..	Exército
Cmt J. A. Carneiro de Mendonça ...	Marinha
Ten-Cel Carlos de Meira Mattos ...	Guerra Revolucionária
Ten-Cel Waldyr da Costa Godolphim	Geografia
Ten-Cel J. R. Miranda Carvalho ...	História
Ten-Cel Celso dos Santos Meyer ...	Caso de Espionagem
Ten-Cel Octavio Tosta	Geopolítica
Ten-Cel Mário de Assis Nogueira ..	Psicologia
Ten-Cel Ézio de Melo Alvim	Ciência e Técnica
Ten-Cel Danilo da Cunha e Mello ..	Candidatos à EsAO
Maj Adyr Fiuza de Castro	Engenhos-Foguetes e Satélites
Maj Amerino Raposo Filho	Doutrina Militar Brasileira
Maj Leopoldo Freire	Assuntos Diversos
Maj Germano Seidl Vidal	Candidatos à ECEME
Maj Ivan de Souza Mendes	Liderança
Maj Confúcio Pamplona	Guerra Atômica
Maj Dario Ribeiro Machado	Nossas Guarnições Militares
Cap-Ten Ayrton Brandão de Freitas	Ed. Física e Desportos
Cap Diógenes Vieira Silva	Guerra Química

HISTÓRIA

Coordenador: Cel AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS

ESTIGARRIBIA, O SOLDADO DO CHACO

O presente artigo é, praticamente, uma condensação do excelente trabalho do Sr. Pastor Benítez: "Estigarribia, El Soldado do Chaco".

Cel CAMPOS DE ARAGÃO

O FILHO DOS TRÓPICOS

De tradicional família espanhola que se mesclara com os guaranis da terra colorada, nasceu José Felix Estigarribia a 21 de fevereiro de 1888, em Caraguatay. Criou-se como os meninos do campo, ao contato da natureza, explorando a selva para perseguir passarinhos, aprendendo a nadar na correnteza dos córregos, fortalecendo-se em longas caminhadas de pés descalços e montando cavalos em pêlo. Aguçava, assim, os seus sentidos e consolidava sua saúde de filho dos trópicos. A segunda parte de sua meninice viveu em Capiatá. Foi daí que numa manhã de 1903 partiu cheio de esperança para Santíssima Trindad, com destino à Escola de Agricultura. Sendo agricultor o seu pai justifica-se que os seus primeiros ideais fôssem voltados para a agronomia.

Ia confiante. Mas o destino lhe reservava outra senda. Trinta anos mais tarde, em vez de administrar uma granja, comandava o Exército paraguaio, na dura guerra do Chaco. Não com o arado mas com a espada havia de glorificar o solo guarani.

A TERRA DE ESTIGARRIBIA E SUA GENTE

Tem o Paraguai muita coisa da Espanha. E tal não podia deixar de acontecer: sangue ibero mesclado com o sangue guarani. O espírito de seu povo reflete o meio geográfico em toda sua intensidade. O pa-

raguaio não é um homem musculoso mas sim ágil e resistente. Perspicaz, conquanto pouco inventivo, seus valores sociais são quase todos heróicos ou sentimentais.

Terra de clima suave no inverno é também suportável, no verão, A situação mediterrânea reflete-se sobre o homem, como se o fizesse a sua semelhança. Dir-se-ia tornando-o desconfiado, um homem de terra adentro. Talvez este encravamento no centro do continente seja um dos fatores responsáveis por ter vivido o Paraguai no meio de convulsões internas. Não se pode negar que sua vitalidade supera os seus tropeços. Indiscutivelmente, o Paraguai é um país superior ao seu destino. Um povo em evolução. Contudo, é uma nação sã e vigorosa, muito prometendo para o futuro não longínquo.

Lz.

HISTÓRIA DRAMÁTICA

O Paraguai se libertou do jugo espanhol por seu próprio esforço. Nasceu, como alguém já disse, sob o signo de Marte. Começou lutando para deter a marcha vertiginosa dos bandeirantes paulistas na sua penetração profunda para o Oeste. Vêm depois os sangrentos encontros com as forças que marcharam de Buenos Aires para anular os arrojos de independência. Mais tarde a fatalidade o leva a mais encarniçada das guerras sul-americanas: a da Tríplice Aliança. E, finalmente, a inevitável tragédia do Chaco.

NA ESTRADA CERTA DO DESTINO

O motim de 2 de julho de 1908, encontra Estigarribia nas ruas de Assunção. Ele se incorpora às Forças revolucionárias. Meses depois ingressava no Exército como subtenente comissionado. Havia, cedo, encontrado a estrada certa do seu destino. Passa a vestir o uniforme que só a morte lho arrancará. Em janeiro de 1911, um novo movimento revolucionário o Paraguai. Em março do mesmo ano Estigarribia é ferido no braço na operação de Estero Bonete. É recolhido ao Hospital Militar. Em agosto está restabelecido e é enviado ao Chile. Ia aperfeiçoar o seu espírito militar, educar-se na disciplina de um exército moderno e adquirir os conhecimentos básicos à sua profissão. No Chile, onde serviu, deixou um nome aureolado pelo seu caráter. Volta à Pátria em 1913. É classificado na 1ª Zona Militar, Concepcion, comandada pelo então Ten-Cel Manlio Schenoni. Graças ao interesse desse chefe foram removidos alguns obstáculos que lhe poderiam ter interrompido a carreira. A 1 de janeiro de 1914 foi promovido a 1º Ten de infantaria. Em 1917 ascende ao posto de capitão. Daí em diante todas as suas promoções conquistadas no campo de batalha.

Novas perturbações da ordem abalam o país em outubro de 1921.

Pouco depois o poder executivo decretou a dissolução do batalhão de guardas Cárceres, centro de intranquilidade pública. O decreto te-

ria quedado nas páginas do "Diário Oficial" se o capitão Estigarribia à frente da Companhia de Sapadores não houvesse de surpresa agido resolutamente e por sua iniciativa. Apresentou-se às 2 horas da madrugada, no quartel da Guarda Cárceres, para cumprir o decreto, em vez de esperar o dia fixado pelo Ministério da Guerra. Estigarribia desarmou a tropa, licenciou os oficiais e consolidou a autoridade do governo.

Um novo levante militar tem lugar em maio de 1922. Estigarribia coopera na Defesa da Capital. Comanda o 2º Destacamento e realiza toda a campanha com brilhantes decisões. Sua atuação culmina no combate de Carmem del Paraná, no qual, pela primeira vez, aplicou a tática envolvente, que tantos resultados lhe valeram mais tarde no Chaco. Com um destacamento de 1.200 homens depois de atravessar várias léguas de picada ataca as forças revolucionárias, maiores em número e potência de fogo, pela retaguarda e inflige-lhes completa derrota. Dir-se-ia que a ação de Carmem del Paraná já continha em germe sua tática Chaqueana: audácia, rapidez e energia nas ações.

A 3 de janeiro de 1923 lhe foi confiada a direção da Escola Militar. Ai levou quase um ano de profícuo trabalho.

PEREGRINAÇÃO PELA EUROPA

Em 1924 foi enviado à França. Ia realizar uma das aspirações de sua juventude. Ampliar sua cultura, aprimorar suas qualidades militares para, enfim, empreender grandes realizações.

Não foi um turista, mas um peregrino curioso, um estudante insatisfeito. Em Paris, seus primeiros serviços foram prestados no 26º Regimento de Infantaria e depois no 8º de Artilharia. Em novembro de 1925 ingressou na Escola Superior de Guerra. Dois anos depois recebia o "brevet" de Estado-Maior.

O Marechal Foch fôra seu professor de Tática Geral. Às vésperas de regressar para a América, Estigarribia visitou Foch para despedir-se e este lhe vaticinou esta sentença: "Major, o senhor chegará a comandar o Exército de seu país".

DE VOLTA À PÁTRIA

Regressou em 1927. Logo que chega é designado subchefe do Estado-Maior. Um ano depois assume a chefia do mesmo órgão.

O Exército começa a compreender que tem em Estigarribia um dos seus expoentes. Cumpre o seu dever sem alardes. Sua espada não faz ruído nem se arrasta ameaçadoramente. Impõe-se cada dia que se passa, pelo equilíbrio de sua atuação na direção de tão alto órgão das classes armadas.

O CHACO

Até 1923 não tinha ainda o Paraguai podido ultimar a delimitação de seu território. Se por um lado desde 1870 com o Brasil e a Argentina tal questão estava praticamente resolvida, com a Bolívia se agravava anualmente a solução.

A partir de 1928, o problema Chaqueano adquiriu atualidade na política internacional americana. O contingente vivia a ilusão da arbitragem, confiado nas soluções jurídicas pois a Liga das Nações conservava a sua fachada.

Sob a orientação do General alemão Hans Kundt a Bolívia mantinha um Exército em moldes modernos e acreditava estar face a uma presa fácil. Com efeito, se não era promissora a situação paraguaia, a Bolívia subestimava, indubitavelmente, o valor de um guerreiro tão tipicamente marcado como sempre soube ser o guarani. Estava mal armado o Paraguai, mas dispunha de moral excelente.

Foi o avanço na direção de Pitiantuta por parte dos Bolivianos que fez explodir as hostilidades bélicas.

O acontecimento encontrou José Estigarribia aguardando o seu afastamento do Exército. Mas, havia o dedo do destino em tudo isto. Em vez do deferimento do seu requerimento deu-lhe o governo o Comando da 1ª Divisão com sede em Puerto Casado. Foi assim, lançado na rota que o levará a imortalizar-se perante a pátria. O seu aspecto pessoal o ajuda pouco para a imponência do espetáculo. Não era marcial, nem prepotente. Inspirava confiança. Não causava essa ebbriez espiritual que faz a áurea dos caudilhos. Homem de verdade não gostava de fanfarronices. Pisava forte, porém pausadamente. Lia a biografia dos grandes guerreiros. Via em Foch o tipo padrão do cabo-de-guerra. Admirava mais San Martin ponderado do que o gênio violento de Bolivar. Porém, este aspecto geral de Estigarribia enganava os que não se detinham para observá-lo. Essa água tranqüila era profunda; mansa como o rio Paraguai, mas caudalosa também. Dentro de sua modéstia ocultava grandes ambições. Seu diário começava com esta sentença notável de Nietzsche "Tem-se que viver perigosamente".

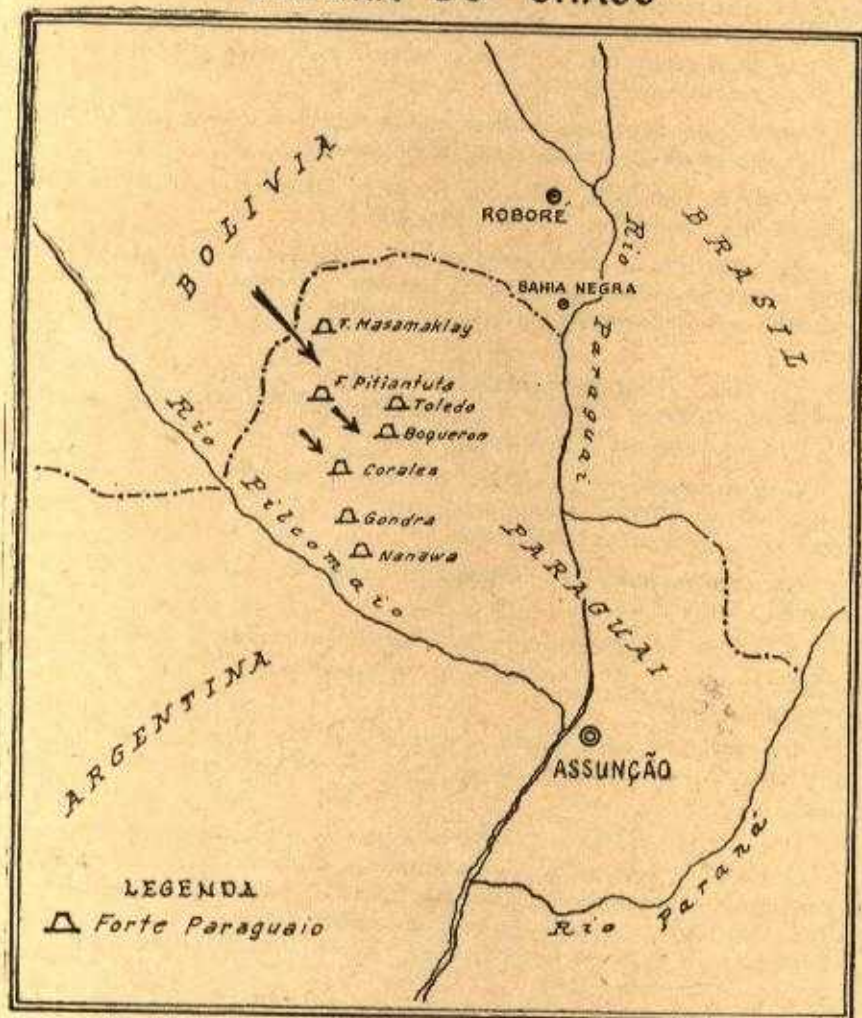
Em 1931 prosseguiram os bolivianos com o seu plano de penetração no Chaco. Ocuparam Masamaklay, o qual denominaram Água Rica. Fig. 1.

Sabedor da nova infiltração boliviana Estigarribia ordena um reconhecimento à força. Há luta, mas os paraguaios são obrigados a voltar. O Comando explica o fato ao governo.

O Estado-Maior aconselha a aceitação dos fatos consumados na espera da ampliação dos preparativos da defesa nacional.

O incidente de Masamaklay quase leva o país a uma revolução, pela verbosidade de alguns patrioteiros mal orientados.

GUERRA DO CHACO



Tudo talvez se tivesse precipitado se Estigarribia não houvesse permanecido leal ao governo e prosseguido trabalhando no preparo dos seus soldados, nos princípios da disciplina.

Os bolivianos não pararam em Masamaklay, a 15 de junho um destacamento de 300 homens ao mando do Major Oscar Moscoso ocupa violentamente o posto paraguaio de Pitiantuta. Um destacamento paraguaio, comandado pelo Capitão Palacios vai desalojar o inimigo. Ataca vigorosamente e consegue expulsá-los, depois de horas duras de luta. Era, realmente o primeiro choque marcante, pois, até então tudo se cingira a troca de ações de patrulhas.

A chancelaria paraguaia denunciou a agressão à Liga das Nações e à Comissão de Neutralidade de Washington.

Alegando represália, a Bolívia ocupa os fortins paraguaios de Corales, Toledo, Roquerón, Falcon e Flórida.

Foi apoteótica a explosão do povo a receber em Assunção a notícia da retomada de Pitiantuba. O Episódio balançou a alma guarani; galvanizou-lhe a vontade de resistir; deu-lhe fé e confiança para a luta.

Em face da atitude francamente ofensiva da Bolívia, resolveu o Presidente Guziari decretar a mobilização geral do Paraguai, autorizado pelo Congresso. Era a guerra aceita.

O novo presidente eleito Dr. Euzébio Ayala não trepida às responsabilidades. Entre os seus primeiros atos está o de confirmar Estigarribia no comando divisionário.

Há novo fracasso das chancelarias americanas no esforço de uma solução pacífica.

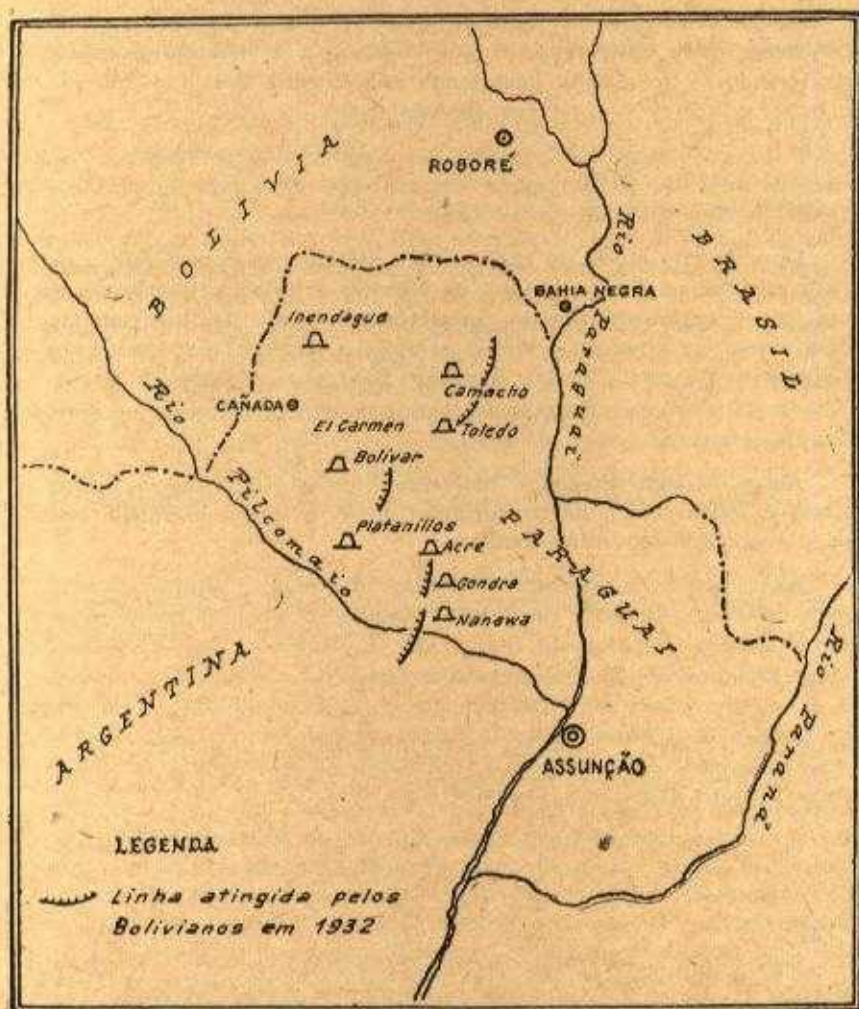
A Bolívia não cede e o Paraguai aceita a contenda. Ambos compreendem que só pela força um dos dois poderá confirmar a sua soberania no Chaco.

Das vertentes andinas vão descer as colunas bolivianas em busca do rio; de Assunção vão partir as hostes de Estigarribia para deter a avalanche inimiga.

Pouco depois havia a Bolívia penetrado profundamente no Chaco. Os seus fortins avançados se denominavam Quatro Vientos, Surpresa, Agua Rica, Aligua, Acre, Platanillos, Castillo, Yugra, Juyucubas, Bolivar, Camacho, toda uma cintura que começava no rio Pilcomayo e deslisava para o Norte em busca da outra linha de penetração que baixava de Roboré, Fig. 2.

Em fins de julho de 1932, Estigarribia tem o seu posto de Comando em pleno coração do Chaco, e um sério problema a resolver, entre as altas patentes do Exército. São duas correntes que se formam quanto ao plano de guerra. Uma quer a defesa do Chaco sobre a costa do Rio Paraguai, outra propõe a defesa ativa, isto é, longe da Costa do rio. A primeira visando conquistar o Chaco depois de

GUERRA DO CHACO



perdê-lo. A segunda, a aceita por Estigarribia, ir ao encontro do inimigo o mais distante possível.

Cultuando uma grande confiança em si mesmo, Estigarribia julgava-se autorizado para planejar as operações do Chaco. Cinco vezes havia percorrido o teatro de operações, desde o Pilcomayo até à Baía Negra, fronteira com o Brasil.

Os grandes êxitos paraguaios, pode-se afirmar, começaram em Boquerón, onde Estigarribia logrou destruir a 4ª Divisão Boliviana, apoderando-se de grande quantidade de Material Bélico e daí pôde marchar até o rio Verde com elevado moral.

No dia imediato ao combate de Boquerón o presidente Ayala chegava de avião ao campo da luta trazendo o decreto da promoção de Estigarribia ao posto de Coronel.

Durante oito meses de 1933 os dois exércitos se entregaram a duros combates, na frente que vai de Nanawa a Toledo. Para Estigarribia êste período serviu para fortalecer o espírito de seus soldados, desgastando o adversário. Foram sempre infrutíferos os assaltos bolivianos a Nanawa, Gondra, Francia, Herrera e Toledo. O General Kundt golpeava incessantemente, mas Estigarribia conhecia os segredos da defensiva.

Assim, quando chegou o momento que as circunstâncias permitiram a Estigarribia tomar a iniciativa das operações não vacilou. Iniciou a sua grande contra-ofensiva.

Agora havia Estigarribia de realizar a grande manobra projetada para destruir o Exército de Kundt, atacando-o em suas posições, que se estendiam de Aliquatá até o Sul de Nanawa. Sem trepidações lança Estigarribia toda sua massa em ação. As circunstâncias exigem. A 10 de dezembro, em excelente manobra de envolvimento no setor de Gondra, Estigarribia assinala ruidoso triunfo manobrando duas divisões adversárias. A 11 dá-se o colapso. Inteiramente cercadas as duas Divisões bolivianas se rendem.

O General Kundt foi retirado do alto do Comando do Exército Boliviano, sendo substituído pelo general Henrique Penaranda. Após tão significativa vitória o Presidente paraguaio promove Estigarribia a General.

Não faltou quem criticasse Estigarribia por não ter aproveitado o êxito de Campo Via, para pôr fim à guerra naquela arrancada. Mas em que pèse estas críticas, não se pode negar que ela foi o maior passo do sucesso final.

Em todo o transcurso da guerra jamais houve qualquer abalo na sua crença e na saúde. Sua autoridade foi se consolidando progressivamente até tornar-se um ídolo dos seus soldados.

Insistem os bolivianos. Uma grande operação põe em curso reunindo material e víveres em Canadá El Carmem.

Há por esta época, no meio internacional, um pessimismo pronunciado quanto às possibilidades paraguaias de conter a nova avalanche inimiga.

Forte pressão é feita ao governo paraguaio. Pela primeira vez é sugerida a idéia de uma reunião de chancelarias de nações não beligerantes numa capital Sul-Americana, para estudar uma fórmula para a paz.

Mas Estigarribia no campo da luta continua ativo. Roca meios, rearticula divisões, não descansa enfim. E assim, a 15 de abril de 1935 em frente a El Carmem tem um Corpo de Exército integrado por 3 divisões e com a possibilidade de reforçá-lo com mais uma divisão. Fixa as forças bolivianas com duas divisões e com duas outras vai realizar propriamente a manobra que o deixaria imortalizado. Lançadas as divisões, tinham, estas, de marchar 40 km no meio de uma selva emaranhada e com dotação escassa d'água. Foi impressionante o esforço da 8ª Divisão, que manobrou pelo Norte enquanto a 2ª procurava o envolvimento pelo Sul. Buscavam fechar em tenazes as forças adversárias em El Carmem. Não mediam sacrifício e em investidas dramáticas chegaram os batalhões mais avançados a cortar, momentaneamente, o caminho para Ururu. A luta se foi encarniçando. A tenaz foi, finalmente, realizada e o cerco se foi apertando, pouco a pouco.

A 16, pela madrugada, cessou o fogo num dos setores. As 9 horas um sargento boliviano trazia a notícia da rendição total. Duas Divisões bolivianas foram aprisionadas.

Logo depois, como consequência da queda de El Carmem, cai Balivian, e, o I Corpo Paraguaio atinge Celina e Corosi.

Estigarribia não está ainda satisfeito e força o II Corpo a se aposar de Irendagué. Aí está a fonte principal de suprimento de água dos bolivianos. Era mais uma empresa audaciosa a realizar. Estigarribia escolhe o Coronel Eugenio Garay para esta missão transcendente. Este feito tornou Garay lendário durante a guerra. A Consecução de Irendagué foi uma etapa de sacrifício às raíças do estoicismo. Foi uma marcha penosa por picadas e areais infintos. Com a bôca seca, lingua para fora, rostos suarentos os soldados pareciam mais alucinados. Três jornadas incendiadas por sol de fogo. A seca tornando-se um fantasma de proporções trágicas. Parecia fatal a dizimação da coluna, não pelo inimigo mas pela sede. O esforço era maior do que o desprendido 13 dias antes em El Carmem. Não falta muito para uma desagregação do destacamento; alguns soldados caíam à margem da estrada, mas cambaleantes se levantavam de novo para prosseguir. Em fila indiana se arrastavam em silêncio, num ar trágico. É então que Garay im-

pelido por um lampejo de chefe autêntico que era, reúne o maior número possível e faz-lhe uma exortação digna dos anais da história de um exército: "Soldados do 40º batalhão, peço a vocês que resistam duas horas mais e iremos juntos morrer em Irendagué". É um apêlo patético mas tem a força superior de por espíritos em brio. E, os soldados voltam a alçar os fuzis e metralhadoras já lançadas ao solo.

Em vez de arrogante ordem, este conhecedor profundo de restos humanos pede numa frase que galvaniza aqueles músculos cansados, aquelas línguas secas, aqueles semblantes desfigurados. A coluna fôra sacudida; concentrou suas últimas energias físicas e atirou-se para a frente.

Duas horas depois entrava em ação e realizava a façanha máxima daquela epopéia. Conquistava Irendagué. Privava, assim, as tropas Bolivianas da frente de água. Esta aparição inesperada provocou verdadeiro pânico no adversário. Desprovida de suprimentos de água e com as retaguardas ameaçadas, ao mesmo tempo que recebia o empuxo do II Corpo de Exército paraguaio, a coluna Toro retrocedeu com sérias dificuldades.

Na opinião generalizada dos observadores estranhos, as vitórias de El Carmem e Irendagué salvaram novamente o Chaco paraguaio.

Mas Estigarribia ainda tem muito a realizar. Prossegue em sua grande contra-ofensiva e depois de operações dignas de exemplo consegue dividir em dois o Exército adversário, e, inicia a ação de batê-lo por parte.

E, na sua investida fulminante, chega, por fim, ao limite que julgava de direitos paraguaios. Vai até o lendário Parapeti. Foi, assim o inimigo empurrado de volta para as mesmas alturas donde havia descido com ímpeto avassalador. A 4 de julho numa hábil manobra a 6ª DI paraguaia destruiu em Ingavi uma Divisão Boliviana.

Entrementes, em Buenos Aires as chancelarias aproveitando a viagem do Presidente Vargas à Argentina faziam grandes esforços pacificadores. Chegaram, por fim, a bom termo. A 14 de julho de 1935 às 11 e 45 se iniciou do lado boliviano um fogo ensurdecedor; às 12 horas em ponto, de acordo com o prescrito no protocolo da paz, cessou inteiramente o fogo em toda a parte.

A guerra do Chaco havia terminado e com ela uma nova etapa da história do Paraguai, que não se pode deixar de reconhecer é, toda ela, marcada pela personalidade inconfundível de Estigarribia, o "soldado do Chaco".



I — APROVEITAMENTO DE ENERGIA NUCLEAR NO BRASIL

Eng ADYLTON BRANDÃO F.

No corrente ano, deverá entrar em concorrência, segundo edital que está sendo elaborado na Comissão de Energia Nuclear (CNEN), o projeto para construção de uma usina atomelétrica, de 150 a 200.000 kw, próxima a Angra dos Reis (RJ), o que virá colocar o Brasil entre os países que já fazem dessa energia fonte básica de suprimento industrial. A localização, no litoral sul-fluminense, de tal usina foi amplamente cotejada com as possibilidades do litoral nordestino e leste em geral e, mais especialmente, com as das posições junto a São João da Barra ou Campos (RJ), e ao Vale da Ribeira (SP/PR). Como se sabe, além da exigência de mercado, há que cogitar, numa usina atomelétrica, dos problemas de refrigeração, por água de rio ou mar, e de lançamento dos resíduos. O rio Mambucaba presta-se admiravelmente a essa refrigeração e permite, mesmo, aproveitamento hidrelétrico, a se complementar com o de natureza nuclear, que venha dar afinal melhor balanceamento de carga no sistema elétrico da região, permitindo, ademais, seu uso imediato como usina pioneira.

O investimento total desse projeto — Mambucaba, deverá orçar em 45 milhões de dólares, dos quais 1/3 em moeda nacional, incluída nessa

proporção — que poderá ampliar — uma parte do equipamento a ser produzido no Brasil por firmas que operam no setor da mecânica pesada.

Além das empresas que, como a Orquima, se dedicam ao beneficiamento dos minérios raros e físseis, cogita a CNEN de implantar inicialmente três usinas para esse fim, com funcionamento previsto para 1961. A primeira, localizada em Poços de Caldas, destina-se a produzir anualmente 48 t de uranato de sódio pelo beneficiamento da caldasita. A segunda, cuja localização provável parece ser nas proximidades de São Paulo, produzirá ao ano cerca de 30 t de óxido de urânio nuclearmente puro, ou pouco menos, em urânio natural de pureza metálica, pelo beneficiamento de uranato de sódio produzido pela primeira usina referida. A terceira usina de beneficiamento, também em Poços de Caldas, irá aproveitar o resíduo zirconífero gerado também na primeira usina.

Quanto a uma segunda grande usina atomelétrica no Brasil, as cogitações se voltam presentemente para os primeiros resultados de pesquisas na área do Brasil-Central, não distante de Brasília.

Em decorrência do acordo entre o Brasil e os Estados Unidos, iniciaram-se em 1956 trabalhos de campo abrangeram, somente até setembro daquele ano, cerca de 12.000 quilômetros quadrados no Centro-Sul e Nordeste brasileiros.

Um ano após, haviam sido ultimados levantamentos aerofotográficos e aerocintilométricos da zona de Poços de Caldas e imediações, levantamentos esses que, pelos dois últimos anos, de 1958 e 1959, se estenderam à Bahia (indo, em particular, ao Vale do São Francisco), a outros pontos de Minas Gerais, a Mato Grosso, Nordeste, Centro e Extremo-Sul do Brasil.

Tudo leva a crer na possibilidade de exploração de minérios com elevado ou razoável teor uranífero, além das jazidas mais conhecidas de Poços de Caldas — Águas da Prata, litoral capixaba e Sul-Baiano; não obstante muito cedo se esteja ainda para dispor de um conhecimento mais integrado e menos discutível dos recursos minerais de aplicação nuclear no Brasil. Nesse sentido, são igualmente animadoras as primeiras indicações dos trabalhos que se estabelecem na Amazônia e no Brasil-Central, contribuindo para reforçar a dominância do país no campo da riqueza mineral em todo o mundo.



I — DEMOCRACIA VERSUS COMUNISMO

As prisões da URSS estão repletas, apinhadas com "camaradas" que "erraram". Em alguma ocasião, sabe Deus onde, é possível que lhes tenha escapado uma ou outra palavra inadvertida, que tenha levado alguns dos ouvintes a suspeitar da lealdade ao Partido, daquele que as proferiu. "Desvio" é a palavra utilizada para qualificar o "crime".

Dois cidadãos soviéticos, que escaparam da URSS publicaram um livro "A Purga Russa e Extorsão de Confissões" — no qual descrevem o que viram numa prisão russa, quando lá se achavam. Encontrava-se preso um sacerdote da Igreja Ortodoxa Russa, juntamente com um indivíduo que já desempenhara função de destaque dentro do Partido. Havia ex-militares, inclusive um ex-coronel, cuja perna fôra quebrada durante os interrogatórios; um desenhista de maquinaria agrícola e um ex-membro do Movimento de Juventude Comunista.

Na URSS, o "crime" de "desvio" não compensa. Por que tantas pessoas se encontravam presas? Por que um punhado de líderes, em Moscou, controla as vidas e as ações de qualquer indivíduo na URSS, não importando o nível que ocupe na escala social?

Tais perguntas estão respondidas no artigo que se segue, artigo compilado por uma equipe de oficiais de nosso Exército que juntamente com "A Defesa Nacional" está empenhada em esclarecer a nossos companheiros mais jovens o que é o Comunismo, na realidade.

AYRTON SALGUEIRO DE FREITAS
Coronel

7ª PARTE — O DOMÍNIO DO PARTIDO COMUNISTA SÔBRE A UNIÃO SOVIÉTICA

Como conseguem os ditadores comunistas controlar os 200 milhões de indivíduos que vivem ou mourejam na extensa área da URSS? Como mantêm esse contróle? É o que procuraremos explicar neste artigo, respondendo às seguintes perguntas:

- 1 — Qual o valor real da Constituição Soviética?
- 2 — Por que os líderes soviéticos dedicam às eleições tanto tempo e atenção?
- 3 — Como pode um único Partido controlar todo o govêrno da União Soviética?
- 4 — Em que se assemelha o govêrno da China Vermelha ao da URSS?

A — A CONSTITUIÇÃO SOVIÉTICA E AS ELEIÇÕES

1 — A Constituição não é cumprida

Dizem os comunistas que a URSS é uma democracia, a única e verdadeira democracia existente na face da terra. Para isso se referem à constituição de 1936, cujo texto define os direitos do povo, parecendo assegurar um Govêrno de representação, livremente eleito. A constituição prevê um executivo, um legislativo e tribunais, ou judiciário. O povo, afirmam os comunistas, escolhe o legislativo e este, por sua vez, o executivo. Na realidade, entretanto, é o Presidium do Partido Comunista que escolhe o legislativo, o executivo e o judiciário, conservando a todos eles sob estrito contróle.

Foi Stalin quem determinou a redação da Carta, ou Constituição, de 1936. Desde seu início, muitos observadores interpretaram-na como instrumento de propaganda, destinado a iludir não só o mundo exterior como o próprio povo soviético. O nome do país, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas é, por si mesmo, falso, pois, de acôrdo com todos os dicionários ocidentais, e mesmo com o russo, antes de 1917, "República é um estado em que o povo tem parte ativa no govêrno". Sob a ditadura do proletariado, entretanto, nem Lenine, nem Stalin, nem qualquer outro ditador soviético, jamais permitiram ao povo erguer sua voz no Govêrno.

O uso da palavra "República" pelos comunistas é, portanto, parte da técnica de propaganda, conhecida como "a grande mentira". As pequenas mentiras são mais evidentes, pois raras são as pessoas que não as empregam; as grandes mentiras, entretanto, são mais fáceis de engolir, porque foge à imaginação comum supor que alguém ouse torcer a verdade de forma tão completa. Além disso, quanto mais vêzes repetidas, mais o povo nelas acredita. Os líderes comunistas desde cedo se aperceberam da utilidade dêsse método. O povo soviético, aparente-

mente, aceitou sem relutância a afirmação de Stalin de que a Constituição da URSS é a "mais completamente democrática de todo o mundo", e tudo leva a crer que ainda acredite neste mito, apesar da degradação de Stalin, em 1956.

2 — As eleições soviéticas

O artigo 57 da Constituição de Stalin estabelece que o Soviete Supremo ou legislativo da URSS, é o "mais alto órgão de poder do Estado". O artigo 58 determina que os delegados do Soviete Supremo devem ser eleitos pelos cidadãos da República, para um período de quatro anos.

Na Europa do Século XX, antes e depois da revolução de 1917, o termo eleições significava e significa "livre escolha". Mas na URSS, eleições livres, tal como a compreendemos, desapareceram com o advento bolchevista, nunca mais tornando a aparecer. É a "aparelhagem" do Partido Comunista que escolhe os candidatos, não sendo permitido qualquer candidato oposicionista. Nas seções onde devem votar, os eleitores recebem uma cédula que contém uma lista única de candidatos, um para cada função a ser preenchida. Sob os olhares duros dos representantes do Partido, o eleitor, quase sempre, vota "sim". Para votar "não", tem êle que entrar numa cabina, já que, aos que votam afirmativamente, basta dobrar suas cédulas e colocá-las nas urnas. Assim, quem quer entrar na cabina se coloca, imediatamente, sob suspeita.

3 — Eleições por unanimidade

Todos os ditadores modernos têm usado o truque de propaganda da eleição por unanimidade. Já Napoleão o fizera, "arranjando" um plebiscito, ou votação popular, depois de já ter êle mesmo conseguido se fazer proclamar Cônsul, pelo resto de sua vida. Com a polícia francesa guardando as urnas e vigiando todos os movimentos, poucos foram os franceses que ousaram votar contra Napoleão. Mussolini usou métodos similares na Itália fascista, durante as eleições de 1929 e 1936, o que lhe permitiu alardear, face aos resultados, que tinha o apoio de todos os eleitores italianos. Também Hitler venceu, "por unanimidade" nas eleições de 1938. Aqui mesmo, na América do Sul, Perón, na Argentina, se constituiu em Presidente "eleito" unânimemente pelo povo de seu país. É fácil compreender que, com um candidato único, êsse candidato será sempre "eleito" por unanimidade.

Na URSS, entretanto, as táticas são mais aperfeiçoadas, ainda. Não havendo oposição, seria de supor desnecessária uma campanha pré-eleitoral. No entanto, meses antes de uma eleição, os líderes comunistas usam todos os meios de pressão possíveis para persuadir o povo a votar, sempre, é claro, na lista de candidatos do Partido. Alguém que se recuse a votar fica automaticamente sob suspeita. Na verdade, é muito raro que qualquer candidato não obtenha, pelo menos 99% de todos os votos.

O Presidium transforma o dia das eleições em festa nacional, sendo feriado para todos os trabalhadores, camponeses e soldados, depois de votarem na cédula do Partido. O resultado de tudo isso é que o povo parece realmente acreditar que esteja tomando parte no governo do país. Muito antes de ser possível o recebimento dos resultados parciais de aldeias e vilarejos dos mais recônditos recantos do país, já o governo anuncia a eleição dos candidatos do Partido, praticamente por unanimidade. Em 1950 o governo de Stalin anunciou que 99,98% dos eleitores compareceram às urnas para a eleição do Soviete Supremo, e que 99,72% votaram na lista do Partido. Nas eleições de 1958 os resultados foram praticamente os mesmos, com 99,7% dos eleitores comparecendo às urnas, segundo alegou o governo, e 99,5% votando nos candidatos do Partido.

Todos sabem, antecipadamente, que esses candidatos vão ser "eleitos", pois não há outros, da oposição. Mesmo assim, os membros do Partido se demonstram incansáveis nas suas campanhas pela obtenção de votos, para darem a impressão de que haverá verdadeira e democrática competição. Os eleitores votam, ainda que, na maioria das vezes, nem saibam direito em quem estão votando.

4 — As eleições por unanimidade impressionam os estrangeiros

Em manchetes destacadas, a imprensa oficial anuncia excitadamente os resultados das eleições, por unanimidade, e incluem páginas de louvores ao Partido Comunista. Pelas notícias pode-se ter a impressão de que o país acaba de se salvar de uma catástrofe. Por que razão os homens duros e realísticos que governam a URSS se dão ao trabalho de todas essas preocupações e despesas para a realização de eleições? A resposta é simples: agitação e propaganda. As eleições ajudam a criar a ilusão de que a totalidade do povo apóia o Partido e o Governo. Os comunistas desejam aparentar que os governantes da União Soviética são líderes legalmente escolhidos e que a Democracia, ou poder do povo, realmente existe. Cria-se, assim, a impressão de que a população como um todo está solidamente apoiando o Partido e os ditadores.

No exterior, as notícias de eleições por unanimidade contribuem, também, para reforçar o prestígio da URSS. Quem não conheça a situação real da União Soviética pode ser levado a pensar que, se todo o povo vota para a eleição de um governo, então existe de fato uma democracia. Para os líderes soviéticos, entretanto, eleições são apenas mais um ardil para reforçar seu próprio poder, iludindo o povo e o resto do mundo.

Merle Fainsov, autor de "Como a URSS é governada", assim definiu o assunto:

"As eleições soviéticas servem como um meio de mobilização nacional". Como os plebiscitos dos tempos de Napoleão e de Hitler, elas se destinam a demonstrar ao mundo exterior, e aos adversários do co-

munismo, que o povo da União Soviética está solidário com o regime. Esse regime tem revelado grande habilidade em se utilizar da aparência democrática para dissimular a posição entrincheirada da elite ditatorial que domina a sociedade soviética".

B — ÓRGÃOS DO GOVERNO SOVIÉTICO

1 — O Legislativo soviético

Na sua forma, os diferentes órgãos ou ramos do Governo Soviético são semelhantes aos das repúblicas parlamentares ocidentais, como na França, na Grã-Bretanha, no Canadá e na Austrália. A constituição soviética, no entanto, estabelece que o maior dêste órgão da URSS é o Soviete Supremo, ou conjunto de legisladores, "eleito" pelo povo (artigos 30 a 56). O executivo é o Conselho de Ministros, a ser "indicado" pelo legislativo (artigos 64 a 78). A Côrte Suprema da URSS é o órgão de cúpula do sistema judicial, os juizes, diz a Constituição, são "independentes" (artigos 102 a 117). Mas, na verdade, o Presidium do Partido Comunista controla todos os órgãos do Governo.

A Constituição de Stalin determina a existência de duas câmaras no Soviete Supremo. A primeira Câmara, denominada Soviete da União ou seja, a legislatura da União, é eleita pelos cidadãos soviéticos, que votam nos distritos de eleição. Há um representante para cada 300 mil pessoas. Em 1958, essa câmara era constituída por 738 deputados.

A Segunda câmara é o Soviete das Nacionalidades e é eleita pelos cidadãos da União. Há 25 deputados por República, 5 por região autônoma ou de governo próprio e 1 por Área Nacional. Em 1958, essa câmara era constituída por 640 membros.

As duas casas, ou câmaras, são de nível equivalente, reunindo-se separadamente ou em conjunto. São elas que, reunindo-se em conjunto, "elegem" os 33 membros do Presidium do Soviete Supremo, o qual permanece reunido durante o ano inteiro. Quando o Soviete Supremo não está em sessão, o que ocorre na maior parte do tempo, o Presidium toma suas atribuições. Como os nomes são idênticos, é fácil confundir o Presidium do Soviete Supremo com o Presidium do Partido Comunista. A palavra "Presidium" significa o comitê de cúpula ou grupo de líderes que dirigem uma organização. O Presidium do Partido, como já vimos anteriormente, é o verdadeiro centro do poder na URSS, enquanto o Presidium do Soviete Supremo é unicamente uma das "frentes" por meio da qual os ditadores do Partido governam o país.

2 — O Legislativo soviético é controlado pelo Partido

Teoricamente o Presidium do Soviete Supremo tem uma força enorme. É ele que convoca o Soviete Supremo, o dissolve temporária ou definitivamente, e determina novas eleições. É o Presidium do Soviete Supremo que promulga os decretos e interpreta as leis, podendo, também, cancelar ordens do Conselho de Ministros.

Quando o Legislativo está em recesso, aquele Presidium indica ministros e tem poderes para declaração de guerra. É ele, ainda, quem escolhe ou exonera os altos comandos do Exército Vermelho, aprova ou rejeita tratados, seleciona os representantes diplomáticos e proclama a lei marcial.

Lembre-mos, porém, que tudo isso é só em teoria, isto é, está apenas escrito na Constituição Soviética. Na realidade, o Presidium do Soviete Supremo está completamente nas mãos da Ditadura do Partido. Muitos são os membros do Presidium do Partido e do Comitê Central que têm assento no Presidium do Soviete Supremo. Todos os membros dêste devem sua indicação à liderança coletiva e obediência executam suas ordens. Desta forma, os líderes do Presidium do Soviete Supremo fazem exatamente o que o Partido lhes determina que seja feito e qualquer de seus decretos ou ordens devem ser previamente aprovados pelos líderes do Partido.

3 — As Sessões do Legislativo soviético

Nos países verdadeiramente democráticos, os legisladores devem se reunir durante cerca de oito meses por ano. As reuniões do legislativo soviético, entretanto, mal chegam a ocupar uma semana anualmente, o que em muito se assemelha ao que acontecia na Alemanha hitlerista. Real ou aparentemente atentos, os deputados ouvem, ou fingem ouvir, os longos discursos dos ditadores, engrandecendo-se a si próprios, ao Partido e às realizações do Governo. Erguendo as mãos e sem qualquer palavra de debate, os deputados aprovam o orçamento ou seja a maneira segundo a qual o governo pretende obter e empregar os fundos nacionais. Os deputados têm menos controle sobre o Plano dos Cinco Anos, por exemplo, do que os delegados ao Congresso do Partido Comunista. Ninguém ousa proferir uma palavra sequer de crítica aos ditadores.

Quando os trabalhos são abertos, o Conselho de Ministros, com grande estardalhaço, apresenta uma falsa renúncia e se compromete a submeter-se à decisão dos deputados dos trabalhadores. Mas tudo é puro teatro, pois, imediatamente após a renúncia, um dos líderes comunistas propõe uma moção a fim de que o Conselho reassuma. Os deputados vociferam sua aprovação e o Conselho é reempossado por aclamação ou unanimidade. É óbvio que a proposição de renúncia é somente uma farsa, destinada a emprestar aparência parlamentar ao Soviete Supremo. Quando os trabalhos são encerrados, os deputados são apressadamente compelidos a regressar às suas casas.

4 — O Executivo soviético

Na União Soviética o poder executivo, ou autoridade encarregada de fazer com que as leis sejam cumpridas, está nas mãos do Conselho de Ministros, o que parece semelhante aos governos parlamentares europeus, onde o conjunto de legisladores, ou parlamento, esco-

lhe livremente os ministros ou líderes que assegurarão o cumprimento das leis. Na URSS, entretanto, é o Presidium do Partido que, na realidade, escolhe os ministros. Os ditadores e outros líderes de alto nível do Partido Comunista, freqüentemente são levados à chefia de importantes ministérios. É sempre o Presidium do Partido, e não o Presidium do Soviete Supremo, que determina todas as ações de cada departamento.

A Constituição de Stalin previa, originalmente, 58 ministérios, ou departamentos executivos. O Presidium do Partido entretanto, freqüentemente modifica o número e as atribuições desses órgãos. O chefe do Conselho de Ministros é um membro do Presidium do Partido. Stalin manteve esta função até sua morte, em 1953. Malenkov foi "indicado" para substituí-lo, tornando-se simultaneamente, chefe do Presidium do Partido. Dois anos mais tarde Krushchov substituiu Malenkov como Primeiro Secretário, obrigou-o a resignar às duas outras funções. A ditadura coletiva do Presidium do Partido fez Bulganin chefe do Conselho de Ministros, enquanto Krushchov assumia a direção do Presidium do Partido, tornando-se, assim, o comunista n. 1 da URSS. Em 1958 ele conseguiu ampliar seu campo de ação, expulsando Bulganin e se tornando, também, Chefe do Conselho de Ministros.

5 — Os órgãos governamentais e o Presidium do Partido

O amplo número e a variada espécie de departamentos do governo central são uma indicação ponderável da extensão do controle que os ditadores de Moscou exercem sobre todas as atividades da vida Soviética, e sobre os próprios cidadãos. Esses departamentos, ou ministérios, coincidem em parte com os que são comuns nas democracias ocidentais, como, por exemplo, Relações Exteriores, Fazendas, Justiça, Educação, Saúde, Viação, Forças Armadas. Mas, na URSS, existem também ministérios destinados a controlar atividades econômicas nas fábricas, nos transportes, na mineração e na agricultura.

Através desses grandes departamentos o Presidium do Partido controla a fabricação, a distribuição e a utilização de toda a produção e de todos os serviços da União Soviética, muito embora o seu elevado número exija uma sobrecarga da burocracia. É interessante ressaltar que o controle é exercido de tal forma que qualquer iniciativa privada é inexistente, tudo dependendo do ponto de vista do Estado.

Em 1957, Krushchov anunciou seu plano de "descentralização", criando 92 unidades regionais para controlar as indústrias, e reduzindo o número de ministérios centrais.

O Chefe do Conselho de ministros é, muitas vezes, denominado "Premier". Quando tratando com governos estrangeiros o Chefe do Conselho age, desde 1953, como Chefe de Estado. Mas, dentro da União Soviética, o lugar de destaque cabe ao Primeiro-Secretário do Partido. Por exemplo, Nikolai Bulganin, como "Premier", chefou a delegação Soviética à Conferência de Cúpula de Genebra, em 1955, ainda que Krushchov fosse, também, membro da delegação. No Soviete Supremo,

entretanto, o lugar de honra pertencia a Krushchov como Primeiro-Secretário do Partido. Atualmente o Premier é, também, o Chefe do Estado.

6 — Os juizes soviéticos

As Côrtes, tanto como os outros órgãos do Governo Soviético, estão sob rígido contrôle do Presidium do Partido. A Côte Suprema da URSS é o mais alto órgão do sistema judicial. Há côrtes inferiores em cada república da União.

De acôrdo com a Constituição de Stalin, o Soviete Supremo, ou Legislativo, "elege" juizes para períodos de cinco anos, mas os candidatos já foram escolhidos pelo Presidium do Partido. As leis que regulam o sistema de trabalho das côrtes são interpretadas pelo Presidium do Soviete Supremo, que sempre segue as ordens dos líderes de cume do Partido. Ao invés de serem independentes, os juizes soviéticos são considerados agentes da policia do Partido. Esses juizes condenam a punições brutais os "inimigos do povo". Inúmeras pessoas, acusadas de "crimes" políticos, são submetidas a julgamento, não nos tribunais regulares, mas na divisão militar da Côte Suprema.

Processar os cidadãos que desobedecem as leis é dever do Promotor-Geral. O Presidium do Soviete Supremo, que os nomeia, aceita sempre a indicação dos ditadores do Partido. Em 1956 foram ampliados os poderes dos promotores da república.

7 — As Côrtes soviéticas

Como já dissemos, pessoas acusadas de crimes políticos não são julgadas, normalmente, nas côrtes regulares, mas em côrtes especiais, onde severas penas são sempre aplicadas. As côrtes regulares, ou "Tribunais do Povo", são diferentes das existentes nos países ocidentais.

Em 1864 o Czar Alexandre introduziu o sistema de júri, baseado no sistema inglês, o qual continuou em vigor até a revolução bolchevista de 1917. Um cidadão britânico, que viajou pela Rússia em 1914, citou os júris russos como extremamente benevolentes, aos quais desagradava enviar para as prisões um criminoso, se sua família viesse a sofrer com a ausência daquele que lhe garantia a subsistência. Quando Lenine se assenhoreava do poder, entretanto, foram abolidos os julgamentos pelos júris. O sistema de júri usado pelos países ocidentais foi ridicularizado, apodando-se as côrtes desses países de "tribunais de esquerda". O ditador comunista não desejava benevolência para os "inimigos do povo" ou para aqueles que não aceitavam a disciplina do trabalho.

Sob o novo sistema soviético as côrtes inferiores, ou "Tribunais do Povo", se dedicam à "justiça proletária". Atualmente esses tribunais possuem um juiz e dois assessôres que têm assento a seu lado. Em cada distrito judicial um juiz e cerca de sessenta assessôres são "eleitos" para períodos de três anos. É claro que há somente uma re-

lação de candidatos, todos escolhidos pelos agentes do Partido. Os juizes são permanentes mas os assessôres se revezam de dois em dois, cada dez dias. Em qualquer caso levado aos Tribunais do Povo, êsses três funcionários — os dois assessôres e o juiz — agem simultaneamente como juiz e júri, estabelecendo os fatos e prolatando as penas. O promotor é funcionário do Governo Soviético e é controlado pelo Partido Comunista.

A justiça Soviética é, normalmente, muito mais severa que a dos países ocidentais, para determinados crimes, enquanto para outros é mais suave. Um assassino, por exemplo, é punido com dez anos de prisão apenas, enquanto os que se rebelam contra o regime pagam seu "crime" com a vida. A justiça é também desigual. A poligamia é severamente punida na República do Turquemenistão, onde os ditadores soviéticos procuram aniquilar a fé muçulmana, religião que permite o casamento com mais de uma espôsa. Em outras partes da URSS entretanto, o mesmo crime é punido com menos severidade.

8 — A União soviética não é, realmente, uma Federação

De acôrdo com o artigo 13 da Constituição de Stalin, a URSS é um estado federativo. Mais uma vez temos um truque de propaganda. O que é um estado federativo? Pelos dicionários da nossa língua e de outras, faladas no ocidente, e até mesmo pelos dicionários russos anteriores a 1917, "Estado Federativo" ou "Federação" é um estado em que governos locais dirigem os assuntos regionais, cabendo ao Governo Central regular as relações com outros países, prever a defesa nacional, e exercer o poder somente nos assuntos que afetam a nação como um todo". Êste é o caso do nosso país, como é também o do Canadá, da Austrália e dos EUA. Outra forma de Governo é o Estado unitário, onde todos ou quase todos os poderes pertencem ao Governo Central, como é o caso da Grã-Bretanha, da França e da Itália.

A URSS, apesar dos têrmos da Constituição de 1936, é, realmente, uma das formas mais extremadas do estado unificado ou unitário. É certo que ela inclui 15 "repúblicas". Duas delas, a Ucrânia e Bielo-Rússia, ou Rússia Branca, são mesmo tidas como estados "independentes", possuindo serviços diplomáticos e até representantes na Organização das Nações Unidas. Mas os líderes do Partido Comunista controlam, de Moscou, tôdas as 15 "repúblicas". A indústria, em cada uma delas, está vinculada no Plano Geral de Cinco Anos, controlado pelo Governo de Moscou. Os departamentos econômicos, ou ministérios, de cada uma das "repúblicas", cumprem, apenas, as ordens emanadas dos ministérios de Moscou. Mais significativo do que tudo é o fato de que nenhuma das "repúblicas" dirige seus próprios interesses financeiros. Os funcionários do Partido, no governo central de Moscou, organizam o orçamento geral, que inclui os orçamentos nacionais, republicanos e locais. Nem o povo, nem os funcionários das "repúblicas" têm o direito de se manifestar sobre seus respectivos orçamentos, da mesma forma que não se manifestam sobre os programas das escolas.

Além disso, toda a regularização relativa à saúde pública, trabalho, matrimônio e vida conjugal, códigos civis e criminais, é produzido pelos funcionários do Partido, em Moscou, que recebem suas ordens do Presidium do Partido.

Cada República se compõe de "oblasts", ou províncias. A província, por sua vez, se subdivide em cidades e "Raions" rurais, e assim sucessivamente, até às menores unidades políticas que consistem em fábricas e fazendas coletivas. Cada unidade dessas possuem um Comitê Executivo, ligado ao Comitê Executivo de Unidade imediatamente superior. Desta forma os ditadores do Partido, baixando diretrizes para os ministérios de Moscou, mantêm o controle sobre toda a União Soviética.

9 — O poder soviético e o bem-estar público

A burocracia centralizada tem criado inúmeros entraves pois, conquanto haja crescido o número de médicos, dentistas e professores, que são enviados para diferentes pontos do país, a critério do Governo Central, o fluxo de equipamento, instrumental e material escolar não acompanha esse crescimento, sendo mesmo, em muitos casos, inexistente. Em 1954 o fracasso da produção agrícola foi tão chocante que os próprios líderes do Partido tiveram que reconhecer a insuficiência da burocracia centralizada. Não obstante, Moscou não relaxa a contínua pressão pelo aceleração da produção, tendo a indústria soviética progredido consideravelmente, muitas vezes à custa do sacrifício do povo, já que a burocracia freqüentemente acarreta a queda da produção agrícola.

10 — O controle dos órgãos do Governo

Vimos assim, neste artigo, como o Presidium do Partido Comunista é na realidade o agente controlador de todos os órgãos do governo, já que é por seu intermédio que são indicados, direta ou indiretamente, todos os membros do executivo, do legislativo e do judiciário. Vimos, também, que a engrenagem está montada de uma forma tal, que as atividades são estritamente controladas de cima para baixo, sendo as ordens emanadas do Presidium do Partido, em Moscou.

O controle é de tal forma centralizado que as "repúblicas", em número de 15, que formam a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas poderiam ter que nome fôsse, que lhes serviria também como esse de "república".

Vimos ainda como meio de controle sobre toda as atividades econômicas, a existência de grande número de ministérios autônomos que dirigem a economia do país, impedindo qualquer iniciativa privada, ou mesmo das "repúblicas", já que o orçamento é um só, e essas "repúblicas" não podem influir sobre os mesmos.

Vejam agora, rapidamente, o governo da China Vermelha.

C — GOVERNO DA CHINA VERMELHA

A CONSTITUIÇÃO DA CHINA COMUNISTA

Já vimos que há duas chinas — a China Nacionalista e a China Vermelha, ou China Comunista. A Constituição da China Nacionalista é parcialmente inspirada pela Constituição americana, enquanto a da China Comunista segue as linhas da Constituição soviética. A Constituição da China Vermelha foi redigida em 1954 por determinação do ditador Mao Tse Tung, seguidor incondicional de Marx e Lenine. A maioria dos observadores consideram essa Constituição como sendo apenas uma arma de propaganda, como acontece na URSS, destinada a dar ao povo chinês a impressão de que tem um governo democrático, quando na realidade se encontra sob uma ditadura implacável.

Pela Constituição a China Vermelha se intitula República Popular da China. Mas o governo não é uma república e o povo quase não toma parte nêlo, tendo apenas o direito de obedecer. Sob êste aspecto a República Popular da China se assemelha em muito às "democracias populares" dos países satélites na Europa Ocidental.

O órgão supremo do governo da China Vermelha é o Congresso Nacional Popular. Os deputados a essa legislatura são escolhidos em eleições estritamente controladas pelos comunistas. O Congresso Nacional Popular "elege" o Presidente da República Popular da China, em eleições também rigidamente controladas pelo Partido Comunista. Mao já estava no poder antes da adoção da Constituição e nêlo continua até hoje, é o líder supremo do Politburo, que controla todos os órgãos do Governo.

A Constituição de Mao Tse Tung pretende dar ao Governo uma aparência de democracia, mas, de forma alguma, essa Constituição abrandou os poderes ditatoriais do Politburo, ou liderança de alto nível. A diferença entre o sistema Chinês e o soviético é a presença, na China Vermelha, de pequenos partidos políticos, o que não acontece na URSS, onde há um único partido. Êsses pequenos partidos, no entanto, não têm voz ativa no governo e os agentes comunistas vigiam de perto seus membros e suas ações.

COMENTARIOS

Vimos como na URSS e na China Vermelha são realizadas as eleições.

Todavia, existem naqueles países Constituições "democráticas" e o povo "toma parte ativa no governo". Existem, como acabamos de ler, tribunais para "julgamentos" de crimes e todos os demais amparos que dão a seus povos as verdadeiras democracias. Assim, aparentemente, os dois sistemas de governo são muito semelhantes, mas na realidade são completamente distintos.

No artigo que acabamos de ler vimos, claramente, como os soviéticos deturpam o significado das palavras. *Constituição democrática* é aquela que permite ao povo tomar parte no governo, por meio de eleições, isto é, escolhendo livremente aquêle ou aquêles que o representarão nas câmaras locais, estaduais ou federais. Para os soviéticos, embora a Constituição fale em eleições, estas significam, apenas, „aprovação de nomes previamente escolhidos pelo Partido Comunista, o que faz com que o Governo e o Partido se confundam.

A Justiça, no Brasil e nas Nações do Ocidente, é feita por meio de tribunais de júri, onde os jurados são sorteados e votam de acôrdo com suas consciências. Nos países soviéticos os tribunais são constituídos por juizes e assessôres, nomeados todos pelo governo, ou seja, como acabamos de ver demonstrado no artigo que lemos, pelo Partido Comunista.

Terminando êstes comentários uma pergunta nos ocorre:

- Quais são, então, os direitos assegurados pelos comunistas aos que vivem sob seu regime?
- Apenas um, será a resposta — *Obedecer, sem discutir, às ordens do Partido Comunista...*



*Todo líder comunista deseja o Comunismo,
mas como dirigente.*

Como dirigido, êle prefere a Democracia.

II — IDÉIAS...

Ten-Cel Inf ALBERTO DE A. CARDOSO.

Major Art M. FÉLIX DA SILVA

O presente artigo está sendo escrito em Forte Leavenworth, E. U. A., onde os autores são encarregados da Edição Brasileira da *MILITARY REVIEW*. Está sendo escrito — o seu assunto não admite fim...

Tomando por tema o Brasil, praticamos verdadeiras "tormentas cerebrais", processo hoje consagrada como excelente exercício do pensamento.

Para os autores, a prática abriu perspectivas novas no estudo de problemas velhos. Como nos dias que correm a palavra "absurdo" está perdendo o significado — não nos esqueçamos disto — pareceu-nos útil revelar nossas idéias.

Os Autores

Sempre nos púnhamos à frente do grande mapa do Brasil, discutindo a solução dos mais transcendentales problemas. Às vezes prescindíamos da representação gráfica do nosso território; e a conversa caía no campo da ética, da educação, da política, ou em altas especulações filosóficas, prêsa sempre, porém, à conjuntura brasileira.

Traçamos um programa de grandes realizações, a serem empreendidas pelos governos que se sucedessem. Uma para cada governo não era preciso mais. E admitíamos que no fim de uns 20 anos, entrosadas, aquelas obras teriam desencadeado um tal surto de progresso em nossa Pátria que esta ficaria logo entre as maiores potências do mundo.

Elogiávamos calorosamente a construção de Brasília. Se alguma restrição lhe fazíamos, era por considerá-la um passo ainda tímido. Parecia-nos que a Capital podia ter sido mudada inclusive para a Serra do Cachimbo — coração geográfico do Brasil, pulsando, ignoto, no limiar da bacia amazônica. Consolava-nos a idéia de que outra geração sentiria a necessidade de avançar mais, e nova Brasília haveria de surgir. A escolha foi reforçada pela conclusão de que as cabeceiras de todos os tributários da margem sul do Amazonas devem ter largos trechos encachoeirados, tal como o Madeira — fato que obrigou à construção da ferrovia entre Guajará-Mirim e Porto Velho. Ora, havendo cachoeiras, ou simples corredeiras, que potencial hidrelétrico estava ali representado! Isto, mais as condições altimétricas da região, ga-

rantia de salubridade, indicava a constituição de uma larga faixa de civilização, passando pelo Guaporé, Norte de Mato Grosso, Sul do Pará. E a vontade era dar a volta pelos formadores das outras bacias, abrangendo todo o planalto central. Essa faixa incluía a Serra do Cachimbo, e nos entusiasmou. De fato: pequenas usinas, duas a três em cada rio, tôdas interligadas, permitiriam criar-se uma zona de prosperidade única no mundo. Não descuramos do intercâmbio que ela iria ter com o mercado internacional, e concebemos um sistema de canais que dobraria, pelo sul, a via amazônica. No começo pensamos só em ligar o Tapajós ao Tocantins por um canal que bordejasse a Serra do Cachimbo; logo, porém, estendemos a obra de tal forma que todos os grandes tributários do rio-mar, pelo sul, ficariam englobados. Era um portento: navio de Londres, Nova Iorque, Havre, entrando pelo Amazonas, subindo o Madeira, e depois, pelo nosso canal, indo pegar a descida do Tocantins, num circuito fechado! A ligação da bacia amazônica à platina, através dos formadores do Tapajós e do Paraguai, quase entrelaçados na "serra" dos Parecis, ficaria para mais tarde.

Outro problema que até nos irritava era o das sêcas do Nordeste. Com o Rio São Francisco tão jeitosamente à mão, era incrível que ainda não se tivesse feito uma série de represas, das quais derivaria um sistema de irrigação monumental capaz de recuperar, em pouco tempo, todo o vasto reino da caatinga. Concordamos em não desviar o curso do rio em Joãozeiro ou Cabrobó, para depois vencer, com um túnel, a Serra do Araripe, porque poderíamos prejudicar a "Hidrelétrica do São Francisco". Mas a idéia continua simpática. Vencida a seca, que celeiro surgiria no Nordeste, dada a uberidade do solo e o amor do homem pela atividade rural! E víamos os nossos bons "paus-de-arara" de regresso à terra, preparados para aproveitá-la segundo as mais modernas regras: tratoristas, mecânicos, técnicos de irrigação, doutores em adubos...

Para a especialização profissional também tínhamos nossas idéias. Uma instituição estatal permanente — e aí citávamos o exército — acolheria os jovens com 18, 19 anos e ensinaria um ofício a cada um, durante o tempo julgado necessário. Eletricistas, torneiros, soldadores, técnicos em eletrônica, não faltariam mais em nossa reserva, nem para a demanda particular, acentuada com o progresso do país. Essa etapa, entretanto, seria provisória. A verdadeira solução era estender o curso primário por mais dois anos e dedicá-los ao ensino profissional. Todos, então, conheceriam algum ofício; e muito filho de doutor tomaria gosto pelo trabalho manual, técnico, surgindo uma nova mentalidade no Brasil com respeito a êsse labor.

O ensino nos preocupava muito. O analfabetismo aparecia como a fonte de todos os males. Quem não lê não se eleva, não recebe estímulo para progredir. Vislumbrávamos a importância que poderia ter, em nossa pátria, o ensino por correspondência. Se a montanha não vem a Maomé... E a crônica ineficiência do Correio? Sabíamos também como resolvê-la, mas no momento o que importava era o ensino. Achávamos que o brasileiro atinge muito verde, ainda, as abstrações e

dificuldades do curso secundário. Derrotado, em geral, no primeiro encontro com a Matemática, o Latim, as Ciências Naturais — torna-se um inimigo eterno do estudo. Sabíamos que a esse problema se ligava o da qualidade dos professores, mas tudo se pode solucionar. Assim, nos reforçávamos na idéia de aumentar a duração do curso primário. Com dois anos a mais, o rapazote e a mocidade estão melhor preparados para coisas tão sérias. Havia uma objeção: se o final do curso primário ia ser puramente profissional, a base elementar, adquirida antes, seria esquecida! E nós fomos deixar que isto acontecesse? Nunca! Os alunos não teriam aulas formais das matérias primárias; mas precisariam apresentar trabalhos mensais sobre elas, preferivelmente de tipo que exigisse pesquisa bibliográfica. O programa secundário, em geral tão criticado em nossa terra, parecia-nos bom. Só queríamos "desatravancá-lo", evitando o estudo, como atualmente ocorre, de 11, 12 matérias simultaneamente. É preciso aumentar a duração do curso? E daí? Uma das nossas teses não é a de maior amadurecimento para o estudo? Sim, mas com isso dilatávamos o período de improdutividade dos filhos, em termos financeiros; e ao mesmo tempo onerávamos a magra bolsa dos pais, sujeitos a pagar por mais uns dois anos o caríssimo ensino do Brasil. Mas este é outro ponto: parecia-nos uma contradição, um escárnio, ostentarmos uma rede de faculdade gratuitas — ostensivamente destinada a permitir o acesso dos menos favorecidos — a qual, entretanto, só pode ser atingida com o diploma de um curso secundário escorchante. Parece, desse modo, que preparamos o ensino superior gratuito para os ricos, pois só estes podem pagar, sem extremos sacrifícios, o secundário... Solução: ou recobrir o território nacional com estabelecimentos secundários oficiais, grátis como o superior; ou adotar o mesmo critério para aquele grau e tornar o último pago. Qual a vantagem desta alternativa sobre a outra, em que todo o ensino seria gratuito? Vantagem psicológica: diplomando-se no ciclo secundário com 18, 19 anos, o moço teria idade para custear o estudo superior com seu próprio trabalho. E quem faz tal esforço para estudar, em geral é um dedicado: acabar-se-iam os maus alunos, sobrando vagas para os verdadeiros estudantes. Entretanto, não fincávamos pé neste ponto: todo o ensino gratuito também servia. Uma coisa, porém, era fundamental: o maior número de brasileiros devia completar seus estudos, coroando-o **no mínimo** com a diplomação numa faculdade. É verdade que se diversificaria extremamente o ramo chamado de profissões liberais: cuidando do Direito, haveria uma hierarquia de profissionais, oriundos de escolas diferentes; o mesmo em relação à Medicina, e principalmente quanto à Engenharia, a ser constituída por uma verdadeira legião de técnicos — formados em vários tipos de faculdades. E a pesquisa científica? Os estudantes bem dotados teriam estímulo e amparo para se dedicar às **descobertas**, nos campos respectivos, formando uma plêiade de cientistas voltados para o que de mais perto interessasse **ao Brasil**.

No ensino militar de formação, divergíamos em um ponto básico: uma tese era a ênfase nas matérias fundamentais, científicas, levada a

extremos; outra era que principalmente por falta de tempo tínhamos de formar **profissionais**, e dar graças a Deus se chegássemos a fazê-los bons. É tal a diversidade do material a **empregar**, que seria difícil achar tempo para ensinar a **concebê-lo** e a **fabricá-lo**. Noções para saber operá-lo e fazer sua manutenção, sim; mas sem o exagêro de ter um engenheiro eletrônico, por exemplo, comandando um pelotão de fuzileiros, onde iria **utilizar** um ou dois rádios, talvez um pequeno radar. E note-se: os operadores seriam praças (com o curso secundário) que iriam apenas continuar a tradição das que já funcionam sem a menor cerimônia com a aparelhagem hoje existente, e em geral possuindo só o primário.

Não víamos grande necessidade em distinguir o infante do cavalariano, do artilheiro, do engenheiro, do oficial de comunicações ou do intendente. Há em tôdas as armas e alguns serviços funções tão semelhantes, que um quadro único nos parecia algo a considerar. Um comandante de morteiro não pode pertencer à artilharia? Qual o artilheiro incapaz de fazer um bom reconhecimento? A cavalaria não interessa tanto a pontagem? As comunicações não representam os nervos de tôdas as armas? E que faz o intendente, que não possa qualquer oficial fazer? E a imensa afinidade entre infantaria e cavalaria, e entre as "armas de apoio"? E o verdadeiro "nivelamento" processado no início do curso de estado-maior, às vêzes atingindo capitães modernos, sem a Es AO, e até tenentes? A idéia não era sequer revolucionária, pois as grandes potências militares já pensavam em unificar exército, marinha e força aérea... O mesmo se aplicaria ao material bélico, guerra química, ajudância geral e quejandos. Nossas escolas militares teriam um currículo, talvez, mais extenso. Isto, porém, consideramos vantagem. E como seria simplificada a administração do exército! Naturalmente haveria o serviço de saúde, a justiça militar. Mesmo aí, entretanto, só a atividade estritamente técnica ficaria em mãos do especialista. O comando dos batalhões de saúde, por exemplo, não precisa ser exercido por um médico. Ao contrário, as atribuições de chefia afastam os facultativos da atividade profissional.

Tudo isso nos parecia mais válido ao analisarmos as condições reais do exército brasileiro, no quadro do continente e do mundo. Conflito com os vizinhos sul-americanos, considerávamos hipótese ultrapassada. Antevíamos até a possibilidade de se evoluir para uma solidariedade tão estreita que poderia gerar algo parecido com uma Confederação ou "Commonwealth". A idéia era possivelmente influenciada pelo carinho e amizade que víamos brotar espontaneamente do convívio entre os militares sul-americanos em Leavenworth, bem como entre as respectivas famílias, no momento em que se entabulavam sérios acôrdos de ordem econômica na América do Sul. Inimigo extracontinental, que viesse nos atacar em nossa casa, só sendo grande potência, suficientemente forte para arrostar as conseqüências de caráter internacional que iria provocar. Como enfrentar tal oponente? É claro que não podemos, **por enquanto**, e com nossas disponibilidades, armar divisões pentômicas e montar a cena em que teriam de atuar — en-

genhos nucleares, material de transporte aéreo e terrestre, dispositivos de vigilância eletrônicos, meios de comunicações seguros e instantâneos, processamento automático de dados, tudo a exigir recursos que ainda não possuímos. Qualquer organização tradicional, entretanto, seria pulverizada em menos de uma semana por esse adversário. Como reagir, então? Resposta: **guerra invisível**, para nós um passo à frente da guerrilha. Nem ao menos com tropas irregulares, emboscadas em nossas montanhas e florestas, deveríamos contar. Seria possível ao inimigo isolá-las, ou cobrir-se com um tal dispositivo de segurança que as tornasse inócuas. **Guerra invisível** seria a forma de luta travada pela **totalidade** da população, à socapa. Ninguém colaboraria com o invasor, aceitando qualquer cargo na administração por ele implantada. Ninguém faria a menor transação com suas tropas, ou com os dirigentes que nos impusesse. A massa estrangeira seria um corpo estranho no organismo nacional; acabaria expulsa. Paralelamente, se desencadeariam atos de terrorismo e sabotagem. Para isto, porém, haveria uma organização. Todo homem, mulher, velho, criança, teria uma função. A célula poderia ser, por exemplo, a família. A autoridade do pai se transformaria na do chefe patriota. Cada grupo de cinco, seis famílias constituiria outro escalão. Haveria elementos encarregados da ação direta contra o adversário, e outros com a missão de apoiar os primeiros; e este apoio tomaria formas semelhantes às do apoio tático e às do administrativo da **guerra visível**. Vislumbrávamos, então, um campo inexplorado para os estudos militares. Que obra grandiosa, e antes de tudo objetiva e patriótica, poderiam realizar as cerebrações existentes em nossos estados-maiores de alto nível, nos corpos docentes das escolas de estado-maior, nos conselhos de segurança! E que belo trabalho seria este? Partir do nada, ou no máximo inspirar-se em "resistências" como a da França, e estabelecer uma sistemática de operações, montar a organização correspondente; pesquisar princípios, firmar métodos, prescrever processos, descobrir as ligações entre os vários campos de atividades, coordenar as ações comuns — fazer **DOCTRINA**, enfim.

Devíamos abandonar, por isto, os trabalhos atuais das nossas forças armadas? Claro que não, pois é preciso saber como agiria contra nós uma grande potência. Entretanto, ter-se-ia de montar um sistema de estudos paralelo, que preparasse, desde o tempo de paz, a totalidade da população para a guerra invisível. O brasileiro que fugisse ao seu dever, nessa luta de sombras, seria tratado tão impiedosamente quanto o invasor. Jamais se admitiriam negociações com o inimigo. Para este só restaria: morte ou retirada.

Não é preciso dizer que acreditando profundamente na união sul-americana, contávamos com o território dos nossos vizinhos para asilo dos combatentes identificados pelo invasor. Criamos ser difícil que este tentasse estender a conquista, já tão onerosa, a novos países.

Além do "Commonwealth" sul-americano — que por via da Venezuela haveria de ter uma sensível influência também nas Caraíbas — víamos outra grande possibilidade em política internacional: o

mundo negro. A África se estremunha, e acorda para a liberdade. Qual a maior nação industrializada que esses novos países encontrarão, possuidora de profundas afinidades étnicas e geográficas com os africanos, para interpretar os seus anseios e evitar que os envolva a "cortina de ferro"? O Brasil. É preciso, porém, irmos ao seu encontro. Carecemos, portanto, de navios. Dacar-Recife-Santos-Cidade do Cabo delimitariam um lago afro-brasileiro em que a nossa supremacia teria de ser incontestável. Ao lado da frota mercante, haveria aí também a marinha de guerra, e bases da força aérea nos dois lados do Atlântico. As rotas marítimas dos navios negreiros, extintas em hora abençoada, seriam reabertas para uma atividade comercial e cultural intensa, benéfica para as duas partes. Mais um passo, e estaríamos no Índico, em Lourenço Marques, aonde nos levariam os interesses luso-brasileiros. O mundo então compreenderia cinco ou seis grandes blocos: o anglo-saxônio — América do Norte e Europa Ocidental; o soviético-russo — U.R.S.S. e Europa Oriental; o soviético-chinês — China e parte da Ásia; o afro-sul-americano; e talvez o árabe e o indiano. O lugar do Japão é difícil de antever: aspirado pelos anglo-saxônios? submetido à China? ou atenuando as fricções entre esses dois grandes antagonistas? A Austrália, excêntrica embora, continuaria filiada ao grupo inglês — a não ser que constituísse uma outra entidade com a Oceânia, esta subtraída às influências da Índia e da China. O que nos interessava, porém, era a nossa posição; e não nos esquecíamos das simpatias com os latino-europeus, principalmente França, Portugal, Espanha e Itália, e da inquebrantável tradição de boas relações com os Estados Unidos. As vezes, porém, nos perguntávamos: será que os norte-americanos percebem que uma grande potência está em formação no Sul do continente? Já não era tempo de se traçar uma política que seguramente evitasse, em futuro não distante, competições, rivalidades e guerras frias entre as duas maiores forças ocidentais? Na certa que estão atentos. Mas o desenvolvimento da política exterior atual é tão absorvente, que eles apenas podem esperar o surgimento do gigante sul-americano para ver que influência terá no jogo do mundo.

Agradava-nos a idéia de sermos uma potência diferente das já conhecidas. Não teríamos inimigos; nossas fronteiras estariam abertas a quem quisesse compartilhar do nosso esforço e prosperidade. O povo se aplicaria ao trabalho, despreocupado do amanhã, pois não temeríamos ataques de qualquer direção. A riqueza nacional seria devotada ao bem-estar, mais do que à defesa. Seria um paraíso. Era preciso, isto sim, trabalhar. E este era outro tópico para nossas cogitações.

Estávamos vendo, nos Estados Unidos, por que se atingira, ali, o padrão de vida mais elevado do mundo. Não havia mistério como em qualquer país, para ter a vida confortável que todos almejam, as famílias precisam de dinheiro. Em toda casa a receita doméstica é a soma dos ganhos de várias pessoas — pai, mãe, filhos mais velhos. Por isto eles podem ter automóvel, aparelhos elétricos, televisão e conforto. Não é que o custo-de-vida seja baixo, nos Estados Unidos; mesmo considerando o cruzeiro no ponto vil a que chegou, a subsis-

tência é mais cara, na América do Norte, do que em nossa terra; e isto apesar de não haver problemas de safra e entre-safra, sobra e escassez, dado o grande desenvolvimento da indústria de alimentação, dos depósitos frigoríficos, e principalmente dos meios de transporte.

No Brasil é rara a família, pelo menos na classe média, em que mais alguém, afora o chefe, leve dinheiro para casa. Trabalhar ainda é, para muitos, uma espécie de estigma. A esposa que coopera com o marido, neste particular, é tida, em alguns círculos, como "mulher avançada"; outros a condenam abertamente, à base de que "lugar de mulher é em casa, cuidando dos filhos". Há outro aspecto: o da espécie de trabalho. O americano não vê diferença entre o estudante e o leiteiro, o burocrata e o lavrador, o auxiliar de escritório e o mecânico lambusado de graxa. Encontram-se nas mesmas festas, têm os mesmos direitos, são todos nivelados pelo democrático YOU. Durante as férias, há uma invasão, pelos estudantes, dos balcões comerciais, propriedades agrícolas, hotéis, restaurantes, fábricas, postos de gasolina, oficinas — todos ganhando o suficiente para pagar o ano letivo seguinte. E o melhor é que tiram disso, além da experiência, "a lot of fun"... Quem faria o mesmo no Brasil? E que tesouro inexplorado é esse potencial de trabalho que só vive em germe...

Envaidecia-nos muito estar contribuindo com a nossa parte — pelo menos assim nos parecia — para o aperfeiçoamento profissional dos companheiros. Sentíamos, às vezes, que certos artigos sobre a conjuntura política mundial eram de pouco interesse para os brasileiros. Exemplo frisante foi uma longa discussão sobre o Kã, o Assã e o Butã — Estados do Himalaia cuja existência podemos bem ignorar. Pensamos em publicar no espaço dedicado a coisas como esta, algo que fazia falta aos nossos estudiosos e que estávamos em situação de poder organizar: uma série de glossários sobre assuntos atuais e especializados, a começar pelo atômico. Este saiu, no número de abril de 1960; quando falamos, entretanto, em novos trabalhos do mesmo tipo, pareceu-nos que a idéia ferira alguma norma da direção geral da revista, à qual devíamos nos subordinar. Intimamente, concordamos: o interesse dos americanos em manter uma edição brasileira da sua principal revista militar é difundir o pensamento americano em nossas forças armadas, conforme julgarem oportuno. E achamos mesmo que qualquer contribuição original ficaria melhor numa revista brasileira, e não na edição brasileira de uma revista americana. Começamos a pensar nas publicações oficiais do nosso exército, de caráter informativo: o "Mensário de Cultura Militar" e o "Boletim de Informações", ambos do Estado-Maior do Exército, e a "Revista da ECEME". Por que não fundi-las, dando-lhes maior regularidade, aspecto atraente e grande divulgação? O "Mensário" é restrito aos oficiais do quadro de estado-maior. Por quê? Não é vantajoso que outros adquiram os conhecimentos ali contidos — principalmente por ser a maioria dos seus artigos oriunda de revistas estrangeiras, de difícil aquisição, mas não sigilosa? O "Boletim de Informações" é precioso; porém se aprofunda tanto em certos assuntos, e procura abarcar matérias tais que seu as-

pecto informativo começa a ser prejudicado. Confesse, companheiro: você lê o "Boletim de Informações"? Não, responderá a maioria esmagadora; entre outros motivos porque ele costuma ir, quase invariavelmente, do serviço de correio para o cofre da unidade ou da repartição. A "Revista da ECEME" peca pela impontualidade, mal insanável nas condições em que é atualmente publicada: trabalho redatorial a cargo dos sobrecarregadíssimos instrutores, falta de recursos, etc.

Então imaginávamos, inspirados pelo que víamos na revista americana: podíamos ter uma excelente publicação oficial de assinatura compulsória por todos os oficiais... (A compra de uniformes não é compulsória?) Dividi-la-íamos em duas partes principais: "Pensamento Militar Brasileiro" e "Notícias do Estrangeiro". A primeira compreenderia estudos doutrinários (B-R-A-S-I-L-E-I-R-O-S), problemas do ensino e da instrução, análises históricas, secção de sugestões e uma parte bibliográfica; as "Notícias do Estrangeiro" começariam com um resumo crítico dos principais artigos doutrinários das revistas militares de outros países (americanas, canadenses, australianas, indianas, chinesas, russas e sul-americanas são as que mais nos interessam), apresentaria as conquistas materiais mais recentes, de todas as origens, e teria também uma secção de livros.

No máximo cinco oficiais constituiriam o corpo redatorial — sem outros encargos. A redação teria de funcionar junto ao estabelecimento tipográfico que imprimisse a revista. Haveria, naturalmente, auxiliares e o serviço administrativo (gestão financeira, expedição). No início, até se ajustarem todas as peças, a publicação seria trimestral, por exemplo. Com o aprimoramento das funções talvez chegasse a ser mensal. Pensamos em fazer constar de cada número um questionário sobre a matéria nele contida, a ser respondido por todos os oficiais, e que serviria para a elaboração de conceitos pelos comandantes, diretores, etc. Idéias não fazem mal...

Como era inevitável, chegamos um dia ao capítulo do desequilíbrio econômico e financeiro em nosso país. Solução intuitiva: incentivar a produção de riqueza — explorar o petróleo, as jazidas minerais, construir usinas, facilitar os transportes — e cortar os gastos **não reprodutivos**. Quanto à última parte, precisaríamos estabelecer uma verdadeira política (para não dizer filosofia), dependente da resposta que se desse à pergunta: Somos um país pobre ou não somos? Não nos falem em possibilidades, potencial, etc.: estamos tratando do problema atual. E como em tudo que interesse ao bem da Pátria, as forças armadas deviam dar o exemplo. Uniforme? Um tipo único. Festas? Só as de cunho altamente cívico, no interior dos quartéis — uma espécie de culto; e culto não se faz aparatosamente. Transporte? No máximo um jipe para os comandantes, diretores, etc., mais como um símbolo hierárquico, do que um privilégio. Talvez assim sobrassem recursos para a aquisição de campos de instrução — problema principal do exército — compra e manutenção de material, modernização dos estabelecimentos de ensino, melhora do apoio de saúde, e outras muitas providências fundamentais.

Examinávamos a lista das nossas importações: petróleo e derivados — essencial, mas livremo-nos dela; trigo... Será que não poderíamos viver sem trigo? Os nutricionistas dirão que sim. Cortada a importação dêste luxo, lucraríamos: economizando divisas; incentivando a produção de sucedâneos; estimulando os triticultores brasileiros. E quantas outras coisas em que ninguém pensa porque os hábitos de toda a vida impedem que o façamos! Os primeiros a apontá-las serão tidos por loucos ou engraçados. Numa hora de crise, porém, suas idéias voltarão à tona, como medidas apressadas de salvação. Hão de dizer, nós sabemos: "Se não comprarmos trigo não nos comprarão café". Admitamos que sim; mas qual a vantagem de ganhar dinheiro na venda do café, para gastá-lo na aquisição de trigo?

A rubiácea também nos sugeriu idéias nada ortodoxas. Caracterizada a sua economia pela superprodução, que resta fazer? De duas, uma: ou restringir o cultivo do café, ou aumentar o consumo. A primeira solução só pode ser considerada em caráter provisório, pois o verdadeiro interesse do produtor é **vender muito**. É preciso incrementar o consumo — e aqui é que entra o "delírio". Faça-se campanha, sim, pelo aumento do uso da bebida. (Difícil, ao que parece, no maior mercado — os Estados Unidos — pois aí já se toma café em xícaras grandes, de todo jeito e a toda hora: quente, frio, com ou sem açúcar; antes, durante e depois das refeições; nos "coffes-breaks" dos locais de trabalho; nos bares, estações, cinemas, teatros, estádios, em casa, em toda parte. O objetivo aqui só poderia ser: café mais forte). Ao lado disso, porém, por que não procurar outras aplicações para o nosso principal produto? Há alguém pesquisando as suas possibilidades, neste sentido? E se ele nos desse corantes e vernizes de alto mérito? Por que não aprimorar as qualidades da sua "palha" como adubo? Quem nos diz que o grão não pode servir de base para um excelente combustível? E para a indústria farmacêutica, não terá valor algum? Todas essas pesquisas já deviam estar em andamento febril. Se não temos laboratórios para isto tratemos de montá-los. Entrementes, contratemos com as grandes empresas européias e americanas o que não pudermos fazer. Interessemos todos os produtores no problema. Já pensaram no que aconteceria, se conseguíssemos uma tinta ou um verniz especial para cascos de submarinos? Ou um combustível que se aplicasse aos mísseis? É tão grande a dependência do Brasil em relação ao café que tudo vale a pena ser tentado. Ignoremos a rotina, os motejos, os interesses contrariados. A rubiácea não foi dada à nossa terra, com o esplendor que conhecemos, para ser considerada eternamente um prazer supérfluo!

* * *

Idéias... Idéias não fazem mal...

A DEFESA NACIONAL mantém intercâmbio com as seguintes revistas estrangeiras:

AMÉRICA DO SUL

Argentina:

- Revista Nacional de Aeronáutica — Combustíveis y Energía;
- Boletín del Centro Naval — Revista del Suboficial;
- Revista de los Servicios del Ejército — Revista del Tiro;
- Técnica e Indústria — Boletín de Combustibles;
- Boletín Mensual de Estadística — Boletín de Informaciones Petroleras — Revista Militar — Revista de la Escuela Superior de Guerra — Revista del Servicio de Informaciones del Ejército — Revista de Publicaciones Navales — Biblioteca Nacional de Aeronáutica.

Bolivia:

- Revista Militar.

Chile:

- Memorial del Ejército de Chile — Revista de Marina.

Colômbia:

- Revista de las Fuerzas Armadas — Armada.

Equador:

- Revista Militar — Revista Municipal.

Paraguay:

- Revista de las Fuerzas Armadas de la Nación — Boletín Naval.

Peru:

- Revista de Chorrillos — Revista Policial del Peru — Revista Militar del Peru — Revista de Marina — Revista de CIMP.

Uruguai:

- Revista Militar y Naval.

Venezuela:

- Revista de las Fuerzas Armadas — Revista del Ejército, Marina y Aeronáutica.

AMÉRICA DO NORTE

Estados Unidos:

- Armor-Army Information Digest-Army.

México:

- El Legiónario.

AMÉRICA CENTRAL

Cuba:

- Boletín del Ejército.

EUROPA

Alemanha Ocidental:

- Ibero Amerikanische Bibliothek.

Bélgica:

- La Revue Maritime Belge.

Espanha:

- Guion — Ejército.

França:

- Revue des Forces Terrestres — Revue Militaire Générale — Revue Militaire D'information — Defense Nationale — Revue des Forces Aeriennes Françaises.

Itália:

- Revista Militare — Notizzario di Aviazione — Rivista Marittima — Rivista Aeronautica.

Portugal:

- A Defesa Nacional — Revista Militar — Revista de Cavalaria — Revista de Marinha.